



UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
IP - INSTITUTO DE PSICOLOGIA
EICOS- PROGRAMA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

MULHERES POBRES E CHEFES DE FAMÍLIA

ANA LUCIA PAES DE BARROS PACHECO

**CURSO DE DOUTORADO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL**

MARIA LÚCIA ROCHA-COUTINHO, PH.D.

Orientadora

**RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
2005**

MULHERES POBRES E CHEFES DE FAMÍLIA

ANA LUCIA PAES DE BARROS PACHECO

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL.

APROVADA POR:

MARIA LÚCIA ROCHA-COUTINHO, PH.D.

CRISTINA LUCIA MAIA COELHO, PH.D.

Evely Boruchovitch, PH.D.

LEILA SANCHES DE ALMEIDA, PH.D.

MARIA CRISTINA FERREIRA, PH.D.

**RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
2005**

Pacheco, Ana Lucia Paes de Barros.

Mulheres pobres e chefes de família. Ana Lucia Paes de Barros Pacheco. - Rio de Janeiro, 2005.

x, 253 f.

Tese: Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Psicologia, 2005

Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho

1. Mulheres. 2. Pobreza. 3. Família - Teses. I. Rocha-Coutinho, Maria Lúcia (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Psicologia. III. Título

A minha mãe Aterina e a memória da minha avó Etelvina.

**Mulheres chefes de família que com coragem lutaram por uma vida melhor e
mais digna e venceram.**

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Lúcia Rocha-Coutinho, pela competência e cuidado com que orientou este trabalho e pelos conhecimentos transmitidos ao longo da minha formação profissional.

À Evely Boruchovitch pelo incentivo e suporte, durante esta jornada, que me ajudaram a superar os momentos de dúvidas e incertezas e me deram coragem para chegar ao fim deste trabalho.

A Cristina Lúcia Maia Coelho pela amizade, incentivo e oportunidade de mudar, arriscar e buscar um caminho profissional mais gratificante, que certamente mudou a minha vida.

Às amigas Cristina Louro e Lúcia Mello, pelas trocas constantes e tudo aquilo que boas amigas são capazes de fazer por nós.

À Universidade Estácio de Sá e aos colegas pelo apoio recebido.

Aos meus alunos que com suas inquietações e questionamentos me fazem crescer e aprender um pouco mais a cada encontro.

A toda “Turma do Laboratório de Práticas Sociais” com quem compartilhei muitos momentos bons e outros nem tanto, mas que juntos construímos além de uma amizade, um espaço de desenvolvimento e pesquisa.

Ao Júlio Rocha pelas preciosas informações e buscas que realizou e que foram importantes para o meu trabalho.

Às minhas queridas amigas Carlinha Teixeira e Anne Meller pelo amor, carinho, presença e ajuda neste trabalho e em tantos outros.

Ao meu “sobrinho-filho” Alexandre por me dar àquelas dores de cabeça que toda mãe tem, mas também de compartilhar comigo as alegrias das suas vitórias e realizações.

A minha família, pais e irmãos, pela ajuda e incentivo ao longo da minha carreira. Especialmente ao meu irmão Ricardo pela oportunidade de trabalho e aprendizado nestes últimos anos de parceria.

A todas mulheres entrevistadas, que com muita disponibilidade, confiança e, sobretudo, generosidade me contaram um pouco de suas vidas, tornando possível este trabalho.

RESUMO

Pacheco, Ana Lucia Paes de Barros. Mulheres pobres e chefes de família. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Rio de Janeiro, 2005: UFRJ/IP; EICOS, 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

Este estudo teve como objetivo retratar e analisar algumas características da vida de famílias chefiadas por mulheres pobres moradoras em favelas do Rio de Janeiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo envolvendo, num primeiro momento 758 famílias, em que comparamos as condições de vida dos lares chefiados por mulheres com aqueles dos lares chefiados por homens. Num segundo momento, buscando melhor compreender a dinâmica de vida das mulheres chefes de família, entrevistamos 16 delas, todas pertencentes ao universo pesquisado na primeira etapa do trabalho. Os resultados encontrados apontam para o fato de que, mesmo dentro de um contexto similar de pobreza, as famílias chefiadas por mulheres são mais pobres do que aquelas chefiadas por homens. Nelas convivem um número maior de crianças e idosos. As mulheres chefes de família têm, em geral, menos anos de estudo, taxas de participação no mercado de trabalho inferiores e salários menores do que os dos homens chefes de família. Acrescente-se a isto o fato de que as condições de moradia são um pouco piores nos domicílios chefiados por mulheres. Entretanto, se, por um lado, o processo de separação e a saída do cônjuge do lar não garantiram autonomia e um controle efetivo sobre sua esfera pessoal e domiciliar - uma vez que, a maioria delas, além de se encontrar numa situação de vulnerabilidade econômica, continuou subordinada às necessidades e escolhas do grupo familiar. Por outro, a experiência de ter que assumir o sustento e a manutenção da família quase que exclusivamente com seus próprios recursos trouxe, para elas, um fortalecimento de sua auto-imagem, possibilitando a ampliação de suas capacidades e uma maior valorização pessoal. Assim, acreditamos que, aos poucos, as mulheres chefes de família de baixa renda vão deixando de se ver como vítimas das circunstâncias, para assumir cada vez mais o papel de protagonistas de suas próprias vidas, ainda que em condições tão adversas.

ABSTRACT

Pacheco, Ana Lucia Paes de Barros. *Mulheres pobres e chefes de família*. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Rio de Janeiro, 2005: UFRJ/IP; EICOS, 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

The objective of this study was to portray and analyze some characteristics of families headed by poor women living in the slums of Rio de Janeiro. In order to do that, we first researched 758 families, comparing living conditions between households headed by women and those headed by men. Afterwards, in order to achieve a better understanding of the dynamics in the life of women heading a family, we interviewed 16 women belonging to the universe researched in the previous work stage. Our findings evidence the fact that even inside a similar poverty context, families headed by women are poorer than those headed by men. They include a larger number of children and old people. Women heading families are generally less educated, having a lower market participation and compensation than men. Add to that the fact that living conditions are a little worse in households headed by women. However, even if the process of separation and being left by their spouses hasn't assured them autonomy and an effective control over their personal and home spheres -- since most of them, besides being in a situation of economic vulnerability, are still subject to the necessities and choices of the family group -- the experience of having to take over family support and maintenance almost exclusively by their own means strengthened their self-images, allowing them to increase their abilities and gain more self appreciation. Thus, we believe that in time, women heading poor families stop perceiving themselves as victims of circumstances and become more and more the main actors of their own lives, even if against such heavy odds.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	
1.1 – Considerações iniciais	1
1.2 – Relevância do estudo	4
1.3 - Objetivos do estudo	8
1.4 – Limitação	9
1.5 – Estrutura da tese	11
2 - ESPAÇOS FEMININOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: NOVOS DESAFIOS	
2.1 – Família e trabalho feminino na sociedade contemporânea	12
2.1.1 – Alguns indicadores sobre as condições de trabalho da mulher brasileira	39
2.1.2 - Alguns indicadores relativos à família brasileira	47
2.2 - Pobreza e família chefiada por mulher	52
2.2.1 – Mulher pobre: um pouco da sua história	57
2.2.2 – Família chefiada por mulheres	66
2.2.2.1 - Estratégias de sobrevivência da mulher pobre e chefe de família	76
3 - IGUAIS MAS DIFERENTES: RETRATANDO UMA EXPERIÊNCIA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO	
3.1 – Objetivos e questões do estudo	80
3.2 – Definindo operacionalmente os termos utilizados na pesquisa	81
3.3 – Metodologia	83
3.3.1 – Grupo estudado	83
3.3.2 – Instrumento	87
3.3.3 – Procedimentos na coleta de dados	89
3.4 - A favela: cenas e lugares	91
3.5 – Resultados e discussão	94
3.5.1 - Características da composição dos núcleos domésticos-familiares estudados	94
3.5.2 – Ciclo de vida das famílias	100
3.5.3 – Participação e ocupação no mercado de trabalho	103
3.5.4 – Escolaridade	110
3.5.5 – Condições sanitárias e de moradia	113
3.5.6 – Creche como estratégia de sobrevivência	118

4 – CONTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA VIDA DAS MULHERES POBRES E CHEFES DE FAMÍLIA	123
4.1 – Considerações gerais	123
4.2 – Metodologia	126
4.2.1 – Objetivos do estudo	126
4.2.2 – As Mulheres entrevistadas	127
4.2.3 – Procedimentos na realização das entrevistas	132
4.2.4 – Método de análise das entrevistas	135
4.2.5 – Categorias de análise	137
4.3 – Resultados e discussão	139
4.3.1 – Quem são as mulheres chefes de família	139
4.3.2 – Breves históricos	142
4.3.3 – Chefia familiar e dupla jornada de trabalho	150
4.3.4 – Mulher, maternidade e cuidados com as crianças	165
4.3.5 – Laço conjugal e separação	182
4.3.6 - Estratégias de sobrevivência e redes de apoio: desafios e limitações	197
4.3.7 – O que elas querem – os sonhos para o futuro	212
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
ANEXO 1 (Questionário)	239
ANEXO 2 (Tabelas)	246
ANEXO 3 (Roteiro da entrevista)	251

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – Considerações iniciais

Esta busca do *Ser Mais*, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos.

Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam. Esta é uma exigência radical. O *ser mais* que se busque no *individualismo* conduz ao *ter mais egoísta*, forma de ser *menos*. De desumanização. Não que não seja fundamental - repetamos – ter para ser. Precisamente porque é, não pode o *ter* de alguns converte-se na obstaculização ao *ter* dos demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam os segundos, na sua escassez de poder.

Paulo Freire¹

Ao longo de toda a vida acadêmica as questões ligadas à exclusão social e às práticas de discriminação, principalmente no que tange às relações de gênero, estiveram sempre presentes em meio a nossas preocupações maiores e constituíram foco de interesse para a realização de estudos e trabalhos. Estas inquietações e os sentimentos de desconforto perante a nossa realidade social nos conduziram a trabalhar com projetos de pesquisa ligados à focalização de políticas públicas sociais. No desenvolvimento destas atividades tivemos oportunidade de conhecer de perto as populações mais desfavorecidas economicamente da sociedade. Estas realidades, conhecidas por intermédio do retrato descrito por diversos pesquisadores que a ela se dedicaram, ou por suposições tiradas a partir das disparidades que assistimos no cotidiano, passaram a fazer parte da nossa vida. Não que a nossa condição social tenha mudado, mas porque, durante os últimos anos, através de trabalhos realizados em algumas favelas do município do Rio de Janeiro, passamos a ser testemunha local das imensas desigualdades

¹ Freire, P., 1970. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.87.

existentes na nossa sociedade. Certamente, estas experiências alteraram a visão que tínhamos do que é pobreza, pois, conforme Sarti (1996), no contato durante a realização de uma pesquisa, com essa população,

não apenas se desvenda aos olhos do pesquisador uma realidade externa que não se conhecia, mas também ocorre uma profunda transformação no olhar do pesquisador que, neste caso, se deslocou da família para o fundamento da ordem social na perspectiva dos pobres, sem que o material etnográfico tivesse se modificado substancialmente (p.3).

As idéias e o objeto de estudo deste trabalho surgem como decorrência do desenvolvimento de uma pesquisa realizada para a Secretaria de Assistência Social do Estado (IPEA, 2000) que tinha como objetivo a elaboração de uma metodologia para a focalização de políticas públicas sociais no país. Para este estudo foram escolhidas 20 creches do Programa Rio-Creches da Prefeitura do município do Rio de Janeiro. A escolha deste tipo de programa social nos fez entrar em contato com um universo enorme de famílias das camadas mais pobres da população do município, muitas delas em situação de risco social². Nesta oportunidade, e de maneira informal, foi possível observar que muitas destas famílias eram chefiadas por mulheres, isto é, contavam com a presença apenas da mãe e viviam numa situação sócio-econômica que nos pareceu ainda mais precária do que a das outras famílias visitadas. Por outro lado, embora diversas mulheres tivessem contado histórias de abandono, miséria, injustiça social e muitas dificuldades, elas não pareciam revoltadas, mas apenas tristes e, até certo ponto, resignadas com seus “destinos”.

² Por situação de risco social entende-se aqui aquelas famílias cuja renda percapita é inferior a 0,5 salário mínimo, ou seja, a família encontra-se abaixo da “linha de pobreza” (RIBEIRO, SABÓIA, CASTELLO BRANCO & BREGMAN, 1998).

A partir da experiência de trabalho com estas famílias pobres e chefiadas por mulheres, muitas questões começaram a surgir. Como seria a vida dessas mulheres? Qual a sua visão de família e trabalho? Quais seriam suas expectativas frente ao futuro? Como, diante de tantas dificuldades, teimavam em seguir em frente? Como lidavam com tanta falta? Como faziam as suas escolhas? A que atribuíam a sua situação? Quais as estratégias que utilizavam para lidar com a situação de miséria na qual se encontravam? Será que nos lares onde a figura do homem esta presente, embora a família seja igualmente pobre e pertencente ao mesmo contexto social, a vida é melhor? Em que aspectos? A estas questões foram, com o tempo, se juntando outras mais específicas e, com isto, novas preocupações começaram a surgir.

Inicialmente pensou-se em tratar estas questões apenas em entrevistas com algumas destas mulheres, para que, através de seus discursos, se pudesse vislumbrar quem são, o que fazem, como vivem e o que querem. Entretanto, como, num primeiro momento, as observações mostravam que os domicílios chefiados por mulheres apresentavam precariedade maior do que os domicílios chefiados por homens, a possibilidade de realizar também um levantamento quantitativo das condições socioeconômicas destas famílias se mostrou importante. Pois, assim, a partir destes dados, seria possível retratar as condições específicas de pobreza na qual o grupo estudado se encontrava, com ênfase nos lares chefiados por mulheres. Desta forma, moradores de algumas favelas urbanas do Rio de Janeiro, com filhos pequenos, foram observados, ouvidos e entrevistados, a respeito de suas condições sócio-econômicas, sua vida na família e no bairro, explorando-se também a maneira, como pensam, sentem, vivem e dão significado a seu cotidiano.

1.2- Relevância do Estudo

A concentração de renda, os elevados índices de desigualdade social - um dos mais altos do mundo -, e a ausência do Estado junto à população de baixa renda, não são novidades no país. Esta situação, por si só, já é grave e tem conseqüências desastrosas para a sociedade. Quando falamos de famílias chefiadas por mulheres, contudo a questão torna-se ainda pior. Como apontam Burns e Scott (1994), a maioria destas famílias no ocidente é pobre e, dentre as famílias pobres, elas são as mais pobres.

Além disso, em decorrência das transformações sociais das últimas décadas, como o crescimento da participação feminina das camadas media e alta na força de trabalho, tem-se observado um aumento substancial de famílias chefiadas por mulheres na sociedade ocidental, principalmente nos países mais pobres economicamente (BARROS, FOX, & MENDONÇA, 1993; 1994; LAVINAS, 1996; BURNS & SCOTT, 1994; CARVALHO, 1998; PERPÉTUO & FONSECA, 1997). Os domicílios chefiados por mulheres estão estimados numa proporção de 25% a 33% na totalidade dos domicílios desses países (JELIN, 1987). Na América Latina, um em cada três domicílios nas camadas populares é chefiado por mulheres (GUIMARÃES, 1998). Na realidade, esta forma de organização familiar não é um fenômeno novo no país - sobretudo entre os pobres -, como apontam alguns estudos sobre a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX (KUZNESOF, 1980; FONSECA, 2000; SOIHET, 2000). Porém, ela constitui um tipo de família cada vez mais freqüente.

No caso do Brasil, as famílias chefiadas por mulheres constituem hoje cerca de 24,9% (IBGE, 2002) das unidades domésticas brasileiras. Além disso, a presença de famílias encabeçadas por mulheres está predominantemente associada às situações de extrema pobreza (RIBEIRO *et al.*, 1998).

As condições precárias de vida presentes nesses domicílios são explicadas, pelo menos em parte, porque estas mulheres são, freqüentemente, as únicas responsáveis, tanto pela realização das tarefas domésticas – cuidado com as crianças, alimentação, higiene –, como pela provisão dos recursos materiais necessários para a manutenção do lar. No que diz respeito a esse último aspecto, vários estudos têm demonstrado que a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho se dá predominantemente no setor de serviços, no segmento informal e desprotegido, onde recebem rendimentos menores por desempenharem atividades supostamente menos qualificadas (BRUSCHINI, 2000).

Segundo Barros *et al.* (1993; 1994), os domicílios chefiados por mulheres no país, estão super-representados entre os pobres, provavelmente em decorrência das discriminações salariais por gênero. Para os autores, as crianças que vivem em domicílios chefiados por mulheres apresentam uma maior probabilidade de estar fora da escola, de participar do mercado de trabalho e uma maior dificuldade em conciliar o trabalho com o estudo. Os autores salientam ainda que, entre as crianças que estão no mercado de trabalho, a proporção de crianças fora da escola é mais alta entre aquelas que vivem em domicílios chefiados por mulheres. Os dados dessas pesquisas parecem apontar que o mais baixo nível de bem-estar das crianças que vivem em domicílios chefiados por mulheres pode ser explicado, em parte, pela maior pobreza destas famílias.

De fato, os núcleos domésticos-familiares chefiados por mulheres estão em desvantagem, segundo Guimarães (1998), não somente em relação à renda familiar, mas também em termos de acesso aos serviços públicos básicos, inclusive o de seus filhos à educação.

Se as oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho são geralmente inferiores às dos homens, no caso das mulheres pobres as desigualdades se tornam ainda maiores. Para estas, o mercado de trabalho geralmente oferece salários menores e ocupações dentro de um processo produtivo mecanizado, pouco qualificado e de contratos temporários, baseados na lógica de redução de custos, sem nenhuma forma real de valorização do trabalhador (BRUSCHINI, 2000; NEVES, 2000; OLIVEIRA, 2000). Em consequência dessa situação, alguns autores chegam a formular a noção de “feminilização da pobreza” (LAVINAS, 1996).

Assim, no cenário contemporâneo, a condição que parece reunir três fragilidades, a condição de mulher, pobre e chefe de família, se mantém e, ainda, de forma mais marcante. E a mulher pobre chefe de família, responsável tanto pela produção de mercadorias – trabalho remunerado e alienado – quanto pela criação dos filhos, vive diariamente um conflito: como garantir sozinha o sustento e a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, os cuidados das crianças. Isto é, em parte, dificultado porque, no espaço do trabalho, a família não é considerada; nele, os objetivos e interesses estão voltados para a produção de bens e serviços. A família deve ser, assim, permanentemente mantida fora deste contexto. Esta situação tem, por certo, reflexos potencialmente importantes no bem-estar da sociedade e, principalmente, no das crianças pobres.

Diante desta situação, a participação do Estado, no sentido de garantir e prover serviços públicos de qualidade – educação, saúde, lazer – que complementem e, se necessário, substituam, os pais durante o tempo que se encontram ausentes de casa e no trabalho, tem um papel fundamental para elevar o nível de bem-estar das famílias pobres chefiadas por mulheres. Isto porque, essas mulheres, algumas vezes sem ajuda externa, têm que dar conta sozinhas do sustento da família e do cuidado das crianças.

Vale ressaltar que muitas pesquisas no país ignoram a pluralidade do “fenômeno pobreza”. As informações e análises realizadas a partir das estatísticas oficiais censitárias ou amostrais, na maioria das vezes, não ultrapassam a constatação da tão conhecida miséria em que vive boa parte da população do país, trazendo, porém, poucas informações a respeito das dinâmicas sociais que produzem a pobreza e das diferentes faces que ela possui. É necessário que a análise destes dados ressalte as diversidades e as especificidades do fenômeno, considerando as suas distintas formas de ação. Além disso, a literatura de que se tem conhecimento é muito restrita quanto a informações e pesquisas que envolvam mulheres pertencentes a este tecido social, dentre as quais aquelas moradoras em favelas situadas nas áreas urbanas das grandes cidades.

Neste sentido, acreditamos que estudos sobre o modo e as condições específicas de vida das famílias pobres chefiadas por mulheres, suas dificuldades, diversidades e necessidades, podem trazer contribuições e informações importantes para o desenho, planejamento, implementação e orientação de políticas públicas sociais voltadas para a família e a mulher.

1.3- Objetivos do Estudo

Este trabalho tem como propósito retratar as condições de vida de mulheres pobres e chefes de família, residentes em favelas do Rio de Janeiro. Mais especificamente, pretendemos conhecer quais são as especificidades destas condições, como são construídas as suas estratégias de sobrevivência e como são percebidos e vivenciados alguns aspectos da realidade cotidiana destas famílias, tais como, o casamento, a família, a maternidade, o trabalho e as tarefas domésticas. Objetivamos, assim, apresentar um panorama da situação destas mulheres e, para tanto, os dados que fazem parte deste estudo foram compostos por duas bases empíricas complementares.

A primeira base de dados foi produto de uma pesquisa de campo sobre as condições socioeconômicas de 758 famílias beneficiárias do Programa Rio-Creches. Nesta etapa, as informações foram obtidas por meio de observações do local de moradia e de entrevistas domiciliares com a aplicação de questionários fechados. Deste modo, foi possível a elaboração de um quadro comparativo entre as condições socioeconômicas das famílias chefiadas por mulheres e daquelas chefiadas por homens e, a partir daí, obter um rico panorama das diferenças fundamentais entre esses dois tipos família. Além disso, pode-se observar, também, em que aspectos as condições de vida das famílias chefiadas por mulheres se tornam mais adversas do que as daquelas chefiadas por homens.

A segunda base de dados foi construída a partir da análise dos relatos de um grupo de 16 mulheres chefes de família, pertencentes ao universo da primeira etapa, utilizando-se a técnica de entrevista semidirigida. Buscamos, mediante estes relatos, conhecer quem são estas mulheres, como vivem e como dão significado a

seu cotidiano, que estratégias utilizam para sobreviver, o que desejam e esperam conseguir na vida, que valores orientam as suas ações e, finalmente, a que fatores atribuem a sua condição de mãe e chefe de família.

A escolha por trabalhar com mulheres inseridas nas camadas de baixa renda e chefes de família foi porque esta situação parece encerrar, em si mesma, uma tripla marginalidade, o que, como consequência, se traduz por precárias condições de vida. Mulher e pobreza são duas condições que conjugam modos de sujeição – de gênero e de classe – que, por si só, já formulam práticas sociais de exclusão. Quando a esta condição soma-se a chefia familiar, a situação se torna ainda mais difícil. Isto porque a existência de famílias chefiadas por mulheres está predominantemente associada a situações de extrema pobreza, tanto pela ausência de um provedor masculino quanto pela maior discriminação a que está sujeita a mulher na sociedade.

Assim, nosso objetivo aqui é melhor compreender como se dá a sobrevivência de famílias chefiadas por mulheres, num cotidiano marcado pela carência quase total de recursos. Porém, não se trata apenas de descrever as condições de vida e os tipos de estratégias de sobrevivência utilizados por estas famílias, mas, antes, de entender como esta condição social é construída, percebida e sentida por estas mulheres.

1.4– Limitação

Devido à complexidade do nosso objeto de pesquisa, este estudo não pretende esgotar o tema, nem trazer respostas fechadas, ou construir um conhecimento definitivo. Esperamos apenas que os dados apreendidos aqui

revelem alguns aspectos dominantes da realidade vivida por estas mulheres, bem como de suas vidas, de maneira geral, isto é, que eles apresentem um recorte da realidade destas famílias, dentre tantos outros possíveis.

As informações, que foram coletadas por meio da aplicação de questionários, como mencionamos anteriormente, buscam retratar os aspectos e as características das condições de pobreza em que vive o grupo estudado. Entendemos que, nem sempre, dados quantitativos como esses revelam exatamente a realidade investigada e vivida pelos seus personagens. Porém, para os objetivos da pesquisa, eles foram importantes, pois nos permitiram elaborar um panorama das condições de vida das famílias e, a partir daí, traçar uma comparação entre os lares chefiados por mulheres e aqueles chefiados por homens. Desta forma, foi possível observar as desigualdades relativas ao gênero existentes nestas famílias e, assim, poder retratar mais claramente as características particulares das condições de vida dos lares chefiados por mulheres. Por outro lado, considerando que esses dados estatísticos não revelam toda a complexidade da dinâmica familiar, bem como as especificidades da vida das mulheres chefes de família, buscamos complementá-los com a análise dos relatos das próprias mulheres sobre sua vida e condição social.

Gostaríamos, também, de ressaltar aqui que não é nossa intenção fazer generalizações a partir dos resultados encontrados. Entretanto, acreditamos que o conhecimento trazido pelas mulheres chefes de família, através seus discursos, e do retrato por nós traçado a partir do levantamento de suas condições socioeconômicas, nos possa permitir apreender uma realidade que julgamos ser partilhada e vivida por diversas outras mulheres que se encontram em condições similares às daquelas por nós estudadas.

Desta forma, pretendemos apresentar um painel da situação da mulher chefe de família residente em favelas do Rio de Janeiro. Alguns resultados aqui contidos são de conhecimento público e estão presentes em debates sobre o tema, outros, no entanto, se destacam por trazerem novas informações sobre as características e as condições de vida das mulheres pobres e chefes de família.

1.5– Estrutura da Tese

O presente trabalho está organizado em 4 partes. A primeira será dedicada à análise, a partir da literatura existente, da participação da mulher contemporânea tanto na esfera doméstica como na pública e da maneira como essas duas esferas de atuação se articulam e afetam as mulheres no seu cotidiano, enfocando, especialmente, a condição da mulher trabalhadora das camadas de baixa renda.

Na segunda, apresentamos os resultados da análise quantitativa por nós realizada sobre as condições de vida de um grupo de famílias moradoras em favelas do Rio de Janeiro. Nela são descritas as diferenças encontradas entre os domicílios chefiados por homens e aquelas chefiadas por mulheres no que diz respeito a questões como: composição da família, educação, renda, trabalho, condições de moradia e de acesso a serviços públicos.

Na terceira parte são analisadas e discutidas as vivências, percepções e representações que as mulheres chefes de famílias entrevistadas possuem acerca de sua condição social e que estratégias utilizam para sobreviver.

Por último, são apresentadas as conclusões gerais do trabalho.

2 - ESPAÇOS FEMININOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: NOVOS DESAFIOS

Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer
É vida de gado
Povo marcado
Povo feliz

Zé Ramalho

2.1 – Família e trabalho feminino na sociedade contemporânea

As questões envolvendo o mundo do trabalho e a vida privada são bastante amplas e complexas. Desta forma, neste tópico não objetivamos fazer um apanhado histórico sobre o papel das mulheres na família e no mundo do trabalho, mas, antes, optamos por privilegiar aqui somente as questões mais diretamente pertinentes aos objetivos do nosso estudo. Assim, nos deteremos na análise da participação da mulher contemporânea tanto na esfera doméstica como na pública e na maneira como estes dois espaços de atuação se articulam, se estruturam e afetam as mulheres no seu cotidiano, ampliando ou limitando as suas condições de vida.

Os vários processos e tendências vividos na contemporaneidade - as novas tecnologias, as mudanças na forma de produção, o processo de globalização e o enfraquecimento dos laços afetivos, entre outros - trouxeram transformações

marcantes para o tecido das relações sociais e na organização tanto do espaço público como do privado. O tempo dedicado hoje ao convívio familiar diminuiu intensamente, enquanto que aquele dedicado ao trabalho aumentou sensivelmente. No capitalismo contemporâneo, o mundo do trabalho é cada vez mais demarcado por práticas impessoais, em que o que se prioriza são os fatores econômicos e individuais, desconsiderando-se, muitas vezes, os interesses coletivos. Neste território não são levadas em conta as realidades da família e das crianças. Entretanto, embora espaços diferenciados, e até mesmo opostos, o mundo público – do trabalho – e o privado – da família - não devem ser considerados como dimensões sociais independentes, pois se apresentam sempre de alguma forma interligados. Segundo Da Matta (1987), eles são espaços complementares e, assim, só pode existir o espaço da casa, da família, com suas características e peculiaridades, em oposição ao universo da rua, do trabalho. Isto é, temos espaços que são definidos por intermédio de contrastes, complementaridades e oposições. Há, portanto, um jogo contínuo entre estes espaços, um movimento que define e redefine a amplitude de suas esferas de ação e que configura a rede de relações sociais.

Além disso, é impossível abordar família e trabalho sem considerá-los dentro de uma complexa trama social e histórica. Família não é algo natural, biológico e universal, mas sim uma instituição criada pelo homem que se organiza de maneiras diversas em situações e períodos diferentes para responder às necessidades sociais que se apresentam aos indivíduos ao longo de cada momento histórico. Ela se constitui como um grupo de indivíduos diferenciados por sexo e idade, que se relacionam cotidianamente gerando um espaço – inserido em determinado ponto da estrutura social – de reprodução social e biológica, e,

também, de proteção social dos indivíduos que estão sob sua tutela. Nela são produzidos e reproduzidos os valores da sociedade.

A família conjugal moderna, modelo mais freqüentemente encontrado nas sociedades ocidentais, surgiu, segundo Pôster (1979), no final da Idade Média, na transição para a modernidade, e sua configuração definitiva se dá por volta do século XVIII no âmbito da burguesia européia. Na família burguesa o homem, mediante seu trabalho, deve desempenhar o papel de provedor econômico, tornando-se a autoridade maior do grupo. A esposa deve restringir a sua atuação à manutenção da casa sendo de sua total responsabilidade tudo o que acontece neste espaço. Além disso, segundo Soares (2001),

A atenção da esposa estava voltada, além do marido, principalmente, a criação dos filhos. Estes, no mundo familiar burguês, adquiriram importância única. A mãe deveria zelar por eles com o máximo de atenção a fim de que, transpondo a questão da sobrevivência, pudesse moralizá-los para que alcançassem um lugar de respeito na sociedade burguesa (p.60).

Este modelo burguês de família tem sido considerado, freqüentemente, ainda hoje, como padrão universal e único, tanto pelo senso comum como em trabalhos científicos. O que se considera predominantemente como trabalho nesta sociedade capitalista liberal encontra-se vinculado apenas à dimensão produtiva, ou seja, incluem-se nesta categoria unicamente as atividades em que se produz mercadorias e bens que podem ser comercializados e que podem gerar ganhos monetários, deixando-se de lado todas as atividades que não se encaixam nesta perspectiva como, por exemplo, as tarefas desenvolvidas na esfera privada, voltadas para a sobrevivência e manutenção familiar. Além disso, o trabalho deve estar geralmente associado a uma profissão e ser “*dignificado por um salário ou remuneração*” (LASCH, 1999, p.115). Portanto, como as atividades femininas, na

maioria das vezes, não se encaixam nesta categoria não têm sido consideradas trabalho. De fato, família e trabalho são instituições centrais na vida de todo e qualquer cidadão. Entretanto, quando se pensa na família, ainda hoje, a ela está associada predominantemente a figura feminina, e ela está centrada no espaço privado. Com o mundo do trabalho acontece o oposto, este está geralmente ligado ao homem, e ocorre no espaço público, ainda que este sempre tenha se apoiado na esfera privada, do lar.

Segundo Lasch (1999), o declínio da produção doméstica e o desenvolvimento do trabalho assalariado fora do lar tornaram possível e até mesmo necessário, conceber a família como lugar de recolhimento, afastado do mundo exterior, dominado por mecanismos competitivos do mercado, onde as pessoas nunca são os focos centrais. Nas palavras de Da Matta (1987),

A casa é um santuário, mais do que um local de luta e discórdias. Um ninho, mais do que uma fábrica onde pessoas trabalham e vivem num tempo controlado por um dono, patrão e uma lógica impessoal e sem controle. Um tempo linear, onde as coisas lá de fora, do mundo e da rua não atingem, com seus novos valores de individualização e subversão, a sua velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e “sangue” (p.53).

Para Da Matta (1987), a casa e a rua demarcam forte mudança de atitudes, gestos, roupas e papéis sociais. O comportamento esperado do sujeito que ocupa estes espaços não é uma conduta única, mas um comportamento diferenciado de acordo com a significação que cada um destes espaços contém. Tais esferas de significação social fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes, elas, na realidade, contém visões de mundo ou éticas particulares. Segundo o autor, *“trata-se de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias”* (DA MATTA, 1987, p.51). Assim, espaços diferentes vão corresponder a atitudes e

valores diferentes. O mundo público - visto como produtivo - e o privado – como espaço da família -, enquanto eixos de identificação dos sexos são qualificados e vividos desigualmente por homens e mulheres, de acordo com suas experiências e segundo o processo de socialização do qual participaram ao longo de suas vidas.

Segundo Poster (1979), a separação entre vida privada e vida pública trazida pelo capitalismo, levou o homem a dedicar grande parte do seu tempo aos assuntos econômicos, essenciais para a sobrevivência da família. O lar, para ele, passa a ser um espaço exclusivo de lazer, ficando os negócios restritos aos espaços externos. Assim, a casa é o lugar da intimidade, do afeto e do lazer – reduto feminino –, cabendo, portanto à mulher organizá-lo e mantê-lo. Essa divisão teve implicações importantes no delineamento dos papéis masculinos e femininos na sociedade. Segundo Soares (2001)

A separação dos papéis sexuais parentais contribui para a formação de padrões de comportamentos ideológicos a serem desempenhados pelo homem e pela mulher. A masculinidade se expressa na agressividade, na racionalidade e na atividade; a feminilidade, por sua vez, se restringe à capacidade de expressar emoções, de passividade e de irracionalidade (p.62).

Como a sociedade capitalista ocidental é marcada, de modo prevalente, pelo espaço público onde são os homens que, geralmente, exercem seu poder e seu domínio e a mulher tem sido eleita como centro de todas as rotinas familiares, os ritos políticos, do poder, próprios do mundo público têm ressaltado principalmente a figura do homem. Strey (1997) salienta que, devido ao seu papel de reprodução da vida, presume-se que as mulheres possuem determinadas capacidades e habilidades inatas para cuidar da prole. Em decorrência disso, essas atividades são naturalizadas e, raramente, são percebidas como construções históricas e arbitrárias; antes é como se elas fizessem parte do próprio ser mulher,

é como fossem um dom divino, dado por Deus. Fica ocultado assim, que a aprendizagem é um componente básico para se realizar essas tarefas. Não há nada de natural que torne as mulheres mais capazes para cuidar das crianças e os homens menos capazes, como tem sido apontado em inúmeros estudos transculturais. É a vinculação à família que determina seu papel de cuidadora e não a sua natureza “especial” de mulher. De fato, as mulheres na nossa sociedade foram socializadas para exercerem as tarefas domésticas, e não os homens. Como assinala Alves (1981),

O fato de que a divisão de trabalho entre homens e mulheres, com a demarcação de espaços próprios a cada sexo, seja apresentada como algo inerente à natureza, reflete-se na imagem que inúmeras mulheres têm sobre o trabalho externo. Ora este aparece como algo necessariamente secundário à sua função doméstica, realizado, portanto, em um tempo que não interfira com os cuidados da casa; ora é apresentado como uma continuação ou uma forma de aperfeiçoamento para a melhor execução das tarefas ditas femininas; ora como um método preventivo para o “fantasma do abandono”. O trabalho externo estaria, assim, sempre referido a atividades que fazem parte de uma suposta essência do “ser mulher”. Por outro lado, vem também suprir um vazio e oferecer oportunidade de se estabelecerem novas relações (p.362).

Alguns estudos recentes que analisam a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro atual (RIBEIRO, SABÓIA, CASTELLO BRANCO & BREGMAN, 1998; BRUSCHINI, 1994 e 2000 e FUNDAÇÃO SEADE, 2000; 2002a) mostram que fatores relacionados à família pouco interferem na inserção dos homens no mercado de trabalho, no caso das mulheres, contudo, a situação é bem diferente. A necessidade constante de conciliar papéis familiares e profissionais acaba por restringir a disponibilidade delas para o trabalho. De fato, estudos revelam que o tipo de inserção e o modo de participação feminina no mercado de trabalho dependem de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como idade, número de filhos, posição na família, estado conjugal e composição familiar. Desta forma, enquanto que para os homens tanto o

ingresso quanto a forma de participação no mercado de trabalho dependem, principalmente, das demandas do mercado e das necessidades e qualificações necessárias para atendê-las, para as mulheres a participação decorre de uma dinâmica interação/inter-relação dos fatores acima mencionados com as necessidades da família e com o papel social feminino.

Ao que parece, homens e mulheres contemporâneos vivenciam de modo diferente as esferas privada e pública, não estando igualmente implicados nelas. Conseqüentemente, a quantidade de tempo que dedicam e a forma como utilizam esse tempo com a família e com o trabalho fora do lar são também, distintas para cada sexo. Segundo Comas D'Argemir (1995 citado por STREY, 1997),

Os homens têm uma percepção segmentada do tempo, o que implica uma certa facilidade para separar conceitualmente e praticamente o tempo do trabalho (identificado como o do emprego) e o resto do tempo (identificado como o ócio). [...] O tempo que se destina ao trabalho remunerado é o que estrutura o tempo da vida, e por isso o entende de forma separada do resto das atividades. [...] Assim os homens tendem a destinar tempos diferentes para atividades de natureza diferente.

As mulheres por sua vez, tendem a uma percepção continua do tempo que é resultado de haverem sido socializadas na responsabilidade das tarefas do lar que são tarefas que supõem simultaneidade. O trabalho doméstico é por definição um trabalho contínuo, que não termina nunca, porque sempre existem coisas a serem feitas e porque cada atividade reinicia no exato momento em que terminou. E, ainda que as mulheres participem do mercado de trabalho, segue assumindo em geral a responsabilidade global do trabalho doméstico (ainda que as tarefas concretas possam ser executadas por outras pessoas, uma empregada, por exemplo) e, o que é mais importante, ainda hoje são socializadas para se sentirem as principais responsáveis por elas (pp.66-67).

É comum que a mulher, mesmo trabalhando longe de casa, apesar da distância se preocupe com a família e se ocupe da rotina do lar. Para as mulheres, diferentemente do que ocorre com grande parte dos homens, o tempo que não é dedicado a um emprego não é vivido como tempo livre, do ócio. De fato, o tempo da mulher está quase sempre repleto de atividades. É muito mais difícil para ela do

que para os homens chegar em casa e dedicar-se a atividades exclusivamente suas, em que os demais membros da família não estejam incluídos. Para as mulheres não existem tempos mortos, pois é freqüente realizarem simultaneamente, e em tempo contínuo, diferentes atividades. Assim enquanto assistem televisão, costuram; enquanto brincam com os filhos, estudam (STREY, 1997). Some-se a isto o fato de que o trabalho feminino ainda tem, freqüentemente, uma conotação de “ajuda” para a economia doméstica, sendo a dupla jornada vista como um fenômeno natural e não como uma exploração ou sobrecarga. Para Alves (1981),

A dona de casa é socialmente desvalorizada como não produtora de valor social; não se revela o fato de que seu trabalho é indispensável para a reprodução social. Pelo contrario, enfatiza-se o caráter parasitário deste trabalho. Na formação da identidade sexual do homem e da mulher esses valores são assumidos, estabelecendo-se uma assimetria sexual que não é questionada, na medida em que se considera como “natural” esta divisão de tarefas (p.360).

Decorre daí que, embora o trabalho doméstico tenha uma importância fundamental para a sociedade, pois permite ao trabalhador retornar ao trabalho no dia seguinte bem cuidado e alimentado, ele continua marginalizado, desvalorizado e invisível – isto é, não contabilizado – em grande parte das pesquisas nacionais e mundiais. Provavelmente isto se deve ao fato do trabalho doméstico, em nossa sociedade se constituir como núcleo das tarefas ligadas à reprodução. Como ele não gera bens ou lucros, não é valorizado e é considerado socialmente como um “não-trabalho”. Assim, a dona de casa não é vista como trabalhadora, pois não produz mercadoria vendável, não recebe salário, não contribui para a previdência e não tem carteira de trabalho assinada. Caso seja perguntado a ela se trabalha é muito provável que sua resposta seja “eu não tenho trabalho”; a resposta de seu marido e filhos possivelmente será a mesma. A ausência de necessidade de

habilidades especiais para a execução do trabalho doméstico reforça o conceito de que a qualificação somente é exigida para o trabalho assalariado, realizado fora de casa. Assim, a mulher não reivindica o status de trabalho para as atividades domésticas. Obviamente que não é levado em conta aqui a aprendizagem a que foi, direta ou indiretamente submetida, durante toda a sua vida, desde criança, para que pudesse se tornar uma dona de casa. A naturalização deste processo acaba por fazer com que o trabalho da mulher no lar seja visto como improdutivo. Há, portanto, uma desigualdade quanto ao valor e significado atribuídos pela sociedade ao trabalho executado fora do lar e ao trabalho doméstico.

Desta forma, como a produção de bens e serviços realizados no espaço do lar está voltada para o consumo próprio e, portanto, tem caráter, particular e familiar, essas atividades não são reconhecidas como trabalho produtivo. Entretanto, embora considerado secundário, é o trabalho doméstico que garante a manutenção e a sobrevivência da mão-de-obra e, portanto, a própria continuidade da espécie. Em realidade, na sociedade, de modo geral, se efetua uma quantidade maior de trabalho do que se contabiliza, se reconhece oficialmente e se remunera, principalmente no caso das mulheres. Conforme destaca Bruschini (2000),

As mulheres estando ou não no mercado, todas elas são donas de casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas, que as classifica como “inativas, cuidam de afazeres domésticos”. Se fossem consideradas ativas, as taxas globais de atividade feminina seriam superiores a 95% e, no caso das esposas, atingiriam a cifra de 100%. Mesmo assim, esses percentuais não expressam a real contribuição das mulheres para a sociedade, posto que as ativas também cuidam dos afazeres domésticos, mas sua dupla jornada não é captada pelos dados (p.19).

De certo que a participação da mulher no mundo público não é algo novo. As mulheres, das diferentes camadas sociais, não estiverem sempre confinadas e limitadas ao espaço doméstico. Porém, tanto a sua forma de participação como as relações de trabalho e a vida social eram bem diferentes das que prevalecem no sistema capitalista contemporâneo. Segundo Lasch (1999), o lar moderno, que pressupõe uma radical separação entre a vida doméstica e o mundo do trabalho, como assinalamos anteriormente, foi uma invenção do século XIX. Contudo, como assinala este autor,

O culto à domesticidade do século XIX, como os historiadores o denominaram, girava em torno de uma nova glorificação da maternidade. Mas a retórica de maternidade da vida doméstica não pode ser entendida como a descrição precisa ou completa da vida das mulheres no século XIX e início do século XX. O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos não exauriam a energia das mulheres. Pelo contrário, donas-de-casa e mulheres solteiras participavam de várias atividades que as faziam sair de casa. [...] A impressão de que as mulheres do século XIX estavam limitadas ao trabalho “doméstico” permanece inalterada, apesar do registro da ativa participação que elas tiveram no trabalho do “mundo”, como elas mesmas gostavam de dizer (LASCH, 1999, p.115).

Entretanto, raramente as atividades femininas foram reconhecidas como uma forma de trabalho produtivo, mesmo aquelas realizadas fora do âmbito doméstico. Segundo Lasch (1999), o trabalho voluntário realizado por muitas mulheres americanas das camadas média e alta durante o século XIX e início do século XX sustentou, nesse período, um grande número de serviços públicos – bibliotecas, hospitais, creches, centros sociais, entre outros –, além de ter promovido inúmeras reformas sociais, como a promulgação da lei de proteção às crianças e ao lar. Entretanto, tais atividades beneficentes e políticas não eram reconhecidas pela sociedade da época e nem pelas próprias mulheres como uma forma de trabalho, pois, embora tenham dado importantes contribuições e serviços à comunidade não estavam ligadas ao mercado de trabalho ou ao sistema de produção propriamente dito. Cabe ressaltar que, quando comparados com as

ocupações existentes no mercado de trabalho atual, esses afazeres eram menos árduos e mais facilmente conciliáveis com as tarefas domésticas e as necessidades das famílias do que ocorre hoje. As mulheres podiam naquela época participar do mundo público sem “comprometer” o estereótipo feminino. Isto porque as mulheres pertencentes às camadas mais abastadas podiam contar com uma vasta e acessível rede de apoio – parentes e amigos –, bem como com trabalhadores domésticos, para ajudá-las nos cuidados com a casa e com as crianças. Além disso, as atividades voluntárias não obedeciam aos horários inflexíveis, não tinham as longas jornadas de trabalho e nem seguiam os padrões vigentes de produtividade impostos pelo trabalho remunerado do sistema capitalista atual, que desconsidera a família. Ao contrário, tanto o tipo de atividade quanto o tempo investido nela eram determinados pelas próprias mulheres, de acordo com suas disponibilidades e as necessidades da família.

Quanto às mulheres pobres, o trabalho assalariado não pode ser considerado como uma inovação recente, e tampouco se pode afirmar que ele exerça realmente um efeito libertador. O trabalho da mulher pobre inscreve-se na lógica das necessidades familiares e é motivado por ela, não rompendo, necessariamente, com os fundamentos patriarcais de família e não se configurando obrigatoriamente como um meio de afirmação individual para a mulher. Embora elas sempre tenham trabalhado, seus esforços e atividades nunca foram bem retratados ou contabilizados, ficando quase sempre à margem da história. O que provavelmente facilitou a saída dessas mulheres dos seus lares para complementar o orçamento doméstico foi que, diferentemente de hoje, elas podiam contar com um sistema de troca de serviços não remunerados entre parentes, amigos e vizinhos, baseado nas relações de reciprocidade. Isto é os afazeres domésticos das mulheres pobres eram geralmente divididos com outras mulheres da sua rede de

parentesco ou vizinhança e, assim, elas podiam dispor do apoio umas das outras (PEDRO, 1999; FONSECA, 2000; SOIHET, 2000). Este sistema de reciprocidade funcionava bem numa sociedade de solidariedade e confiança mútua, fundado na sensibilidade e na boa vontade das pessoas. No sistema capitalista atual, em que o que se valoriza é a individualidade, o sistema de reciprocidade passou a ser vivido como uma limitação à liberdade pessoal. Na contemporaneidade, segundo Lasch (1999),

depende de outros nos torna devedores, enquanto o mecanismo impessoal do mercado nos permite saldar todas as nossas obrigações com simples pagamento. [...] Passamos a nos perguntar se não seria mais civilizado, mais sofisticado, pagar por aquilo que precisamos (pp.121-122).

Os laços de cuidado antes diluídos na comunidade, no mundo capitalista atual, passaram a se concentrar exclusivamente nas figuras parentais, na medida em que outras pessoas da comunidade perderam a “capacidade” de intervir nas relações familiares. O enfraquecimento destas tradições coletivas afeta principalmente as mulheres pobres, que perdem ou, pelo menos, vêem limitada, a rede de apoio da comunidade com a qual usualmente podiam contar sem restrições. Assim, embora a mulher pobre permaneça, ainda hoje, dependente de um sistema informal de ajuda – vizinhos e parentes –, lançar mão dele torna-se cada vez mais problemático. Devido aos poucos recursos que possui, dificilmente ela conseguirá retribuir a ajuda e os auxílios recebidos e, para não se tornar devedora, buscará construir estratégias individuais e familiares para dar conta da sua dupla jornada de trabalho. A viabilização desta dupla jornada torna-se, para este grupo de mulheres, mais difícil, considerando-se a ausência do Estado na garantia do bem-estar social.

Vale lembrar que, apesar das mulheres das diferentes camadas sociais, nestas últimas décadas, terem aumentado consideravelmente a sua participação no mercado de trabalho, seus papéis de mãe e esposa em pouco foram alterados. Como ressalva Ardaillon (1989),

Consideradas "indivíduos" no âmbito público, com direitos e deveres iguais àqueles de qualquer outro indivíduo, elas se reencontram, no domínio privado, como "indivíduos femininos" cujos direitos e deveres são tudo menos iguais àqueles dos indivíduos masculinos com os quais elas dividem suas vidas afetivas e sexuais (p. 191).

Por outro lado, segundo Strey (1997),

Ainda hoje, mesmo as idéias mais progressistas e igualitárias em relação ao trabalho feminino reivindicam-no como um direito que é necessário conquistar e não como uma obrigação irremediável. Essa percepção da não obrigatoriedade do trabalho feminino, assim como o dever social que têm as mulheres de dedicar-se de forma primordial a família marcam importantes diferenças na percepção do mundo do trabalho feminino em relação aos dos homens (p.60).

A maior participação feminina – em termos de permanência e tempo de dedicação - no mercado de trabalho na sociedade atual – veloz, tecnológica, individualista – levou as mulheres contemporâneas a acelerar seus ritmos e a tentar comprimir família e trabalho dentro de um tempo que teima e resiste em se esticar, não passando das vinte e quatro horas do dia. Isto porque, as mulheres entraram no mundo do trabalho sem que se levasse em conta às horas que dedicam à vida privada. Esse tempo que ninguém computa, que as contas públicas desconhecem, contudo, é que garante a preservação da vida. Como assinala Alves (1981), as mulheres enfrentam a concorrência no espaço público trazendo consigo as raízes e responsabilidades do espaço privado:

A mulher que trabalha fora vive uma espécie de esquizofrenia, uma divisão constante, na medida em que a nossa sociedade não leva em conta as atividades desenvolvidas na esfera privada, cujo desempenho cabe sempre à mulher [...]. Há um tal ocultamento do trabalho doméstico, que é como se o seu produto fosse o resultado

de um toque mágico de "varinha de condão". É o produto invisível, não registrado, desvalorizado, inexistente, embora interminável. A entrada no mundo do trabalho externo não representa, desta forma, uma ruptura com as tarefas domésticas. Na realidade, a mulher passa a desenvolver uma dupla jornada, a sofrer uma dupla carga, já que se lhe exige responsabilidade pelas duas esferas de atuação (p.367).

Algumas pesquisas ressaltam, por outro lado (MASSI, 1992; ROCHA-COUTINHO, 2000; PACHECO, 2000; 2001) que as mulheres com uma carreira profissional e de melhor nível educativo, pelo menos a nível de discurso, acreditam que as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças não são tarefas exclusivamente de sua responsabilidade, mas antes devem ser repartidas com os outros membros da família. No entanto, na distribuição do trabalho do lar são elas que assumem a maior parte dele, apesar desse discurso contrário. De fato a responsabilidade sobre a família é vivida ainda como sua. O trabalho masculino dentro de casa acontece e é visto, ainda, na maioria das vezes, como uma ajuda e, portanto, tem caráter eventual. O antigo discurso social de que cabe à mulher os cuidados da casa e da família continua presente na sociedade e convive com os novos discursos emancipatórios e individualistas. Assim, apenas ao papel tradicional feminino foram adicionadas novas responsabilidades sem haver uma verdadeira transformação das relações entre homens e mulheres dentro da família. Como assinala Rocha-Coutinho (2000),

O trabalho fora de casa apresenta algumas peculiaridades, uma vez que deve coexistir com outra prioridade feminina, a família. Tal fato traz conseqüências tanto em termos das condições de trabalho que são buscadas pela mulher – numa forma que procura conciliar as diferentes “prioridades” – quanto da definição do melhor momento para abrir mão de uma delas – ainda que temporariamente -, o trabalho, para favorecer a outra, a família. Como se pode observar é nesta inserção carreira-família que vão se configurar os grandes impasses enfrentados pela mulher em seu percurso singular de atuação que, por si só, [...], já a situam distante da pretensa “igualdade” (p.80-81).

Parece, desta forma, que as mulheres ajudam com sua renda a economia familiar e, reciprocamente, os homens cooperam nas tarefas domésticas. Isto é, se, para as mulheres, trabalhar fora pode ainda ser visto como uma “opção” e não uma obrigação, para os homens, o opcional é contribuir nas atividades do lar. Assim, quando a mulher se vincula ao mercado de trabalho, segue, geralmente, mantendo grande responsabilidade - quando não a principal - pelo cuidado das crianças e pelo trabalho doméstico realizado em seu lar. A avaliação diferenciada que atribui valores desiguais aos papéis masculinos e femininos fez com que o trabalho fora do lar, quando realizado pela mulher, e o trabalho doméstico, quando realizado pelo homem, sejam considerados como uma ajuda. Com isso estamos querendo dizer que não é o trabalho em si que tem caráter complementar, mas sim que o fato de uma atividade ser realizada por uma mulher já traz uma conotação de que é de menor valor e, portanto, secundário. Entendemos que a divisão de tarefas ditas “femininas” e “masculinas” é perpassada por relações de poder, designando espaços distintos para homens e mulheres, conforme a maior ou menor concentração de poder. Como aponta Silva (1999),

O que marca a divisão sexual do trabalho reside não tanto na divisão de tarefas, mas essencialmente na separação entre concepção e execução, e significado do que seja trabalho limpo/sujo, leve/pesado, minucioso/que exige movimentação. A divisão sexual do trabalho gera simultaneamente o estabelecimento da hierarquia do controle e da diferenciação de funções, dando sentido e criando a oposição masculino-feminino com valorização diferente (p.104).

Não podemos negar, contudo, que as profundas transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o processo de modernização, bem como o avanço da ciência e as inovações tecnológicas pelas quais a sociedade passou, afetaram profundamente a família e, mais especificamente, o papel social feminino. Hoje, é elevado o percentual de mulheres – pobres ou não - que ingressam no mercado de trabalho e também já é expressivo o número das que têm sucesso em

carreiras que, até pouco tempo atrás, eram redutos masculinos, como, por exemplo, medicina, jornalismo, administração e direito. De acordo com o IBGE (2001) também cresce a participação feminina (57,4%) nas universidades, superando, inclusive, a masculina (42,6%). As mulheres conquistaram uma maior liberdade social e sexual, podendo, optar por ter ou não filhos e planejar em que período de suas vidas desejam ser mães. O casamento burguês – legal e indissolúvel - começou a ser questionado como instituição e o número de relações conjugais não formalizadas expandiu-se imensamente. Hoje o que se vê é a coexistência de uma variedade de padrões familiares. Além disso, muitas mulheres já incluem em seus projetos de vida a realização pessoal, que não está mais subordinada exclusivamente à maternidade e ao casamento. Atualmente, há uma ênfase no crescimento pessoal e algumas mulheres passaram a dar relevo à realização profissional em detrimento, muitas vezes, de outros aspectos de suas vidas (ROCHA-COUTINHO, 1998a; 2000; PETERSEN, 1997; PACHECO, 1994; VAITSMAN, 1994; MASSI, 1992).

Entretanto, devemos considerar que, apesar das mudanças e do questionamento de antigos valores sobre a condição feminina terem afetado a sociedade como um todo, elas atingiram, principalmente, as mulheres das camadas média e alta, que têm um acesso maior e mais rápido tanto à educação quanto às informações que chegam de outros cantos do mundo, especialmente da Europa e dos Estados Unidos. Este grupo de mulheres, influenciadas por estas novas idéias, passou, a partir daí, a vislumbrar a possibilidade de obter uma maior autonomia, independência e poder através de uma crescente participação no mercado de trabalho. Para as mulheres das camadas médias, a decisão de ter uma profissão e trabalhar fora do lar envolve, muitas vezes, mais um projeto de realização pessoal do que uma necessidade financeira. Isto é elas não saem de casa apenas em

busca de um salário para complementar o orçamento doméstico ou para sobreviver. Como ressalta Massi (1992), sua entrada no mundo público está muito mais ligada ao desejo de ser reconhecida, respeitada e valorizada profissionalmente, sem se importar, em muitos casos, com a remuneração que receberá por este trabalho. Em suas palavras,

Nos extratos médios, as mulheres parecem estar embuídas, ideologicamente, de que é necessário trabalhar fora, pois, qualquer que seja a remuneração, ela passa a simbolizar algum trabalho, e, portanto, um trabalho produtivo. Daí a sensação de estar exercendo a cidadania, de estar participando do mundo; a remuneração sugere à mulher uma inserção no espaço público, sendo igualmente regida pelas mesmas normas sociais, às quais o homem deve se submeter (MASSI, 1992, p.40).

No entanto, o trabalho remunerado nem sempre é visto da mesma maneira por mulheres de diferentes camadas sociais, ou seja, como algo desejado e que cumpre o propósito de satisfazer um anseio próprio e individual, como muitas vezes ocorre no caso da classe média. Ao contrário, no caso das mulheres das camadas de baixa renda da população – ainda que não unicamente neste grupo de mulheres -, o trabalho pode assumir características bastante diversas das que tem nas classes dominantes. A entrada no mercado de trabalho é vivida, muito freqüentemente, por estas mulheres como uma imposição decorrente das precárias condições econômicas de sua família, o que demanda a busca de remuneração adicional para a sua sobrevivência e, principalmente, da família. Além disso, devemos lembrar, como apontamos anteriormente, que a participação da mulher pobre no mercado de trabalho é antiga. Elas sempre trabalharam para melhorar o orçamento familiar e este engajamento se deu muito mais por uma questão de subsistência do que por um desejo de realização pessoal ou de obtenção de maior independência. Ou seja, o trabalho, nesta situação, não parece estar vinculado diretamente à busca de maior liberdade pessoal, embora acabe, de certa forma, por

trazer uma relativa autonomia para a mulher. Segundo Sarti (1996), a dificuldade de afirmação individual da mulher pobre *“aparece como uma incongruência em seu universo moral. Onde os elos de obrigações em relação aos seus familiares prevalece sobre os projetos individuais (p.2)”*. Seus rendimentos não apenas são utilizados para atender as necessidades da família mais do que as suas próprias como também, pelo fato de serem muito pequenos, não garantem, na maioria das vezes, nem a sobrevivência familiar, mantendo a mulher pobre dependente dos recursos de outras pessoas ou instituições para viver.

Segundo Neves (2000), o mercado de trabalho oferece condições mais restritivas para as mulheres pobres do que para as mulheres das camadas mais favorecidas economicamente. Não é raro aceitarem e se submeterem a ocupações de contratos temporários dentro de um processo produtivo baseado na lógica de redução de custos, sem nenhuma forma real de valorização do trabalhador. Dentre todos os trabalhadores, são elas que têm menos condições de ascensão profissional e mais freqüentemente desempenham funções em atividades mecanizadas e com baixo nível de qualificação. Nesta situação, a vinculação a este tipo de atividade remunerada pode facilmente não ser interpretada como algo positivo ou emancipatório pela trabalhadora pobre, ainda que esta seja a sua única fonte de renda. É possível, inclusive, que grande parte destas mulheres voltasse a exercer somente as suas tarefas domésticas - cuidados com a casa e com as crianças -, consideradas por elas como “naturais”, caso a situação econômica de sua família melhorasse. Nestes casos, portanto, o ingresso feminino no mercado de trabalho é muito mais uma questão de subsistência do que de promoção do bem estar pessoal e familiar.

De fato, o aumento crescente do ingresso da mulher no mercado de trabalho, principalmente das pertencentes a classe média, que temos assistido nas últimas décadas, não deve ser visto como resultado apenas da busca de autonomia e independência feminina, mas da articulação de diversos fatores, tais como, a necessidade econômica, a elevação da expectativa de consumo, a abertura de novos empregos, o movimento feminista, a queda da taxa de fecundidade com o advento de métodos mais eficazes de controle da natalidade (como é o caso do surgimento da pílula anticoncepcional) e a expansão da escolaridade, entre outros (GOLDENBERG, 2000). Não podemos também deixar de levar em conta que o aprofundamento da pobreza tem sido um importante fator na progressiva participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo no caso das mulheres pobres.

Efetivamente, a crise econômica pela qual o país vem passando tem contribuído para um aumento do número de horas que as mulheres dedicam ao trabalho remunerado, bem como dos anos de vida em que ela se mantém economicamente ativa. O grau de continuidade das trajetórias laborais femininas também é maior, ou seja, a proporção de mulheres que permanece no mercado de trabalho após a maternidade tem crescido acentuadamente. No entanto, as mulheres – pobres ou não - têm se deparado com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e qualificado, onde a chance de ocupar cargos valorizados e bem remunerados tem se reduzido drasticamente. As trabalhadoras ainda hoje se concentram no setor terciário da economia e, dentro dele, no ramo de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio social e remuneração, sem necessidade de qualificação profissional e sem proteção trabalhista ou previdenciária (BRUSCHINI, 1994). Segundo Lavinás (1996),

Metade das mulheres que trabalham estão no setor informal, destituídas, pois, de direitos previdenciários. Elas trabalham majoritariamente em tempo parcial, contra apenas 15,5% dos homens, o que demonstra, evidentemente, que a força de trabalho feminina não dispõe das mesmas chances de competir no mercado de trabalho em relação aos seus colegas do sexo masculino. Não é por acaso que dentre os trabalhadores que desenvolvem atividades em seu próprio domicílio, 82,2% são mulheres, indicando que as oportunidades de multiplicar suas atividades são restritas a um número de funções compatíveis com os limites do espaço e das atividades domésticas, limite que se reveste de grande importância em se tratando de lares pobres e desprovidos, muitas vezes de infraestrutura básica (pp.466-467).

Ao que parece, grande parte das mulheres brasileiras, como são pobres, estão trabalhando muito mais por uma questão de sobrevivência do que de realização pessoal. São poucas as que conseguem, somente com seus rendimentos, alcançar uma autonomia financeira. A possibilidade de uma empolgante carreira ou de realizar atividades criativas, desafiantes e socialmente valorizadas está fora de alcance para a maioria das mulheres no país.

Desta forma, embora algumas pesquisas apontem o aumento da participação feminina no mercado de trabalho como um grande benefício para a mulher - conduzindo, pelo menos em parte, a uma maior autonomia da mulher e igualdade de gênero (LAVINAS, 1996; BRUSCHINI, 2000; FUNDAÇÃO SEADE, 2002) -, outros estudos, no entanto, não vêem de forma tão clara esta situação. Para estes, os efeitos da crescente participação feminina no mercado de trabalho não foram acompanhados de uma diminuição significativa das desigualdades profissionais de gênero (LLOYD & GAGE-BRANDON, 1993; STREY, 1997; CARVALHO, 1998; NEVES, 2000; OLIVEIRA, 2000; BOYD, 2002). Segundo Abramo (2000),

A maior parte dos empregos femininos continua concentrada em alguns setores de atividade e agrupada em um pequeno número de profissões, e essa segmentação continua estando na base das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mercado de

trabalho, incluindo as salariais. As possibilidades de acesso a postos elevados nas hierarquias ocupacionais continuam sendo muito modestas para a maioria das mulheres (p.113).

Cabe ressaltar que, embora a segmentação da força de trabalho feminina afete mais profundamente às camadas mais baixas, não se restringe apenas a elas. Como resalta Abramo (2000), os novos encadeamentos produtivos e o processo de inovação tecnológica – como, por exemplo, o “modelo japonês” – não produziram uma diminuição significativa das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, mas antes, acabaram conduzindo, com frequência, as mulheres para ocupações de menor prestígio social e, conseqüentemente, mais mal pagas. Em suas palavras,

Os empregos vitalícios, qualificados e remunerados, em geral, são ocupados pelo trabalhador (homem) das grandes empresas industriais, estando reservado para as mulheres os empregos menos qualificados, instáveis e mais mal-remunerados das empresas que participam do sistema de subcontratação, parte constitutiva desse mesmo modelo (Abramo 2000, p.119).

Segundo a autora, isto ocorreria não apenas em países caracterizados por uma maior disponibilidade de mão-de-obra barata, como é o caso da América Latina, mas também em países avançados como, por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá. De fato, como aponta Abreu (1993 citado por ABRAMO, 2000), as novas ordenações só são possíveis com a manutenção concomitante dos antigos modelos de produção:

a flexibilidade nobre e pioneira de uns só é possível devido à permanência do taylorismo para outras [...]. O que a evidência de uma série de estudos empíricos realizados na América Latina parece indicar é que o novo modelo de flexibilização, para as mulheres, passa pela utilização intensiva de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, empregos a tempo parcial e/ou trabalho a domicílio (p.120).

Na mesma direção como assinala Marulanda (1982), podemos pensar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não é resultado simplesmente de uma dinamização no processo de modernização, mas, ao contrário,

es consecuencia del hecho de que la estructura productiva no se há desarrollado por medio de la expansión rápida y eficaz del sector moderno, sino que há crecido articulando sectores modernos com otros más atrasados. La existencia y persistencia de estos últimos cumple una doble función: la de generar ingresos familiares necesarios para la reproducción de la fuerza de trabajo (simultáneamente presionando hacia abajo el nivel general de salarios de toda la economía) y la de permitir a la actividad capitalista dominante superar algunos problemas de su desarrollo particular en el contexto de un país subdesarrollado y dependiente, con deficiente mercado interno para los bienes producidos por las actividades de punta (pp.3-4).

Dentro deste panorama, tudo indica que a crescente participação feminina no mercado de trabalho, longe de garantir uma igualdade de direitos entre homens e mulheres ou ser conseqüência dela, tem mantido a mulher, neste campo, em condições freqüentemente desvantajosas quando comparadas às masculinas. Como aponta Petersen (1997),

Segundo o Relatório de 1995 do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), as mulheres são hoje responsáveis por 70% das horas trabalhadas em todo o mundo, mas, em contrapartida, detêm tão somente 10% da renda mundial. Ainda, o referido relatório indica que 70% de 1,3 milhões de pessoas que vivem abaixo da pobreza absoluta e dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres. Também é dito no relatório que, se as mulheres recebessem pelo trabalho doméstico não-pago, circulariam no mundo mais de 13 milhões de dólares (p.24).

Em resumo, as mulheres trabalham muito mais e ganham muito menos do que os homens. Além disso, se, por um lado, a participação da mulher no mundo público se intensificou, por outro, este aumento não foi acompanhado de uma diminuição das atividades realizadas na esfera do lar. Neste espaço os deveres e obrigações continuaram quase que exclusivamente sob sua responsabilidade. Com

isto podemos dizer que uma das conseqüências mais negativas/danosas da participação da mulher no mercado de trabalho foi a dupla jornada de trabalho, isto é, a realização concomitantemente do trabalho doméstico não remunerado dentro de casa com o trabalho remunerado fora do lar.

É claro que a dupla jornada de trabalho também se verifica em outros grupos sociais - estudantes, crianças e idosos, por exemplo -, porém, no caso das mulheres, ela ocorre durante praticamente toda a vida. Como vimos, anteriormente, a situação não é idêntica para todas as mulheres, uma vez que há importantes diferenças decorrentes das condições socioeconômicas. No entanto, a divisão sexual do trabalho e a aceitação generalizada de que o trabalho doméstico é prioritariamente responsabilidade feminina transcendem as barreiras de classe social e, de alguma forma, atingem todas as mulheres.

Além disso, uma outra questão bastante importante, apontada por STREY (1997), é que, longe do que se pode fazer crer o trabalho doméstico, apesar de todos os avanços científicos, não diminuiu. Em grande parte, em virtude da necessidade de suprir a ausência ou a diminuição dos rendimentos familiares e enfrentar o aumento do custo de vida, muitas famílias tiveram que cortar gastos com serviços ou artigos que não fossem de primeira necessidade mas que auxiliavam nas tarefas do lar, passando os próprios membros da família a arcar com todas as atividades domésticas, além dos cuidados com as crianças. Some-se a isto o fato de que, apesar do número crescente de eletrodomésticos que facilitam as tarefas domésticas, se gasta muito mais tempo nelas, devido, provavelmente às mudanças culturais sobre os conceitos de higiene e limpeza, o que pode levar, muitas vezes, as pessoas a limpar com mais freqüência as suas casas, seus pertences e a si mesmas. Também mudaram as necessidades em relação a

serviços pessoais, educativos, sanitários e assistenciais. Tem-se, de maneira geral, um número menor de filhos, porém deve-se dedicar maiores cuidados e despender maior quantidade de tempo e dinheiro com eles (seja na família e/ou em atividades educativas, desportivas e recreativas, por exemplo). Além disso, os jovens de ambos os sexos tardam mais a entrar no mercado de trabalho e a se casar também, ficando, portanto, mais tempo dependentes de seus familiares. Finalmente, as novas descobertas na medicina e as melhorias nas áreas de habitação e saneamento conduziram a um aumento da longevidade da população, o que fez crescer o número de pessoas idosas na família e, conseqüentemente, a necessidade de dedicar mais tempo à sua assistência.

A questão que se destaca aqui é que, embora os encargos com as atividades domésticas e com a assistência aos filhos e aos idosos tenham aumentado na sociedade atual eles continuam sendo assumidos prioritariamente pelas mulheres, sejam estas atividades remuneradas ou não, realizadas no seio da família ou em outra instituição. E, dentro do sistema econômico e social, estas são as atividades menos valorizadas e de menor prestígio por estarem relacionadas às relações afetivas e às obrigações familiares e não à produção de bens e serviços sociais.

Os dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001, (citado por FUNDAÇÃO SEADE, 2002), com 2.502 mulheres de 15 anos ou mais, em 187 municípios de 24 Estados brasileiros, pode ilustrar bem esta situação da mulher no espaço doméstico. Das mulheres pesquisadas inseridas no mercado de trabalho, 96% eram as principais responsáveis pela orientação e/ou execução dos afazeres domésticos, tendo somente 22% destas mulheres afirmado que os homens eram os que mais as ajudavam, sendo que, destes, apenas 12%

eram maridos ou parceiros. As mulheres haviam gasto, em média, 40 horas semanais fazendo e orientando os trabalhos domésticos, cuidando dos filhos e de pessoas idosas ou doentes. Entre as casadas, o tempo médio gasto pelos seus maridos ou parceiros com as mesmas atividades foi de apenas 6 horas. Nos E.U.A., segundo Goldenberg (2000), onde as mulheres alcançaram muito em termos de igualdade de direitos, as mulheres casadas ainda permanecem fazendo 70% do trabalho doméstico.

Na cidade de São Paulo, segundo Bruschini (1997), em 1995, 30% das meninas de 10 a 14 anos estudavam, cuidavam dos irmãos pequenos e ajudavam nas tarefas domésticas, com prejuízo de seu tempo de estudo e lazer. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde de 1997 (citado por BRUSCHINI, 2000), 23% das trabalhadoras cuidam sozinhas dos seus filhos menores de 5 anos, 34% são ajudadas por parentes, 10% pelas filhas, 12% por empregadas domésticas, 10,2% deixam seus filhos em creches e apenas 4% são ajudadas pelos maridos. Estes dados parecem confirmar que, de maneira geral, em nossa sociedade, apesar de todas as mudanças e avanços ocorridos nas últimas décadas no que diz respeito à condição social feminina, a mulher permanece sendo a figura central na esfera privada e a principal responsável pelo cuidado da casa e da família.

Por maiores que tenham sido as mudanças, na sociedade atual, o espaço do lar e da família continua sendo um território prioritariamente feminino. De fato, as transformações na sociedade contemporânea acarretaram alterações muito restritas no papel social da mulher. Ao antigo modelo de mãe e esposa - foi apenas adicionado um outro, o de trabalhadora, e as mulheres encontram-se, assim, atualmente, divididas entre os seus múltiplos papéis, buscando o melhor modo de

conciliação entre eles. Segundo Goldenberg (2000), o que vivemos hoje não é simplesmente uma ruptura com o passado, mas a convivência de novas visões com antigos estereótipos e a transformação gradativa dos papéis sociais masculinos e femininos. Por um lado, as mulheres acreditam que têm direito a uma realização pessoal não mais restrita à maternidade e ao casamento, mas, por outro, continuam a se sentir responsáveis pelos cuidados do lar e da família. Se hoje a participação masculina nos cuidados com a casa e com as crianças é maior, também é verdade que a real responsabilidade sobre tudo que acontece no espaço privado continua sendo, predominantemente, da mulher (PACHECO, 1994; 2001; STREY, BRZEZINSKI, BÜCKER & ESCOBAR, 1997; ROCHA-COUTINHO, 1998a; VAITSMAN, 2001).

Na realidade, na sociedade atual, o modelo de família que continua a prevalecer é o da família conjugal moderna tradicional. Nele, o espaço do lar e da família continua sendo território prioritariamente feminino, cabendo à mulher a responsabilidade de organizá-lo e, muitas vezes, também, mantê-lo. O trabalho realizado pela mulher neste território, embora garanta a sobrevivência de seus membros, é visto como fruto do amor – aos filhos, à família e ao lar – e, portanto, é considerado como “natural”, não adquirindo, assim, nenhum valor mercantil. Quanto aos homens, a eles é atribuído o papel de principal e, muitas vezes, de único responsável pelo sustento da família. Em grande parte, em decorrência disto, eles são tidos como os chefes “naturais” do lar. O seu trabalho é visto, quase sempre, como produtivo e tem a ele agregado um valor econômico. Se, no seio da família não houve grandes mudanças e o modelo tradicional permanece, no espaço público a situação não é diferente. A maioria das mulheres vem aceitando o padrão masculino de trabalho como sendo o natural, esquecendo-se de que os homens

sempre puderam contar com elas para assumir os cuidados da casa e da família enquanto eles se dedicavam exclusivamente, ou quase, ao trabalho fora do lar.

Não é de se estranhar, portanto, que a desvalorização e a segmentação do trabalho feminino limite a incorporação da mulher ao mercado de trabalho. E, a naturalização desta situação, tanto pela própria mulher como pela sociedade traz conseqüências importantes para a sua vida e a de sua família. O desempenho simultâneo de vários papéis - mãe, esposa e trabalhadora -, contribui para uma sobrecarga acentuada de trabalho e, conseqüentemente, para um desgaste, tanto físico como psicológico. Além disso, situa a mulher nos setores e ocupações que são freqüentemente considerados os menos importantes e os mais mal remunerados, mas que permitem conciliar suas diversas responsabilidades e atribuições.

Não se pode negar, entretanto, que a ampliação da participação das mulheres urbanas - das diferentes camadas sociais - na força de trabalho tem como aspecto positivo dar-lhes uma certa independência econômica que, por menor que seja, já introduz na relação familiar uma dinâmica diferente. A ausência desta independência tem para ela um caráter mais marcado de subordinação. Além disso, a inserção da mulher no mundo público, pode tirá-la do isolamento doméstico, como ainda a põe em contato com problemáticas mais globais que podem levá-la a uma reflexão sobre sua própria condição e a de sua família e, conseqüentemente, à percepção de que sua situação não é específica da mulher, mas similar à de outros grupos sociais marginalizados. Finalmente, para muitas mulheres, especialmente das camadas sociais mais abastadas, exercer uma atividade remunerada pode ter, ainda, a finalidade de realização pessoal que não pode ser desprezada.

Deste modo, para se conhecer melhor as condições de vida e de trabalho femininas é preciso analisar e identificar as atividades desenvolvidas pelas mulheres tanto no setor produtivo como no reprodutivo, sejam elas realizadas fora ou dentro do lar. É necessário rever e ampliar o conceito tradicional de trabalho, para que nele estejam incluídas todas as tarefas ligadas ao domínio da reprodução, bem como as atividades desenvolvidas na economia informal, já que muitas delas, embora centrais na vida de mulheres e homens, não são reconhecidas como trabalho e, portanto, permanecem à margem das estatísticas socioeconômicas nacionais e, assim, fora do foco das políticas sociais. É preciso também, juntamente com essa reflexão acerca do conceito de trabalho, repensar o discurso ideológico da divisão social e sexual do trabalho, utilizado como sustentação e exploração do sistema capitalista e, em especial, das mulheres. Só assim se poderá ter uma visão mais realista do tipo e da quantidade de trabalho realizado pelas mulheres na sociedade e de suas implicações deste sobre o seu cotidiano, o seu bem-estar e o da sua família.

2.1.1 - Alguns indicadores relativos às condições de trabalho da mulher brasileira

O perfil das mulheres trabalhadoras teve uma significativa mudança nas últimas décadas. Elas, que até o final da década de 1970, em sua maioria eram jovens e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães (RIBEIRO *et al.*, 1998; BRUSCHINI, 2000; FUNDAÇÃO SEADE, 2002a). Ainda segundo esses estudos, a mudança no perfil das trabalhadoras femininas está relacionada a um expressivo aumento da participação das esposas no mercado de trabalho e, o que, em parte, está associado ao crescimento da taxa de desemprego dos homens chefes de família. Segundo Bruschini (2000),

Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudança na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho (p.17).

Estes dados sugerem que, atualmente, são as mulheres casadas e mais velhas que, mais freqüentemente, se dispõem a enfrentar as dificuldades próprias da conciliação de atividades profissionais e familiares e, em boa parte das vezes, para complementar a renda familiar e compensar o desemprego masculino.

As estatísticas nacionais apontam também para o fato de que a presença de filhos na família, principalmente quando são pequenos, ainda continua sendo um fator que interfere e dificulta a ocupação feminina (FUNDAÇÃO SEADE, 2002a; BRUSCHINI, 2000; RIBEIRO et al., 1998). Em 1995, segundo Bruschini (2000), 54% das mulheres trabalhavam, mas, entre as que tinham filhos, a atividade caía para 51,9%. No caso masculino, a taxa de atividade é constante, ou seja, se mantém sem alterações nas diferentes faixas etárias, independentemente do número de filhos.

No caso das mulheres jovens com filhos pequenos podemos supor que a dificuldade na conciliação de seu duplo papel de trabalhadora e esposa deve ser ainda maior. Isto porque, quando observamos a taxa de atividade das trabalhadoras que estão na faixa de 20 a 24 anos podemos verificar que 61% das mulheres que não têm filhos estão ocupadas, mas, entre as que têm filhos, apenas 50% trabalham. Na região metropolitana de São Paulo, entre as mulheres sem filhos, 76,3% delas trabalham e, entre aquelas com um único filho, somente 61,2% estão ocupadas (FUNDAÇÃO SEADE, 2002a).

Talvez uma situação que contribua para a maior dificuldade de engajamento das jovens mães no mercado de trabalho seja a ausência de apoio no trabalho doméstico e no cuidado com as crianças e/ou a impossibilidade de pagar para obter esta ajuda. Segundo Rosemberg, Campos & Pinto (1985), 78,4% das crianças de 0 a 6 anos nas regiões metropolitanas ficam com suas mães a maior parte do tempo. Isto, provavelmente, não é apenas somente resultado do tipo e volume de cuidados que uma criança pequena requer, mas, também, fruto da falta de uma política social adequada de atenção à criança na faixa de 0 a 6 anos, especialmente junto às populações pobres. Decorre, possivelmente, daí as maiores dificuldades que, principalmente, as mães pobres com filhos pequenos têm que enfrentar para se engajarem no mercado de trabalho. Estas, muitas vezes, não têm com quem ou onde deixar seus filhos pequenos durante sua ausência.

Se, por um lado, as estatísticas têm revelado que a presença das mulheres no mercado de trabalho é cada vez maior e um pouco mais diversificada, conseqüência das sucessivas crises econômicas por que tem passado o país (BRUSCHINI, 1994 e 2000; LAVINAS, 1996; LAVINAS & MELO, 1996; FUNDAÇÃO SEADE, 2001 e 2002), por outro, elas revelam que as mulheres ainda estão longe de participar deste mercado na mesma proporção que os homens. Segundo Soares & Izaki (2002), em 1977, 32% das mulheres de 10 anos ou mais e 39% das mulheres dos 16 aos 60 anos participavam do mercado de trabalho; as taxas equivalentes para os homens eram de 73% e 88%, respectivamente. Em 2001, mais de duas décadas depois, as taxas equivalentes masculinas em pouco mudaram – 72% e 87% -, enquanto que as femininas aumentaram bastante - 46% e 58%. Porém, as desigualdades entre mulheres e homens permanecem e são, ainda, por vezes, mais acentuadas.

Devemos considerar que parte desse aumento da participação feminina no mercado de trabalho foi provocada pela ampliação do conceito de trabalho adotada pelo IBGE. Este passou, em 1992, a considerar como trabalho atividades realizadas para autoconsumo ou para o consumo familiar. Como estas atividades quase sempre foram realizadas por mulheres, os efeitos da nova metodologia incidiram principalmente sobre as estatísticas femininas, enquanto que as taxas masculinas permaneceram inalteradas. Esta nova metodologia, entretanto, ainda não avançou o suficiente para incluir como trabalho as atividades domésticas – cuidados com a casa e com as crianças -, realizadas pelas donas de casa. Estas continuam sendo classificadas como inatividade econômica e, portanto, permanecem invisíveis nas estatísticas nacionais.

De fato, uma análise cuidadosa da distribuição de homens e mulheres trabalhadores por ramo de atividade, ocupação e posição ocupacional aponta para a existência de grandes discriminações salariais e ocupacionais por sexo. Segundo Bruschini (1994; 2000), apesar das conquistas femininas, as mulheres continuam tendo presença marcante nos setores de prestação de serviços, social e comercial, além do agrícola. De fato, as mulheres brasileiras permanecem concentradas num número pequeno de atividades e ocupações. Quase 2/3 delas desempenham funções na área de serviço (educação, saúde e serviços pessoais). Em 1993, cerca de apenas 10% das mulheres trabalhavam na indústria, onde os salários oferecidos são, em geral, os mais altos do mercado (BRUSCHINI, 2000). As ocupações femininas mais frequentes são: empregadas domésticas e trabalhadoras no campo, para as menos instruídas; secretárias e balconistas, para as de nível médio, e professoras primárias e enfermeiras, para as mulheres com escolaridade mais elevada. Cabe acrescentar aqui que, de cada 100 trabalhadoras brasileiras, 20 são

empregadas domésticas, 12 são secretárias, 12 trabalham no campo, 8 são professoras e 6 são vendedoras (GOLDENBERG, 2000). Ou seja, 58% das trabalhadoras se concentram em apenas 5 tipos de ocupação. Assim como aponta Goldenberg (2000), *“Cerca de 70% das brasileiras estão em atividades de baixa remuneração, baixo prestígio social, sem qualificação profissional e sem proteção trabalhista ou previdenciária. É o que pode ser chamado de feminização da pobreza”* (p.109).

No caso das mulheres pobres, a situação é mais crítica. Em uma pesquisa realizada em 1990 na região metropolitana de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 1994), observou-se que a possibilidade de inserção no mercado de trabalho das mulheres pobres acontece, principalmente, no emprego doméstico, sendo pequena a sua chance de acesso a um outro tipo de ocupação assalariada. O estudo mostra ainda que, para as mulheres negras ou pardas – que são, na grande maioria dos casos, pobres - a situação é pior. A mesma tendência é confirmada pela pesquisa de Carvalho (1998) com populações de baixa renda do Distrito Federal. As mulheres do grupo estudado estavam predominantemente envolvidas no setor de prestação de serviços - trabalhos domésticos -, enquanto que os homens atuavam na construção civil e em trabalhos autônomos.

A nível nacional, cabe ressaltar, conforme Lavinias & Melo (1996), que embora as mulheres representem 93% de todas as pessoas que trabalham como empregadas domésticas, ainda assim sua remuneração é inferior em 30% à dos poucos homens que ocupam esta função. Segundo Goldenberg (2000), as empregadas domésticas são quase cinco milhões de mulheres em todo país e 65% delas ganham até um salário mínimo, reproduzindo, de certa maneira, o sistema escravagista. Acresce-se a isso o fato de que *“ser empregada doméstica é quase*

sinônimo de mulher sem hora para parar de trabalhar, sem privacidade” (LAVINAS & MELO, 1996, p.39). Atualmente, no país, mais de 80% de todas as pessoas que ocupam cargos de costureiras, professoras do ensino fundamental, secretárias, telefonistas e enfermeiras são mulheres, ocupações que se encontram entre as mais mal remuneradas do país. As mulheres (em torno de 50%) concentram-se em atividades em que apenas 5% da força de trabalho é masculina. Ou seja, apesar das transformações ocorridas na sociedade, a segregação ocupacional permanece uma realidade no nosso país.

No que diz respeito aos rendimentos auferidos com o trabalho, os dados da PNAD de 2001 (IBGE, 2002a) revelam que persistem as diferenças entre os rendimentos médios masculinos (R\$ 618,00), equivalentes a 3,4 salários mínimos e os femininos (R\$ 390,00), equivalentes a 2,2 salários mínimos. Entretanto, o que mais chama atenção nisso tudo, como aponta Bruschini (2000), é que o diferencial de remuneração feminina não é explicado, pelo menos não totalmente, pelo tipo de vínculo com o trabalho, pela posição exercida, pelo tipo de ocupação, pela qualificação do trabalhador e pelos anos de estudo. As mulheres ganham menos do que os homens, como assinalamos antes, mesmo nas ocupações em que continuam sendo maioria (como é o caso, por exemplo, dos trabalhadores domésticos). Além disso, as trabalhadoras hoje possuem escolaridade e anos de estudo superiores aos de seus colegas do sexo masculino, o que não evita a permanência da desigualdade de ganho entre eles. Nas palavras de Bruschini (2000),

A discriminação contra as mulheres, em relação aos ganhos obtidos no mercado de trabalho, não é devida nem aos setores econômicos nos quais se inserem, nem ao número de horas trabalhadas, nem as ocupações desempenhadas e nem ao seu nível de escolaridade. Mesmo as que conseguem ascender na estrutura hierárquica das empresas, ou da administração pública, assumindo posições de

maior responsabilidade e de maiores ganhos, estão sujeitas a ganharem menos que os seus colegas (p.48).

Portanto, a participação feminina no mercado de trabalho não está dissociada do contexto social e histórico mais abrangente, mas, ao contrário, encontra-se dinamicamente articulada a ele. O que estamos querendo dizer é que a situação de discriminação ocupacional e salarial da mulher está muito mais ligada ao significado e ao valor atribuído socialmente ao trabalho feminino, do que as variáveis econômicas e objetivas do mercado de trabalho – como número de vagas, nível de instrução do trabalhador e ramo de atividade, entre outras. É preciso observar que a relação entre trabalhadores e mercado de trabalho não é direta, uma vez que valores culturais e sociais são definidores das possibilidades de seus diferentes componentes, homens e mulheres, estarem ou não disponíveis para o trabalho dito produtivo, bem como poderem ou não exercer certos papéis e ocuparem determinadas posições. No caso da mulher, por exemplo, a atividade econômica varia sensivelmente quando ela se torna mãe, variação que é ainda maior quando ela tem mais de um filho.

Conforme dados apresentados pela Fundação SEADE (1998), tanto estudos efetuados no Brasil como no exterior demonstram ser mais freqüente, no caso das mulheres, o uso de contratos por tempo determinado, com jornada parcial de trabalho e realizados no próprio domicílio. Se isto, de certa maneira, amplia a possibilidade de participação feminina no mercado de trabalho, contribui também para que esta participação se dê sob condições menos favoráveis – menor remuneração e perda da proteção oferecida pela legislação. Segundo Bruschini (1994),

No trabalho domiciliar a contribuição econômica da mulher quase sempre permanece invisível e com ganhos instáveis. A flexibilidade

no uso do tempo, no entanto, que permite a conciliação entre atividades familiares e econômicas, continua atraindo mulheres com responsabilidades domésticas para atividades como essas, que não contam com nenhum tipo de garantia (p.77).

Segundo dados apresentados por Bruschini (1994), a grande maioria das mulheres - 46,6% -, assim como dos homens - 59,6% -, em 1990, trabalhava em tempo integral (de 40 a 48 horas semanais). Entretanto, um número maior de mulheres - 38,7% - do que de homens - 13,9% - trabalhava menos do que 40 horas semanais. Isto pode estar ocorrendo em função das trabalhadoras, ocupadas também com as tarefas domésticas, disporem efetivamente de menos tempo para se dedicarem ao mercado de trabalho. Certamente, se fossem somadas, contabilizadas e remuneradas as horas despendidas pelas mulheres nos cuidados com a casa e com a família, o número de horas semanais dedicadas pelas mulheres ao trabalho seria superior ao dos homens, bem como seu rendimento.

Com relação ao número de horas utilizadas no trabalho, parece relevante mencionar, ainda, o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2000, que apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o tempo empregado pelas pessoas em atividades mercantis e não-mercantis em países considerados em desenvolvimento. Os dados mostram que, em média, enquanto que os homens consomem 76% do seu tempo em atividades remuneradas e 24% em atividades não pagas, as mulheres gastam 62% de seu tempo em atividades não remuneradas e 38% em atividades mercantis. A partir destes resultados, podemos deduzir que os homens recebem uma maior parcela de renda e reconhecimento pelo seu trabalho do que as mulheres, enquanto que a maior parte do trabalho feminino continua não remunerado e não valorizado na sociedade.

Gostaríamos de mencionar ainda a situação educacional das mulheres, pois, de maneira geral, a escolaridade elevada do trabalhador no país traz conseqüências diretas para sua participação no mercado de trabalho, aumentando tanto as possibilidades de se obter trabalho quanto as de ocupar funções mais qualificadas e, portanto, de maior prestígio social e melhor renda. Em realidade, a situação educacional do país parece ter melhorado sensivelmente, principalmente em relação às mulheres (IBGE, 2002a; 2002b; TEIXEIRA, 2002; ROSEMBERG, 1994). Contudo, permanecem as desigualdades de gênero. No que diz respeito aos níveis educacionais alcançados por homens e mulheres, os dados indicam que, tanto nas faixas mais baixas quanto nas faixas mais altas de escolaridade, as mulheres aparecem em maiores proporções (IBGE, 2002a). A média nacional de anos de estudo das pessoas de 14 anos e mais, em 1999, foi de 5,95 anos para os homens e 6,21 para as mulheres (TEIXEIRA, 2002). Embora as estatísticas nacionais mostrem que a média do nível educacional das mulheres esteja aumentando e seja superior à masculina, as mulheres ainda são maioria nas faixas mais baixas de escolaridade. Este progresso, contudo, não foi capaz de aproximá-la do padrão mínimo desejável de escolaridade de 8 anos de estudo, ou seja, a grande maioria ainda não conseguiu terminar sequer o ensino fundamental. Estes dados são importantes, pois, supostamente quanto mais instruída for a mulher, maior será a probabilidade de seu ingresso no mercado de trabalho. Segundo Goldenberg (2000), 64% das mulheres com 9 anos ou mais de estudo são ativas economicamente. Além disso, a maior qualificação também aumenta as chances femininas de obtenção de cargos de prestígio e salários melhores (IBGE, 2002a).

2.1.2 - Alguns indicadores relativos à família brasileira

As famílias brasileiras, de acordo com os resultados do censo 2000 do

IBGE, estão se tornando menores, fenômeno observado tanto na área urbana como na rural. Porém, os dados censitários têm revelado, também, uma estreita relação entre o tamanho da família e a sua situação sócio-econômica. Segundo Ribeiro (1998) *“De modo geral, tem-se verificado que as famílias de menor poder aquisitivo são tradicionalmente mais numerosas do que aquelas que possuem melhor padrão sócio-econômico”* (p.146).

A análise apresentada por Ribeiro *et al.* (1998) sobre a evolução dos diferentes tipos de composição familiar no país, relativa aos dados obtidos em 1981 e 1990, delinea as mudanças e a complexa situação das famílias brasileiras atualmente. O que as informações revelam é que a família composta por pai, mãe e filho(s) ainda é o modelo prevalente. Entretanto, o modelo tradicional de família que, em 1981, representava 65% do total de unidades domésticas, em 1990 passou a 61%. Esta redução aponta para o crescimento de outras formas de organização familiar no país. Ainda segundo o estudo, no Brasil, as unidades domésticas unipessoais e as famílias formadas por mulher sem cônjuge morando com filhos são os dois tipos de família que apresentaram maior crescimento relativo na década de 1990, de 21,4% e 15%, respectivamente. Já os casais sem filhos e os pais morando com seus filhos apresentaram pequenas alterações em suas proporções. Os dados apontam uma tendência constante, a redução do tipo de família composta do casal com filhos.

De acordo com o IBGE (2002), o número de famílias chefiadas por mulheres existente no país - 24,9% - teve um crescimento acentuado, de quase 50% em relação a 1981, quando apenas 16% das famílias tinham mulheres como chefes. Hoje, uma em cada quatro famílias brasileiras é chefiada por mulheres. Em relação ao aumento das famílias chefiadas por mulheres, vários fatores podem ter

contribuído para isto - conjuntamente e com implicações diversas para as diferentes camadas sociais – e, embora, não seja nossa intenção discutir as causas desse fenômeno, alguns deles merecem ser brevemente mencionados (BURNS e SCOTT, 1994; GOLDANI, 1994; VAITSMAN, 1994; RIBEIRO *et al.*, 1998; MACÊDO, 2001). Dentre estes fatores, podemos apontar os seguintes:

- Os processos de busca de maior autonomia e independência feminina que, acelerados pelos movimentos feministas, têm levado a um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, possibilitando e estimulando a mulher a recusar ou romper com relações íntimas sentidas como insatisfatórias;
- A alteração no papel tradicional feminino, que já não mais se restringe à esfera doméstica e de subordinação à figura masculina, do marido;
- A mudança nos valores clássicos que afirmavam ser o casamento o caminho de ascensão social feminina, principalmente entre as mulheres de nível socioeconômico mais elevado, cujo poder de decisão é maior;
- A expansão dos valores individualistas e a transformação nas relações conjugais, que se tornaram mais instáveis e fragmentadas, fazendo com que a manutenção do casamento e, conseqüentemente, da família burguesa se subordinasse à satisfação emocional e individual dos cônjuges;
- A legalização do divórcio e as mudanças nos padrões morais da sociedade;
- O decréscimo da taxa de casamento e, conseqüentemente, o aumento do número de famílias uniparentais;
- A questão demográfica da sobre-mortalidade masculina, aumentando o número de viúvas e diminuindo as chances de novo casamento feminino;

- As crises econômicas, que provocaram movimentos migratórios e levaram os homens a buscarem trabalho fora do lugar onde viviam, transformando as mulheres nas únicas responsáveis por suas famílias;
- A precariedade das condições de vida e o agravamento da pobreza, o que contribuem para a instabilidade familiar e para a ruptura nas relações conjugais;

Acreditamos que os fatores apontados acima só podem ser analisados em conjunto, pois é justamente a sua interação e interdependência que acaba por determinar o crescente aumento no país de famílias uniparentais, entre as quais aquelas chefiadas por mulheres. Certamente a importância de cada um e o impacto sobre a mulher dependerão ainda de outros fatores, tais como, sua condição socioeconômica e de trabalho, seu acesso aos bens culturais e sua estabilidade financeira. Porém, de alguma maneira – direta ou indiretamente –, eles estão afetando tanto as escolhas femininas quanto as suas condições de vida. E, mais do que isso, ao mesmo tempo em que influenciam as escolhas e as condições de vida das mulheres, estas são também por eles determinadas.

Em nosso país, o número de separações e divórcios, na década de 1990, cresceu acentuadamente - 55,9% - (RIBEIRO *et al.* 1998), gerando uma quantidade maior de famílias uniparentais. Além disso, segundo Petrucelli (1998), entre 1980 e 1990 houve um declínio evidente dos casamentos legalizados e conseqüentemente um aumento das uniões consensuais. Porém, este processo não ocorreu de forma uniforme e tampouco foi desencadeado pelos mesmos motivos nas diferentes classes sociais. As regiões de maior poder aquisitivo - setores médios urbanos do sudeste e do sul do Brasil - tiveram um relativo aumento de uniões consensuais, provavelmente em função da mudança nos valores sociais ligados ao casamento. Entretanto, as áreas mais pobres do país são as que apresentaram os valores

relativos mais elevados desse tipo de união (PETRUCELLI, 1998). No caso dos pobres, as uniões consensuais sempre foram mais freqüentes, devido possivelmente à escassez de recursos. Assim, segundo Petrucelli (1998),

O aumento das uniões consensuais no Brasil não seria apenas expressão da modernização dos valores sociais em relação à constituição das famílias, mas também da precariedade das condições de vida de uma parcela significativa da população (p.167).

A análise das separações traz a questão da posse e guarda das crianças que, segundo o autor, na maioria quase absoluta das dissoluções tem ficado com a mulher – entre 80% e 85% dos casos.

Os dados encontrados, em pesquisa desenvolvida por Petrucelli (1998), sobre conjugalidade e idade, indicam que, na década de 1980, até os 40 anos de idade homens e mulheres seguiam um comportamento relativamente semelhante. Os jovens eram predominantemente solteiros. À medida que a idade aumentava, crescia também o número de pessoas casadas – fenômeno observado tanto no grupo dos homens como no das mulheres. Entretanto, os homens tendiam a se casar mais tarde do que as mulheres e aproximadamente 72% deles permaneciam casados até os 70 anos. No caso das mulheres, mais da metade delas já estavam casadas entre os 20 e os 24 anos, porém somente 23,8% continuavam casadas depois dos 70 anos. A maior proporção de mulheres casadas encontrava-se na faixa de 35 a 39 anos – 81,4% -, enquanto que a maior proporção masculina se dava por volta de 60 anos – 90%. Inversamente, o número de pessoas que se declaravam separadas, desquitadas, divorciadas ou viúvas era pouco significativo entre os homens – apenas 20% entre aqueles com 70 anos ou mais. No caso feminino, o número de mulheres sozinhas aumentava com a idade e, entre as mulheres com 70 anos ou mais, 66% encontravam-se nesta condição.

2.2 – Pobreza e família chefiada por mulher

No plano político-social do país a visão mais freqüentemente encontrada é a de que, para os pobres¹, bastam as condições mínimas vitais de sobrevivência. É claro que estas condições são importantes - não estamos aqui querendo diminuir ou desprezar a sua relevância -, mas elas não são suficientes. Porém, a lógica do mundo das necessidades – dar somente o mínimo necessário a quem precisa - não constrói a imagem do cidadão, pois ela parte das supostas evidências de suas carências e de suas impotências e desconsidera, na maioria das vezes, os direitos de todos de terem uma vida com as mesmas possibilidades de mobilidade social, de acesso aos bens culturais e, sobretudo, de dignidade de todos os seres humanos. A cidadania supõe uma medida de universalidade daquilo que vale ou deve valer igualmente para todos. Embora a Constituição de 1988 incorpore essa concepção universalista dos direitos sociais, o que se vê, ainda hoje, é uma distância bastante acentuada entre os direitos igualitários garantidos por lei e a realidade das desigualdades, da discriminação e da violência que atingem a maioria da população no país.

A pobreza não é algo natural, mas sim produzida e cultivada socialmente. Ser pobre não é apenas não ter as mínimas condições de vida, mas, sobretudo, ser impedido de tê-las, o que é uma ameaça constante à dignidade humana (DEMO, 2003). Viver não é apenas uma questão de sobrevivência, de conservar a máquina biológica funcionando, como aponta Sawaia (2003), os pobres, como todos os outros, têm fome de dignidade, de felicidade e de liberdade. Em suas palavras,

¹ Cabe aqui esclarecer que os pobres a que este trabalho se refere são os indivíduos destituídos dos instrumentos da cultura e da sociedade capitalista – educação e riqueza material e simbólica - os quais conferem poder, riqueza, prestígio e ascensão social (ver, a esse respeito, SARTI, 1996).

Eles desejam ser reconhecidos como "gente", como seres humanos. Necessitam de afeto, de atenção, de sentir que realmente são únicos e que, ao mesmo tempo, são iguais aos seus semelhantes, o que lhes é negado nas relações sociais injustas e discriminadoras. O impulso natural de conservação da vida exige a expansão de suas possibilidades, que é o fundamento do processo de humanização. A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução (p.55).

De fato, os vários processos e tendências simultâneos vividos na contemporaneidade – novas tecnologias, desterritorialização, mudanças na forma de produção e de mercado, enfraquecimento dos laços afetivos, entre outros - não alteraram, até o momento, as bases do regime de distribuição de riquezas instaurado pelo capitalismo, nem conseguiram solucionar a grande diferença em termos de oportunidades sociais. Na contemporaneidade o pobre encarna a "insalubridade", o "lixo urbano", a "feiúra", a "sujeira" e seu afastamento social é visado a todo custo (BAUMAN, 1998).

O destino imposto pelo capitalismo contemporâneo aprofundou a miséria e a concentração de renda. A promessa de que o "progresso" traria um mundo melhor e mais igualitário não se concretizou. Segundo Bauman (1998), os pobres encarnam hoje uma grande ameaça à civilização. É contra sua liberdade de ação que são construídas políticas autoritárias e de controle social. Num mundo individualizado, onde o que é priorizado é o tecnológico e não o humano, tem poder quem tem tecnologia. Neste mundo, os pobres ficam à "deriva", porque no caso deles, em vez de produzir tecnologia, eles são dominados por ela.

Neste contexto, na tentativa de solucionar os grandes conflitos sociais – levando-se em conta que o Estado declina de seu papel de guardião social e abandona a população menos favorecida à sua própria sorte - são construídos

novos ordenamentos sociais. Diferentes tecnologias urbanísticas aparecem e se associam às tecnologias de comunicação para garantir proteção às elites. Verdadeiras cidades exclusivas são criadas e, com isso, espaços de convivência vão sendo retirados da totalidade da cidade (BAPTISTA, 1997; BAUMAN, 1998). A cidade passa a ser, segundo Castro (2001), *“um lugar onde a diversidade do mundo é olhada passivamente deixando o sujeito só levemente tocado pelo que vê, para instantes depois esquecer o que viu”* (p.18). Nela, segundo a autora, a percepção da desigualdade social não tem como resultado uma maior percepção e compreensão da exploração social.

Na contemporaneidade o “problema” não é mais da esfera do “mundo comum”, tampouco a sua “solução” passa por aí. Problemas e soluções são, agora, quase que exclusivamente, atribuições do indivíduo. Para Souza (1995), essa fórmula encerra uma radical solidão. As formas de ajuda transformam-se, e nada nem ninguém parece poder colocar-se no lugar do outro. O lugar de cada um é definido por uma longa trajetória de escolhas singulares, com pouca possibilidade de introjeção de um outro com quem se interage apenas superficialmente. Mesmo as formas de solidariedade que dependem de mundos comuns são dificultadas, pois os acontecimentos da vida estão condicionados por trajetórias radicalmente individuais. Estas novas formas trazem um mundo individual, solitário e vazio, onde a possibilidade de existência de um mundo coletivo está cada vez mais distante.

As pessoas na contemporaneidade tornam-se distantes e indiferentes. As relações afetivas espaciais e sociais são efêmeras: o ser humano torna-se fundamentalmente desterritorializado e suas raízes são superficiais. Para Baptista (1997), as cidades do capitalismo contemporâneo produzem solidão, invisibilidade e inércia. Essas “cidades da falta”, rodeadas de silêncio e imagens fragmentadas,

individualizadas e sem sentido, tornam a condição humana descartável e irreal. Bauman (1998) assim descreve este sentimento de solidão vivido pelos indivíduos contemporâneos:

Não que tenhamos perdido a humanidade, o encanto e o calor que era fácil de ser alcançado por nossos ancestrais: antes, é que nossas dificuldades são de um tipo que só em raras ocasiões podem ser curadas ou aliviadas pela partilha de sentimentos mesmo os mais calorosos. Os sofrimentos que costumávamos experimentar a maioria das vezes não se somam e, portanto não unem suas vítimas. Nossos sofrimentos dividem e isolam, nossas misérias nos separam, rasgando o delicado tecido das solidariedades humanas (p.61).

Nesta nova ordem social, nos centros urbanos, ao lado das “cidades” construídas pelos mais abastados, ficam nas favelas - verdadeiros labirintos - os pobres, em meio à falta de ordem e de lei. Sem muros ou dispositivos de proteção, na terra de ninguém, a violência entra pelos lares sem precisar de autorização, levando os filhos e, com eles, talvez, a esperança de um futuro melhor. No mundo da individualidade e da fragilidade dos vínculos sociais, as populações pobres são, cada vez mais, abandonadas à sua própria sorte e responsabilizadas pela sua condição de miséria social. Vale ressaltar que a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que valoriza a autonomia e a independência, diminui a responsabilidade do Estado em relação ao desemprego, à segurança e à distribuição de renda, delegando aos próprios indivíduos a solução de problemas, que são, em realidade, muito mais de ordem social do que individual. Nas palavras de Bauman (1998),

Os dispositivos de previdência, antes um exercício dos direitos do cidadão, transformaram-se no estigma dos incapazes e imprevidentes “concentrados nos que necessitam deles”. (...) Os pecados pelos quais o estado de bem-estar original se destinava a pagar eram os da economia capitalista e da competição do mercado, do capital que não podia manter-se solvente sem enormes custos sociais em existências despedaçadas e vidas arruinadas (...). Era esse o prejuízo pelo qual estado de bem-estar se comprometia a indenizar as vítimas presentes e resguardar as vítimas possíveis. Se, atualmente ouvimos dizer que

nós, os "contribuintes", "já não podemos custeá-lo", isso significa apenas que o estado, a comunidade, já não considera conveniente ou desejável subscrever os custos sociais e humanos da solvência econômica. Em vez disso, transfere o pagamento às próprias vítimas, presentes e futuras. Recusa a responsabilidade por sua má sorte (pp.53-54).

Diante desta situação, a família, segundo Sarti (1996), tem uma função imensamente importante para os pobres, especialmente no Brasil, uma vez que as instituições públicas têm se mostrado incapazes de suprir as necessidades dos mais desfavorecidos. Num país onde os serviços públicos são precários - educação, saúde, previdência -, a sobrevivência dos pobres se ancora muito mais nas energias e nos recursos pessoais que conseguem mobilizar e nas estratégias que cada um é capaz de desenvolver do que nos recursos disponibilizados pelo Estado. Isto obriga, muitas vezes, o engajamento de mães, e até mesmo dos filhos menores, à força de trabalho em momentos nem sempre desejados, sacrificando, freqüentemente, os cuidados e o desenvolvimento das crianças.

Além disso, quando estas famílias pobres vivem e trabalham nas cidades mais desenvolvidas do país, como o Rio de Janeiro, por exemplo, defrontam-se diariamente com as inúmeras possibilidades, inclusive de consumo, nelas oferecidas, sem, contudo, ter acesso a elas, justamente por serem pobres. Pois, mesmo a família pobre acionando todos os recursos legítimos disponíveis, vingará a não correspondência entre a maximização dos seus esforços e os resultados obtidos. Segundo Salem (1981) "*Isto evidencia, em última instância, que as coisas escapam as possibilidades de seu controle e que, portanto, o produto da ação individual é, em grande parte, exterior a ela*" (p.65). Cria-se, assim, uma ambigüidade, conforme aponta Sarti (1996), e, "*neste querer-e-não-poder, os pobres estruturam sua identidade social, constroem seus valores, procurando*

retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá” (p.15).

Segundo Bauman (2003), a vida urbana e a individualização das relações, na contemporaneidade impõem novos contornos e obstáculos ao contexto de coesão ou solidariedade que prevalecia nas relações familiares e de vizinhança entre os pobres. A pobreza nas novas cidades cria novas demandas e escassos recursos, dificultando o oferecimento de ajuda. Por outro lado, receber ajuda na contemporaneidade torna-se fonte de tensão, porque os pobres não sabem se poderão retribuí-la. Os favores – na sociedade capitalista, onde tudo vale pelo seu valor de troca - criam dívidas que devem ser pagas e isso rompe com o princípio de reciprocidade e solidariedade que haviam moldado no passado as relações sociais entre iguais.

Porém, devido às condições adversas e a um cotidiano marcado pela carência de recursos, ainda hoje, a cooperação familiar e as redes sociais de ajuda mútua continuam sendo essenciais para a sua subsistência dos pobres. Os laços de parentesco e amizade são valiosos pontos de apoio nos momentos de dificuldade e na busca de estratégias de sobrevivência.

2.2.1 – Mulher pobre: um pouco da sua história

Considerando que os indivíduos envolvidos em nossa pesquisa fazem parte do grupo dos pobres urbanos, nos deteremos um pouco mais na família pobre, em especial na condição da mulher pobre, para, posteriormente, abordarmos as famílias chefiadas por mulheres.

No Brasil, há uma tendência extremamente reducionista de se estabelecer hoje em dia, a família conjugal moderna, monogâmica e nuclear – que toma força na Europa e na América do Norte com a ascensão da burguesia² - como “padrão de normalidade”. Do mesmo modo durante o período de colonização, a família patriarcal, dominante na elite, sempre foi considerada como o modelo de família brasileira por excelência, ainda que todo o tempo tivesse convivido lado a lado com outros tipos de organização familiar. Acreditamos, assim, que este tipo de visão além de míope - por não enxergar a diversidade de dinâmicas familiares existentes no país -, tem reforçado os estereótipos ligados às famílias pobres tidas como desestruturadas por não corresponderem ao modelo burguês de família conjugal moderno, como também não correspondiam ao modelo de família patriarcal antigo. Segundo Soihet (2000), a organização familiar dos pobres sempre assumiu “*uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós*” (p.362). Não podemos imaginar um único modelo familiar que se distribua de forma homogênea ao longo do tempo e entre todas as camadas sociais. Nas palavras de Sâmara (1987 citado por Fonseca, 2000),

Ao nosso entender, uma análise da família brasileira deve [...] levar em consideração [...] a questão conceitual, o uso do termo família, a pluralidade de organização e a própria representatividade do casamento que, ao que tudo indica, era uma opção para apenas uma parcela da população. Ter, portanto, o pesquisador que se defrontar com esses problemas, bem como, com a questão da bastardia, dos concubinatos e das uniões esporádicas, que revelam imagens bem mais realistas do comportamento e do modo de vida da população no passado. A oposição de imagens é evidente – de um lado o casamento, a moral e a própria submissão e a castidade da mulher; do outro, o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina revelados nos testamentos e nos processos de divórcio. Obcecados pelo ideal de recato, moral e pureza, historiadores e romancistas exageraram nesse quadro, estabelecendo estereótipos que se enraizaram até o presente (pp.512-513).

² E aqui cabe assinalar que a família nuclear burguesa, nos moldes europeus e norte-americanos, nunca vigorou de fato no Brasil, nem mesmo nas camadas mais abastadas da população.

Família chefiada por mulher não é um tipo de organização familiar nova na nossa história, mas, antes, ela sempre foi bastante freqüente entre os pobres. No início do século XX, no período de maior urbanização, era intensa a mobilidade geográfica dos homens e o abandono periódico de suas mulheres e famílias como resultado da busca de um emprego melhor em outras cidades. As repetidas guerras também tiveram o mesmo efeito – mulheres sozinhas responsáveis pelo sustento da família. Em certas cidades, como ressalta Fonseca (2000), a proporção de famílias chefiadas por mulheres neste período chegou à cerca de 40% do total das famílias. Em suas palavras,

Se, num primeiro momento, historiadores acreditavam que a concubinação no Brasil colonial restringia-se principalmente à população negra, pesquisas recentes mostram que a união livre, assim como a mulher chefe de família, não eram de forma alguma privilégios exclusivos dos escravos e seus descendentes. Na sociedade brasileira, especialmente no século XX, eram os matrimônios, e não a concubinação, que se realizavam num círculo limitado.

Tudo indica que uma boa parte, talvez a maioria da população não casava antes de iniciar suas experiências sexuais. Pesquisadores contemporâneos sublinham uma taxa alta de crianças ilegítimas durante toda a história brasileira, taxa que chegava em certos momentos a superar 40% do total de nascimentos (FONSECA, 2000, p.528).

No início do século XX muitos casais dispensavam o casamento legal, menos da metade da população adulta formalizava sua união conjugal. Nesta época, segundo Fonseca (2000), muitos “*Casais juntavam-se sem casar, pariam filhos sem registrá-los, separavam-se sem divórcio*” (p.527). O alto custo das despesas matrimoniais favorecia o concubinato entre as famílias pobres. A celebração legal implicava em despesas, direitos e obrigações de fidelidade e assistência. Nesse contexto de informalidade o término de uma relação poderia ocorrer com a simples saída do homem de casa, ficando a mulher responsável pelo sustento e manutenção da família (FONSECA, 2000).

Neste tipo de situação, o ingresso da mulher pobre e sem marido no mercado de trabalho não deve ser visto como uma questão de opção feminina. As mulheres pobres e sozinhas nunca tiveram alternativa que não fosse a de trabalhar para sustentar a família. Mesmo as que moravam com seus companheiros sempre procuraram alguma forma de renda para escapar da miséria que a dependência exclusiva do salário masculino representava. Porém, esta mulher que tentava escapar da miséria, através de seu trabalho e esforço, não era vista com bons olhos pela sociedade da época. A desqualificação da atuação feminina no espaço público produzia violência e preconceitos muitas vezes cometidos pelas próprias autoridades do poder público. Segundo Pedro (1999),

Através de inúmeras práticas, os representantes do poder público tentaram impedir a circulação dessas mulheres, no bojo de uma política que visava retirar das áreas centrais os “inconvenientes” que desabonavam a imagem da cidade “limpa” e “civilizada” que pretendiam construir (p.327).

A moral burguesa não era de todo estranha aos grupos populares. As mulheres pobres tentavam viver de acordo com os padrões que pautavam a conduta feminina nas camadas mais favorecidas da população; porém, suas práticas e sua vida eram bastante diferentes. Em geral, elas *“trabalhavam muito, não estabeleciam relações formais com seus companheiros, e não correspondiam aos ideais dominantes de delicadeza e recato”* (SOIHET, 2000, p.371).

O modelo de mulher e de família – a mulher responsável pelos cuidados da casa, do marido e dos filhos, confinada no espaço doméstico, enquanto os homens buscavam assegurar o sustento da família trabalhando no espaço público - no início do século XX estava apoiado nos valores da elite colonial e não retratava a realidade da família pobre. Apesar do salário feminino, em vários casos, ser a principal fonte de renda da família ele era visto como um suplemento ao orçamento

doméstico. Segundo Fonseca (2000), no caso da mulher, *“Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto”*” (p.517). Porém, apesar de todas as dificuldades de seu cotidiano, muitas das idéias das mulheres dos segmentos dominantes serviam como modelo para as mulheres pobres. Embora a grande maioria das mulheres da classe trabalhadora não se casasse formalmente, a união formal aparecia como um valor moral. Assim, elas também aspiravam o casamento legal, sentindo-se inferiorizadas quando isto não acontecia. Apesar de reagirem, elas acabavam por aceitar o predomínio masculino, assumindo a responsabilidade total pelos filhos e pelos cuidados da casa, ainda que também participassem ativamente do sustento família, pois a maternidade era vista como “assunto de mulher”. Segundo Fonseca (2000),

As mulheres que trabalhavam nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeiras, engomadeiras, pareciam correr menos perigo moral do que as operarias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre as ameaçava a acusação de serem mães relapsas (p.516)

Na realidade, a limitação das mulheres aos papéis familiares atingiu uma camada muito reduzida da sociedade, a elite. As mulheres, das camadas menos abastadas, de modo geral, algumas delas, inclusive, responsáveis pelo sustento do grupo familiar, apesar de todas as imagens idealizadas, continuavam desempenhando inúmeras funções além de suas funções tradicionais de esposa e mãe. Segundo Soihet (2000),

Apesar da existência de muitas semelhanças entre as mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na

rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil (p. 367).

Contudo, as alternativas de trabalho para as mulheres pobres e com baixo nível de escolaridade eram muito restritas e pouco atraentes e, assim, a prostituição aparecia para grande parte delas como uma boa opção e, portanto, nem sempre era vista neste grupo como uma falta de retidão moral, mas sim como uma fonte de recurso para garantir a sobrevivência da família. A prostituição era, em muitos casos, uma atividade desempenhada paralelamente a outras, uma vez que os salários femininos, especialmente no caso das mulheres pobres, sempre foram insuficientes para sustentar a família. Os empregadores preferiam mulheres e crianças justamente porque essa mão-de-obra custava 30% menos. Como aponta Fonseca (2000), *“A figura da prostituta se localizava na encruzilhada (...) entre a condenação pela moral burguesa e a tolerância tácita para com um modo de vida que se desviava radicalmente da norma oficial”* (p.534). De qualquer forma, a atividade profissional feminina, ao contrário da masculina, deveria se manter sempre num plano inferior – menos importante – as daquele que correspondia às funções ligadas à família.

Uma das estratégias de sobrevivência das famílias pobres era a circulação das crianças entre a casa da família e de outros parentes e vizinhos. Embora o cuidado das crianças coubesse à mulher – conforme a divisão tradicional do trabalho –, essa mulher não era necessariamente a mãe biológica. Os parentes consangüíneos tinham um papel muito importante na composição das redes de mútua ajuda, onde as lealdades eram fortes e duradouras e contrastavam com a precariedade do laço conjugal. Apesar disso, como aponta Soihet (2000), as mulheres pobres na virada do século XIX para o XX tinham maiores possibilidades de vender seus serviços do que os homens:

A autonomia das mulheres pobres no Brasil da virada do século é um dado indiscutível. Vivendo precariamente, mais como autônomas do que como assalariadas, improvisavam continuamente suas fontes de subsistência. Tinham, porém, naquele momento, maior possibilidade que os homens de venderem seus serviços: lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados (p. 379).

A participação ativa das mulheres pobres seja realizando as tarefas tradicionalmente atribuídas a elas no âmbito doméstico, seja atuando no mundo público do trabalho para buscar a sobrevivência da família, levou-as a desenvolver um certo sentimento de auto-respeito e de independência e uma certa insubmissão a alguns padrões vigentes. Elas continuavam, no entanto, sendo alvo de preconceitos por parte da sociedade, pois a maioria das atividades que desenvolviam era mal vista pela organização social dominante. Segundo Soihet (2000), elas

Lutavam pela sobrevivência submetendo-se a atividades mal vistas pelos poderosos, como o artesanato caseiro e o comércio ambulante que na concepção daqueles só sujavam e enfeavam a cidade. Mães solteiras e concubinas eram, igualmente, alvos do preconceito por estarem à margem do esquema de organização familiar burguês, concebido como universal. [...] Embora não deixassem de sofrer influências dos estereótipos vigentes acerca da passividade feminina, essas mulheres não se dispunham a deixar-se humilhar pelos desmandos do companheiro (p.380).

Não raro, muitas mulheres pobres vítimas de violência extrema, na virada do século XIX para o XX, se rebelaram contra os maus-tratos de seus companheiros o que não corresponde aos estereótipos femininos vigentes na época acerca da delicadeza, passividade e submissão feminina. O modelo do marido dominador e da mulher submissa, próprio da elite, não parecia se aplicar totalmente às camadas populares. No entanto, como ocorria nas elites, o homem pobre também tinha todo o direito de exercer sua sexualidade livremente e fora do lar, desde que não

ameaçasse o patrimônio familiar. Já a infidelidade feminina era, em geral, punida com a morte. No Brasil, de acordo com o código penal de 1890, só a mulher era penalizada por adultério. A mulher ideal era aquela que se mantinha fiel e submissa ao marido, e que desempenhava bem os seus papéis de mãe, esposa e dona de casa, enquanto que do homem se esperava apenas que fosse capaz de prover a subsistência da família. Era “dever” da esposa compreender as fraquezas do marido, desde que ele assegurasse a sobrevivência da família. Como aponta Soihet (2000),

As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento (p.363).

As mulheres pobres, contudo, como ressalta Soihet (2000), eram encaradas de forma um pouco diferente:

viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto (p.368).

Segundo Fonseca (2000), a realidade do final do século IX e início do século XX não parece tão distinta daquela que é vivida pelas famílias pobres na década de 1990. De fato, em suas palavras, *“a freqüência de uniões consensuais; a circulação das crianças; valores que colocam laços consangüíneos como iguais ou acima dos laços conjugais; noções de pureza feminina, amor materno”* (FONSECA, 2000, p.544) continuam a vigorar. Além disso, redes sociais de apoio podem, segundo a autora, ser práticas encontradas também na sociedade atual. As famílias das camadas populares sempre se caracterizaram por péssimas condições de vida, no que

se refere aos aspectos econômicos, sociais e culturais, entre outros, os índices de fertilidade e de mortalidade sempre foram elevados, sua expectativa de vida bastante reduzida e os salários baixíssimos.

De fato, nas últimas décadas, diversas transformações e conquistas sociais aconteceram no país: o processo de urbanização, a legislação trabalhista, a democratização do ensino, a legalização do divórcio, a implantação do sistema nacional de saúde e a ampliação do sistema de saneamento básico, entre outros. Entretanto, permanece elevada a proporção de famílias vivendo em condições bastante precárias. De acordo com Ribeiro *et al.* (1998), mais de um terço dessas famílias encontra-se abaixo da “linha de pobreza”, isto é, tem rendimento familiar “per capita” de até um salário mínimo. Soma-se a isto o fato de que a proporção de famílias na condição de extrema pobreza, ou seja, com renda “per capita” de até um quarto do salário mínimo, aumentou nas últimas décadas, principalmente nas áreas urbanas do país (RIBEIRO *et al.*, 1998). Segundo Fonseca (2000), 60% dos trabalhadores pertencem ao setor informal da economia, isto é, não têm acesso aos direitos trabalhistas, e quase 50% das crianças moram em famílias com renda “per capita” inferior a um salário mínimo.

No caso das mulheres, a situação é mais grave. De acordo com o Fundo das Nações Unidas (UNICEF), 1,3 bilhão de pessoas em todo mundo vivem abaixo da linha da pobreza e 70% desse total são mulheres (GOLDENBERG, 2000). No país, as mulheres nas metrópoles se apropriam de apenas 25% e, no campo, de apenas 12% a 15% de toda a riqueza nacional produtiva (LAVINAS, 1996). A renda das mulheres pobres – que corresponde à maioria das mulheres – equivale a somente 5% da renda de todas as mulheres do país. Além disso, dentro do universo dos pobres, as mulheres são, ainda, as mais pobres. Como aponta

Lavinas (1996), *“95% da renda feminina, quatro vezes menor que a renda masculina, pertencem as mulheres não pobres”* (p.476).

Segundo Soares (2001), talvez a grande mudança ocorrida ao longo do século XX no país, principalmente nas últimas décadas, tenha sido que os tipos “marginais” de família – uniões consensuais, famílias chefiadas por mulheres, mães solteiras, mulheres sozinhas, entre outros –, arranjos freqüentes entre os pobres, atingiram agora as camadas médias e ganharam maior atenção e notoriedade.

2.2.2 – Família chefiada por mulheres

Antes de abordarmos a questão das famílias chefiadas por mulheres, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o termo chefia familiar, uma vez que ele tem sido utilizado de maneira ampla e variada, permitindo diferentes interpretações. De acordo com Carvalho (1998), o termo chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais. Esta prática foi sendo, ao longo da história, incorporada aos códigos e leis das nações Européias e transmitidas, posteriormente, através de leis e normas, às Colônias. Segundo a autora, os dois principais pressupostos do conceito são: *“(i) que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e (ii) a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio”* (CARVALHO, 1998, p.9).

Talvez por isso, a definição de chefia familiar feminina tenha sido, tradicionalmente e, em especial, aplicada às situações em que famílias e/ou domicílios são liderados por mulheres sozinhas, isto é, em que o parceiro masculino

está ausente, como no caso de viúvas, mães solteiras e mulheres separadas ou divorciadas com dependentes. De fato, a família chefiada por mulher continua tendo como ponto central para sua identificação a ausência de um companheiro, ou seja, da figura masculina, e é considerada uma variante do tipo familiar burguês considerado padrão nas sociedades ocidentais.

De fato, a chefia familiar/domiciliar feminina pode ser definida de várias maneiras, mas três categorias básicas, ao nosso ver, parecem encerrar as formas mais freqüentemente utilizadas do termo: a que se define pela ausência do parceiro/cônjuge masculino; a que se define pela manutenção feminina do lar; e aquela em que ocorre a ausência masculina e a manutenção feminina do lar simultaneamente.

Quando uma família é constituída por um núcleo básico (marido, esposa, filhos), ou uma extensão do mesmo (marido, esposa, filhos e outros parentes), é comum as pessoas da família elegerem o homem como chefe da família (CARVALHO, 1998), independentemente do fato de ser ele efetivamente o principal responsável pela manutenção econômica do lar. Esta escolha está, possivelmente, baseada muito mais na permanência dos antigos estereótipos que atribuem ao homem a responsabilidade pelo sustento da família do que no rendimento mensal de cada membro da família. Isto sem desconsiderar, é claro, as discriminações ocupacionais e salariais de gênero que garantem aos homens maiores rendimentos e melhores condições no mercado de trabalho e, conseqüentemente, mais chances de arcar com o sustento familiar e, portanto, ser eleito e reconhecido como sendo o chefe da família.

Os estudos censitários e as pesquisas estatísticas oficiais tendem a optar por critérios que favorecem as noções de autoridade e dominância masculina na família. Até a década de 1970, no país, a mulher só era considerada chefe de família se fosse viúva, desquitada, ou sem um pai ou marido em casa, mesmo quando o homem não era o provedor da família. Em alguns países da América Latina, como a Venezuela, o Chile e a Bolívia, a chefe do domicílio é a pessoa reconhecida como tal pelos membros do domicílio. Neste caso, devemos considerar que, numa sociedade onde prevalecem os valores patriarcais, podemos supor que as respostas dos membros dos domicílios podem ser afetadas por suposições baseadas nesses valores, conduzindo também à identificação do homem como chefe de família sempre que este está presente no lar, ainda que ele não seja efetivamente o principal ou o único provedor da família (CARVALHO, 1998). Além disso, parece existir uma tendência das pessoas para designar como chefe da família o principal – ou o maior - provedor financeiro do domicílio, no caso de mais de um membro da família contribuir para o orçamento doméstico. Como os salários femininos são freqüentemente inferiores aos masculinos, o fato do homem ser, na maioria das vezes, eleito chefe de família pode retratar, antes, uma discriminação ocupacional e salarial de gênero do que a posição hierárquica ocupada por ele nas suas relações com os demais membros da família. Cabe ressaltar ainda que a possibilidade da chefia familiar compartilhada, ou seja, aquela em que tanto o homem quanto a mulher são os responsáveis pela família, não é considerada como uma categoria nas pesquisas oficiais nacionais. Nelas é preciso apontar um dos cônjuges como chefe, mesmo que a chefia seja desempenhada por ambos.

É provável que a maneira como são elaboradas as perguntas dos questionários censitários dificulte a visualização, ou mesmo encubra uma realidade que vem se transformando rapidamente em diversas sociedades e, mais

especificamente, no país – o aumento de famílias chefiadas por mulheres. Em função do exposto acima, acreditamos que, se o conceito de chefia familiar utilizado nas estatísticas nacionais fosse ampliado, o número de famílias chefiadas por mulheres no país, que já é alto, seria ainda bem maior.

A literatura sobre famílias pobres no Brasil (NEUPERT, CALHEIROS & TURCHI, 1989; BARROS, FOX & MENDONÇA, 1993 e 1994; RIBEIRO *et al.*, 1998; LAVINAS, 1996; MACÊDO, 1998) assinala a existência de uma relação muito estreita entre pobreza e chefia familiar feminina. Além disso, esses estudos apontam para um aumento expressivo do número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil e para o fato de que a maioria delas encontra-se nos segmentos mais pobres da população. Esta tendência também é observada em alguns países da América Latina – como Colômbia (MARULANDA, 1982) e Cuba (CERVERA & CERVANTES, 1997) – e em vários outros países desenvolvidos – como Inglaterra, Suécia e Estados Unidos (BRUNS & SCOTT, 1994) - onde a proporção de mulheres chefes de família tem aumentado e a maior parte delas pertence a domicílios de baixa renda. Segundo Buvinic & Yudelman (1989)

Roughly one third of all households in Third World are headed by women, and in some regions, such as cities of Latin America and the rural areas of some African countries, the percentage is closer to one half. Households headed by women, like those in the United States and Europe, are poorer than those headed by men. Families that depend on the husband's earnings have higher incomes because the wife contributes by working for pay or doing housework for free. Families headed by women must depend solely on a woman's lower earnings (p.9).

No Brasil, como mencionamos anteriormente, 24,9% das famílias são chefiadas por mulheres. No conjunto das regiões metropolitanas do país, 38,1% de todas as famílias chefiadas por mulheres pertencem ao universo dos pobres (LAVINAS & MELO, 1996). Em 1990, quase dois terços delas (64,3%) tinham renda

“per capita” de no máximo um salário mínimo (RIBEIRO *et al.*, 1998). Segundo Burns & Scott (1994), essas famílias residem freqüentemente nas áreas urbanas mais pobres das grandes cidades, nos subúrbios, que têm acessos escassos aos serviços públicos, como saúde, educação e transporte. Sua situação de pobreza, segundo os autores, deve-se a:

some combination of little or no paternal support, low social security payments, mothers' limited earning capacity, and the difficulties inherent in being both breadwinner and sole caregiver. They became poorer in most countries during the 1980s, due to social and economic changes, such as welfare cuts and increasing housing values, that especially penalized them (BURNS & SCOTT, 1994, p.xv).

Os domicílios chefiados por mulheres no Brasil, encontram-se, principalmente, nas grandes cidades e, sobretudo, nas áreas mais carentes delas. Segundo Ribeiro *et al.* (1998), nas regiões metropolitanas, a proporção de famílias monoparentais é maior do que a média para o conjunto do país. Ou seja, quanto mais alto o índice de urbanização, maior o número de famílias com a presença de apenas um dos cônjuges. De acordo com os dados do censo 2000 (IBGE, 2002), “os domicílios com responsáveis do sexo feminino podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, visto que 91,4% dos mesmos estão localizados em cidades, enquanto apenas 8,6% estão dentro dos limites rurais” (p.12). Por outro lado, como a maior ou menor proporção de famílias chefiadas por mulheres está fortemente associada à condição de pobreza, são, justamente, as regiões mais ricas do país que apresentam uma menor proporção de família deste tipo – em torno de 12% (BARROS *et al.*, 1993; RIBEIRO *et al.*, 1998).

Algumas pesquisas têm apontado também para a estreita relação entre chefia familiar feminina, idade da mulher, idade dos filhos e estado conjugal (BURNS & SCOTT, 1994; PERPÉTUO & FONSECA, 1997, RIBEIRO *et al.*, 1998).

Segundo Perpétuo & Fonseca (1997),

The woman's age has significant net positive effects: for each year the woman gets older, her probability of heading a household increases (...). Even when other variables are held constant, marital status has strongest net effect: widows and separated/divorced women are, (...), more likely than single mothers to be in a household headship position. (...) Child's age, on the other hand, raises the probability of heading (p. 156).

No Brasil, de acordo com o último censo demográfico de 2000, um terço das mulheres responsáveis pelos domicílios têm mais de 60 anos de idade. Grande parte deste universo é constituído por viúvas. Na faixa etária que vai de 30 a 50 anos, a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio chega a 40,7%. Este grupo parece incluir um número acentuado de mulheres que tiveram seu casamento dissolvido. Apenas 0,8% das mulheres responsáveis pelo domicílio no país têm entre 15 e 19 anos. Entretanto, no conjunto de pessoas de 15 a 19 anos responsáveis pelo domicílio, encontramos uma proporção acentuada de mulheres, 27,4% (IBGE, 2002). Provavelmente, trata-se de jovens mães solteiras e/ou arrimo de família.

Quanto ao estado civil, as mulheres chefes de família são mais freqüentemente viúvas (49,5%), seguidas das solteiras (24,7%) e divorciadas (23,5%), sendo inexpressiva a presença das casadas (1,9%). Chama atenção, no entanto, que o aumento do número das famílias com chefia feminina tenha acontecido principalmente entre as mulheres solteiras (105%), seguidas das divorciadas (51,9%) e viúvas (45,8%), como aponta Goldani (1994).

Segundo Goldani (1994), há uma maior proporção de domicílios chefiados por mulheres no país entre os negros (21%) e os pardos (18%) quando comparados aos brancos (14%). Conforme Pesquisa sobre as condições de vida na

Região Metropolitana de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 1994), as famílias chefiadas por mulheres negras ou pardas estão em posição desvantajosa em comparação com aquelas chefiadas por mulheres brancas e com as que são chefiadas por homens negros ou pardos. De fato, em geral, as famílias chefiadas por mulheres negras possuem condições de vida piores - em relação ao tipo de moradia, nível educacional dos seus membros, renda familiar e trabalho - do que as famílias chefiadas por homens e por mulheres brancas. De acordo com estes dados, além da discriminação por sexo, as mulheres não brancas ainda têm que enfrentar a discriminação racial. De acordo com Goldani (1994), as diferenças por raça nas famílias chefiadas por mulheres mostram que quase metade das famílias com chefes negras (49%) estava abaixo da linha da pobreza, um número bem maior do que o daquelas chefiadas por mulheres brancas (21%) e um pouco acima da porcentagem de famílias com chefes pardas (45%).

Quanto à escolaridade, em 2000, 33,7% dos homens chefes de família possuíam até 3 anos de estudo e 6,4% deles atingiram 15 ou mais anos de estudo. Já para as mulheres chefes de família, esta proporção era de 37,6% e 7,0%, respectivamente. Segundo o IBGE (2002), a escolaridade média das mulheres chefes de família foi de 5,6 anos, praticamente igual à dos homens chefes de família (5,7 anos). Entretanto as desigualdades regionais são bastante grandes. No sul e sudeste do país, por exemplo, 8% das mulheres chefes de família alcançaram 15 ou mais anos de estudo; já no norte e nordeste esta proporção é de apenas 4% (IBGE, 2002).

Na última década, as taxas de analfabetismo das mulheres chefes de família no Brasil sofreram uma queda substancial e as taxas de escolaridade tiveram um aumento em todas as faixas etárias. Entretanto, ainda assim, os índices de

escolaridade das mulheres são mais baixos do que os dos homens. Em torno de apenas 50% das mulheres atingiram os 8 anos de estudo, ou seja, concluíram o ensino fundamental (TEIXEIRA, 2002). Além disso, é interessante observar que as mulheres na posição de cônjuges estão em melhor situação educacional do que aquelas que são chefes de família (IBGE, 2002), possuindo, provavelmente, em função disso, melhores condições de competir no mercado de trabalho.

As estatísticas nacionais a respeito de alguns aspectos do engajamento das mulheres chefes de família no mercado de trabalho nos mostram um pouco das limitações vividas por elas neste espaço. Segundo Ribeiro *et al.* (1998), a taxa de atividade das mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos, em 1990, foi de 51,2%, excessivamente menor do que a dos homens chefes de família (87,5%). Ou seja, praticamente metade das mulheres chefes de família são dependentes de uma rede de apoio para a manutenção de seus lares. Esta situação aponta para a vulnerabilidade destas famílias, que, na falta de políticas públicas eficientes, ficam a mercê da caridade da vizinhança, de parentes e amigos. Segundo Goldani (1994), o rendimento do responsável pelo domicílio ou pela família é muito importante, pois ele representa a maior parte - em torno de 70% - do orçamento familiar. Ainda como aponta o autor,

Na região metropolitana de São Paulo quase 2/3 das famílias existentes em 1981 não podiam contar exclusivamente com seus chefes para a sobrevivência cotidiana, quer pela insuficiência de seus salários (39%) quer pelo desemprego (5%) ou inatividade (20%) devido, sobretudo, a invalidez, doença ou aposentadoria. Esta situação, que indica a precariedade das condições de vida das famílias que dependem exclusivamente do salário do chefe (cerca de 36%), teria se agravado ainda mais nos inícios da década de 90, quando os dados mostram que 70% da renda familiar seguem dependendo da contribuição individual do chefe (GOLDANI, 1994, p.305-306).

No caso dos lares cujos chefes são mulheres - na sua grande maioria, sem cônjuge -, é provável que o rendimento feminino represente um percentual ainda mais elevado no orçamento familiar. Os resultados da pesquisa desenvolvida por Carvalho (1998) em Samambaia (Distrito Federal), onde residem cerca de 300 mil famílias pobres, demonstram bem esta situação. O valor do orçamento doméstico estava, em geral, muito próximo ao rendimento total das mulheres chefes de família, revelando que as contribuições de outros trabalhadores da família eram pouco significativas e que o consumo e o atendimento das necessidades básicas do domicílio dependiam, basicamente, do rendimento da provedora.

Esta situação se torna grave em se tratando de famílias chefiadas por mulheres, pois, como assinala Lavinias (1996), os rendimentos obtidos pelas mulheres chefes de família – pobres ou não – representam sempre apenas uma pequena parte dos rendimentos obtidos pelos homens chefes de família. Em 2000 (IBGE, 2002), o rendimento médio das mulheres responsáveis pelo domicílio no Brasil era de cerca de R\$ 591,00, correspondendo a 4,3 salários mínimos daquele ano, contra os R\$ 827,00 – 6 salários mínimos – recebidos pelos homens chefes de família. Ou seja, os rendimentos das mulheres responsáveis pelos seus domicílios representavam apenas 71,5% do valor da renda masculina. Em 1990, segundo Ribeiro *et al.* (1998), esta diferença era um pouco maior; o rendimento médio das mulheres chefes de família era de 2,6 salários mínimos, menos da metade da renda recebida pelos homens chefes de família (6,3 salários mínimos). Embora esta situação pareça ter melhorado, cabe ressaltar que o rendimento médio feminino, em 2000, ficou em torno de R\$ 276,00, significando que a renda da metade do número de mulheres responsáveis pelo domicílio não ultrapassou sequer 2 salários mínimos. Não podemos deixar de mencionar, entretanto, as imensas desigualdades regionais existentes no país. As mulheres chefes de família nas cidades do Rio de

Janeiro e de São Paulo alcançaram rendimentos médios com valores bem mais elevados, em torno de R\$ 1000,00.

Quanto ao tamanho das famílias, como ressalta Ribeiro et al. (1998), os lares onde a mulher é chefe, quando comparados a outros tipos de família, possuem um maior número de pessoas e, nas camadas de baixa renda, este número é ainda superior. Em 2000, tomando-se o conjunto das crianças brasileiras de 0 a 6 anos de idade, 18% delas viviam em domicílios cujos responsáveis eram mulheres. No Distrito Federal, a proporção atingiu 27%. Nos municípios de Salvador, Recife e Belém, quase um terço das crianças na primeira infância viviam em lares chefiados por mulheres (IBGE, 2002). De fato, segundo o IBGE (2002), uma parcela significativa destas crianças (60%) encontra-se em domicílios cujo rendimento médio não ultrapassa 2 salários mínimos. Segundo Goldani (1994), o fenômeno de crianças que não residem com ambos os pais, apesar de proporcionalmente “pequeno”, foi o que mais cresceu na década de 1990. Enquanto que a proporção de crianças (menores de 14 anos) que residem só com a mãe aumentou 72%, a daquelas vivendo com casais aumentou cerca de apenas 15%.

Ainda quanto às condições das crianças que vivem em lares chefiados por mulheres, certos pontos merecem ser destacados. Alguns estudos têm apontado para o fato de que a participação dessas crianças no mercado de trabalho é maior nas famílias chefiadas por mulheres do que naquelas chefiadas por homens (RIBEIRO *et al.*, 1998; BARROS *et al.*, 1993). Uma das possíveis explicações para isso é que, como estas famílias são freqüentemente monoparentais, e, assim, a mulher torna-se a principal, senão a única, responsável pela sobrevivência de todos, a necessidade de incorporação do rendimento dos filhos ao baixo

rendimento feminino passa a ter um peso e uma importância maior na composição do orçamento familiar do que no caso dos demais grupos familiares.

2.2.2.1 - Estratégias de sobrevivência da mulher pobre e chefe de família

À medida que se avança nos estudos acerca da condição das mulheres na sociedade, sobretudo nos países pobres, há uma maior concordância por parte de diversos autores (MARULANDA, 1982; PERPÉTUO & FONSECA, 1997; CARVALHO, 1998; GUIMARÃES, 1998; ABRAMO, 2000; GROSH, 2000; MACÊDO, 2001) em relação ao fato de que as dificuldades na conciliação dos diferentes papéis desempenhados pelas mulheres são maiores no caso daquelas que são chefes de famílias. Isto talvez seja decorrente de que a responsabilidade, tanto pelo sustento da família quanto pelo cuidado da casa e das crianças, recai, neste caso, unicamente sobre ela.

Para as mulheres muito pobres e chefes de família, cujos rendimentos, apesar de pequenos, são vitais para a sobrevivência do grupo familiar, a situação é ainda mais complicada. Se, para as mulheres das camadas média e alta da sociedade que se encontram no mercado de trabalho, é possível comprar os serviços de terceiros para compensar sua escassez de tempo, o mesmo não acontece com as mulheres das camadas mais baixas que têm ou assumir, elas mesmas, as obrigações domésticas ou engajar seus filhos nestas atividades.

A falta de apoio ou de ajuda do companheiro/marido para dividir as despesas da casa e/ou os afazeres domésticos, bem como a dificuldade em poder pagar a terceiros para obter estes serviços, leva, muitas mulheres pobres e chefes de família a construir diferentes estratégias de sobrevivência para tentar resolver

sozinhas a situação. Estas estratégias nem sempre conseguem trazer soluções satisfatórias que garantam a sobrevivência e a manutenção da família. Nos lares pobres, a mulher chefe de família tem, então, que se dividir em “mil pedaços” para conseguir conciliar, muitas vezes, o não conciliável – trabalho, família, sobrevivência -, sem perder a dignidade.

Já nos domicílios pobres chefiados por homens, embora as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças possam não ser repartidos igualmente entre o casal e fiquem, em geral, sob a responsabilidade da mulher, pelo menos existe, ainda que minimamente, a possibilidade de divisão dos encargos financeiros. A mulher, neste caso, fica, assim, com uma menor sobrecarga de trabalho e responsabilidade.

A utilização de filhas e outras mulheres – parentes ou não - para cuidar dos afazeres domésticos e das crianças costuma ser um arranjo freqüente nos lares chefiados por mulheres. Uma outra estratégia, também adotada por estas famílias pobres para lidar, no caso, com a pauperização e obter um rendimento mínimo necessário para o sustento da família, é o engajamento de vários de seus membros - mulheres de todas as idades, crianças, estudantes, idosos - no mercado de trabalho.

A ausência da figura masculina - do companheiro - exige um maior esforço por parte da mulher pobre chefe de família e dos seus filhos que, frente a esta situação, engajam-se desde muito cedo na luta pela sobrevivência. Tal fato acarreta, provavelmente, um prejuízo para sua educação, uma vez que a participação das crianças, seja no mercado de trabalho ou nas tarefas domésticas, pode trazer como conseqüência uma maior restrição de tempo e disponibilidade

para os estudos, gerando uma menor possibilidade de acesso e permanência no sistema educacional. Talvez por isto seja freqüente, nestas famílias, as crianças apresentarem atrasos e índices elevados de evasão escolar, bem como uma maior inserção no mercado de trabalho (FUNDAÇÃO SEADE, 1994; BARROS *et al.*, 1994).

A mulher chefe de família, que tem que realizar várias atividades simultaneamente - emprego, tarefas domésticas, cuidado das crianças -, encontra obstáculos particularmente grandes para sua inserção no mercado regular de trabalho, que exige participação integral de seus membros. Diante desta situação, a participação da mulher pobre e chefe de família se dá, com maior freqüência, nos trabalhos informais, instáveis, de menor qualificação e com os salários mais baixos do mercado, como, por exemplo, os serviços domésticos, pois, estes permitem ou facilitam a conciliação de suas múltiplas funções (FUNDAÇÃO SEADE, 1998).

Desta forma, as alternativas encontradas pelas famílias pobres chefiadas por mulheres para garantir os recursos mínimos para o atendimento das necessidades imediatas de sobrevivência e manutenção de seus membros, muitas vezes, estão longe de garantir condições de vida satisfatórias e o desenvolvimento futuro da família. Ao contrário, elas acabam conduzindo a uma certa imobilidade social e a uma maior pauperização dos seus membros. Como já mencionamos anteriormente, os recursos trazidos por elas para a manutenção familiar são bastante restritos, nem sempre assegurando o mínimo necessário para a sobrevivência da família. Possivelmente, as mães pobres e chefes de família vão se engajar em um trabalho, qualquer que seja o tipo de arranjo familiar encontrado para o cuidado da casa e das crianças, mesmo que o tipo de atividade nele desenvolvido não seja satisfatório. A questão prevalente para elas é a subsistência

de todos e isto não significa necessariamente ter uma boa qualidade de vida agora ou, ao menos, garanti-la no futuro para seus filhos. Muito freqüentemente, trata-se apenas de uma questão de sobrevivência. As possibilidades de escolha para estas mulheres são pequenas porque também estreitas são as ofertas. Acesso a boas escolas, serviços de saúde, práticas esportivas, lazer, atividades culturais ocupam um espaço reduzido no cotidiano de suas vidas e no de suas famílias. Muitas dessas mulheres pobres sofreram, desde pequenas, a falta de amparo externo e aprenderam que pouco podem fazer para mudar ou melhorar sua situação. São mulheres submetidas à fome e ao abandono que, como assinala Sawaia (1995), *“têm o tempo todo tomado pela luta incessante para a manutenção da vida, sem conseguir dignamente. O trabalho estafante redundando em nada para elas e para os filhos. Um trabalho que deixa um gosto amargo na boca”* (p.158).

3 - IGUAIS MAS DIFERENTES: COMPARANDO NÚCLEOS DOMÉSTICOS-FAMILIARES CHEFIADOS POR HOMENS E POR MULHERES

(...) Você tem sede de quê? Você tem fome de quê?
A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida, a gente quer a vida como ela quer.

(...) Você tem sede de quê? Você tem fome de quê?
A gente não quer só comer, a gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade.

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito

3.1 – Objetivos e questões da primeira etapa do estudo

Neste capítulo pretendemos descrever e analisar algumas características da composição e das condições socioeconômicas de vida de um grupo de famílias pobres moradoras em favelas do Rio de Janeiro, que constituíram os dados da primeira etapa do nosso estudo. Não foi nosso propósito aqui abordar as vivências e representações que as famílias expressam sobre sua situação, mas apenas tentar, a partir de um retrato de sua vida social, melhor conhecer as condições em que vivem e contrastar a situação dos homens chefes de família com a das mulheres que desempenham o mesmo papel em seus lares. De fato, estamos interessados em apontar as principais diferenças e contradições existentes entre as condições de vida das famílias pobres chefiadas por mulheres e as daquelas chefiadas por homens. Mediante a comparação entre as famílias, segundo o sexo dos seus chefes, com ênfase naquelas chefiadas por mulheres, buscamos qualificar

as diferenças e, sempre que possível, construir hipóteses quanto aos seus determinantes. A seguir, tentamos analisar quais são as possíveis conseqüências destas diferenças para a condição social das famílias chefiadas por mulheres, a fim de melhor compreender as situações vividas por elas.

Com o propósito geral de tecer algumas considerações sobre a estrutura e composição das famílias pobres, bem como sobre suas condições sócio-econômicas, esta etapa do nosso estudo teve os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer as diferenças entre as condições de vida das famílias chefiadas por mulheres e as daquelas famílias chefiadas por homens;
- Identificar em que aspectos e características os lares chefiados por mulheres se diferenciam dos lares chefiados por homens e quais são as implicações dessas diferenças para a vida das mulheres chefes de família.
- Contrastar as condições de vida de núcleos domésticos familiares chefiados por mulheres e por homens moradores em favelas do Rio de Janeiro;

3.2 – Definindo operacionalmente os termos utilizados na pesquisa

Nesta pesquisa, o termo *família* está sendo caracterizado como a reunião de uma ou mais pessoas que coabitam o mesmo domicílio e que têm entre si laços de parentesco consangüíneos ou afins. As pessoas que moram no mesmo domicílio e partilham do convívio familiar, mas que não têm laços consangüíneos foram chamadas de agregados.

O termo *domicílio* está sendo aqui definido como uma unidade organizada com base no parentesco, e, em menor escala, na afinidade, onde as pessoas residem e, coletivamente, compartilham de todas ou, pelo menos, das principais atividades de sobrevivência diária.

Por *núcleos domésticos-familiares* estamos entendemos um conjunto de pessoas que reside no mesmo domicílio, tendo em comum laços de parentesco/consangüinidade (MACÊDO, 2001). Mais especificamente, eles foram considerados como espaços de convivência e de relacionamento social nos quais se dá a reprodução biológica e onde os recursos econômicos são reunidos para assegurar a todos os membros o padrão de vida definido como desejado ou alcançado a cada etapa do ciclo vital. Também é o lugar em que hábitos, valores, atitudes e padrões de comportamento são reproduzidos e transmitidos a seus novos membros, configurando um espaço de reprodução ideológica (BRUSCHINI, 1990). Portanto, neste estudo, *família* e *núcleos domésticos-familiares* são equivalentes.

Por *chefe de família* entendemos a posição hierárquica ocupada por um dos membros da família nas suas relações com os demais membros, refletindo, por vezes, o grau de dominação e subordinação existente entre os componentes familiares. Utilizamos como critério de identificação de quem é o *chefe da família*, aquele membro que foi eleito pelos demais membros do grupo familiar como tal, independentemente dos motivos que determinaram tal escolha.

Por *cônjuge* entendemos o integrante da família que vive matrimonialmente com o chefe da família, existindo ou não o vínculo legal.

Foi considerado *outro parente* a pessoa com qualquer tipo de parentesco com o chefe da família, mas que não pertence às seguintes categorias: cônjuge, filho, neto, pais ou sogros.

Agregado é tomado, neste estudo, como a pessoa que não é parente ou contraparente de nenhum membro do chefe da família e não paga hospedagem e/ou alimentação para nenhum membro da família.

3.3 – Metodologia

3.3.1 - Grupo entrevistado

A base empírica para a elaboração desta análise é produto de um levantamento sobre as condições sócio-econômicas de 758 famílias moradoras em favelas do Rio de Janeiro, que têm seus filhos matriculados em creches públicas municipais. As famílias pertencentes ao grupo estudado foram escolhidas aleatoriamente dentro de um universo de 1881 famílias beneficiárias do Programa Rio-Creches da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A distribuição das famílias entrevistadas, segundo a área de atendimento do Programa e a localização dos domicílios visitados, ficou organizada conforme o Quadro 3.1.

Quadro 3.1 - Distribuição das famílias entrevistadas segundo abrangência do Programa Rio Creches e o local de moradia

Coordenadoria Regional¹	Comunidade atendida pelo Programa Rio Creches	Crianças atendidas	Famílias atendidas	Entrevistas programadas	Famílias entrevistadas
Centro	Tuiuti (São Cristóvão) Morro dos Telégrafos (Mangueira)	212	190	100	80
Laranjeiras	Rocinha	197	183	89	64
Vila Isabel	Morro da Formiga	141	124	60	51
Méier	Nova Brasília Itararé e Alvorada (Complexo do Alemão)	166	157	76	67
Ramos	Parque Royal, Morro do Dendê e Praia da Rosa (Ilha do Governador)	329	290	145	124
Madureira	Costa Barros	256	216	112	87
Jacarepaguá	Itanhangá	139	131	62	43
Bangu	Selvinha, Morro do São Bento, C. P., Conjunto, Ponto Chic e Vila Vintém (Padre Miguel)	245	218	110	94
Campo Grande	Vila do Céu (Cosmos)	230	103	50	42
Santa Cruz	Cesarinho, Três Pontes, Divinéia, Sete de Abril, Roberto Moreno e Aço (Paciência)	310	269	133	106
Total	25	2225	1881	937	758

Acreditamos que a realidade e a vida enfrentadas diariamente por estas famílias pobres restringem, extremamente, as suas possibilidades de desenvolvimento, mobilidade social e felicidade.

¹ Na época da coleta de dados (1º semestre de 2000), o Programa Rio Creches possuía cerca de 450 creches sob sua coordenação. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro estava dividida em dez Coordenadorias Regionais (CR) às quais as creches se encontravam subordinadas. Atualmente, as creches se encontram sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

De fato, as instituições públicas têm se mostrado incapazes de suprir as necessidades dos mais desfavorecidos, ficando a sobrevivência dos pobres dependente muito mais dos seus recursos pessoais, das energias e das estratégias que cada um é capaz de mobilizar, do que dos recursos disponibilizados pelo Estado. Se hoje, por um lado, a população mais carente das grandes metrópoles do país conta com uma infra-estrutura melhor – água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de ruas e casas –, por outro, o desemprego, a desvalorização dos salários e a conseqüente diminuição da renda familiar, além da violência que ronda seu cotidiano, vêm afetando, cada vez mais, estas famílias.

Portanto, estudar o modo vida dessas famílias, bem como o seu tipo especial de organização familiar, talvez possa trazer informações importantes para o delineamento e a implementação de políticas públicas, uma vez que, nas políticas sociais, os pobres poucas vezes são reconhecidos como um grupo com demandas próprias e específicas e, desta forma, não são contemplados com ações voltadas diretamente para as suas necessidades e problemas. O que mais freqüentemente encontramos são ações que consideram os pobres, de maneira geral, com o mesmo tipo de necessidade, as necessidades básicas de sobrevivência, como se todos precisassem apenas de comer, ter saúde e habitação, por exemplo. As questões ligadas à cidadania, aos direitos humanos e a ter uma vida digna para si e sua família são relegadas a um plano menos importante e são por vezes, esquecidos.

Decidimos focalizar nesta pesquisa apenas famílias com filhos pequenos, uma vez que acreditamos que a presença ou não de crianças pequenas no domicílio é um fator muito importante para se entender melhor a condição social da

mulher. Isto porque, esta situação pode acarretar para ela uma maior sobrecarga de trabalho doméstico e um elevado consumo de tempo e energia dedicados à família, afetando, conseqüentemente, a sua disponibilidade de ingresso e participação na força de trabalho. Além disso, nos lares das camadas de baixa renda, diante da ausência do serviço doméstico remunerado, os cuidados com a casa e com as crianças recaem principalmente sobre as donas de casa – esposas e/ou chefes de família. No caso das mulheres pobres e chefes de família, a situação se torna ainda mais difícil, já que, freqüentemente, elas não têm um “marido” com quem dividir as tarefas domésticas e tampouco as despesas da casa. Nesta condição, cabe a elas a conciliação entre as atividades domésticas e o trabalho remunerado.

Julgamos, também, que a existência de criança pequena na família gera a necessidade de uma maior renda familiar e, assim, que sejam estabelecidas diferentes estratégias para a sobrevivência e manutenção da família.

Finalmente, a opção por trabalhar com o universo das famílias que têm seus filhos matriculados nas creches da Prefeitura deu-se em função de nele estarem presentes as características que desejamos estudar - famílias pobres, com crianças pequenas e moradoras em favelas.

Desta forma, foram estudadas 758 famílias que tinham filhos pequenos (de 0 a 6 anos de idade) residentes em seus domicílios e que estavam matriculados em creches mantidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Destes núcleos doméstico-familiares, 466 deles eram chefiados por homens e 292 chefiados por mulheres, conforme tabela 3.1 apresentada a seguir.

Tabela 3.1 - Distribuição dos moradores por posição na família e tipo de núcleo doméstico-familiar

Posição na família	Total	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher
Chefes	758	466	292
Cônjuges	503	442	61
Filhos	2087	1203	884
Pais ou sogros	44	19	25
Outros parentes*	182	81	101
Total de residentes	2816	2211	1363

* Outro parente: genro ou nora, irmão ou cunhado e agregado.

3.3.2 – O instrumento

Para a coleta das informações, foi elaborado um roteiro de entrevista estruturado, com perguntas fechadas, em forma de questionário, para ser seguido sistematicamente pelo entrevistador.

O questionário foi construído buscando abranger os seguintes aspectos: características pessoais dos membros da família, composição da família, características do domicílio, renda, ocupação e educação dos moradores, condições e características de moradia, acesso aos serviços públicos e algumas questões relativas à creche (Anexo 1). O questionário foi dividido em 8 blocos:

Bloco 1: Identificação

Este bloco refere-se à identificação do local de moradia da família e controle da realização da entrevista.

Bloco 2: Características do domicílio

Nesta parte procurou-se investigar todas as características relativas as condições habitacionais das famílias, tais como a organização do espaço onde ela vive, a qualidade da construção do domicílio, o tipo de iluminação, abastecimento de água, escoamento sanitário, coleta de lixo, serviços de correios, entre outros.

Bloco 3: Características gerais dos moradores

Neste bloco foram incluídas algumas características dos componentes do domicílio, tais como sexo, idade, etnia, naturalidade, entre outros.

Bloco 4: Educação dos moradores

Este bloco procurou identificar a escolaridade de todos os moradores do domicílio, abordando questões, como cursos realizados, última série concluída, curso profissionalizante, entre outros.

Bloco 5: Trabalho e renda dos moradores

Neste bloco levantaram-se os rendimentos da família e informações relativas à ocupação de seus moradores, tais como quem da família está trabalhando e/ou procurando emprego.

Bloco 6: Ocupação do chefe de família

Nesta parte procurou-se identificar questões relativas à ocupação atual do chefe de família. Abordamos os seguintes aspectos: a ocupação exercida, a jornada de trabalho, a posição ocupada no trabalho e o ramo de atividade.

Bloco 7: Condições de conservação e higiene do domicílio e da família

Neste item os entrevistadores anotaram suas observações em relação às condições de conservação e higiene do domicílio e da família.

Bloco 8: Creche

Este bloco abordou questões relativas aos motivos que levaram as famílias a utilizar a creche como estratégia para o cuidado dos seus filhos, bem como de quem partiu esta decisão e o que as famílias achavam do serviço oferecido pela creche.

3.3.3 - Procedimentos na coleta dos dados

O contato com as comunidades que participaram de nosso estudo começou por intermédio das associações de moradores. O propósito foi apresentar o objetivo do trabalho e conseguir o apoio da população local e dos líderes comunitários para a realização da pesquisa.

As primeiras visitas à comunidade foram feitas para que se pudesse conhecer o local e solicitar ajuda dos moradores na localização dos endereços das famílias que seriam entrevistadas. Antes de cada visita para a coleta de dados, era feito contato com as comunidades para a confirmação dos dias nos quais a pesquisa seria realizada e para saber se havia algum tipo de imprevisto que oferecesse risco de segurança e impossibilitasse a realização das entrevistas.

O grupo de famílias selecionado para ser entrevistado foi informado pela direção da creche na qual seu filho estava matriculado que havia sido escolhido para, caso concordassem, participar de uma pesquisa sobre suas condições de

vida. As entrevistas foram agendadas para serem realizadas no domicílio de cada família, conforme a disponibilidade da pessoa a ser entrevistada. Antes de cada entrevista, foi feito um *rapport* entre a pesquisadora e as famílias participantes. Os objetivos da pesquisa foram então novamente apresentados e as dúvidas esclarecidas. Em seguida, era solicitada a concordância da família para participar do trabalho. Além disso, foi assegurado às pessoas entrevistadas que as informações fornecidas por elas teriam um caráter confidencial. Os procedimentos adotados estão em consonância com a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde.

A coleta das informações foi realizada por meio de entrevistas estruturadas em que se seguiu um roteiro com perguntas fechadas que o entrevistador deveria abordar seqüencialmente. As perguntas foram feitas a uma pessoa responsável da família² e suas respostas anotadas no espaço correspondente no instrumento. As entrevistas tiveram em média uma hora de duração.

As entrevistas domiciliares foram realizadas por nós e por um grupo de alunos do curso de psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA), participantes do Programa de Treinamento Profissional, bem como por bolsistas do Laboratório de Práticas Sociais desta Universidade. Todos que colaboraram no processo de coleta de dados passaram por um treinamento prévio sobre a metodologia, os procedimentos e o instrumento do trabalho. As atividades de campo foram totalmente coordenadas e supervisionadas, por nós.

Das 937 entrevistas previstas, foram realizadas 758, havendo uma perda de 19% do grupo. As maiores dificuldades encontradas para a realização das

²Considerou-se como pessoa responsável, pai, mãe, avós ou outro parente adulto da criança que residisse no mesmo domicílio e estivesse em condições de responder as questões.

entrevistas foram relativas a problemas com endereço (9% - ligados a ruas que mudaram de nome, numeração trocada na rua, mudança de endereço, entre outros). A segunda dificuldade mais freqüente refere-se a domicílios localizados muito distantes da comunidade atendida pela creche (6%). Em apenas 3% dos domicílios visitados as famílias não foram encontradas em casa, e somente 0,5% das famílias se recusaram a ser entrevistadas.

3.4 – A favela: cenas e lugares

Neste tópico, pretendemos apenas descrever alguns aspectos do cenário onde sobrevivem os indivíduos e famílias entrevistados e, certamente, de muitos outros indivíduos e famílias que também vivem com precários recursos materiais (PACHECO, 2000).

Ao entrar na favela, a impressão inicial é que nos causa é que todos são igualmente pobres e carentes de tudo - de educação, trabalho, saúde, direitos e dignidade. Ao olhar em volta, vemos a miséria retratada nas residências escuras - com falta de luminosidade, poucas janelas – e com espaços apertados, nas ruas estreitas e pouco limpas, nas armas nas mãos de jovens adolescentes, tudo organizado segundo uma ordem própria que, com o tempo, passamos a conhecer melhor.

A distribuição espacial em uma favela é completamente diferente daquela que encontramos nas outras áreas residenciais da cidade. A arquitetura local deixa em evidência casebres inacabados ou construções muito precárias, onde os moradores convivem com a falta de saneamento básico, iluminação, segurança,

entre outros problemas. As ruas da favela se caracterizam por serem estreitas, de terra e de difícil acesso. A rua principal geralmente é asfaltada³, muito íngreme e percorre apenas uma pequena parte da comunidade.

As casas são pequenas, em sua maioria com dois ou três cômodos. A sala, freqüentemente, funciona como dormitório, o banheiro é comum para toda a família e, às vezes, partilhado com outros membros da comunidade. A pouca mobília que existe se amontoa no pequeno cômodo, pouco limpo e com iluminação precária. Privacidade é coisa rara de se encontrar nesses domicílios.

As pessoas que vivem nestes espaços, apesar do sofrimento que demonstram pelas dificuldades que têm para sobreviver, são prestativas e freqüentemente disponíveis a ajudar. Raras foram as que se recusaram a participar da pesquisa.

Impressiona a generosidade das pessoas que, mesmo vivendo sob tanta violência, sem muita expectativa de futuro, abrem as portas das suas casas, às vezes um pouco envergonhadas pela falta de tanto, e, carentes de tudo, oferecem o que têm - café, água, bolo e muita atenção. Parece que o simples fato de estarmos ali, interessados em alguns aspectos de suas vidas, por si só já basta para fazê-las sentir-se importantes, independentemente do que isto possa concretamente trazer para elas. Muitas choraram ao contar suas vidas e suas dificuldades. Porém, quase todas pareciam resignadas com sua situação, entregues à sorte, ao destino e a Deus. Embora os objetivos da entrevista fossem sempre explicitados no início de cada encontro, a maioria das mulheres mostrava-se esperançosa de que

³ Todas as favelas visitadas participaram do Programa Favela Bairro, que trouxe melhorias de saneamento básico e urbanização.

poderíamos trazer melhorias para o seu bem-estar e o da comunidade. Isto ficava claro quando as mulheres não selecionadas para participar da pesquisa solicitavam ser incluídas no estudo, acreditando fantasiosamente que poderíamos influenciar o curso de suas vidas, conduzindo-as para um lugar melhor.

A ordem e a lei estão presentes na favela; entretanto, não são as mesmas encontradas no asfalto. As regras são impostas pelos “donos da favela”, os chefes do tráfico. É comum ver pessoas armadas circulando pela comunidade, na maioria das vezes jovens com menos de 18 anos. O medo já é companhia constante de muitos moradores que assistem ao fogo cruzado entre traficantes de grupos rivais e/ou entre eles e os policiais.

O cotidiano na favela revela um espaço de contradições e contrastes, um submundo paralelo de contravenção e bandidagem, cujo cenário mostra homens com armas em punho como se estivessem preparados para lutar numa guerra. Entretanto, também é possível ver crianças brincando, o movimento nos botequins de esquina, e mães que, apesar de tudo, continuam levando as suas crianças à escola e se preocupando com o futuro delas. São famílias que, nos finais de semana, vão incansavelmente à igreja e continuam rezando e pedindo a Deus por melhores condições de vida, sem perder a esperança ou a crença, ainda que mágica, de que o melhor está por vir. São homens e mulheres, chefes de família, que acordam cedo e saem para trabalhar em busca do sustento de seus familiares. São donas de casa que cuidam dos seus lares, esquecidas da violência do mundo do lado de fora, sonhando com dias melhores para seus familiares. São, também, tantos outros anônimos que encontram na bebida e nas drogas o refúgio e consolo para tanta falta.

Num primeiro olhar, neste lugar, todos parecem igualmente pobres. Porém, com um pouco mais de cuidado, podemos perceber as diversidades e desigualdades dentro desta miséria. A pobreza assusta não só porque é feia, triste, tem cor escura, às vezes é agressiva, mas, sobretudo, porque ela dói. Ao entrar em contato com esta realidade, é impossível, como ressalta Jodelet (2001), não deixar de se questionar *“por que, numa sociedade supostamente democrática, a desigualdade e a exclusão social são naturalizadas e toleradas e as práticas de discriminação mantidas”* (p.54). E, principalmente, é impossível não pensar em qual é o nosso papel na manutenção ou na transformação desta condição social.

3.5 - Resultados e discussão⁴

3.5.1- Características da composição dos núcleos domésticos-familiares estudados.

Dos 758 domicílios visitados, encontramos uma proporção maior de famílias chefiadas por homens (61,5%) do que de famílias chefiadas por mulheres (38,5%), como pode ser visto na tabela 3.2. Embora a proporção encontrada no grupo estudado de famílias chefiadas por mulheres seja menor do que a de famílias chefiadas por homens, ela é bastante elevada quando comparada à do restante do país - 24,9% segundo o IBGE (2002) - e à de todo o estado do Rio de Janeiro - 16% (RIBEIRO *et al.*, 1998). Talvez isto se deva ao fato de que o universo pesquisado, além de pertencer à área metropolitana – região onde existe uma maior incidência de famílias chefiadas por mulheres -, reside nas partes mais pobres desta região (favelas), na qual, provavelmente, de acordo com as

⁴ As tabelas com dados obtidos que julgamos ter menor relevância na discussão realizada neste capítulo estão apresentadas no ANEXO 2.

tendências apontadas nos últimos estudos censitários do país, existe uma maior concentração de famílias pobres e monoparentais (pai ou mãe e filhos).

Tabela 3.2- Distribuição das famílias por tipo de arranjo familiar

Tipo de família	Freqüência	%
Casal com filhos	503	66,4
Chefiadas por homens	466	61,5
Chefiadas por homens sem cônjuge	24	3,2
Chefiadas por homens com cônjuge	442	58,3
Chefiadas por mulheres	292	38,5
Chefiadas por mulheres sem cônjuge	231	30,5
Chefiadas por mulheres com cônjuge	61	8,0
Total de famílias	758	100

Considerando os 503 domicílios visitados onde o modelo de família é o de casal com filhos, em apenas 61 deles – 12,1% - os homens foram considerados cônjuges. Nestes casos, apesar da presença masculina na família, foi atribuído à mulher o papel de chefe. Talvez isto nos permita vislumbrar o início de uma possível mudança, mesmo que pequena, nos valores tradicionais da sociedade, que atribui, prioritariamente, ao homem o papel de chefe da família, independentemente de ele ser ou não responsável pelo seu sustento.

Por outro lado, a análise dos dados revela que, apesar da existência de um pequeno número de homens ocupando a posição de cônjuge na família, a maioria dos núcleos doméstico-familiares chefiados por mulheres (79,9%) são monoparentais (com a presença apenas da mulher). Já no caso dos núcleos doméstico-familiares chefiados por homens, em quase todos eles (94,8%)

encontramos a figura da esposa, prevalecendo ainda neles o modelo de família tradicional - casal com filhos (Anexo 2; Tabela A 2.1).

De fato, quase sempre, as mulheres entrevistadas somente se perceberam como chefes da família na ausência do marido ou companheiro em casa. Esta identificação não parece estar relacionada diretamente a uma questão financeira, mas, antes, aos valores da cultura, que atribui prioritariamente ao homem o papel de chefe de família. Assim, o fator predominante para a eleição de quem é o chefe da família foi a presença ou ausência da figura masculina no lar e não os rendimentos do homem ou da mulher.

Ao compararmos os domicílios visitados em que o homem é o chefe com aqueles em que o chefe é a mulher, verificamos que eles são mais ou menos do mesmo tamanho: neles moram em média 4,7 pessoas. Entretanto, os domicílios chefiados por mulheres têm uma característica muito importante quanto à sua composição: neles existe um número maior de crianças, de avós e outros parentes do que nos domicílios chefiados por homens. A proporção encontrada de outros parentes e avós (9,2%) convivendo nas famílias chefiadas por mulheres é praticamente o dobro da existente nas famílias chefiadas por homens (4,7%). Além disso, conforme mostra a Tabela 3.3, a maioria dos parentes (79,5%) que moram nos domicílios visitados é do sexo feminino. Provavelmente, eles correspondem às avós e tias que ajudam na criação das crianças.

Tabela 3.3 - Distribuição dos moradores por posição na família e tipo de núcleo doméstico-familiar (%)

Posição na família	Núcleo doméstico- familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico- familiar chefiado por mulher
Chefes	21,1	21,4
Cônjuges	20,0	4,5
Filhos	54,4	64,8
Pais ou sogros	1,0	1,8
Outros parentes*	3,7	7,4
Total	100	100

* Outro parente: genro ou nora, irmão ou cunhado e agregado.

A existência, nas famílias chefiadas por mulheres, de uma maior proporção de famílias extensas, ou seja, de famílias convivendo com parentes no mesmo domicílio, pode ser fruto da necessidade da mulher chefe de família de contar com o apoio de outras pessoas para cuidar dos afazeres domésticos e das crianças enquanto ela se afasta do lar para trabalhar. Se, por um lado, isto pode ser percebido como positivo, porque diminui os encargos domésticos da mulher chefe de família, por outro, acarreta maior consumo domiciliar de bens e serviços e, conseqüentemente, um aumento nas despesas domésticas.

Quanto ao número de filhos, a média geral encontrada nos núcleos doméstico-familiares visitados foi de 2,76 filhos. Entretanto, nos núcleos doméstico-familiares chefiados por mulheres, o número médio de 3,03 filhos foi superior ao encontrado nos lares chefiados por homens, onde a média foi de 2,58 filhos por domicílio (ver Tabela 3.4). Ao compararmos essa média de 3,03 filhos dos núcleos doméstico-familiares chefiados por mulheres com o número médio registrado no Brasil - de 2,1 filhos por domicílio, segundo Ribeiro *et al.* (1998) -, encontramos uma

diferença mais acentuada. Ou seja, nos lares visitados onde a mulher é a chefe, o número de crianças é bem maior (uma vez e meia) do que na maioria dos lares do país.

Apesar de ambos os grupos estudados serem compostos por relativamente o mesmo número de pessoas - 4,7 pessoas –, eles são um pouco mais numerosos do que a média nacional de 4,1 pessoas por família (RIBEIRO *et al.*, 1998) e maiores ainda quando comparados com a média das áreas urbanas do país, de 3,9 pessoas. Provavelmente, isto se deve ao fato de que neles o número de filhos existentes é maior do que a média nacional, que inclui as diferentes camadas sociais.

Tabela 3.4 - Média de residentes por posição na família e tipo de núcleo doméstico-familiar

Posição na família	Geral	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher
Cônjuge	0,66	0,95	0,21
Filho	2,76	2,58	3,03
Pais ou sogros	0,06	0,04	0,09
Outro parente*	0,24	0,17	0,35
Total de residentes	4,72	4,74	4,67

* Outro parente: genro ou nora, irmão ou cunhado e agregado.

Vale a pena ressaltar que níveis de renda e instrução mais elevados têm garantido às mulheres, na nossa sociedade, maior possibilidade de acesso aos serviços de saúde e aos métodos contraceptivos, permitindo-lhes melhor planejar o

tamanho da prole e, conseqüentemente, o controle da natalidade se torna mais eficiente. No caso das mulheres das camadas de baixa renda, além do baixo nível de renda e de instrução e, conseqüentemente, menor possibilidade de acesso aos serviços de saúde e aos métodos contraceptivos, pode ser também que elas percebam, representem e vivam seus papéis de mãe e mulher de maneira diferente das mulheres que ocupam outra posição social e, assim, isto pode ter uma influência importante na sua escolha por ser mãe.

Quanto ao grupo étnico dos membros das famílias entrevistadas, algumas questões merecem ser mencionadas. A observação da Tabela 3.5 nos revela que a condição de pertencer à raça negra é mais freqüente para as mulheres chefes de família do que para os demais grupos, sendo que, quando comparada à condição de homem chefe com mulher cônjuge, a diferença é ainda mais acentuada, em torno de 10 pontos percentuais. Além disso, a condição de pertencer à raça branca alcançou menor valor percentual no caso dos cônjuges homens e das mulheres chefes, ou seja, as raças mais freqüentes dos membros das famílias chefiadas por mulheres são a negra e a parda, condição encontrada predominantemente no Brasil, segundo a Fundação SEADE (1994), nas camadas mais carentes da população. Ou seja, os dados encontrados sugerem que são justamente as mulheres chefes de família as que reúnem as características encontradas entre as pessoas mais pobres dentre os pobres.

Tabela 3.5- Distribuição de homens e mulheres por raça e posição na família (%)

Posição na família	Raça			
	Branca	Negra	Parda	Outras
Mulher				
Chefe de família	28,1	31,5	37,3	3,1
Cônjuge	33,0	20,0	43,2	3,6
Homem				
Chefe de família	34,1	21,7	40,3	3,8
Cônjuge	23,0	29,5	44,3	3,3

Por outro lado, os resultados apontam que, dentre as mulheres pobres, são justamente as mulheres negras que estão mais freqüentemente sozinhas. Parece que a discriminação que as mulheres, de maneira geral, enfrentam no mercado de trabalho – ocupando cargos menos qualificados e recebendo salários menores -, no caso das mulheres negras, se estende também para o campo afetivo-sexual.

3.5.2 – Ciclo de vida das famílias

A observação da idade média dos chefes de família - 35 anos – nos leva a concluir que as famílias são constituídas basicamente por pessoas jovens. Tal fato já era esperado, uma vez que o universo pesquisado foi composto somente por famílias que têm filhos pequenos (0 - 6 anos), presumindo-se, a partir disso, que os pais deveriam ser ainda jovens. Entretanto, a idade média das mulheres chefes de família estudadas – 36,6 anos - é um pouco mais elevada do que a dos homens que ocupam a mesma posição no núcleo familiar – 33,8 anos – e bem maior do que a das mulheres que são cônjuges – 30 anos (ver Tabela 3.6).

Tabela 3.6 – Idade média por posição na família e tipo de Núcleo doméstico-familiar

Posição na família	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher
Chefe de domicílio	33,8	36,6
Cônjuge	30,0	34,5
Filho	7,0	9,2
Pais ou Sogros	54,8	59,1
Outro parente*	19,7	24,9

• Outro parente: Genro ou nora, irmão ou cunhado e agregado.

A condição de chefe de família se apresenta majoritariamente em pessoas na faixa etária que vai de 25 a 45 anos – 67,3% - e, em menor grau, entre aquelas com idades maiores de 45 anos – 16,3% - (conforme Tabela 3.7). Porém, considerando-se o número total de chefes de família na faixa etária entre 15 e 19 anos, encontramos uma proporção acentuadamente maior de mulheres (66,6%) do que de homens (33,3%) nesta faixa. Provavelmente, isto ocorre porque grande parte dessas jovens deve ser mãe solteira cabendo a elas e não aos pais das crianças a responsabilidade de criar e educar os filhos. Assim, se, por um lado, os lares chefiados por mulheres (idade média de 36,6 anos) se encontram num ciclo de vida mais avançado do que os chefiados por homens (idade média de 33,8 anos), por outro, os lares chefiados por adolescentes mulheres são muito mais freqüentes do que os chefiados por adolescentes homens.

Tabela 3.7 - Distribuição dos residentes por tipo de núcleo doméstico-familiar segundo a faixa etária e posição na família (%)

Idade	Chefe de família			Cônjuge		
	Total	H	M	Total	H	M
De 15 a 19 anos	2,0	1,1	3,4	4,6	4,5	4,9
De 20 a 24 anos	14,4	14,8	13,7	24,7	26,2	13,1
De 25 a 29 anos	20,6	22,4	17,8	25,2	26,9	13,1
De 30 a 34 anos	19,6	23,2	13,7	19,3	17,9	29,5
De 35 a 45 anos	27,1	26,0	28,8	18,1	17,4	23,0
De 46 a 55 anos	9,6	8,4	11,6	6,0	4,8	14,8
56 anos e mais	6,7	4,1	11,0	2,2	2,3	1,6

Nota: **H** - Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem
M - Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher

A análise dos dados coletados nos permite supor, então, que a mulher pobre se torna chefe da família não exatamente por um desejo de superar uma situação de subordinação, mas, provavelmente, como resultado de um processo de reestruturação familiar, seja por viuvez ou por separação conjugal. Tais situações ocorrem, geralmente, em um momento mais avançado do ciclo de vida familiar e nem sempre refletem uma opção feminina e/ou, muito menos, conduzem necessariamente a uma condição de autonomia e independência financeira, como tem sido apontado nos estudos de gênero, em relação às mulheres das camadas médias da população. No caso das mulheres muito jovens e chefes de família, a situação é semelhante, pois o fato de estarem arcando sozinhas com a criação e manutenção da prole pode ser, antes, devido a uma gravidez não planejada pelo casal e o conseqüente abandono do parceiro, do que resultado de uma escolha pessoal e da busca de uma maior independência. Estas jovens e seus filhos, muitas vezes, para sobreviver dependem do auxílio e dos recursos que a família materna disponibiliza para elas.

3.5.3 – Participação e ocupação no mercado de trabalho⁵

A observação das taxas de participação masculinas no mercado de trabalho no país em 2001 mostra que ela é acentuadamente maior - 72,8% - que a feminina - 48,9% - (IBGE, 2002a). Quando comparamos estes dados com os do grupo estudado, verificamos que, embora as desigualdades permaneçam, as taxas de participação de homens e mulheres encontradas - 85% e 73,5%, respectivamente -, são maiores do que as médias nacionais, especialmente no caso das mulheres. Além disso, a diferença entre a participação de homens e mulheres é bem menor (ver tabela 3.8).

Entretanto, se, por um lado, as taxas de participação no mercado de trabalho encontradas para homens e mulheres foram muito superiores às médias nacionais, por outro, as taxas de ocupação (Tabela 3.8), principalmente no caso das mulheres - 72,6%, foram acentuadamente inferiores às médias nacionais - 88,1%. Esses dados sugerem que, embora as mulheres entrevistadas estejam engajadas no mercado de trabalho, boa parte delas (37,4%) continua desocupada, contra apenas os 11,9% encontrados no país em 2001 (IBGE, 2002a).

A análise da participação dos diferentes membros da família no mercado de trabalho, considerando-se o sexo e a condição de cada um no contexto familiar (Tabela 3.8), mostra de imediato que as taxas de atividade dos homens são mais elevadas do que as das mulheres em quase todas as condições estudadas, menos na condição de filhos, nesta condição são as mulheres que apresentam maior taxa

⁵A Taxa de atividade/participação no mercado de trabalho corresponde ao número de pessoas ocupadas mais o número de pessoas que estão procurando emprego (economicamente ativos) sobre o total de pessoas no grupo. A Taxa de ocupação corresponde ao número de pessoas que estão trabalhando - ocupadas - sobre o total de pessoas economicamente ativas do grupo.

de atividade. Entretanto, a diferença entre essas taxas, na maioria dos casos, não é muito grande.

Tabela 3.8 – Distribuição de homens e mulheres por taxa de atividade e ocupação e posição na família (%)

Taxa	Total		Chefe		Cônjuge		Filhos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Atividade	85,0	73,5	93,5	83,2	82,5	77,1	89,2	91,1
Ocupação	81,1	72,6	89,6	76,1	55,3	73,2	68,2	65,6

Por outro lado, as diferenças entre as taxas de ocupação masculina no mercado de trabalho, segundo sua posição na família, são bastante grandes. Quando o homem é chefe, apenas 10,4% estão desocupados; já quando ele é cônjuge, esta taxa sobe para 44,7%. Na verdade, apenas um pouco mais da metade dos cônjuges entrevistados estavam ocupados. Talvez o fato de estarem sem trabalho tenha sido o motivo principal pelo qual não foram eleitos chefes de família.

Quanto às mulheres, as taxas de ocupação em pouco variam: 76,1% quando são chefes, 73,2% quando são cônjuges e 65,6% quando são filhas. Porém, elas são sempre inferiores às masculinas, exceto quando a mulher ocupa a posição de cônjuge. Vale a pena ressaltar que a taxa média nacional de ocupação feminina, em 2001, foi de 88,1% (IBGE, 2002a), 15 pontos percentuais, portanto, acima das taxas encontradas no grupo estudado (ver Tabela 3.8). Isto parece apontar que, embora as mulheres do grupo estudado, principalmente as chefes de família, estejam pressionando o mercado de trabalho à procura de emprego, grande

parte delas (27,4%) estão desocupadas, ou seja, ainda encontram, neste espaço, uma dificuldade acentuada de inclusão social.

Na condição de chefes de família, as mulheres apresentam taxas de atividade sempre maiores do que aquelas na condição de cônjuges (Tabela 3.8). Acreditamos que isso aconteça em função da maior necessidade de engajamento da mulher chefe no mercado de trabalho do que a daquelas que são apenas cônjuges, uma vez que elas não contam, de forma geral, com um companheiro com quem possam dividir as despesas da casa e o sustento da família. Por outro lado, o fato de terem de arcar com as atividades domésticas e o cuidado com os filhos ainda pequenos faz com que sua inserção no mercado de trabalho seja mais irregular e inferior à do homem, independente da faixa etária em que se encontrem (Ver Anexo 2, tabelas A.2.2 e A.2.3). Entretanto, as mulheres na condição de filhas têm uma taxa de atividade maior (91,1%) do que as apresentadas nas demais condições, a de chefe (83,2%) e cônjuge (77,1%), de acordo com a Tabela 3.8.

Ao observarmos as taxas de participação e ocupação segundo a idade (ver Anexo 2; Tabelas A.2.2 e A.2.3), verificamos que elas são menores para as mulheres na faixa dos 20 aos 24 anos do que para aquelas nas idades mais avançadas (de 25 anos a 45 anos) na condição de chefe ou cônjuge, o mesmo não acontecendo na condição de filha, quando elas são menores apenas do que as das mulheres na faixa dos 35 aos 45 anos (100%). Esta situação é compreensível, uma vez que, nesta fase da vida, é provável que a mulher – chefe de família ou cônjuge - esteja mais voltada para a procriação e educação dos filhos pequenos do que para o trabalho fora do lar, devido à quantidade e ao tipo de cuidados que uma criança pequena requer. Depois deste período, provavelmente com os filhos um

pouco mais velhos e/ou já sem um companheiro, a participação tende a crescer, voltando a cair na fase mais adulta. Neste período, na etapa adulta do ciclo de vida familiar, a composição do orçamento familiar já pode contar com os rendimentos dos filhos, diminuindo, conseqüentemente, a necessidade de inclusão da remuneração feminina, seja na condição de chefe ou cônjuge.

Nas famílias estudadas, tanto os filhos quanto as filhas têm taxas de atividade superiores às de suas mães; já em relação aos seus pais, as taxas, apesar de não serem superiores às do chefe de família, estão bastante próximas, em ambos os tipos de famílias. Neste caso, somos levados a pensar que, para garantir que as necessidades da família sejam atendidas os filhos nas famílias pobres são empurrados mais cedo para o mercado de trabalho, pois eles são praticamente os únicos auxiliares na obtenção de renda. Este rendimento, por menor que seja, tem um peso e importância maior na composição do orçamento familiar do que nos demais grupos familiares. Por outro lado, uma das possíveis estratégias de sobrevivência utilizadas pelas mulheres chefes de família é a utilização, também, dos filhos mais velhos no trabalho doméstico.

Ainda quanto à condição de trabalho dos filhos, certos pontos merecem ser destacados. Alguns estudos, como mencionamos no capítulo anterior, têm apontado para o fato de que a participação deles no mercado de trabalho é maior nas famílias chefiadas por mulheres do que naquelas chefiadas por homens (RIBEIRO *et al.*, 1998; BARRO *et al.*, 1993). No entanto, no grupo estudado, esta diferença não foi encontrada. Ambas as taxas, de atividade e de ocupação dos filhos no mercado de trabalho, são praticamente iguais nos dois grupos, mesmo que um pouco mais elevadas nos núcleos doméstico-familiares chefiados por homens (Tabela 3.9). Acreditamos, entretanto, que os filhos, nas famílias chefiadas

por mulheres, têm uma maior carga e responsabilidade de trabalho, uma vez que, para ajudar as suas mães, além de estarem engajados no mercado de trabalho, eles participam muito provavelmente, também, das atividades domésticas e do cuidado dos irmãos mais novos.

Tabela 3.9 – Taxa de atividade e ocupação dos filhos segundo o tipo de núcleo doméstico-familiar (%)

Taxa	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher
Atividade	96,4	89,1
Ocupação	67,3	66,3

Quanto ao setor de atividade em que as mulheres estão engajadas, os resultados encontrados no estudo são semelhantes às tendências nacionais. Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, elas continuam concentradas em um número pequeno de atividades e ocupações, e a maioria delas desempenha funções na área de serviços. Embora tanto os homens como as mulheres estudadas apresentem uma maior concentração no setor de serviços – 38% e 57%, respectivamente -, esta é bem mais elevada no caso feminino (Tabela 3.10). Os homens têm também uma participação expressiva na construção civil e no comércio. No caso das mulheres, a maioria trabalha como empregada doméstica e muitas exercem a atividade na sua própria casa (lavando e passando roupa para fora).

Tabela 3.10 – Distribuição do chefe de família segundo o setor de atividade (%)

Setor de atividade	Homem	Mulher
Agrícola	1	0
Indústria	8	6
Construção civil	20	2
Comércio	18	12
Serviços	38	57
Outros	14	23

As mulheres chefes de família trabalham fora de casa, em média, um número menor de horas do que os homens. Frente à dupla jornada de trabalho este fato não é de se estranhar. A maioria dos homens chefes de família (54%) trabalha mais de 46 horas semanais e grande parte das mulheres chefes (35%) trabalha de 39 a 45 horas semanais (ver Tabela 3.11). Entretanto, no caso das mulheres, considerando-se todas as atividades que desenvolvem – como a criação dos filhos e os cuidados com a casa -, o número de horas trabalhadas fica bem mais acentuado, podendo chegar a mais de 60 horas semanais (em média 42 horas no mercado de trabalho e 20 horas em casa). Porém, o trabalho doméstico continua invisível nas estatísticas oficiais e desvalorizado no imaginário social. Em realidade, o trabalho feminino – doméstico ou não - é, inclusive, pouco valorizado pelas próprias mulheres pobres. O seu engajamento no mercado de trabalho é, por vezes, considerado, por elas, apenas como um “bico”, uma ajuda ocasional nas despesas domésticas, mesmo que o salário decorrente dele corresponda a mais da metade do orçamento familiar.

Tabela 3.11 - Distribuição das horas trabalhadas* por semana do chefe de família (%)

Grupo de horas	Homem	Mulher
Até 39 horas	20	34
De 39 a 45 horas	27	35
De 46 ou mais horas	53	31

* Refere-se às horas trabalhadas fora de casa, não inclui o trabalho doméstico.

Os dados encontrados relativos à renda das famílias estudadas revelam um cenário bastante desfavorável para ambos os grupos. Todavia, no caso das famílias chefiadas por mulheres a situação é bem pior. Os rendimentos masculinos e femininos do grupo estudado – R\$ 351,40 e R\$ 227,20, respectivamente - encontram-se num patamar muito inferior à média nacional no mesmo período - R\$ 827,00 no caso dos rendimentos masculinos e R\$ 591,00 no caso dos femininos. Chama a atenção, entretanto, que a renda feminina encontrada seja menos da metade da renda média nacional das mulheres. Além disso, os salários pagos às mulheres do grupo estudado são consideravelmente menores do que os pagos aos homens, independente da posição ocupada por elas na família (conforme Tabela 3.12) ou da sua idade (conforme Anexo 2 Tabela A 2.7). Contudo, as diferenças se tornam ainda maiores quando comparamos homens e mulheres chefes de família. Ao compararmos a média de renda geral, verificamos que o rendimento feminino corresponde a 64,7% do masculino. Quando confrontamos somente a renda dos chefes de família, constatamos que esta diferença aumenta e o rendimento feminino representa apenas 62,3% do masculino.

Esses dados, na verdade, não são novidade; já é sabido que as mulheres ganham em média menos que os homens. Entretanto, no caso dos lares chefiados por mulheres estudados - na sua grande maioria, sem cônjuge -, é provável que o

rendimento do chefe de família represente quase a totalidade da renda familiar que deve dar conta do consumo e do atendimento das necessidades da família; o provimento financeiro do lar está, portanto, restrito ao salário destas mulheres. Nesta situação, a discriminação salarial por gênero torna-se bem mais perversa e suas conseqüências mais graves para a manutenção do bem estar da família.

Tabela 3.12 - Distribuição da renda média por sexo e posição na família (R\$)

Parentesco	Masculino	Feminino
Chefe de família	379,3	236,1
Cônjuge	317,3	226,2
Pais / sogro	368,5	238,7
Filhos / netos	415,3	366,3
Média total	351,4	227,2

Nota: Para o cálculo da renda média considerou-se somente os rendimentos na ocupação principal no mês da pesquisa - agosto de 2000. Salário mínimo na época R\$ 151,00

3.5.4 – Escolaridade

O nível educacional das famílias estudadas apresenta um perfil deficitário. É elevada a proporção de mulheres chefes de família (34,1%) e de homens chefes de família (24,6%) com menos de 3 anos de estudo (ver Tabela 3.13). Porém, o que mais chama a atenção é que apenas 20,3% dos homens chefes de família e 13,3% das mulheres chefes de família atingiram 8 anos de estudo, ou seja, concluíram o ensino fundamental, direito de todos.

As taxas de escolaridade das mulheres na condição de cônjuges são mais altas do que as das mulheres chefes de família. Provavelmente, muitas das mulheres chefes de família tiveram que abandonar os estudos ainda cedo, em

função da gravidez e da necessidade de trabalhar para ajudar a garantir a sobrevivência da família. Já no caso dos homens, acontece o contrário; para eles, as taxas de escolaridade são mais elevadas quando eles estão na condição de chefes de família. Curiosamente, os homens, quando são cônjuges, possuem bem menos escolaridade do que as mulheres; 13,8% deles são analfabetos. Por outro lado, os homens chefes de família apresentam nível de escolaridade superior ao das mulheres chefes de família (ver Tabela 3.13). Ou seja, nas famílias chefiadas por mulheres o nível educacional dos seus membros é, via de regra, inferior aos das famílias chefiadas por homens.

Tabela 3.13 - Escolaridade por posição na família e tipo de núcleo doméstico-familiar (%)

Escolaridade	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem			Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher		
	Chefe	Cônjuge	Filho	Chefe	Cônjuge	Filho
Sem escolaridade	4,8	4,1	9,4	6,7	13,8	6,2
Creche ou pré-escola	-	-	43,9	-	-	33,3
Alfabetização	19,8	19,3	18,5	27,4	17,2	13,8
Ingressou no ensino fundamental (1º grau)	55,1	58,7	23,9	52,6	58,6	38,5
Ingressou no ensino secundário (2º grau)	19,2	17,2	3,7	12,6	10,4	7,5
Ingressou no ensino universitário	1,1	0,7	0,6	0,7	-	0,7

Quanto aos filhos, como as famílias são jovens, já era de se esperar que eles, por serem em sua maioria muito pequenos, apresentassem níveis educacionais mais baixos. A maior parte deles está na creche ou cursando a alfabetização.

Ainda a respeito dos filhos, os domicílios chefiados por mulheres têm proporcionalmente mais crianças entre 10 e 14 anos fora da escola (13,4%) do que os chefiados por homens (2,7%), como mostra a tabela 3.14. Além disso, é provável que nas famílias pobres chefiadas por mulheres, a frequência de crianças e adolescentes que estudam e trabalham ou daqueles que trabalham e não estudam seja sempre superior à das crianças pertencentes a famílias pobres chefiadas por homens. Isto pode ser decorrente do baixo salário materno e da conseqüente necessidade de complementação da renda familiar.

Estes resultados vão ao encontro da tendência a nível nacional, apresentada por Barros *et al.* (1994), de que as crianças que vivem em lares chefiados por mulheres estão mais freqüentemente fora da escola e também apresentam taxas de frequência à escola mais baixas quando comparadas à totalidade das crianças. Além disso, segundo a Pesquisa de Condições de Vida da Região Metropolitana de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE, 1994), a incidência de reprovação e atraso escolares entre as crianças do 1º grau é, freqüentemente, mais intensa para aquelas pertencentes a famílias chefiadas por mulheres do que para as crianças pertencentes a famílias chefiadas por homens.

Tabela 3.14 - Distribuição de crianças fora da escola por tipo de núcleo doméstico-familiar segundo faixa etária (%)

Idade	Homem	Mulher
Até 4 anos	16,4	16,7
De 5 a 9 anos	5,6	8,3
De 10 a 14 anos	2,7	13,4

Nota: H – Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem; M – Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher

3.5.5 – Condições sanitárias e de moradia

Nos domicílios visitados, do ponto de vista dos serviços públicos urbanos, observa-se que luz elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água estão disponíveis para mais de 90% deles. Já o acesso ao serviço de coleta de lixo é mais limitado, uma vez que 34% das famílias não têm acesso a ele. Além disso, quanto aos serviços de saneamento básico, não foi observada nenhuma diferença significativa entre os grupos estudados (núcleos domésticos-familiares chefiados por homens e por mulheres), provavelmente porque todos moram nas mesmas comunidades e, dessa forma, têm acesso aos mesmos serviços (ver Tabela 3.15). Entretanto, as médias encontradas quando comparadas às médias nacionais são surpreendentemente melhores. Talvez isto se dê porque todas as comunidades visitadas foram beneficiárias do Programa Favela Bairro, que levou aos moradores melhorias de infra-estrutura urbana, entre elas, o saneamento básico completo.

Tabela 3.15- Distribuição dos domicílios segundo as condições de acesso à serviços (%)

Característica	H	M
Tipo de iluminação		
Rede geral com relógio próprio	86	83
Rede geral sem relógio	11	15
Outra forma	2	2
Forma de abastecimento de água		
Rede geral	91	92
Outra forma	9	8
Saneamento		
Rede coletora de esgoto	79	77
Fossa séptica	12	13
Outro	9	9
Coleta de lixo na porta de casa	66	66
Entrega correspondência no domicílio	68	63
Existe calçada na frente do domicílio	64	65

Nota: H –Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem; M - Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher

Devemos lembrar, no entanto, que o maior acesso dos domicílios aos serviços de esgoto e coleta de lixo nos últimos anos no país, apesar de representar melhorias na qualidade de vida dos beneficiários, não garante que a distância e a destinação do esgoto e do lixo sejam adequadas. Segundo os dados apresentados por Buss (2002), apenas 35,3% dos dejetos coletados são tratados antes do seu destino final e apenas 40,5% do lixo coletado recebe um destino final adequado. Ou seja, é mais freqüente do que se possa imaginar, que o esgoto e o lixo recolhido dos domicílios sejam descartados em valas ao ar livre, em rios ou oceanos, sem nenhum tipo de tratamento, contaminando o solo e a água.

Quanto às condições de habitação, não existem diferenças acentuadas entre os 2 grupos entrevistados (núcleos domésticos-familiares chefiados por

homens e por mulheres). O tipo mais freqüente de domicílio encontrado foi: casa própria, de alvenaria, com teto de laje e chão de cerâmica ou cimento (ver Tabela 3.16).

A inexistência da composição mínima de quatro cômodos - quarto, sala, cozinha e banheiro – afeta uma proporção significativa de domicílios, tanto os chefiados por mulheres (37%), quanto os chefiados por homens (38%). Apenas 34% dos domicílios chefiados por homens e 45% dos chefiados por mulheres, em relação à composição dos cômodos, estão acima do padrão mínimo considerado como adequado. Chama a atenção que, mesmo com todas as melhorias observadas nas condições de habitação e saneamento trazidas pelo Programa Favela Bairro, boa parte dos domicílios - em torno de 30% - tem seus cômodos invadidos por água quando chove (ver Tabela 3.16).

Tabela 3.16 - Distribuição dos domicílios segundo as suas características (%)

Característica	H	M
Tipo de domicílio		
Casa	85	75
Apartamento	10	15
Cômodo	5	9
Número de cômodos		
1	6	9
2	12	13
3	20	15
4	29	23
5	21	25
Mais de 5	13	15
Condição do Domicílio		
Próprio	69	67
Próprio em aquisição	3	4
Alugado	10	13
Cedido	12	10
Outra condição	5	6
Material das paredes externas		
Alvenaria	48	46
Tijolo sem revestimento	41	42
Outros	11	12
Material da cobertura		
Telha	37	32
Laje	59	64
Outros	4	4
Material do piso		
Carpete	3	3
Cerâmica, ardósia, lajota	51	48
Cimento	41	41
Outros	5	8
Entra água da chuva		
Pelo teto	28	36
Pelas paredes	22	33
O domicílio está pintado e rebocado		
Por dentro	63	59
Por fora	48	49

Nota: H – Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem; M - Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher

Em relação às condições de higiene e limpeza, conforme a Tabela 3.17, podemos observar que, embora as diferenças entre os núcleos domésticos-familiares sejam pequenas, aqueles chefiados por homens são freqüentemente

mais limpos, arrumados e conservados do que os chefiados por mulheres. Provavelmente, isto ocorre porque, nos domicílios chefiados por homens, existe, praticamente sempre, a figura feminina, com quem o homem pode contar para executar e/ou dividir os encargos domésticos. E, em nossa sociedade, ainda é a mulher a principal responsável pelos cuidados da casa e da família. No caso da mulher chefe de família, a situação se apresenta de forma bem diferente daquela em que a chefia familiar é masculina. Raramente na casa dessas mulheres existe um cônjuge com quem possam dividir seus encargos. Na realidade, o que acaba acontecendo com elas é uma sobrecarga de trabalho, da qual nem sempre conseguem dar conta. Nos domicílios chefiados por mulheres, os encargos domésticos quase sempre são realizados com a ajuda das crianças, de outros parentes e/ou são feitos pelas próprias mulheres, nas horas de folga, após sua jornada de trabalho. Desta maneira, cansadas e com a vida dividida entre as tarefas domésticas, o cuidado das crianças, o trabalho remunerado e as atividades pessoais se torna impossível para essas mulheres se dedicar com a mesma prioridade e intensidade a cada uma destas áreas de sua vida, sendo algumas delas, assim, colocadas em segundo plano.

Tabela 3.17 - Distribuição dos domicílios segundo as condições de higiene e limpeza (%)

Características	H	M
A casa está limpa	80	71
A casa está arrumada	66	57
Móveis / utensílios novos e bem cuidados	29	20
Móveis / utensílios novos e mal conservados	3	5
Móveis / utensílios velhos e bem conservados	51	47
Móveis / utensílios velhos e mal conservados	18	28
O entrevistado aparenta ter higiene pessoal	89	81
As crianças moradoras do domicílio estão limpas	83	78

Nota: H – Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem; M - Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher

3.5.6 – Creche como estratégia de sobrevivência

Os resultados encontrados em nossa pesquisa revelam que a visão que os pais têm da creche ainda é assistencialista-custodial. Conforme Quadro 3.2, podemos observar que o principal motivo alegado pela família para ter matriculado o filho na creche é a inserção da mãe no mercado de trabalho (83,7%). Esta escolha parece levar muito mais em consideração uma questão social de sobrevivência – atendimento às crianças cujos pais não têm condições de cuidar delas em casa -, do que as necessidades de desenvolvimento da própria criança. Apenas 5% dos pais disseram ter colocado seu filho na creche porque era bom para a criança. Isso parece revelar a crença de que a mãe ou a família é que deveria cuidar das crianças pequenas. Além disso, podemos observar que 70% das crianças passam mais de 10 horas por dia na creche (Quadro 3.3), período que parece corresponder justamente ao afastamento da mãe do lar, em função de uma jornada regular de 8 horas de trabalho por dia. Ou seja, a creche é utilizada pela

família mais como uma estratégia de sobrevivência do que como um lugar de potencialização do desenvolvimento infantil.

Quadro 3.2 - Principal motivo para ter matriculado a criança na creche

Motivo	Freq.	%
Para a mãe poder trabalhar	632	83,7
Para a mãe poder trabalhar e porque é bom para criança	8	1,1
Para a mãe poder trabalhar e porque é menos despesa	2	0,3
Para a mãe poder trabalhar e outros	1	0,1
Mãe trabalhar, mais tempo livre e porque é bom para criança	1	0,1
Mãe trabalhar, porque é bom p/ criança e é menos despesa	4	0,5
Para a mãe ter mais tempo livre para ela	9	1,2
Para a mãe ter mais tempo livre para ela e porque é bom para criança	3	0,4
Porque é bom para a criança	38	5
Porque é menos uma despesa (a creche oferece alimentação)	18	2,4
Outros	39	5,2
Total	755	100

Quadro 3.3 - Número de horas que a criança permanece na creche

Horas	Freqüência	%
4 a 6	13	1,7
7 a 9	218	29,0
10 a 12	519	68,8
13 e mais	4	0,5
Total	754	100

Quanto às decisões sobre a educação dos filhos, no grupo entrevistado, elas partem predominantemente das mulheres (86,3%); em primeiro lugar, da mãe (76,7%) e, em segundo lugar, das avós (9,6%). Além disso, na maior parte das vezes, é responsabilidade também da mulher levar e buscar seus filhos na creche

(ver Quadro 3.4 e 3.5). De fato, os cuidados com as crianças e as decisões relativas a eles revelam ser, sobretudo, responsabilidade das mulheres.

Quadro 3.4 - De quem partiu a decisão para o ingresso da criança na creche

Parentesco	Freq.	%
Mãe	575	76,7
Pai	23	3,2
Irmãos	3	0,4
Parentes	19	2,5
Avós	72	9,6
Mãe e pai	40	5,3
Outros	18	2,3
Total	750	100

Quadro 3.5 - Quem leva e busca a criança na creche

Parentesco	Freq.	%
Mãe	440	58,3
Pai	42	5,6
Irmãos	50	6,6
Parentes	64	8,5
Avós	55	7,3
Mãe e pai	31	4,1
Mãe e outros	28	3,7
Pai e outros	1	0,1
Mãe, pai e outros	3	0,4
Outros	41	5,4
Total	755	100

Cabe lembrar que, muito freqüentemente, as famílias pobres não têm clareza de qual deve ser o papel desempenhado pela creche junto à criança e à sociedade, até porque esta visão depende de uma concepção de desenvolvimento infantil, de criança e de educação. Esta compreensão determina as suas expectativas de atendimento das famílias e, conseqüentemente, a satisfação com o serviço que é oferecido aos seus filhos. Para elas a creche provavelmente funciona como um apêndice da família, continuando o trabalho que já vem fazendo em casa. O aspecto pedagógico é, assim, pouco levado em consideração.

Estes resultados, mais do que trazer conclusões, nos levam a algumas reflexões. Talvez para estas famílias, ter um espaço que mantenha as crianças fora da violência urbana e local, além de bem alimentados e bem cuidados, seja suficiente para atender às suas necessidades mais imediatas, especialmente as da mãe trabalhadora, que não poder permanecer em casa e não tem com quem, nem onde deixar as crianças. Obviamente, a creche minimiza a despesa familiar porque contribui com a alimentação infantil; entretanto, ela deve garantir outros atendimentos favoráveis ao bem-estar pessoal e social da criança e não somente fornecer condições de sobrevivência. Mesmo que a creche atenda as necessidades da família, é imprescindível que se esteja atento para como estão sendo utilizadas e preenchidas estas longas horas de afastamento da criança do convívio familiar. A possibilidade de a criança estar em contato com outras pessoas – adultos e crianças - que a estimulem em todos os níveis, de ser atendida com carinho e atenção e de receber subsídios que propiciem seu desenvolvimento físico e mental, se configuram como fundamental para o trabalho realizado em qualquer creche e para as famílias e crianças que se utilizam deste serviço.

Neste capítulo apresentamos as condições de pobreza e carência na qual as famílias entrevistadas vivem e ressaltamos as diferenças entre as famílias chefiadas por mulheres e aquelas chefiadas por homens. Tentamos mostrar a realidade vergonhosa e a profunda desigualdade à qual as famílias pobres chefiadas por mulheres estão submetidas diariamente. Entretanto, a dinâmica social própria da vida dessas famílias, a partir da perspectiva das mulheres pobres e chefes de família, suas escolhas, valores, percepções, entre outras questões, serão abordadas no próximo capítulo.

4 - CONTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DE VIDA DAS MULHERES POBRES E CHEFES DE FAMÍLIA

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser cidadão

Gonzaguinha

4.1 – Considerações gerais

No capítulo anterior, descrevemos e apresentamos aspectos das condições de vida de algumas famílias pobres que vivem em lares chefiados por mulheres, dados resultantes da primeira parte do nosso estudo. Tais dados nos permitiram perceber como a realidade e a vida enfrentadas diariamente por estas famílias restringem, extremamente, as suas possibilidades de desenvolvimento, mobilidade social e felicidade. Entretanto, apesar de todas as condições adversas às quais as mulheres chefes de família se encontram submetidas, elas teimam, lutam, insistem na busca de um futuro melhor para elas e, principalmente, para seus filhos. Repletas de tantas faltas se contentam com muito pouco, porém, desejam uma vida mais digna e justa, na qual os membros de sua família tenham mais sorte, felicidade e liberdade do que elas certamente têm tido. Este cenário de pobreza, carência, abandono e escassas perspectivas de mudanças futuras, conduziu-nos a uma série de reflexões que nos levaram a buscar melhor compreender a realidade subjetiva do grupo das mulheres chefes de família por nós estudado em sua vida cotidiana.

Portanto, a partir da reflexão sobre o retrato anteriormente descrito e

analisado das condições de vida das famílias chefiadas por mulheres, e das discriminações por elas sofridas, resolvemos desenvolver a etapa seguinte de nosso estudo. Nela as seguintes questões se levantam:

- Como as mulheres pobres e chefes de família percebem a sua condição de vida?
- Como as mulheres pobres e chefes de família organizam sua vida cotidiana para obter recursos, a fim de suprir suas necessidades e manter seus padrões de consumo e aspirações de mobilidade social?
- Como são distribuídos, entre os vários membros do grupo familiar, papéis e responsabilidades, isto é, quem faz o quê na casa e na família?
- Como a família se insere e de que forma se relaciona com redes mais amplas de parentesco, vizinhança e amizade?
- Como o cotidiano familiar é vivenciado e sentido pela mulher pobre e chefe de família?
- Que projetos a mulher pobre e chefe de família elabora para o futuro;
- Que valores culturais orientam as escolhas, ações e relações sociais da mulher pobre e chefe de família?

Constituem, por conseguinte, tema central deste capítulo, as vivências e representações que mulheres pobres chefes de família e moradoras de favelas da cidade de Rio de Janeiro expressam sobre sua condição de vida e seu cotidiano familiar. Partimos do pressuposto de que a condição de vida dessas mulheres foi construída nas diversas experiências, relações e interações sociais estabelecidas por elas ao longo de suas vidas e mediadas pela situação social à qual estão submetidas. As vivências e significações que estas mulheres expressam nos seus discursos sobre sua situação só podem, portanto, ser entendidas dentro de uma

dimensão histórico-cultural. Com isto, concluímos que conhecer a mulher pobre e chefe de família implica situá-la em um espaço e tempo determinados, identificar e desvendar suas determinações e contradições apreendê-la como um ser ativo, social e histórico.

Nesta etapa de nosso estudo, partimos do reconhecimento da heterogeneidade e pluralidade de realidades que existem em nossa sociedade e, que estas não podem ser descartadas para a compreensão dos diferentes sujeitos e fenômenos psicossociais. Queremos dizer com isso que além de cada grupo social estar submetido a diferentes condições de vida, o modo como se apropriam e experienciam a realidade pode não seguir os mesmos padrões, e para entender qualquer grupo social nas suas especificidades devemos valorizar estas experiências na nossa análise. Famílias que têm, aparentemente, estruturas semelhantes podem ter determinantes e processos diferenciados de ação. Por exemplo, é possível que o recente aumento de famílias chefiadas por mulheres nas camadas médias esteja relacionado ao movimento feminista e à busca de maior autonomia feminina. No caso dos pobres, contudo, acreditamos que o número elevado de mulheres na condição de chefe sempre esteve historicamente ligado a uma questão de pobreza e de luta pela sobrevivência. Além disso, pode ser que da pluralidade de modos de ser nas sociedades ocidentais contemporâneas, em grande parte decorrentes dos movimentos de globalização econômica e mundialização cultural, em que diferentes códigos sociais – contemporâneos, modernos e tradicionais -, por vezes contraditórios, coexistem - ora colidindo ora se interpenetrando - perpassem os diversos grupos sociais e sejam por eles, ao mesmo tempo, produzidos e apropriados, ainda que de maneiras distintas (FIGUEIRA, 1985, 1987; NICOLACI-DA-COSTA, 1985; VAITSMAN, 1997).

Assim, os ideais feministas que alteraram a vida das mulheres brasileiras das camadas mais abastadas podem estar também sendo apropriado, à sua maneira, pelas mulheres pobres, de alguma forma também alterando suas vidas. O desenvolvimento de uma sociedade de consumo excludente, onde se acelerou a fragmentação social e pessoal e a pobreza aumentou, mas que diferentes códigos sociais se interpenetram e se influenciam mutuamente, constitui a referência macro-histórica adotada nesse estudo em que objetivamos a compreensão do cotidiano familiar das entrevistadas, suas estratégias de sobrevivência e a forma como administram suas relações na família, no trabalho e na comunidade.

4.2 – Metodologia

4.2.1 – Objetivos da segunda etapa do estudo

Com o objetivo geral de melhor estudar as vivências e representações de mulheres pobres chefes de família e moradoras da cidade do Rio de Janeiro sobre suas condições de vida e seu cotidiano familiar, esta etapa teve os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer como as mulheres pobres e chefes de família pensam, sentem, significam e constroem o seu cotidiano.
- Buscar entender que significados as mulheres pobres e chefes de família atribuem aos vários aspectos de suas vidas – maternidade, trabalho e família.
- Investigar como as mulheres pobres e chefes de família constroem hoje - no mundo desterritorializado, globalizado, fragmentado e individualizado - estratégias de sobrevivência e de desenvolvimento;
- Observar como são vivenciados e apropriados os processos de modernização e

os valores considerados próprios da contemporaneidade por estas mulheres pobres e chefes de família.

A partir dessas questões acreditamos ser possível também melhor entender como as transformações na sociedade contemporânea – pluralidade de formas familiares, aumento da escolaridade feminina, crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, novas práticas de controle da natalidade entre outras – foram apropriadas por essas mulheres e afetaram os valores e práticas deste segmento social.

4.2.2 – As Mulheres entrevistadas

A pesquisa de campo utilizou 16 mulheres, todas pertencentes ao universo pesquisado na primeira etapa do trabalho relatado no capítulo anterior. As mulheres entrevistadas nesta parte do estudo são, assim, um subconjunto deste grupo maior. Portanto, são mulheres pobres, chefes de família, residentes em favelas, com filhos pequenos matriculados em creches da Prefeitura do município do Rio de Janeiro. As entrevistadas foram escolhidas, aleatoriamente, entre as mulheres de duas regiões diferentes da cidade e foram divididas em dois grupos: o primeiro grupo foi composto por 8 mulheres residentes na zona norte da cidade e o segundo, por 8 mulheres residentes na zona sul da cidade. O perfil das mulheres participantes da pesquisa é apresentado de forma esquemática nos quadros 1 e 2 e foi composto com base em informações que nos foram por elas passadas. Este perfil aponta para dados importantes que pretendemos analisar mais adiante, conjugando-os com outros aspectos dos relatos das entrevistadas.

QUADRO 1: Grupo A - Características das mulheres chefes de família entrevistadas moradoras em favelas da zona norte da cidade

Nº	Idade	Escolaridade	Escolaridade dos pais	Profissão/Ocupação	Nº de relações conjugais	Nº de filhos	Idade dos filhos (anos)	*Renda (R\$)	**Nº de familiares residentes	Nº de cômodos da casa
1	33	2º série do ensino fundamental	Primário	Vendedora autônoma (roupas, doces etc.). No momento, desocupada.	2	4	15;14;12;3	Não tem	4	5 (2qt;sl;co;bh)
2	26	2º série do ensino fundamental	Primário	Faxineira. No momento, desocupada.	2	4	9;7;6;2	Não tem	3	3 (qt;sl;co)
3	35	2º série do ensino fundamental	Primário incompleto	Auxiliar de serviços de limpeza. Contratada pelo supermercado.	2	3	17;16;3	241,00	2	5 (2qt;sl;co;bh)
4	23	7º série do ensino fundamental	Primário incompleto	Faxineira/diaria	2	2	5;2	150,00	4	2 (qt;co)
5	27	6º série do ensino fundamental	Pai-analfabeto Mãe-primário	Cabeleireira autônoma	4	4	8;5;2;0	100,00 (aluguel) 100,00 (cheque cidadão) 50,00 (por cabelo, quando faz).	5	5 (2qt alugados; sl;co;bh)
6	34	7º série do ensino fundamental	Não soube informar	Auxiliar de festas infantis (copeira). No momento, desocupada.	2	3	14;8;2	40,00 por semana, quando tem serviço.	4	5 (2qt;sl;co;bh)
7	37	6º série do ensino fundamental	Pai-analfabeto Mãe-2º grau	Auxiliar de serviços de limpeza. No momento, desocupada.	2	9	16;14;11;9; 7;5;5;4;0	100,00 (cheque cidadão) 2 cestas básicas	10	2 (qt;bh e co conjugados)
8	36	3º série do ensino fundamental	Pai-analfabeto Mãe-primário	Faxineira. No momento, desocupada.	4	5	10;6;5;3;2	Não tem	5	2 (qt ;bh)

*Valor do salário mínimo na época da pesquisa (jan/fev de 2002) R\$180,00

** Nas famílias entrevistadas o cônjuge masculino está ausente.

QUADRO 2: Grupo B - Características das mulheres chefes de família entrevistadas moradoras em favelas da zona sul da cidade

Nº	Idade	Escolaridade	Escolaridade dos pais	Profissão/Ocupação	Nº de relações conjugais	Nº de filhos	Idade dos filhos (anos)	Renda (R\$)*	Nº de familiares residentes	Nº de cômodos da casa
9	40	8º série do ensino fundamental	Não soube informar	Empregada doméstica	2	2	21; 4	400,00	2	5 (2qt;sl;co;bh)
10	32	7º série do ensino fundamental	Analfabetos	Manicure e pedicure No momento, desocupada.	2	2	14; 2	200,00 (pensão alimentícia)	3	3 (qt;bh;co)
11	25	4º série do ensino fundamental	Pai -ler e escrever Mãe - analfabeta	Ajudante de cozinha No momento, desocupada.	2	2	4; 0	100,00 (ajuda salário da irmã)	6	5 (2qt;sl;co;bh)
12	21	8º série do ensino fundamental	Pai-1º grau Mãe-2º grau	Manicure	1	1	1	200,00	2	3 (qt;bh;co)
13	25	8º série do ensino fundamental	Pai-1º grau Mãe-2º grau	Manicure e depiladora	1	2	7; 2	300,00	4	4 (qt;sl;co;bh)
14	31	4º série do ensino fundamental	Primário incompleto	Empregada doméstica	2	3	14; 11; 2	150,00 (salário) 100,00 (cheque cidadão)	4	3 (qt; sl c/co ;bh)
15	34	6º série do ensino fundamental	Pai -não sabe Mãe -primário	Recreadora infantil	1	3	8 ;7;4	300,00 (salário) 120,00 (pensão alimentícia)	4	4 (qt;sl;co;bh)
16	25	5º série do ensino fundamental	Pai -não sabe Mãe -primário	Auxiliar de serviços gerais No momento, desocupada.	1	3	7;4;0	Não tem	4	4 (qt;sl;co;bh)

*Valor do salário mínimo na época da pesquisa (jan/fev de 2002) R\$180,00.

** Nas famílias entrevistadas o cônjuge masculino está ausente.

A razão de nossa opção por trabalhar com mulheres pobres chefes de família e com filhos pequenos já foi abordada no capítulo anterior. Apenas gostaríamos de enfatizar aqui, uma vez mais, que esta condição parece encerrar, em si mesma, uma tripla forma de discriminação - de gênero, de classe social e de chefia familiar feminina - que acaba por construir, para estas mulheres, condições de vida adversas e limitadas. A reflexão sobre a articulação dessas categorias é crucial neste estudo, pois significa reconhecer a relevância de uma análise capaz de compreender como a interconexão de fatores como gênero, classe e posição social influencia os processos vividos pelo grupo estudado (MACÊDO, 2001). Neste sentido, não podemos falar de uma mulher chefe de família genérica, pois esses múltiplos pertencimentos se interpenetram e se articulam definindo diferentes lugares, possibilidades e limites para o seu pensar e agir. Além disso, devemos lembrar o entrelaçamento destas categorias com o contexto sóciopolítico que a elas confere o seu significado simbólico. Como ressalta Macêdo (2001),

Pensando em algumas das combinações possíveis entre as mulheres chefes de família, pode-se perceber que ser chefe de família, pobre e negra/parda, ao invés de branca das camadas médias constitui dimensões que não podem ser separadas, pois uma identidade reflete e termina por reforçar a outra, integrando uma experiência objetiva e, ao mesmo tempo, subjetiva, que vai refletir em diferentes níveis de acesso aos bens culturais e materiais, influenciando, pois, desde elementos como auto-estima até as possibilidades concretas de realização de projetos de vida (p.61).

Diante de todos os modelos possíveis de famílias chefiadas por mulheres, escolhemos trabalhar apenas com as famílias em que o cônjuge masculino está ausente, pois acreditamos que esta situação caracteriza ou evidencia mais claramente a problemática da mulher chefe de família. Isto porque, nesta condição, tanto o sustento da família como os cuidados com as crianças e com a casa são, mais freqüentemente, responsabilidades únicas da mulher.

A escolha por trabalhar com mulheres moradoras de favelas das zonas sul e norte da cidade baseou-se mais no desejo de um maior aprofundamento e compreensão desse fenômeno – a condição de mulher, pobre e chefe de família -, bem com na maior ou menor interferência de valores e práticas da classe média em seus valores e práticas, do que na preocupação em estender os resultados para outros grupos sociais. Neste último caso, acreditamos que as moradoras de favela da zona sul têm maior probabilidade de interação com mulheres de classe média e alta, por uma questão de proximidade física, e assim, é possível que sejam mais facilmente afetadas pelos valores e práticas destes segmentos sociais. Além disso, embora ambos os grupos pertençam ao universo dos pobres acreditamos que o local de moradia está relacionado com o tipo e a quantidade de recursos que estão disponíveis para cada um dos grupos. Partimos da suposição de que, embora ambos os grupos morem em favelas, as mulheres pertencentes à zona sul da cidade têm acesso a uma gama maior de facilidades e de informações e como assinalamos antes maiores possibilidades de interação com grupos sociais de alto poder aquisitivo e nível educacional, o que nem sempre acontece com aquelas que moram nas áreas mais distantes e carentes da cidade. Acreditamos que esta situação, como apontado, pode ter implicações diferentes na formação de valores, normas, idéias e maneiras de viver de cada um dos grupos entrevistados. Assim, estudar estas variações nos ajuda a ampliar e aprofundar a visão do fenômeno.

É nosso ponto de vista que o grupo de estudo ideal é aquele capaz de refletir as múltiplas dimensões do fenômeno que se deseja conhecer. Partindo deste pressuposto, devemos seguir, na delimitação do grupo de trabalho, alguns critérios, segundo Minayo (2000): privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que se pretende investigar; efetuar entrevistas em número suficiente para permitir uma certa reincidência de informações, sem desconsiderar as informações

ímpares; e garantir que as informações contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar na pesquisa.

4.2.3- Procedimentos na realização das entrevistas

As mulheres foram convidadas para participar da pesquisa a partir de contatos estabelecidos por intermédio da creche onde elas tinham um dos seus filhos matriculados. As entrevistas foram agendadas e acordadas antecipadamente, segundo a disponibilidade das participantes. Elas foram realizadas, na sua grande maioria, nas dependências da creche, em local privado, ou, em alguns casos, em outro espaço mais conveniente para as entrevistadas.

As entrevistas foram individuais e seguiram um roteiro pré-estabelecido, em que foram abordadas as questões relativas aos objetivos do estudo. Entretanto, apesar dos tópicos investigados terem sido construídos previamente, ou seja, tendo em vista o que pretendíamos estudar e analisar, a entrevista foi acontecendo como uma conversa informal e os temas foram aparecendo em decorrência da própria conversa. No primeiro contato, os objetivos de nossa pesquisa eram apresentados às entrevistadas, sendo reapresentados no início de cada entrevista. As entrevistas tiveram em média uma hora de duração. As entrevistadas foram informadas que não seriam identificadas, bem como foi assegurado a elas que as entrevistas tinham um caráter confidencial. Os procedimentos adotados estão de acordo com a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde.

Os tópicos constantes do roteiro seguiram basicamente onze temáticas (Anexo 3). São eles: dados de identificação, situação de vida, composição familiar, organização do cotidiano familiar, importância da família e da maternidade,

motivação para o trabalho fora do lar, renda e suas diferentes implicações no cotidiano familiar, relações afetivas/sexuais, relações familiares, estratégias de sobrevivência - nesta parte, uma atenção especial foi dada à utilização da creche – e expectativas para o futuro.

A postura adotada na realização das entrevistas foi não-diretiva, interferindo-se o mínimo possível no discurso das entrevistadas, de forma que elas se sentissem a vontade para falar e estruturar as suas narrativas da maneira que quisessem. A ampliação da temática investigada e/ou o seu aprofundamento partiu das próprias entrevistadas, e buscamos não introduzir juízos de valor. Além disso, quando, no decorrer da entrevista, algum dos temas pré-estabelecidos não emergiu espontaneamente, ao final do encontro ele era abordado para que a entrevistada falasse sobre ele.

Este tipo de entrevista, não diretiva, foi por nós escolhido por acreditarmos que o uso dessa técnica possibilita ao pesquisador apreender aspectos importantes do fenômeno estudado, tanto por permitir a captação imediata da informação como também por propiciar maior liberdade e espontaneidade da entrevistada para se expor e, assim, favorecer a obtenção de uma informação mais “profunda” ou menos “censurada” do que no caso em outros procedimentos (BLEGER, 1980; MINAYO, 2000; THIOLENT, 1987). Desta forma, como ressalta Minayo (2000), “além da fala mais ou menos dirigida, captam-se as relações, as práticas, os gestos e cumplicidades e a fala informal sobre o cotidiano” (p.120).

Outro aspecto que foi considerado por nós importante no desenvolvimento do trabalho foi a relação pesquisador/pesquisado. A premissa básica, segundo Minayo (2000),

é de que a entrevista não é simplesmente um instrumento de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador (p.114).

À semelhança do que acontece no contexto das relações sociais, numa entrevista, o entrevistador, ao se posicionar, posiciona o outro. Esta interação se dá em um certo contexto, numa relação que é constantemente negociada pelos atores sociais que dela participam. Isto porque toda entrevista, enquanto interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na nossa sociedade.

No nosso caso, por termos – entrevistadora e entrevistada – condições sócio-econômicas diferentes, ficamos preocupadas, inicialmente, pois isto poderia acarretar um certo distanciamento e inibição na relação. Entretanto, este afastamento não ocorreu. As mulheres entrevistadas acolheram com satisfação o momento de falar sobre suas vidas. De fato, a situação, por vezes, pareceu um desabafo, um balanço da vida ou mesmo um espaço para a colocação de conflitos e impasses próprios da condição feminina e do papel da mulher na sociedade.

Inicialmente foram elaboradas duas entrevistas prévias, que funcionaram como um estudo piloto, a fim de melhor estruturarmos os tópicos e organizarmos nosso roteiro, sendo que, por se adequarem ao que pretendíamos, elas foram incluídas em nossa análise.

Para registrar os relatos, foi utilizada a técnica de gravação em fitas de áudio, com o consentimento prévio dos participantes (QUEIROZ, 1988). A gravação foi realizada a fim de se obter, com o máximo de veracidade possível, todos os relatos das entrevistas. Cabe ressaltar, que o uso do gravador, embora tenha sido

aceito por todas as entrevistadas, causou um certo constrangimento, num primeiro momento. Porém, no decorrer das entrevistas, ele ficou “esquecido” e as entrevistas transcorreram facilmente, sem problemas no que diz respeito à gravação.

4.2.4 – Método de análise das entrevistas

O método adotado para proceder à análise e interpretação dos dados foi a análise do discurso, pois acreditamos que, a partir da fala das entrevistadas, é possível ter acesso a seus sentimentos, inferir ações e expectativas de comportamento e captar os sistemas ideológicos subjacentes a eles. A análise do discurso pode ser vista, então, como:

Um modelo de análise que pretende investigar, a partir da fala dos sujeitos, exemplos da presença de diferentes comportamentos e de sistemas de idéias distintos, mais ou menos visíveis, coerentes ou conflitantes, e que se escondem por trás do comportamento das pessoas ou grupos (ROCHA-COUTINHO, 1992, p.222).

A escolha deste procedimento prendeu-se também à possibilidade de conhecer algo que ultrapasse o caráter individual e que vai estar circunscrito na realidade do grupo ao qual o narrador pertence (NICOLACI-DA-COSTA, 1994). O discurso é visto como parte de uma produção cultural, uma característica da vida humana, e o ser humano é concebido como um ser ativo, que se utiliza de símbolos, intencionalmente ligados a projetos de vida (ROCHA-COUTINHO, 1998).

Assim, mediante a análise do discurso pretende-se conhecer não apenas como a realidade é vista e sentida pelas mulheres pobres e chefes de família, mas também saber como percebem a sua condição, os sentimentos que vivenciam em relação a ela e conhecer um pouco da vida social e cultural na qual estão inseridas.

O discurso está sendo considerado como algo dinâmico, em constante interação com a sociedade, um ato social produtor e produto da própria realidade. Desta forma, segundo Rocha-Coutinho (1998), o discurso só pode ser compreendido como uma ação situada socialmente, como uma prática política e social. Longe de ser neutro, ele reflete a cultura e a história do grupo. Ele expressa e reforça significados sociais, econômicos, políticos e culturais. Ele se constitui também como instrumento de poder, e não apenas como um meio de transmissão de informações.

A análise do discurso das entrevistadas foi realizada considerando-as como agentes ativos, social e historicamente construídos, produto e produtores da ordem social, em constante movimento e contradição. O sujeito é, portanto, entendido como relacional e histórico e sua trajetória de vida se dá num campo socialmente determinado. Assim, essas trajetórias, ao mesmo tempo que refletem singularidades, são também compartilhadas, pois *“apontam para referências objetivas que ultrapassam o sujeito e informam sobre como certas dimensões do social organizam determinadas vivências coletivas”* (MACÊDO, 2001, p.68). Quanto ao discurso, conforme aponta Rocha-Coutinho (1998a), acreditamos que ele reflete e retrata a realidade, não como um espelho, mas de maneira subjetiva, individual e, ao mesmo tempo, coletiva, isto é, representando o grupo social a que pertencem.

Para realizar a análise e interpretação dos dados foi feita a transcrição integral das entrevistas preservando-se, o mais fielmente possível, o que e como foi dito. A seguir, os textos resultantes das transcrições das entrevistas foram submetidos a uma leitura exaustiva para a construção das categorias definitivas de análise para, finalmente, se proceder à análise do discurso propriamente dita. Em seguida, foram realizadas novas leituras do material, selecionando-se os trechos

que faziam menção, direta ou indiretamente, às categorias de análise estabelecidas. A partir daí, buscamos inferir do discurso das mulheres entrevistadas, sua visão de mundo, os sentimentos e valores vinculados a ele, o sistema de idéias a que o discurso se refere e/ou em que está inserido. Assim sendo, estamos considerando os textos resultantes das entrevistas, de acordo com Rocha-Coutinho (2000),

Como um modo de representação da identidade pessoal e social das pessoas, que pode ser percebida através da forma como verbalizam, organizam e situam suas experiências em um texto. [...] Em nossa análise, portanto, vamos tentar capturar estes processos focalizando não apenas o conteúdo do que é dito por nossos entrevistados mas também a forma – em seu sentido mais amplo, isto é, tanto em termos da estrutura textual quanto do modo como as coisas são contadas – do discurso por eles empregado (p.72).

4.2.5 – Categorias de análise

As seguintes categorias de análise foram construídas a partir das questões do estudo e com base na leitura inicial exaustiva que foi feita das entrevistas:

1 – Chefia familiar e dupla jornada de trabalho

Esta categoria está ligada à percepção que as mulheres têm dos diferentes papéis e responsabilidades decorrentes da chefia familiar e das conseqüências que isto acarreta para suas vidas. Ou seja, ela se refere à maneira como as mulheres enfrentam o fato de serem os eixos econômicos, psicológicos e educacionais de suas famílias.

Foram incluídas também aqui questões relativas às contradições decorrentes do ingresso e da participação feminina no mercado de trabalho e aos

arranjos necessários para conciliar a manutenção das funções domésticas/familiares com seu trabalho fora do lar. Esta categoria abrange, ainda, a organização do espaço doméstico, isto é, como é feita a rotina do lar e como são distribuídas as tarefas da casa e a educação dos filhos entre os diferentes membros da família.

2 – Mulher, maternidade e cuidados com as crianças

Estão incluídas nesta categoria as questões ligadas à percepção que a mulher chefe de família possui sobre a sua condição feminina, bem como a sua visão de família e maternidade, o que a levou a engravidar, e de que maneira a maternidade interfere no seu cotidiano. Ela engloba também as estratégias utilizadas pela mulher para dar conta do cuidado dos filhos.

3 – Laços conjugais e separação

Esta categoria trata das relações afetivas das mulheres chefes de família, da visão que possuem acerca de questões como casamento, sexualidade e separação, bem como dos sentimentos e dificuldades que possuem em relação a estas questões e de como percebem o rompimento da relação conjugal. Nesta categoria são também analisados os acordos – legais ou não - de separação e os aspectos ligados ao relacionamento que mantêm e o tipo de ajuda que recebem do pai de seus filhos após a separação.

4 – Estratégias de sobrevivência e redes de apoio: desafios e limitações

As questões aqui tratadas referem-se às alternativas que as mulheres

chefes de família constroem frente às dificuldades que enfrentam no seu cotidiano e as diferentes formas de ajuda que recebem e a quem têm acesso – parentes, familiares, vizinhos e o Estado - na obtenção de recursos, na organização da família e na sua sobrevivência. A utilização da creche foi analisada como uma estratégia de sobrevivência e fonte de ajuda da comunidade e/ou Estado.

5 - Expectativas para o futuro

Esta categoria se refere ao que as entrevistadas desejam e gostariam de conseguir na vida e como percebem a correspondência entre suas aspirações e suas práticas cotidianas.

4.3 – Resultados e discussão

4.3.1 – Quem são as mulheres pobres e chefes de família

As mulheres entrevistadas, sob diversos aspectos, possuem trajetórias de vida parecidas. São percursos marcados pela miséria, pela falta de informação e carência de recursos financeiros e culturais. São histórias de abandono, povoadas de sentimentos de tristeza, solidão e angústia, mas também de muita luta, perseverança, força e esperança.

No momento em que foram entrevistadas as mulheres não compartilhavam sua vida com nenhum homem, 13 delas estavam vivendo sozinhas com seus filhos e as demais (3) moravam com seus filhos e outros parentes. A maioria delas, no

decorrer de sua vida, esteve, sucessivamente, envolvida em mais de uma relação marital, sendo bastante comum terem filhos de diferentes homens.

Grande parte delas ingressou no mercado de trabalho muito jovem, por volta dos 15 anos de idade, por imposição da situação econômica da família, isto é, para ajudar a manter o grupo familiar. Atualmente, porém, 8 das mulheres entrevistadas estão desocupadas procurando trabalho remunerado para poder sustentar a família. Vale ressaltar que todas já estiveram inseridas no mercado de trabalho formal ou informalmente. Aquelas que têm trabalho (8) exercem suas atividades no setor de serviços, com salários muito baixos. Destas, 4 trabalham sem carteira assinada 3 como domésticas e uma como cabeleireira – e 4 com carteira assinada – 2 como manicuras, 1 como auxiliar de serviços gerais e 1 como recreadora infantil.

É um fenômeno comum estas mulheres terem a sua primeira gravidez na adolescência, antes dos 20 anos. No entanto, entre as entrevistadas, o número de filhos varia bastante – de 2 a 9. Mas, nota-se uma pequena diferença entre as moradoras da zona norte e sul da cidade. O número de filhos, de maneira geral, é um pouco menor no caso das moradoras da zona sul, em torno de 2 a 3 filhos, enquanto que, no caso das moradoras da zona norte, a média de crianças por família sobe para 5.

Não é raro, em função dos escassos recursos que possuem, encontrar entre elas mães que tiveram que dar alguns de seus filhos para serem criados e cuidados por parentes ou amigos. Na realidade, são poucos os pais que contribuem financeiramente para o sustento de seus filhos e que ajudam na sua criação. Apenas duas mulheres recebem pensão alimentícia dos pais de seus filhos. Elas

sobrevivem, principalmente, com a ajuda de parentes e familiares e com os escassos recursos que conseguem obter.

A maioria delas parou de estudar ainda muito jovem, não chegando a completar o ensino fundamental. As justificativas principais para a interrupção dos estudos são a gravidez e a necessidade de trabalhar e ajudar a família a sobreviver. Muitas foram criadas apenas pela mãe ou pela avó e poucas conheceram o pai. A escolaridade dos seus pais, na maior parte das vezes, é bastante baixa – por volta de 2 anos de estudo. Seus filhos, no entanto, estão quase todos na escola, com exceção de duas famílias em que os filhos mais velhos – maiores de 14 anos - pararam de estudar porque ingressaram no mercado de trabalho ou no mundo dos delitos.

A idade das mulheres variou de 21 a 40 anos, sendo que 7 estavam na faixa dos 21 a 30 anos e as 9 restantes na faixa dos 31 a 40 anos. Porém, nos chamou a atenção o fato das mulheres aparentarem geralmente mais idade do que tinham, estarem mal cuidadas e maltratadas, possivelmente em decorrência do tipo vida que levam.

Os domicílios onde vivem possuem um número reduzido de dependências, ou seja, é freqüente, nestas famílias, dormirem todos no mesmo cômodo, existindo no cotidiano doméstico pouca privacidade entre os familiares. O lugar onde vivem é bastante violento, e o narcotráfico é uma ameaça constante para o seu bem estar e o de seus familiares.

4.3.2 - Breves históricos¹

Entrevistada 1A:

Tem 33 anos, e 4 filhos (15,14,12,e 3 anos), 3 deles do primeiro companheiro e o mais novo do segundo. Atualmente, vive com apenas três filhos. A filha mais velha saiu de casa com o namorado, que está envolvido no tráfico de drogas no morro. A filha parou de estudar no 2º ano do 2º grau. Os demais filhos ainda estão todos estudando.

Cursou até a 2ª série do ensino fundamental.

Com o primeiro companheiro casou-se aos 17 anos, quando saiu da casa dos pais, e logo depois engravidou. Viveu com ele 13 anos e a separação aconteceu porque ele foi viver com outra mulher. Com o segundo, não chegou a viver junto, engravidou sem planejar e o companheiro sumiu sem registrar a criança.

Não trabalha e está procurando serviço. Costuma ser vendedora autônoma quando consegue alguma mercadoria para vender. Não recebe pensão alimentícia dos ex-companheiros. Após a separação, contou sempre com o apoio e a ajuda dos pais. Como eles faleceram, hoje sobrevive com o auxílio que recebe das irmãs e amigos. A casa em que mora era da sua mãe.

Entrevistada 2A:

Tem 26 anos e 4 filhos (9, 7, 6, e 2 anos), 3 deles do primeiro companheiro e o mais novo do segundo. Dois deles moram em casa com ela, um mora com a cunhada e o outro com uma ex-cunhada (mulher do cunhado). Todos os filhos estão estudando.

¹ Grupo A – Mulheres entrevistadas moradoras em favelas da zona norte da cidade.
Grupo B– Mulheres entrevistadas moradoras em favelas da zona sul da cidade.

Cursou até a 2ª série do ensino fundamental.

Saiu da casa dos pais aos 12 anos para viver com seu companheiro, então com 17 anos, quando estava grávida do 1º filho. Foi mãe aos 17 anos, pois a 1ª gravidez foi interrompida naturalmente. Seu primeiro companheiro foi retirado de casa pela polícia e morto. Viveram juntos 8 anos. Com o segundo engravidou sem planejar e o companheiro foi embora sem registrar a criança.

Faz faxina esporadicamente. Atualmente está sem serviço. Distribuía panfletos e/ou tíquete para doação de bolsas e alimentos. Não recebe pensão alimentícia dos ex-companheiros. Sobrevive com a ajuda do pai e de familiares.

Entrevistada 3A:

Tem 35 anos e 3 filhos (17, 16 e 3 anos), 2 deles do primeiro companheiro e o mais novo do segundo. O filho do meio está envolvido com drogas e roubo. Foi preso e hoje está fugido da instituição para menores infratores. O filho mais velho mora com a tia. Os filhos não estão estudando, apenas o menor está na creche.

Cursou até a 2ª série do ensino fundamental.

Do primeiro companheiro se separou após 7 anos de vida conjunta; ele era alcoólico. Com o segundo companheiro nunca viveu junto, ele bebe e usa drogas.

Seu pai a colocou fora de casa aos 14 anos, quando do falecimento da sua mãe, por causa de uma outra mulher. Desde então, nunca mais se viram.

Trabalha num supermercado em serviços gerais e mora com a filha de 3 anos. Sobrevive do seu salário, não recebe pensão alimentícia.

Entrevistada 4A:

Tem 23 anos e 2 filhos (5 e 2 anos) do primeiro relacionamento. Mora com os filhos. Com o segundo companheiro não teve filhos. As duas crianças estão na creche. Teve o 1º filho com 17 anos sem planejar. O primeiro companheiro usava

drogas. Separou-se, pois ele vendeu tudo o que havia em casa e o barraco também. Do segundo se separou porque ele não quis ajudar em casa.

Cursou até a 7ª série do ensino fundamental.

Muito jovem fugiu de casa e foi morar na rua, pois brigava freqüentemente com os pais. Sua mãe bebia muito e por vezes a expulsava de casa. Seus pais estão vivos, mas não tem contato com eles.

Trabalha como doméstica e sustenta sozinha a família.

Aos 20 anos tentou o suicídio.

Entrevistada 5A:

Tem 27 anos e 4 filhos (8, 5 e 2 anos e um bebê de 7 meses) – cada um de um relacionamento diferente. Mora sozinha com os 4 filhos. Todos os filhos – que estão em idade escolar - estudam. O primeiro companheiro sofreu um acidente de trabalho e morreu quando a filha tinha 4 meses. Do segundo, com quem viveu 1 ano, se separou ainda grávida, porque ele não a quis mais. Com os outros dois pais de seus filhos não chegou a viver junto. Hoje mantém contato esporádico com apenas o segundo companheiro.

Cursou até a 6ª série do ensino fundamental.

Foi criada pelas tias e parentes. A mãe morreu quando ela era jovem e o pai a abandonou para ser criada pelos parentes. A mãe deixou um terreno onde hoje fica a casa em que mora. O pai manteve contato, mas não a criou.

Trabalha fazendo cabelo – trancinhas – esporadicamente, quando tem serviço. Sobrevive com o aluguel de 2 quartos de sua casa e recebe cheque-cidadão.

Entrevistada 6A:

Tem 34 anos e 3 filhos (14, 8, e 2 anos). A primeira é filha do seu primeiro

companheiro e os outros 2 do seu segundo. Todos os filhos – que estão em idade escolar - estudam.

Cursou até a 7ª série do ensino fundamental.

Separou-se do primeiro companheiro porque foi traída e do 2º porque ele estuprou sua filha mais velha.

Não conhece seus pais, e sua mãe a abandonou muito pequena num abrigo.

É bastante religiosa e frequenta a Igreja Neopentecostal.

Trabalha como ajudante de festas infantis (copeira), mas atualmente está sem trabalho. Recebe ajuda financeira do seu segundo companheiro, quando solicita.

Entrevistada 7A:

Tem 37 anos e 9 filhos (16,14,11, 9, 7, 5, 5 e 4 anos e um bebê de 4 meses). Todos os filhos moram com ela. Todos estudam, exceto o de 14 anos, que foi expulso da escola por excesso de faltas.

Cursou até a 6ª série do ensino fundamental.

Casou com 18 anos. Com o primeiro companheiro teve 4 filhos. A primeira gravidez aconteceu aos 19 anos, mas a criança morreu. Separou-se por maus tratos e saiu de casa depois de jogar mingau quente no companheiro. Do segundo relacionamento nasceram os outros 5 filhos. Separou-se quando descobriu que seu companheiro tinha outra mulher.

Está desempregada e já trabalhou como encarregada da limpeza. Hoje sobrevive com o dinheiro que recebe do cheque-cidadão e de 2 cestas básicas.

Não recebe pensão e não tem contato com seus ex-companheiros.

Entrevistada 8A:

Tem 36 anos e 5 filhos (10, 6, 5, 3, e 2 anos), de 4 relacionamentos diferentes. Mora com 4 filhos. Uma das filhas – a de 5 anos - mora na Bahia com a avó. As duas filhas mais velhas estudam e os dois mais novos estão na creche.

Cursou até a 3ª série do ensino fundamental.

Engravidou do primeiro companheiro, antes de casar, e fez um aborto (aos 20 anos). Em seguida, casou e se separou, ainda grávida, devido a agressões e traições do marido, que acabou morrendo, posteriormente, atropelado na Via Dutra. Do segundo companheiro, pai de duas filhas (6 e 5 anos), se separou pois ele a agredia verbalmente. Os dois filhos mais novos são de pais diferentes e com eles a entrevistada não chegou a morar junto.

Está desempregada e sobrevive com a ajuda de familiares que fornecem alimentos.

Entrevistada 9B

Tem 40 anos e 2 filhos (21 e 4 anos), de 2 relacionamentos diferentes. Mora apenas com o filho (4 anos) mais novo. O mais velho (21 anos) mora com a sogra. O filho mais velho completou o ensino médio e o mais novo está na creche.

Engravidou do primeiro companheiro, antes de casar, aos 19 anos, se separando logo depois. No seu segundo relacionamento não chegou a morar junto porque ele era casado, porém registrou o filho.

Cursou até a 8ª série do ensino fundamental.

É filha adotiva e não tem contato com seus pais adotivos e desconhece a sua origem. Já usou drogas na adolescência e quase morreu de overdose.

Atualmente trabalha como empregada doméstica e sobrevive com o seu salário e a ajuda esporádica do pai de seu 2º filho.

Entrevistada 10B

Tem 32 anos e 2 filhos (14 e 2 anos), de 2 relacionamentos diferentes. Vive com os 2 filhos. O filho mais velho estuda e o menor está na creche. A casa em que mora foi dada pela mãe, que reside perto e a ajuda quando precisa. Com o primeiro companheiro viveu durante 10 anos e a separação aconteceu porque ele não contribuía financeiramente para as despesas da casa. Com o segundo viveu 3 anos e ele a abandonou grávida para ir morar com outra mulher. Emagreceu 15 quilos (hoje pesa 98 kg) e entrou em depressão.

Está desempregada e vive da pensão do 2º companheiro.

Estudou até a 7ª série do ensino fundamental, fez curso de manicura e pedicura e espera conseguir emprego de carteira assinada num salão.

Entrevistada 11B

Tem 25 anos e 2 filhos (um de 4 anos e outro de 17 dias), de 2 relacionamentos diferentes. Vive com os 2 filhos, uma sobrinha e a irmã, que a ajuda no sustento da casa. O filho mais velho está freqüentando a creche.

O pai morreu quando ela era criança. Ela foi criada pela mãe, que é empregada doméstica.

Estudou até a 4ª série do ensino fundamental.

Costumava trabalhar como ajudante de cozinha, mas está atualmente desempregada. Não recebe nenhuma ajuda dos pais de seus filhos.

Nunca morou junto com nenhum dos pais de seus filhos. Ambos os relacionamentos terminaram por causa de adultério por parte do pai das crianças. Com o primeiro companheiro brigava demais, chegando a ocorrer agressões físicas de ambos os lados. O rompimento da relação ocorreu logo depois do nascimento do 1º filho, que não foi registrado pelo pai e não tem contato com ele. Já o pai do

seu segundo filho registrou a criança e presta alguma assistência financeira ao filho.

Entrevistada 12B

Tem 21 anos e 1 filho de 3 anos que está na creche. Vive com o filho numa casa germinada com a irmã. Nunca morou com o pai de seu filho. Não recebe qualquer tipo de ajuda dele. Cria sozinha seu filho com os recursos que consegue com seu trabalho. Foi criada pelos pais, que moram em outra comunidade.

Cursou o ensino fundamental. Trabalha como manicura. Não tem história de violência.

Entrevistada 13B

Tem 25 anos e 2 filhos (7 e 2 anos). Mora com apenas um dos filhos. A filha mais velha estuda e fica com a mãe durante a semana. Divide a casa (que era da sua mãe) com a irmã e um sobrinho. Viveu com o companheiro 5 anos, mas ele saiu de casa quando o filho menor tinha 2 meses. Foi criada pelos pais e ainda hoje recebe ajuda da mãe.

Cursou o ensino fundamental. Trabalha como manicura e vive do seu salário e de eventuais contribuições da mãe.

Entrevistada 14B

Tem 31 anos e 3 filhos (14, 11 e 2 anos), de 2 relacionamentos diferentes, 2 filhos do primeiro e 1 filho do segundo companheiro. Mora com os 3 filhos, todos estudam e o menor está na creche. Foi mãe aos 17 anos. Separou-se do primeiro companheiro porque ele usava drogas e era violento. Com o segundo não chegou a viver junto, pois ele tinha outra família e acabou por abandonar a ela e ao filho.

Foi criada pelos pais. Seu pai mora na casa ao lado da sua e a mãe mora

perto.

Cursou até a 4ª série do ensino fundamental. Trabalha como empregada doméstica. Não recebe nenhuma ajuda dos pais dos seus filhos. Sobrevive do seu salário e do Cheque-cidadão.

Entrevistada 15B

Tem 34 anos e 3 filhos (8, 7 e 4 anos). Mora com todos os filhos. Os dois mais velhos estudam e o menor está na creche. O relacionamento durou 4 anos. A separação aconteceu quando o filho mais novo tinha 4 meses e se deu porque o companheiro arrumou outra mulher.

Foi criada pela avó, não conheceu o pai e muito cedo começou a trabalhar (12 anos). Estudou até a 6ª série do ensino fundamental.

É recreadora e sustenta os filhos sozinha. O ex-marido a ajudava financeiramente, mas, como ficou desempregado, acha que não poderá mais contar com este dinheiro.

Entrevistada 16B

Tem 25 anos e 3 filhos (7, 4 anos e um bebê de 1 mês), todos do mesmo companheiro. Mora sozinha com os 3 filhos. O filho mais velho estuda e o de 4 anos está na creche. Saiu de casa aos 13 anos para viver com o pai de seus filhos. Foi mãe aos 16 anos e a criança morreu por insuficiência pulmonar aos 3 meses de nascido. Hoje está separada do companheiro, pois ele arrumou outra mulher. Este relacionamento foi sempre marcado por sucessivos terminos e recomeços. Ele não trabalha e passou a maior parte do tempo em que viveram juntos nesta situação. A manutenção da casa e da família ficou principalmente sob sua responsabilidade. Costumava trabalhar no serviço de limpeza, mas atualmente está desempregada. Sobrevive da ajuda da sogra, da avó e recebe uma cesta básica da creche.

Foi criada pelos avós e pela sua mãe. Não conheceu seu pai. Coursou até a 5ª série do ensino fundamental.

4.3.3 – Categoria 1: Chefia familiar e dupla jornada de trabalho

Em relação a esta categoria não encontramos muita diferença nas vivências dos dois grupos de mulheres entrevistadas. As diversidades apresentadas foram mais fruto das trajetórias de vida das mulheres do que decorrentes do local de sua moradia. Entretanto, a situação de trabalho e a condição de vida das moradoras da zona norte são mais desfavoráveis. Apenas 3 mulheres da zona norte estavam trabalhando na ocasião da pesquisa, enquanto que na zona sul o número sobe para 5. A renda familiar das moradoras da zona norte é, em geral, bem inferior e o número de dependentes maior do que o das moradoras da zona sul.

As entrevistadas, de ambos os grupos, não tiveram dúvidas ou dificuldades ao definirem sua condição de chefes de família e os depoimentos a seguir servem para resumir com bastante clareza o que consideram como sendo o seu papel:

Ser chefe de família é arcar com todas as responsabilidades da casa, dos filhos e também de quem estiver ali, na casa com você. Tem sido assim pra mim. (Entrevistada 6A)

É muita dor-de-cabeça. Nós temos que controlar nossos filhos, nós temos que controlar nossa casa, nós temos que controlar a nossa despesa e mais temos que ter muita mão pra dar pros nossos filhos. Temos que unir o útil ao agradável: temos que fazer tudo dentro de nossa casa, dar atenção aos nossos filhos e orientar eles. Tenho que prestar atenção na alimentação deles, na limpeza da casa, na comida, “correr atrás” de comida pra eles e orientar eles. (...) Porque nós temos que fazer o nosso trabalho de mãe e o trabalho de pai. Tem que ser um super trabalho! Pra depois a gente olhar e dizer: É meu filho! Tu conhece? Eu criei ele sozinha. (Entrevistada 2A)

É muito difícil! Porque você tem que ver tudo: tem que trabalhar, ao mesmo tempo, tomar conta das criança ... e além de você trabalhar pra pagar as dívida, a criança fica doente ... você tem que chegar em casa ... tem que levar no médico ... tem reclamação. É difícil, é difícil ser mulher e ser chefe de família ... no momento, eu num posso nem

dizer que eu sou muler ... tô sendo só o chefe ... é difícil!
(Entrevistada 10B)

É uma carga muito grande! Pesado! Muito pesado! Porque você tem que pensar em tudo e em todos ao mesmo tempo. (Entrevistada 16B)

A condição de chefe aparece intimamente ligada tanto aos cuidados da casa e das crianças quanto à manutenção da família. Ambos são percebidos como encargos exclusivos da mulher chefe. As mulheres entrevistadas, ao desempenharem o papel de chefes de família, se vêem sozinhas e sobrecarregadas, ocupando simultaneamente vários e diferentes lugares – dona de casa, mãe, trabalhadora. Elas se tornam figuras centrais na família, autoridade moral, e responsáveis pela respeitabilidade do grupo. Além disso, para elas, ser chefe é mais do que garantir a sobrevivência e o bem estar dos filhos é principalmente poder dar-lhes um futuro melhor e o amparo emocional e econômico necessário nesta trajetória. As entrevistadas não querem que seus filhos tenham uma vida semelhante à delas, marcada pela fome, pela falta de estudo, de trabalho, de lazer e de felicidade. Sentem-se na obrigação de dar a eles o que não tiveram. Desta forma, o aspecto mais fortemente destacado por elas em relação à condição de chefia familiar, refere-se ao peso da responsabilidade que esta situação acarreta, como podemos observar no relato da seguinte entrevistada:

Responsabilidade muito grande. Eu durmo pensando como é que eu vou comprar o pão de manhã, às vezes. O que eles vão almoçar? É isso: fazer compras, pagar contas, por mais que você não queira ficar, você fica o tempo todo pensativa. (...) É muita responsabilidade: um vai pra Escola, outro vai pra creche, outro tá na hora de chegar pra almoçar ... ah! é muita coisa, muita responsabilidade. E penso demais no futuro deles: eles ficar preso ali no curso, na Escola pra poder eles não ter essa vida cansada como eu tenho. Eu quero que eles prosperem, que melhorem, pra arranjar um emprego melhor, pra viver uma vida melhor, eu penso no melhor pra eles. Não quero que eles vivam nessa luta que eu vivo. Eu passo dia e noite pensando como é que eu vou pagar isso. Como é que eu vou pagar as pessoas, como eu vou pagar isso, como vou pagar aquilo, como vou comprar leite, uma coisa pra eles come. Isso que eu penso, o tempo todo.
(Entrevistada 1A)

No caso das famílias entrevistadas em que a maioria dos filhos são crianças pequenas, as estratégias e os arranjos domésticos indispensáveis para a sobrevivência da família ficam muito mais restritos e há um maior número de obrigações do que nas famílias pobres chefiadas por mulheres em que a presença de filhos adultos é elevada. Primeiro, porque a existência de crianças pequenas demanda uma quantidade superior de tarefas, já que elas são mais dependentes dos adultos e, assim, exigem cuidados freqüentes e atenção constante. Em segundo lugar, a ausência de filhos mais velhos, praticamente inexistentes nas famílias entrevistadas, inviabiliza a distribuição das tarefas e responsabilidades familiares entre a mãe e os filhos mais velhos. Talvez esta situação contribua para que, nos grupos estudados, as mulheres assumam sozinhas tanto o papel de cuidadoras e provedoras quanto de autoridade moral sobre seus filhos, não havendo deslocamentos ou divisão destas funções com outras pessoas, pertencentes ou não à rede familiar. Isto não significa, contudo, que estas famílias não recebam ações de solidariedade, de ajuda e acolhimento por parte de familiares, amigos e vizinhos.

Nossos achados, entretanto, não coincidem com os reportados por Sarti (1996) e por Salem (1981) em que, nas famílias por elas analisadas, as mulheres substituíam a figura paterna ausente por outro homem das suas relações de parentesco - reproduzindo e mantendo, assim, a estrutura básica hierárquica da família tradicional. De fato, levando-se em consideração os dados trazidos pelos relatos das mulheres, não conseguimos identificar no grupo estudado nenhum padrão onde a figura de autoridade do pai tivesse sido deslocada para outros homens da rede familiar ou pertencentes a uma rede mais ampla de convivência. Pelo contrário, nestas famílias a mulher é a figura central e sua autoridade é reconhecida pelos demais membros da família. Nos grupos estudados, na

dimensão da vida privada, parece haver alguma alteração nas relações hierárquicas de gênero. Sobretudo, o grau de autoridade e poder da mulher chefe em relação aos membros de sua família, não parece ser uma consequência do seu grau de autonomia econômica. Ela assume o papel principal de decisão e controle sobre o lar, mesmo que para isso tenha que contar para a sua subsistência e a de sua família com uma rede mais extensa de ajuda, seja da família, de amigos, ou de instituições sociais.

Apesar de todas as adversidades, sobrecarga de trabalho e barreiras enfrentadas por estas mulheres no seu cotidiano, muitas delas parecem encontrar nesta situação um desafio diário que as faz se sentir fortes, vitoriosas e gratificadas a cada batalha vencida na luta pela sobrevivência e pela manutenção familiar. Não se trata simplesmente de uma questão de provar para o homem (ex-marido ou ex-companheiro) que ela é melhor do que ele ou que ele fracassou no seu papel de provedor. Mas, antes, a possibilidade de se sentirem capazes de criar seus filhos sem a participação masculina parece adquirir um sentido particular de honra, dignidade, moral e de “recuperação” da auto-estima, do valor e do domínio sobre sua própria vida. Cabe ressaltar que, nem sempre, estas tentativas têm como resultados concretos mudanças significativas no padrão de vida destas famílias. Como já assinalamos anteriormente, devido ao contexto de pobreza em que vivem, o sucesso de suas iniciativas está freqüentemente associado e limitado à sobrevivência.

Porém, a experiência da chefia familiar num cenário de carência de recursos proporcionou e, de certa forma, obrigou muitas destas mulheres a buscar oportunidades de expansão de suas habilidades e de sua autonomia e a acreditar em si mesmas. O caráter positivo desta vivência de aprendizagem, de

independência e de possibilidade de crescimento e fortalecimento do papel feminino também foi observado no relato das mulheres pobres entrevistadas por Vaitsman (1997), Caldeira (1984), Macêdo (2001) e Soares (2001). Algumas falas das entrevistadas revelam esta vivência:

Hoje, eu me sinto forte ... eu me sinto um ser humano que levanto a minha cabeça e saio pra trabalhar e chega no final do mês, eu tenho meu dinheirinho na mão; posso olhar minhas panelas, tem comida pra comer. Hoje, eu me sinto gente porque já teve tempo de não ter no fogão, uma comida na panela. (Entrevistada 9B)

Uma responsabilidade muito grande! Eu me sinto forte, né; não vou dizer que eu me sinto fraca porque não, eu me sinto forte, tenho capacidade de correr e lutar. Eu mantenho a minha casa sozinha em tudo: conta, gás ... fazer compra todo mês ... ó, tem que comprar isso, tem que comprar aquilo ... então, eu me sinto uma mulher lutadeira, guerreira ... não tem nada ... luto desde os 14 anos ... estou com uma certa idade ... até hoje, eu luto. (Entrevistada 3A)

Eu me sinto bem sendo chefe de família, às vezes, eu acho que é difícil porque eu passo por muitas dificuldades, mas pra mim, é muito gratificante eu saber que eu posso bancar os meus filhos e a minha vida, que eu tenho capacidade pra isso. Nesse lado, eu me sinto vitoriosa porque poucas conseguem tomar a frente dos filhos, sem ter que se prostituir, sem ter que roubar, sem ter que misturar com o tráfico.

Eu me sinto vitoriosa em poder cuidar dos meus filhos, da minha casa sem ter que me expor, fazendo coisas erradas. (Entrevistada 13B)

Eu acho muito importante porque pra ser chefe de família tem que ter muito pique – porque é difícil! Você sozinha, com 3 filhos pra dar conta de tudo.

Eu me sinto uma pessoa, como é que se diz, forte porque não é qualquer uma que enfrenta essa barra ... me sinto uma pessoa forte por eu ter a garra que eu tenho. (Entrevistada 15B)

Quanto ao trabalho assalariado, ele acontece em condições nada favoráveis. As atividades são na maioria das vezes mal pagas, pouco qualificadas e oferecem limitadas perspectivas de realização pessoal. O trabalho surge para as entrevistadas não como fruto de uma escolha ou busca de uma realização pessoal, mas, antes, é visto como obrigatório por todas as entrevistadas, algo mais do que necessário, uma vez que não existe outra alternativa. Tal fato vai ao encontro do que foi apontado por Giffin (1994 citado por VAITSMAN, 1997):

A participação da mulher de baixa renda na esfera pública do trabalho e o controle da fecundidade não constituiriam fenômenos impulsionados a partir de opções, aspirações ou preferências ideológicas. Representariam, sobretudo, requisitos para a sobrevivência da unidade familiar (p.305).

Embora o trabalho apareça para as mulheres entrevistadas como uma imposição social, fruto das condições precárias de vida em que estas famílias se encontram, e esteja voltado prioritariamente para a satisfação dos interesses familiares e não para um projeto profissional que suponha realização e crescimento pessoal, ele, entretanto, não deixa de ser também um investimento pessoal, provendo para elas alguns ganhos pessoais, ainda que pequenos. Muitas vezes, o trabalho é valorizado em função da renda que produz, mesmo que pequena, e da possibilidade da mulher poder tocar a sua vida sozinha, de maneira mais independente, sem precisar contar, principalmente, com a ajuda de homem nenhum. Com efeito, a sobrevivência das famílias pobres e sem provedor masculino depende enormemente das possibilidades de engajamento da mulher no mercado de trabalho e da afirmação da independência feminina. Segundo Vaitsman (1997), *“a participação da mulher no mercado de trabalho implica, entre outras coisas, que a mulher possa pensar-se como capaz de enfrentar o mundo externo sem a mediação do pai, marido ou filhos adultos”* (p.306). Algumas das falas das entrevistadas deixam transparecer esta situação:

Quando estou trabalhando eu não me sinto mal, não, eu me sinto bem, me sinto útil, trabalhando fora, com a minha carteira assinada, tô com direito a alguma coisa. Ah, eu fico feliz ... não falto um dia, não falto. (Entrevistada 1A)

Tá fazendo o quê? – alguém fala. Tô fazendo faxina. Isso é trabalho? Pra mim é trabalho, tô ganhando honestamente. Eu chego lá, limpo a casa da madame. Puxa, eu gostei do seu trabalho! Eu me sinto vitoriosa porque consegui o que quero. Eu luto até conseguir. Gosto de ser independente, não gosto de ficar dependendo dos outros ... sem contar que a gente que tem filho precisa de tá trabalhando. Eu pra tudo. (Entrevistada 2A)

Eu trabalho na limpeza de frente de caixa. Eu limpo as caixa, limpo o banheiro. O meu serviço é esse. Adoro! Ter meu dinheiro ... eu me manter. (Entrevistada 3A)

Eu me sinto bem quando eu tô trabalhando porque aí, eu num preciso ficar dependendo de ninguém pa comprar as coisa do meu filho, pa mim mesmo porque até pra comprar uma calcinha tem que pedir à irmã, pedir mãe, ficar implorando à mãe pa dar as coisa ... é horrível! (Entrevistada 11B)

Eu gosto de trabalhar porque, pelo menos, eu me distraio, alivio um pouco a minha cabeça ... fora, que eu trago o dinheiro do sustento deles pra dentro de casa ... então, eu tenho que gostar de trabalhar ... num tem jeito! (Entrevistada 15B)

Porém, é importante observar uma certa ambivalência contida nessa experiência e expressa nos discursos das mulheres entrevistadas. Pois, se, por um lado o trabalho remunerado traz um certo grau de autonomia e independência - na medida em que gera poder de compra de alguns bens de consumo, como vimos em alguns trechos dos seus relatos -, por outro, o controle que elas exercem sobre seus cotidianos é relativo, já que ele é limitado e está comprometido pelas necessidades familiares. Em certo sentido, o trabalho feminino está subordinado às obrigações familiares – de mãe e de dona de casa - que vêm em primeiro lugar para as mulheres e, assim, ele pode gerar satisfação na medida em que, com seus rendimentos a mulher pode garantir a sobrevivência e as necessidades de seus filhos. Segundo Sarti (1996), o trabalho da mulher pobre *“inscreve-se na lógica de obrigações familiares e é motivado por ela, não rompendo seus preceitos e não obrigatoriamente configurando um meio de afirmação da mulher”* (p.76). Tal fato pode ser percebido no discurso das entrevistadas:

Eu trabalho por necessidade ... necessidade dos filho porque depois que os filho nasce, toda mulher tem que trabalhar; mesmo se ela tiver seu companheiro, tem que trabalhar pra não depender só dele. (Entrevistada 11B)

Gosto de ser independente. Gostei daquele negócio ali, quero comprar! Mas ... ultimamente eu só ando comprando pra eles. Eu vejo uma sunga e digo: É a cara do fulano! E compro a sunga. Gosto de ser independente, não gosto de ficar dependendo dos outros ...

sem contar que a gente que tem filho precisa de tá trabalhando. Eu pra tudo. (Entrevistada 2A)

Eu só tenho esse dinheiro. Pra comprar do bom e do melhor não dá ... Eu passo sufoco. Eu deixo de comer, mas não deixo faltar o leite dela ... falta legume ... mas o leite dela eu não deixo faltar. Por necessidade, obrigação. Eu me sinto obrigada a trabalhar. Se eu pudesse ficar em casa, cuidando dos meus filhos, eu cuidaria, mas é a necessidade. (Entrevistada 3A)

Eu tenho que mostrar pra todo mundo que eu posso bancar os meus filhos, sem ter que ficar correndo atrás do pai deles, pedindo ... Se ele achar que ele tem que dar atenção pros filhos dele e me ajudar com isso, ele vai me ajudar ... se não, paciência. (Entrevistada 13)

A gente que é mãe, eu me sinto à mercê deles, tem que ser à mercê deles. Igual a G.(filha mais velha): Eu estou aqui porque a senhora quis, eu num queria nascer, eu num pedi pra nascer. (Entrevistada 8A)

Gostaríamos de ressaltar que, nas famílias pobres, parece que o sentido dado ao trabalho por homens e mulheres chefes de família é similar e está fortemente associado ao papel de provedor e à sobrevivência familiar. Ou seja, ambos trabalham, antes, por necessidade do que por vontade, porém o trabalho remunerado confere valor e dignidade, pois, através dele, conseguem sustentar a família. Parece, portanto, que, embora não se sinta livre para fazer com o seu tempo e seu dinheiro o que quer, o trabalho remunerado possibilita à mulher pobre e chefe de família a independência individual e viabiliza também algum recurso, por menor que seja, para si, afirmando, em algum nível, a sua individualidade. Além disso, ele favorece a sua saída do confinamento doméstico e a ampliação de seu papel tradicional de mãe e dona casa.

Apesar do trabalho feminino não ser uma prática nova nas famílias pobres – uma vez que a mulher pobre sempre teve necessidade de trabalhar (FONSECA, 2000; PEDRO, 1999) -, no caso destas famílias a estrutura familiar se altera, uma vez que o status feminino não é mais o mesmo e, na maioria das vezes, a autoridade masculina é inexistente. Assim, ainda que muito sutilmente, a chefia

familiar feminina acaba por trazer uma ruptura dos padrões hierárquicos de gênero, embora alguns valores tradicionais permaneçam, como é o caso do projeto de vida da mulher chefe de família ser fundado na maternidade e na família. Tal observação parece corroborar a seguinte afirmação de Vaitsman (1997):

Ainda que sob condições de trabalho e remuneração em nada semelhantes aquelas idealizadas nos projetos profissionais das mulheres de classe média, ela (a mulher pobre) valoriza a participação em atividades que geram renda como meio de se afirmar no mundo – o que ao mesmo tempo não a impede de valorizar também as atividades domésticas. [...] A exigência de sustentar os filhos pelo trabalho remunerado coexiste com a vontade de ser independente e com a tradição da cultura da domesticidade feminina. Estamos não apenas diante da continuidade e ruptura, mas de convivência de vários mundos (p.315).

Quanto às tarefas domésticas, elas são realizadas, na maior parte das vezes, pelas mulheres chefes de família com a ajuda das filhas mais velhas. A colaboração dos meninos é menos exigida e bem menos freqüente. As meninas parecem aceitar mais facilmente o fato de ter que contribuir para as atividades do lar. De certa maneira, na maioria dos lares, pudemos perceber uma distribuição desigual do trabalho doméstico entre filhos e filhas e a reprodução dos padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho, significando, por vezes, embora nem sempre, a não participação dos filhos homens no trabalho de casa, como se pode observar nas falas a seguir:

Eu e minha filha. Eu lavo roupa e faço comida, dou uma organizada na casa quando posso. E a minha filha dá aquela limpadinha, todo dia, como toda menina faz (eu acho que nenhuma menina faz direito) e lava a roupa dela e estuda. (Entrevistada 6A)

Eu (faço) e, quando eu mando, o meu filho lava uma louça pra mim, as meias, cuecas e shorts dele, ele lava, arruma a casa, só a roupa que eu lavo. Mas como a casa é pequenininha num tem necessidade dele fazer e eu faço tudo.(Entrevistada 10 B)

Estes dados vão ao encontro daqueles reportados por Carvalho (1998), em que nas famílias chefiadas por mulheres a alta participação das filhas nas tarefas

domésticas contrastava com a baixa participação dos irmãos. Entretanto, ao contrário dos resultados da pesquisa de Macêdo (2001), em que *“as mães buscam cotidianamente afirmar a legitimidade de sua autoridade sobre o grupo (os filhos e filhas) através da organização da vida familiar e da delegação de tarefas, no intuito de diminuir a sobrecarga de suas atribuições”* (p.74), no caso de nossas entrevistadas, a ajuda das crianças poucas vezes é exigida, raramente acontece de forma espontânea e tampouco é percebida – tanto pela mãe quanto pelos filhos(as) – como obrigação destes para com a família. Ela ocorre a título de cooperação e ajuda e é resultado de uma constante negociação entre as partes.

De fato, os filhos(as) das entrevistadas só se engajam nos cuidados da casa na impossibilidade da mãe executá-los sozinha, na ausência de um parente, ou quando a mulher não pode pagar alguém para fazê-lo. Possivelmente, o que contribui para esta situação é primeiramente a idade das crianças – que, nestas famílias, em sua maioria, são muito jovens –, e também o fato das mães, de modo geral, acreditarem que a casa é de sua total responsabilidade e é melhor cuidada quando as tarefas são efetuadas por elas próprias. Na esfera doméstica, o mundo que as mulheres definem como apropriado é determinado pelos valores tradicionalmente vistos como constituintes da natureza e dos deveres femininos, ou seja, cabe à mulher a responsabilidade pela criação dos filhos e pelos cuidados com a casa. Assim, no momento da divisão das tarefas, estes valores são apropriados por ambos – mãe e filho(a) – e certamente servem como alternativa de resistência a uma distribuição mais equitativa das atividades entre os membros da família, ficando a mãe com a maior carga de trabalho. Embora o trabalho remunerado seja uma necessidade para o sustento da casa e envolva uma grande quantidade de tempo da mulher, ela não vê a vida doméstica como uma prática que exclua ou impeça outras atividades. Para as mulheres chefes de família, tanto o

trabalho doméstico como aquele realizado fora do lar, embora vividos como uma enorme sobrecarga, são vistos como de sua responsabilidade, porque existe um número grande de pessoas que depende exclusivamente delas para viver:

Eu sozinha cuido de casa. Eu levo a chave; eu mesma que cuido. A pessoa só que olha ela pra mim. Final de semana ... e pra trazer pra creche. Eu lavo, eu passo, eu cozinho ... tudo rápido.

Eu pego é 6 hora da manhã, às 4 da manhã eu tô saindo pra trabalhar. As 3 hora eu tô em casa. Faço isso tudo quando eu chego do trabalho. Eu me sinto cansada, mas é só eu pra fazer. Eu me sinto na obrigação, é lei, né, de fazer!! Porque não tem ninguém pra fazer pra mim. (Entrevistada 3A)

Olha, ele costuma já ir jantado (da creche), então, eu dou sempre outro alimento. Eu já chego do trabalho preocupada com o que a gente vai comer. Dali, eu vou, faço o que tem que fazer, mas às vezes, nem faço nada porque eu chego tão cansada! (R1) Dou banho nele, tomo meu banho e aí, a gente vai dormir.(Entrevistada 9B)

Eu faço à noite, quando eu chego do trabalho, quer dizer, quando eu tô trabalhando. Eu lavo e passo roupa, faço comida, arrumo a roupa do menino vim pa creche. Eu começo a fazer umas 6 hora e lá pa 9 e meia, 10 hora cabei tudo. Mesmo depois de trabalhar o dia todo, eu me sinto bem fazendo esse serviço de casa porque pelo menos deixa as coisa arrumadinha, a casa arrumada, as roupa cheirosa, meu filho de banho tomado, a roupa dele arrumada pa ir vim pa creche no dia seguinte.(Entrevistada 11 B)

Eu chego e vou fazer janta. Quando não é eu, minha irmã faz. Lavo louça, lavo roupa, cuido das coisa ... de noite isso. Todo dia, eu vou dormir 1 hora, 2 hora da manhã porque eu tenho que arrumar a roupinha dele ... uma tem que tá na corda, outra tem que tá passando.Minha tia também, trabalha, então, eu já deixo adiantado pra ela, alguma coisa pra ela dar pra ele comer quando chega da creche. (Entrevistada 12 B)

Diante deste cenário de longas jornadas de trabalho – em que a mulher chefe de família tem múltiplas responsabilidades e acumula um número enorme de tarefas - e da falta de provisão governamental dos serviços básicos, que certamente ajudariam na rotina familiar, não é surpresa que essas mulheres se encontrem cansadas e submetidas a uma enorme carga de estresse.

Apesar das complicações que a dupla jornada de trabalho acarreta às suas vidas práticas - pois o trabalho doméstico continua sob sua responsabilidade e ela

ainda tem que dar conta do problema dos filhos pequenos que não podem ser deixados sozinhos - para nossas entrevistadas, como vimos, é “aceitável”, mas não confortável, sair de casa para o bem-estar dos filhos, já que o dinheiro dos pais das crianças ou nunca chega ou não é suficiente. Porém, em função das necessidades, da falta de preparo e de conhecimento, por vezes estas mulheres aceitam realizar qualquer tipo de atividade. Na situação desfavorável em que se encontram no mercado de trabalho, qualquer serviço serve, desde que honesto. O importante e desejável é estar empregada e ter uma renda:

Só não faço aquilo que eu já falei pra senhora: não me prostituo, não vendo droga, nem robo ... mas, o resto o que vier, der dinheiro pros meus filho, eu vendo Meu trabalho era coisa de restaurante que eu sempre trabalhei e em casa de família também. Eu pego qualquer serviço: faxina, qualquer coisa. (Entrevistada 2A)

Eu num tenho esse negócio de escolher, não. Tem gente que ainda escolhe. Se eu tenho uma profissão, as pessoa acha que eu tenho que pegar a profissão que quer ... num é assim, não. O que vale é o trabalho e sabendo que todo mês tem aquele dinheiro pa receber, pa sustentar sua família, mas tem gente que num pensa assim, não.(Entrevistada 11B)

Eu me sinto bem mesmo ganhando pouco porque eu sei que é um pouco meu e quando eu num tô trabalhando, eu fico meio que desesperada e até roupa pra lavar, eu pego pra lavar – mesmo nesse sacrifício, num gostando de fazer, mas eu faço – se tiver faxina pra fazer, eu faço porque eu não posso escolher, eu tenho 2 filhos pra bancar. o que pintar, eu faço. (Entrevistada 13)

No entanto, quando sai em busca de um emprego, essa mulher não deixa de sentir certa angústia, preocupação e culpa em função do abandono das crianças. De fato, por mais bem visto e necessário que seja o ato de trabalhar fora de casa, ele acarreta uma limitação no exercício pleno do seu papel de mãe e também no tempo livre para ela mesma. Uma das fontes de conflito das mulheres chefes de família é a dificuldade na conciliação do trabalho remunerado com os cuidados das crianças. Além dos problemas para encontrar alguém para tomar conta das crianças pequenas e, assim, melhor suportar a dupla jornada de trabalho,

segundo as entrevistadas elas acabam perdendo parte do controle sobre o que está acontecendo em casa e com os filhos, já que são longas as suas ausências do lar:

Ano passado ainda sofri muito porque meu filho não tava na creche. Tinha que deixar com uma amiga. Eu chegava, ele estava no meio da rua, jogado. Aquilo me dava um aperto. Se eu não trabalhasse ... eu fico pensando. Eu queria pelo menos ganhar o cheque (cidadão) que eu ia ficar em casa, olhando meus filho ... pelo menos o arroz, o feijão, o leite ia tá garantido. Mas se eu ficar parada, quem vai me sustentar? Ninguém! (Entrevistada 4A)

Cheguei a tentar várias vezes, só que eu não passava da experiência; porque experiência é aquilo, você não pode ficar faltando, não pode chegar atrasada ... e eu faltava e chegava atrasada porque eles ficavam doente... às vezes, eu arranjava uma pessoa que não olhava eles direito ...Eu sempre fui muito chata: não gosto de criança na rua; eu gosto deles ficar dentro de casa ... não se i... falam que eu sou uma mãe muito chata porque eu gosto de ter eles assim: nos meus olhos! (Entrevistada 5A)

Apesar do seu afastamento ser um investimento na construção de uma vida mais digna para a família, o que recebe em troca é muito pouco, pois a renda garante apenas sua sobrevivência e a dos seus filhos, muitas vezes não chegando nem mesmo a ser suficiente. Assim segundo as entrevistadas, elas necessitam contar com uma rede de ajuda e apoio:

Minha vida antes, eu tinha de tudo porque eu trabalhava num lugar melhor ... era um salão mais luxuoso ... por causa do meu horário e do horário da creche porque eu num tinha quem pegasse ele pra mim, eu tive que sair. Saí e consegui continuar atendendo algumas cliente, em casa, depois, consegui esse que o horário dá tempo da minha tia pegar ele pra mim até eu chegar em casa. Eu me sinto humilhada ... sei lá... todo dia ter que trabalhar ... deixar meus filho.(Entrevistada 12B)

A grande maioria das mulheres entrevistadas é constituída profissionais autônomas do setor de serviços. A experiência ocupacional das entrevistadas é diversificada. Não existe entre elas um consenso sobre algum tipo de atividade que seja considerada, em geral, como melhor ou pior. Pode-se dizer que há uma tendência a se valorizar o trabalho honesto, com carteira assinada e a se desvalorizar os trabalhos de empregada doméstica e de autônoma que são muitas

vezes relacionados a servidão, humilhação, falta de garantias trabalhistas e falta de clareza e controle nas tarefas. O trabalho autônomo, não foi percebido ou apontado como vantajoso por nenhuma das mulheres entrevistadas.

O tema da qualificação para o trabalho é uma das preocupações de muitas entrevistadas, e é, em geral, expresso pela necessidade de estudar ou ter estudado e se especializado. Segundo as mulheres entrevistadas esse seria o meio “disponível” aos trabalhadores para ascender socialmente. Elas acreditam que uma qualificação, ao mesmo tempo que possibilita obter um melhor emprego e salários mais altos, confere mais distinção. Decorre daí que muitas delas procuram obtê-lo mediante enormes esforços. Vale lembrar que um maior nível educacional e o título lhe é conferido, além de poder gerar melhores posições no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maiores salários, representa por si só, um símbolo de status altamente reconhecido e que, portanto, merece ser conquistado.

Cabe ressaltar, ainda, que a baixa remuneração e o desemprego são problemas que as entrevistadas enfrentam constantemente no seu cotidiano. O salário pago a elas, menor do que deveria ser, não lhes confere a dignidade humana, obrigando a elas e a suas famílias a viverem de uma forma quase desumana. Elas têm que se sujeitar às condições sociais impostas, embora injustas, para sobreviver, já que não se encontram numa situação vantajosa em que possam negociar melhores posições e salários. A ausência do cônjuge ou do companheiro e a participação no mercado de trabalho não conferiram para as mulheres entrevistadas possibilidades reais de controle sobre sua esfera pessoal e sobre sua família. Entretanto, a chefia familiar trouxe para as entrevistadas a possibilidade de exercer maior autoridade sobre a família e significou também uma

maior autonomia pessoal. Embora elas ainda se encontram subordinadas às necessidades do grupo familiar, elas não mais estão sujeitas ao domínio masculino.

As mulheres chefes de família entrevistadas, na luta pela sobrevivência do núcleo familiar, têm que fazer frente a problemas concretos, como o de conseguir emprego sem ter qualificação e, com o pequeno salário que recebem, sustentarem sozinhas a casa e os filhos. A sobrecarga de atividades resultantes da dupla jornada dificulta e, por vezes, impede que elas dêem mais carinho e atenção para os seus filhos como eles acreditam e/ou como elas desejariam fazer. O sofrimento vivido e relatado pelas entrevistadas está menos diretamente vinculado ao fato de muitas delas não estarem ocupando os lugares que gostariam no mercado de trabalho do que à tentativa de conciliação de seus papéis de mãe, dona de casa e trabalhadora. Carvalho (1998 citado por SOARES, 2001) resume bem a situação destas mulheres:

A mulher é, na maioria das vezes, o único membro adulto do domicílio, o que diminui as chances de outros rendimentos reforçarem o orçamento doméstico. [...] Em sociedades como a brasileira apenas a mulher assume as funções domésticas de um grupo familiar. Isto dificulta a conjugação entre trabalho remunerado, cuidado com os filhos e atividades domésticas (p.136).

De fato, a dupla jornada de trabalho é parte da rotina diária das mulheres pobres e chefes de família, como o é das mulheres trabalhadoras, de modo geral. Contudo, embora este fenômeno ocorra em outros segmentos sociais, nestas famílias ele parece produzir uma sobrecarga ainda maior de tarefas, conduzindo ao grande desgaste físico e psíquico destas mulheres. Apesar de viverem numa sociedade industrializada e tecnológica, elas têm um acesso muito restrito aos benefícios trazidos por esta sociedade. Máquinas de lavar, fornos de microondas e outros eletrodomésticos, que vieram para “facilitar” a vida cotidiana e tornar as

tarefas domésticas mais rápidas e mais simples, não fazem parte do universo das mulheres pobres. O acesso a escolas com ensino de qualidade e a espaços de lazer seguros para seus filhos são realidades muito distantes daquela vivida por elas. Assim, se as tarefas necessárias à manutenção da casa e ao bem estar da família são as mesmas encontradas em outras famílias, os meios disponíveis para realizá-las são menores e, além disso, a mulher pobre e chefe de família encontra-se, na maioria das vezes, sozinha para executá-las. Isto se agrava ainda mais, segundo Carvalho (1998) *“com a diminuição do suporte da rede de apoio, a divisão desigual de trabalho doméstico entre homens e mulheres, juntamente com a falta de provisão governamental dos serviços básico”* (p.27).

4.3.4 – Categoria 2: Mulher, maternidade e cuidados com as crianças

As vivências das mulheres de ambos os grupos entrevistados foram semelhantes em relação a esta categoria, ou seja, as diferenças encontradas referem-se muito mais às trajetórias de vida, do que aos locais de moradia. Próximas ou distantes das melhores áreas da cidade, com maiores ou menores possibilidades de acesso às facilidades tecnológicas, no discurso de todas as mulheres entrevistadas a condição de ser mulher aparece fortemente associada à maternidade e, inclusive, é grande o valor e o espaço ocupado no seu cotidiano com a criação dos filhos:

Eu me sinto muito estranha, já pensando no futuro deles, como é que vai ser, porque eu espero que eles seja umas pessoa do coração bão, trabalhador, humilde ... que do jeito que esse mundo tá... eu tenho medo, muito medo deles crescer. (Entrevistada 8A)

Com o dinheiro que eu ganho, o que eu faço ..., é investir nos meus filhos. (Entrevistada 6A)

Talvez uma das razões que possa explicar, pelo menos em parte, a

importância da figura dos filhos na vida dessas mulheres seja o fato da maternidade ser o papel que mais lhe confere prestígio e poder na sociedade (ROCHA-COUTINHO, 1998). Ao que parece, o mito do amor materno, em que a função primordial da mulher é ser mãe está fortemente presente na visão que elas têm do papel social feminino. E elas, muitas vezes, acabam por se anular enquanto mulheres, pois suas vidas se direcionam principalmente, e muitas vezes unicamente, para os filhos, ou seja, para o bem estar dos filhos e a manutenção econômica, física e moral da família. Estes dados vão ao encontro de diversos estudos que também vêm ressaltando a importância da família, e mais especificamente dos filhos, na vida da mulher (BRUSCHINI, 1990; CALDEIRA, 1984; CARVALHO, 1998; MACÊDO, 1998; ROCHA-COUTINHO, 1998; 2000; SALEM, 1981; SARTI, 1996; VAITSMAN, 1997). A centralidade da maternidade no cotidiano da mulher, segundo Macêdo (1998), “*vem demandando a reprodução de um sujeito altruísta, onde o dilema entre si mesma e o outro (reprimido pelo discurso moral materno) invalida os desejos pessoais*” (p.90). Em alguns relatos das entrevistadas fica clara a constatação de que a condição de ser mulher esta inseparavelmente associada e subordinada à maternidade, como se pode observar nas seguintes falas das entrevistadas:

Ser mulher é cuidar dos filho e da casa. É isso! Ser mulher é isso!
(Entrevistada 11A)

Sei lá ... num sei ... ser mulher é trabalhar ... cuidar dos meus filho ... porque de home, eu não quero saber nem tão cedo. (Entrevistada 8A)

Eu acho que a mulher tinha que ser mulher, está ali, manter o serviço de casa, equilibrar, ajudar, orientar, acompanhar os filhos, ir a uma reunião da escola, uma vida tranqüila e equilibrada. Mas a maioria das mulheres, hoje em dia, são todas sozinhas. Eu vejo minhas amigas sendo pai e mãe. Tendo que trabalhar fora, abandonar mais os filhos e fazer o serviço todo de casa, manter as compras e ainda arranjar companheiro e ser sorridente. É difícil, muito difícil! É cansativo! (Entrevistada 1A)

Como se pode ver nas falas acima, não apenas os filhos, mas também as atividades domésticas permanecem como referências centrais na vida e na identidade destas mulheres, a despeito das dificuldades e do cansaço decorrentes de conciliar sua participação no mercado de trabalho com a manutenção do lar e o cuidado da família, ou seja, de ser pai e mãe como afirma a entrevistada 1A. O universo familiar aparece como forma de dar sentido a várias situações vividas por elas e a família é percebida como o principal objetivo de sua existência. Talvez por isto, todas as situações relativas à vida familiar são vivenciadas por elas, na maior parte das vezes, como exclusivamente de sua responsabilidade. Em realidade, independentemente da diversidade das trajetórias e das experiências das mulheres entrevistadas, constatamos que, mesmo participando ativamente da subsistência da família, quando se trata da maternidade e dos cuidados com as crianças os padrões de conduta burgueses, embora estes não funcionem dentro da mesma lógica para todas as entrevistadas, estão bastante presentes no seu universo familiar. Os modelos impostos por uma sociedade patriarcal estão ainda fortemente influenciando e construindo as bases das relações existentes nestas famílias. Assim, numa primeira análise, é possível afirmar que existe um congelamento da identidade feminina nos papéis de mãe e dona de casa e concordar com Macêdo (1998) quando fala *“acerca do quanto esta (identidade feminina) é hipertrofiada pela ideologia da família nuclear, cujas demandas são bastante explícitas quanto às responsabilidades e expectativas da família e da sociedade em relação à mulher”* (p.90). Cabe lembrar que as instituições sociais – escola, família, igreja, entre outras -, ainda hoje, reforçam, de modo geral, o comportamento de maternagem nas atividades propostas às meninas. Além disso, segundo Quintas (1986):

o conjunto de valores do patriarcado tem conduzido à mulher a uma posição involuntária de acumplicimento, não somente porque ela

admite o jogo do outro sexo, mas porque o ratifica e o difunde com ações e omissões (p.136).

Nesse jogo de papéis o gênero passa a ser percebido como algo estático, imutável, e inquestionável. Como assinala Hahner (1978 citado por QUINTAS, 1986) *“A mulher, no Brasil, ainda traz nos pulsos a marca dos grilhões; ainda não ocupa o lugar a que tem direito como poderoso agente do progresso social”* (p.136). De fato, as funções sociais exercidas pelas mulheres entrevistadas remontam a um passado histórico-cultural. Ou seja, são construções históricas e sociais, situadas em um tempo e espaço próprios, embora as práticas sociais tenham contribuído descontextualizá-las e naturalizá-las como específicas de seu gênero. Assim, destinadas ao desempenho de tarefas tradicionalmente tidas pela sociedade como femininas - afazeres do lar, educação dos filhos e organização familiar –, as mulheres entrevistadas, embora provedoras do lar, seguem cumprindo e desempenhando seus papéis de mãe e dona de casa, afirmando a sua capacidade de cuidar dos filhos sozinhas, e assim reproduzindo a ideologia dominante, como podemos ver nos seguintes relatos:

Ser mãe é ficar perto do filho o tempo todo, fazer por eles o tempo todo. Eu sou u' a mãe assim. Pra mim é meus filhos e mais nada. Eu luto, luto por eles. (Entrevistada 1A)

Ser mãe pra mim é uma bênça de Deus porque eu tive a possibilidade de gerar 4 criança, que nunca pediro pra vir ao mundo, mas que, graças a Deus, meus filhos são uma bênça. É assim tudo, o oposto do que eu sofri ... o meu presente. São uma bênça de Deus, cara. Tudo pra mim são meus filhos. Só de falar neles os meus olhos enchem d'água. (Entrevistada 2A)

Ser mãe é uma responsabilidade muito grande porque Deus nos dá os filhos não pra gente, mas pra gente criar, pra gente administrar a vida deles. Eu acho que nós, mãe, temos que dar o melhor da gente pros nossos filhos. (Entrevistada 6A)

Pra mim é super legal! eu tenho 3 filhos, mas graças a Deus, Deus sempre me deu condições, do jeito que eu posso, pra mim ir mantendo eles porque a responsabilidade é toda minha ... então, pra mim, é superimportante! é minha a responsabilidade. (Entrevistada 15B)

No cotidiano familiar, chama a atenção o volume e a intensidade de trabalho realizado pelas mulheres entrevistadas, dentro e fora do domicílio, praticamente eliminando todo e qualquer tempo que possa ser considerado como individual, sobretudo, aquele destinado ao lazer e descanso. Tal fato faz com que essas mulheres pareçam bem mais velhas do que na realidade o são, como se pode observar no depoimento abaixo:

Mulher é uma mulher preocupada, acabada, correndo atrás, sempre de bem com a vida (...). Ser acabada é 7 horas da noite eu estar estirada na minha cama, sem abrir o olho, sem agüentar, acabada. Tenho 27 anos e o pessoal olha e diz: parece que tem mais. (Entrevistada 2A)

Entretanto, se por um lado, ser mulher para as entrevistadas é uma tarefa árdua que exige uma enorme carga de trabalho e investimento pessoal, por outro elas se sentem fortes e valentes para vencerem sozinhas as agruras da vida. Interessante observar que, apesar das dificuldades enfrentadas diariamente para dar conta da sobrevivência e manutenção familiar, elas não se vêem nesta condição com características tradicionalmente associadas ao papel social feminino como a fraqueza e a fragilidade. Estes resultados são diferentes dos encontrados por Salem (1981) e Quintas (1986) que, em trabalho em que analisaram histórias de vida de mulheres faveladas, onde os sentimentos de impotência e fragilidade apareceram mais freqüentemente associados à mulher.

Considerando a experiência vivenciada e relatada pelas mulheres pobres e chefes de família, a busca por um trabalho assalariado aconteceu antes por uma questão de necessidade de sobrevivência do que de independência, o que, diante do contexto em que vivem, nos parece bem compreensível. Porém, no nosso estudo é possível perceber que, mesmo não existindo no seu projeto de vida uma intencionalidade clara de emancipação feminina, pode-se perceber a presença de

alguns sinais de ampliação da sua capacidade de enfrentamento, de resgate da auto-estima e de busca de uma maior autonomia:

Ser mulher é tudo na vida. Ser mulher é ser respeitada, (...) é pensar muito na vida ... principalmente quando a gente tem filho. (Entrevistada 4A)

Eu me sinto muito bem sendo mulher e forte, graças a Deus! (Entrevistada 9A)

Ser mulher é aquela que corre atrás, luta pra ter as coisas, não é porque meu marido me deixou, tudo acabou, que não tem disposição pra isso, pra correr atrás dos sustento dos filho. Eu acho que ser mulher é isso, é ter essa disposição pra botar a bola pra frente. Eu me sinto importante porque, como mulher, sou até mais que muito tipo, certos tipos de homem. Eu corro atrás mesmo! (Entrevistada 15B)

Embora em ambos os grupos da pesquisa os sentimentos positivos apareçam, eles são mais freqüentemente observados nos discursos das mulheres que moram na zona sul da cidade. Talvez isto se deva ao fato delas terem uma condição financeira ligeiramente melhor do que a das outras mulheres, um menor número de filhos e, conseqüentemente, uma carga inferior de trabalho doméstico. Pode ser, assim, que para elas a vida seja um pouco menos árdua e, portanto, maior a esperança em superar os obstáculos. Isto pode estar também ligado a outros fatores, como a proximidade do trabalho, a maior facilidade em encontrar trabalho uma vez que habitam a área mais rica da cidade, ou, até mesmo a uma maior influência dos valores das classes mais abastadas que habitam as áreas próximas à favela onde moram.

O trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, embora tidos como gratificantes, são freqüentemente descritos como cansativos e, algumas vezes, “enlouquecedores”. Muitas se queixam de irritabilidade e estresse e se culpam pela falta de tempo e paciência no trato com os filhos. No discurso das

entrevistadas podemos perceber que as vivências em relação às tarefas domésticas e aos cuidados com as crianças trazem sentimentos ambivalentes:

Ser mulher é sofrer dor. Você sofre pra nascer, sofre viver, sofre pra ter filho, sofre pra criar filho ... é muito sacrificante, muito sacrificante, mas também muito gratificante depois que a gente consegue aquilo que a gente quer, aí, a gente se sente bem. Eu me sinto bem quando consigo tudo aquilo que eu quero.

É difícil pra mim que sou sozinha, ser mãe. E ao mesmo tempo ... eu não consigo me ver sem meus filhos. Se eu tivesse que voltar atrás, eu teria meus filhos, de novo ... eu não consigo me ver sem eles. Eu me sinto cansada e, ao mesmo tempo, gratificada porque se eles vieram por algum motivo, tumulto aí, pra mim, é obra de Deus. (Entrevistada 5A)

Ser mãe pra mim é tão bom. Só que dá muita dor de cabeça, mas é bom. (Entrevistada 8A)

É difícil é difícil ... Tem hora que eu fico muito nervosa ... Do meu filho, eu num fiquei tanto, mas da minha filha, eu fiquei estressada, mais agitada, nervosa. Eu fiquei 11 meses estressada, não tinha paciência ca minha filha, tinha que sair de madrugada pa fazer fisioterapia na minha filha, porque ela nasceu prematura e ficou muito tempo na mesma posição na incubadeira. Você imagina, eu chegar em casa 1 hora da manhã, não dormia, saía às 4 pro Hospital em Botafogo ... quando eu vinha, eu vinha beba de sono, botava a garota na creche, pra mim tirar um cochilo pra poder trabalhar ... senão, eu não conseguia. (Entrevistada 10B)

Os aspectos ligados aos cuidados das mulheres chefes de família com as crianças são os mais variados possíveis: saúde, alimentação, educação, atenção, carinho, segurança e lazer. As entrevistadas acham fundamental a obediência e o respeito dos filhos e se mostram bastante preocupadas com as drogas, a violência, o tráfico e as “más” companhias. Elas acreditam que seus comportamentos devem servir de exemplo e modelo de conduta e procuram agir dentro dos princípios morais, com firmeza de caráter, buscando ser motivo de orgulho e admiração para seus filhos.

Além disso, se ressentem de, por falta de tempo, não poderem supervisionar as atividades das crianças que, segundo elas, acabam ficando mais

facilmente reféns das adversidades presentes no espaço externo ao lar, sobre o qual elas não têm poder e controle. As mulheres que trabalham fora, como mencionamos anteriormente, acreditam que têm menos domínio e controle sobre os seus filhos em função dos longos períodos de ausência do lar. Para elas é dura e aflitiva a saída de casa pelo relativo abandono de sua função de mãe, mesmo que esta ausência esteja relacionada com a sobrevivência familiar.

Apesar da educação ser considerada pelas entrevistadas como importante para as crianças, fatores como saúde, alimentação e segurança são os focos principais e privilegiados de seus cuidados e atenção. No entanto, praticamente todas as crianças estão na escola e apenas uma exerce atividade remunerada. Tal fato contraria os resultados de alguns estudos sobre chefia familiar feminina, cujos dados apontam para um elevado índice de participação das crianças no mercado de trabalho e de evasão escolar quando comparados a outros modelos de família (BARROS *et al.*, 1993). Talvez o fato das mulheres estudadas pertencerem a um grupo específico – mães que têm filhos freqüentando creche – tenha influenciado nos resultados encontrados. Entretanto, Macêdo (2001) encontrou, em seu estudo com 26 mulheres chefes de família moradoras num bairro de classe trabalhadora em Salvador, resultados semelhantes aos nossos. É certo que nossos achados se referem a um número de casos reduzido, porém eles apontam para uma relativa mas provável transformação das práticas e comportamentos dessas famílias. Um dos possíveis motivos para essa maior inserção dos filhos no sistema educacional pode estar associado às mudanças ocorridas, nestes últimos anos, nas políticas educacionais, que vêm influenciando e incentivando, de forma acentuada e direta, o acesso da população carente à escolarização como, por exemplo, um maior número de vagas, a bolsa escola e a universalização do ensino fundamental. Além disso, algumas escolas fornecem

bolsa alimentação, refeição para os alunos e cesta de alimentos, benefícios que, para a sobrevivência destas famílias, são fundamentais. Outra possibilidade é a tomada de consciência por parte das mães da importância da educação para o futuro das crianças. Todos estes fatores conjuntamente devem estar contribuindo para a maior escolarização das crianças que vivem nestas famílias. No entanto, as mulheres não relatam esforços na tentativa de garantir o acesso e a permanência de seus filhos no ensino formal. De fato, a preocupação central em relação a eles é com a sobrevivência. As mães temem muito mais o envolvimento dos seus filhos com as drogas do que o seu mau desempenho ou a evasão escolar. Talvez isto se dê porque, enquanto uma situação está relacionada à sobrevivência, a outra está voltada para o futuro, mas para se ter futuro é necessário antes estar vivo. Desta forma, a questão mais emergente para elas é a segurança de sua família e, como verdadeiras guardiãs, estão fortemente empenhadas em conseguí-la:

Eu não gosto que eles ficam na rua porque os rapazes aqui, passa muito armado, principalmente meu filho, nem tanto as menina, ele é muito curioso, gosta de correr, de tá trepando em tudo ... As vezes, eu me sinto mal porque, ao mesmo tempo, que eu quero que ele tá brincando, mas eu não quero que ele fique ali. Eu não gosto que eles ficam na rua. Só ficam quando eu estou. Tem uma pracinha lá, que eu levo eles lá, deixo eles brincar um pouquinho, depois, eu entro com eles. (Entrevistada 5A)

Aqui dentro num tem como a gente deixar criança na rua, não. É um tiroteio! Esse meu rapaz, esse garoto meu, eu tenho medo dele se envolver com bandido. (Entrevistada 7A)

Eu não deixo eles sair de perto. Eu falo: V. (3 anos), só pode brincar daqui pra cá ... se for pra rua, cê vai entrar.” E eu boto eles pra dentro se eles sair das minhas vista. Falei pro V. : meu filho, quando cê passar na rua e os bandido tiver tudo armado, cê num olha não porque é feio, eles vão bater em você. Eu boto medo nele porque ele vai crescer e já vai saber como é a localidade que ele mora. (Entrevistada 8A)

Ah, num deixo na rua ... de jeito nenhum! Falo pra T. quando ela for na rua, não seguir ninguém, não falar, agradecer, cumprimentar ... eu não boto ela numa redoma de vidro, mas eu tento falar pra ela o que pode, o que não pode; quando a gente passa perto de “boca de fumo”, eu falo: Quando a gente for passar ali, a gente vai passar de mão dada porque ali, ficam aqueles rapazes maus, que fazem coisa ruim pelo caminho. E ela: Mãe, é tudo bandido, né? É, igual àqueles

que passam na televisão, então a gente tem que prestar atenção. Meu coração fica apertadíssimo porque quando eu era pequena tinha isso (tráfico), mas não do jeito que eu vejo hoje. Tá na cara de todo mundo, eles num respeitam a mais ninguém. Se eu tivesse condições financeiras, eu sairia daqui, com certeza, iria prum lugar mais tranqüilo e teria a certeza de que estaria criando meus filhos sem perigo algum. (Entrevistada 13B)

Eu falo sempre pra minha filha: não vai pela cabeça de ninguém! Não se envolva! Não arruma quem não presta. Porque hoje em dia, a gente num sabe quem presta, quem não presta ... então, eu procuro, ao máximo, prender ela dentro de casa porque o local que a gente mora já não é bom! Graças a Deus, ela só vive dentro de casa. Meu filho também não se envolve porque eu converso muito com ele, muito mesmo! Minha filha dentro de casa, com certeza, está protegida. (Entrevistada 14B)

Em relação ao tamanho da família, nenhuma das mulheres entrevistadas expressou vontade de ter mais filhos, muito pelo contrário, a maioria delas deixou bem claro que aumentar o tamanho da família está completamente fora dos seus planos. Porém, por mais estranho que isso possa parecer num primeiro momento, a tentativa de um planejamento familiar racional, com o uso adequado dos métodos contraceptivos, nunca foi uma prática utilizada por elas nos seus relacionamentos afetivo-sexuais anteriores e mais, ainda hoje parece, segundo os seus depoimentos, que está longe de acontecer. Na realidade, o projeto de limitar o número de filhos é muito pouco consistente.

Entre elas, poucas foram as gravidezes planejadas (10), quase a totalidade das crianças nasceu sem qualquer planejamento ou acompanhamento pré-natal (46). E, dentre estas, muitas não foram desejadas. A primeira gravidez aconteceu na maior parte das vezes quando as entrevistadas eram bem jovens: uma engravidou aos 12 anos, três engravidaram aos 17 anos, outras três aos 18 anos, quatro engravidaram aos 19 anos, outras quatro aos 20 anos e uma engravidou aos 21 anos.

Minha gravidez foi mais ou menos boa – a primeira. Por quê? Porque eu era uma garotinha, tava com 12 anos quando tive o meu 1º filho. Eu saí da casa dos meus pais e fui morar com o pai dos meus filhos. Ele tava com 17 e eu com 12. Fomos ter outro filho, o C.E., eu tava com 17 anos e foi uma bênção. Não fiz pré-natal, trabalhei até os 8 meses e foi tudo bem no parto. Eu era uma garotinha com 17 anos; ele, (o marido) é que era “mais cabeça”, a gente vivia bem. Ele (o marido) falou: Vamo ter outra menina? Foi a V.L. com uma diferença de 2 anos para o C.E. Depois, veio a E.C. com a diferença de 1 ano. Mas foi legal. Eu gostei (de ter filho) tanto que depois que ele morreu, eu tive outro, o E.F., com outro companheiro. (Entrevistada 2A)

Dos meus 2 filhos não (quis engravidar). Foi triste porque eu morava com o pai deles. Ele era cachaceiro, não trabalhava, eles passaram muita fome na vida. Eu num trabalhava, vivia na casa de um, na casa de outro pedindo comida. A gravidez deles 2 não foi bela; não foi. Eu peguei por pegar: eu não tinha maldade na vida. Do 1º eu tava com 19 ano e do 2º tava com 21. Da minha filha foi: ela eu quis. (Entrevistada 3A)

Dei bobeira e engravidei, mas minha sogra me ajudou, me apoiou ... Eu arrumei esse rapaz, pai dos meus filho, pensei que minha vida ia mudar, ia melhorar, mas não mudou, piorou. Eu tinha 17 ano. Morei com ele uns 2 ano. (Entrevistada 4A)

Nenhuma das duas foi planejada. A do 1º foi um acidente e desse, também, foi um acidente. Ah, escorregou ... foi uma escorregadinha. (Entrevistada 11B)

Não, nenhuma delas! Foi muito difícil! Todas elas! Foi tudo parto normal, mas dizem que a gestante tem que se alimentar bem ... eu não tive esse tipo de alimentação que eles (médicos, televisão) falam que deve ter. O único que não teve problema de desnutrição foi o 1º porque a J. e a M. tiveram. A M. (creche) até hoje é desnutrida, falta de alimentação. Ninguém se sente bem vendo os filhos passando necessidades. Ih! eu chorava tanto! (Entrevistada 14B)

As frágeis tentativas de controle de natalidade, verbalizadas pelas mulheres, nos falam da inconsistência dos meios utilizados na prevenção da concepção. De maneira geral, ainda existe uma grande desinformação sobre os métodos contraceptivos e, além disso, a utilização dos métodos é frequentemente interrompida e seu uso irregular. A maior parte das informações sobre eles vem através do círculo de amizades. Porém, não parece haver um interesse real das entrevistas sobre este assunto, ou seja, não parece existir uma preocupação efetiva com o controle da natalidade. Some-se a isso um investimento e apoio governamental quase sempre inexistentes.

Os métodos anticoncepcionais mais utilizados são o uso da camisinha masculina seguido da pílula anticoncepcional. A “tabela”, método de Knauss, foi mencionada por uma das entrevistadas e apenas duas mulheres manifestaram interesse em utilizar o DIU. Três entrevistadas demonstraram vontade de fazer a laqueadura de trompas, entre elas uma mulher de 35 anos com 9 filhos. Este método é pouco procurado entre elas apesar de muitas terem entre 4 e 5 filhos. Um dos motivos alegados pelas mais jovens e com maiores informações é o seu caráter radical de irreversibilidade. Porém, a razão principal pode estar ligada ao difícil acesso das mulheres pobres a este tipo de intervenção. Vale ressaltar que entre as entrevistadas apenas uma fez a laqueadura, porém teve que pagar pelo serviço. Além destas formas de evitar a gravidez nenhuma outra foi mencionada. O uso de qualquer um dos métodos contraceptivos utilizados deve ser visto principalmente como fruto de um investimento pessoal das mulheres, pois, segundo elas, não existe uma real preocupação de seus companheiros/maridos com esta prática, reforçando a visão de que gravidez e maternidade são “coisas” de mulher e, portanto responsabilidades exclusivamente femininas. Esta falta de preocupação com o controle da natalidade é partilhada e reforçada pelas próprias mulheres nas suas relações afetivas-sexuais, em que o controle reprodutivo efetivo parece escapar aos seus anseios, ainda que este controle tenha maior peso sobre elas, uma vez que a gravidez é tida como responsabilidade exclusiva da mulher, mesmo quando acontece de forma não planejada. Muitas delas se queixam que uma das causas da impossibilidade de um projeto de limitação dos filhos é o uso inadequado de preservativos por parte dos seus companheiros.

Eu coloco, mas nesse dia que eu peguei essa neném, em maio do ano passado, ele tirou, só fui saber que ele tirou quando eu vi ela jogada no chão, limpinha. (Entrevistada 7A)

De fato, o controle da natalidade, ou seja, o desejo de ter ou não mais

filhos aparece de forma bastante ambivalente nos discursos das entrevistadas. Por um lado, como já mencionamos, a maternidade é vista como, natural, conseqüência de qualquer relação afetivo-sexual, destino da mulher e, portanto, a verdadeira essência feminina. Assim, é como se o nascimento de cada filho reafirmasse a função social e o valor da mulher. Por outro lado, o aumento do número de filhos nestas famílias pobres chefiadas por mulheres traz conseqüências bem mais serias nestes lares do que naqueles com a presença masculina. Pois, na condição de chefe de família, além exercer os papéis tradicionais, aceitos por elas como próprios de sua condição feminina, as mulheres são também as reais provedoras do lar. A renda aferida por elas não é simplesmente complementar à masculina, mas a responsável pela sobrevivência da família, tarefa mais difícil de ser realizada considerando-se o contexto em que vivem. A respeito de suas gravidezes, falas do tipo: "não sabia nada na época", "aconteceu", "dei bobeira" são bastante freqüentes. Contudo, ainda que algumas das entrevistadas pareçam estar um pouco mais conscientes agora e se preparando pra evitar uma futura gravidez indesejada não parece haver de fato um controle da natalidade mais efetivo:

Eu não tomava remédio (anticoncepcional), agora que eu tomo; mas na época eu não tomava não. Não usava camisinha porque minha mãe não me explicou, não me ensinou como que era a vida ... também ela bebia pra caramba ... só vivia na cachaça ... às vezes, ela me expulsava de casa ... e assim eu ia levando a vida. (Entrevistada 4A)

Eu só usei camisinha uma vez só! e hoje em dia, num tenho relação com ninguém! nem procuro! tô sendo sincera! nem procuro! mas continuo tomando anticoncepcional ... sei lá porquê! O negócio é que pode me dar uma doideira, eu arrumar alguém e aí, num tô tomando remédio ... como é que fica? Vou ter outro filho? Deus me livre. (Entrevistada 14B)

Não, nenhuma delas. Nas 2 primeiras, eu tomava pílula, mas eu não me dava com nenhuma e o médico ficava trocando. Foi nessa história de ficar trocando, que eu acho que peguei. Eu trocava muito. Eu tomava um mês e no outro mês, eu trocava porque não me dava bem. Só usei camisinha da P. pra cá. Ela foi irresponsabilidade minha porque eu não tava tomando remédio e fui ficar em negócio de

tabela e tabela não funciona. A camisinha rasgou porque eu não coloquei direito ... tanto é que eu nem sabia que tava grávida dela ... dela e da P., depois. Era ele que botava a camisinha ... eu, não. (Entrevistada 5A)

Não, só a dos 2 primeiros. O resto (7 filhos) veio tudo de intruso. Eu nunca tomei remédio pra evitar ... pela 1ª vez, ó, eu fui lá no Posto agora, eles me deram, mas eu nem sei se vou usar ... (mostra um envelope de anticoncepcional). Eu nunca usei, nunca tomei. Meu marido usava camisinha, mas ele é muito safado ... ele tirava ... por isso que eu peguei essa nenenzinha. (Entrevistada 7A)

Quanto ao aborto, a maioria das mulheres entrevistadas se posicionou contra e, assim, assumiu total responsabilidade sobre a gravidez “não desejada”. Os homens, por outro lado, parecem ser mais fortemente a favor do aborto. Nos quatro casos em que foram consultados, eles decidiram em favor da interrupção da gravidez. O que chama a atenção nestas situações é que em nenhum dos casos relatados o homem participou ou acompanhou o processo da gravidez “não desejada” ou não planejada. De fato, as próprias mulheres, de certa forma, os excluem do processo, retirando deles e depositando nelas a responsabilidade sobre a interrupção ou não da gravidez e as conseqüências desta ação.

Eu não culpei ele de nada. Eu tinha experiência, eu caí nessa de engravidar de bobeira. Eu não queria não. Eu fiz tanta coisa pra tirar esse meu neném. Fiquei desesperada. Familiares não me deixaram tirar. Não cobre nada dele na Justiça até hoje porque eu me culpei, nesse relacionamento. Eu achei que eu é que fui burra, não usar camisinha, foi loucura mesmo. Engravidei antes de ele vir morar comigo. (Entrevistada 1A)

Das 16 mulheres, duas fizeram aborto, dando como justificativa para esta decisão não terem condições de criar sozinhas as crianças. Outras duas tomaram ervas e chás, mas não tiveram sucesso na tentativa e duas, durante a primeira gravidez, tiveram abortos espontâneos. Todas, entretanto, lamentam o ocorrido e as que interromperam a gravidez voluntariamente se culpam e lamentam pela opção que fizeram. Para estas mulheres, o ato de abortar está sempre ligado a afetos e vivências negativas. Interromper uma gravidez implica em romper com os

valores e padrões de uma sociedade fortemente influenciada pela religião, que enaltece a maternidade como algo divino, sublime, uma verdadeira “dádiva de Deus”, sentimento que é reforçado pela criminalização do aborto em nossa sociedade. Conseqüentemente, abortar implica em transgredir este padrão e arcar sozinha com a culpa e os castigos provenientes deste ato tido socialmente como ilícito e amoral. Assim algumas entrevistadas se referiram ao aborto:

No momento, eu num queria a gravidez e tentei tirar o neném tomando remédio, mas fiquei com medo. Pensei: o dinheiro que eu vou gastar tirando ele, eu gasto comprando coisa pra ele. E assim foi. Ele num pediu pra vim ao mundo e eu nunca tinha feito aborto. Fiquei com medo. Meu neném, eu vou ter – seja do jeito que for – o que der pra mim comer, vai dar pra ele comer. (Entrevistada 12B)

Nenhuma delas foi planejada, veio tudo assim. Todos eles nasceram de cesárea. Fiz um aborto, foi o 1º filho e tava com 1 mês e pouco. Eu fiquei muito magoada porque eu num queria fazer, mas a minha mãe disse que eu tinha que fazer porque eu num tinha condições de criar filho sozinha e o rapaz num quis assumir e hoje, eu fico meio triste por ter feito porque eu num queria. Eu fiz mais contra a vontade, fiz porque num tinha condições. (Entrevistada 15B)

Eu não sou a favor do aborto porque eu sou devota de N. S. Aparecida. Eu nunca fiz aborto, é por isso que eu tenho essa filharada toda. Vou ligar (as trompas) agora, pelo deputado que manda laquear trompas, em troca de votos. (Entrevistada 7A)

A responsabilidade sobre a escolha de ter ou não a criança é sempre da mulher grávida, ainda que algumas vezes partilhada e influenciada por outras mulheres, porém em todos os casos pesquisados, a decisão foi feminina. Tal fato parece se dar porque é no corpo da mulher que a gravidez acontece ou é interrompida e, assim, para elas, os filhos são efetivamente seus e de sua maior responsabilidade porque nelas são gerados e são elas que terão as suas vidas mais afetadas por eles.

As entrevistadas moradoras das zonas sul e norte da cidade apresentam muitas semelhanças em relação aos seus comportamentos reprodutivos, tanto em

relação ao uso dos métodos contraceptivos, quanto à gravidez. Ou seja, em ambos os grupos a falta de um planejamento familiar e o uso inadequado dos métodos contraceptivos são características comuns e bem marcantes. Por isso, num primeiro momento, a possibilidade do grupo de mulheres moradoras da zona sul ter um maior e mais fácil acesso a informações sobre métodos de controle de natalidade não parece ter influenciado as suas práticas anticonceptivas. Porém, esta questão deve ser analisada com mais cautela, pois, é importante lembrar aqui que elas possuem um número de filhos expressivamente menor do que as moradoras da zona norte.

Segundo Carvalho (1998), a busca de uma maior autonomia e independência, pelas mulheres chefes de família por ela estudadas consistia principalmente em aumentar sua participação no mercado de trabalho e em deter o controle sobre sua fertilidade. Ao relacionarmos estes resultados com aqueles obtidos por nós encontramos uma relação interessante. As mulheres entrevistadas residentes na zona sul, quando comparadas às da zona norte, estão mais freqüentemente empregadas e possuem um menor número de filhos. Isto nos leva a pensar que no projeto de vida destas mulheres pode estar mais presente a busca por uma maior autonomia e ascensão social do que nas mulheres moradoras da zona norte. Talvez um dos fatores que possa nos ajudar a compreender essas diferenças seja o lugar onde elas exercem suas atividades remuneradas e o tipo de tarefa que realizam – trabalham na zona sul e muitas em salões de beleza. Estes dois fatores conjugados põem estas mulheres em contato com uma clientela específica, as mulheres das camadas médias que tiveram maior acesso aos discursos emancipatórios feministas, e, como tem sido apontado por diversos estudos, cada vez querem ter menos filhos e uma maior independência financeira (ROCHA-COUTINHO, 2000). Pode ser, então, que as idéias e valores dessas

mulheres trabalhadoras da zona sul estejam sendo modificados nas contínuas trocas durante os atendimentos e, de alguma forma, estejam começando a influenciar as suas práticas reprodutivas e de gestação sem que elas tenham tomado consciência disso. Segundo Vaitsman (1997),

Os atores sociais interagem, disputam e compartilham situações, trocam idéias, emoções, sentimentos, discursos, numa circulação permanente de valores, idéias, imagens. Da perspectiva do sujeito a participação em distintos contextos e jogos discursivos implica simultaneamente a produção de similaridade e diferença, pois ele atua em novos universos comuns, dos quais, ao mesmo tempo, se diferencia. Sobretudo na cena urbana, ele toma parte simultaneamente de mundos diferentes que, no entanto, se interpenetram (p.307).

Como mencionamos, o planejamento familiar não parece fazer parte do universo das mulheres entrevistadas. Para elas, de maneira geral, o controle de natalidade está associado a uma realidade distanciada dos modelos científicos e mais apegado a vivências emocionais relativas ao papel social feminino. A gestação para estas mulheres pobres é vivida como um fenômeno natural que dispensa cuidados especiais. Ser mãe significa realizar-se como mulher. A reprodução é considerada a função feminina por excelência.

De acordo com as expectativas culturais destas mulheres pobres, ter filhos seria o momento de realização plena da feminilidade, de cumprimento do “destino biológico” da mulher, destino este construído socialmente, mas que as leva a terem reconhecimento, respeito e aprovação da comunidade. Entre as mulheres pobres gerar um filho costuma ser uma fórmula de aprovação social, já que nas outras esferas sociais elas ocupam freqüentemente um papel de menor valor e importância. Porém, como vimos, sentimentos complexos e muitas vezes contraditórios permeiam a gravidez. Ao lado de sentimentos de plenitude, aparecem os medos, a insegurança, a solidão, que vão se contrapor às

expectativas sociais de realização plena no momento da gestação.

O mais marcante no comportamento reprodutivo das mulheres é a pouca efetividade dos métodos adotados e a inexpressiva participação dos parceiros no controle da natalidade. Além disso, a falta de informações e de oportunidades de acesso aos métodos contraceptivos é uma realidade presente na vida das entrevistadas, mesmo com o aumento de campanhas de esclarecimento público e do implemento de políticas públicas voltadas para o controle da natalidade. Certamente o conhecimento e acesso das mulheres aos métodos contraceptivos são de vital importância para o planejamento familiar. Acreditamos, entretanto, que apenas o conhecimento sobre os métodos não é suficiente para garantir o seu uso adequado e, muito menos, uma mudança no sentido e na importância da maternidade para essas mulheres. Para isso, será necessária uma mudança nos valores associados ao papel e à posição da mulher na família e na sociedade. É preciso que a identidade feminina, não apenas se amplie para incluir o desempenho de “novos” papéis sociais, como também se transforme, de maneira que a responsabilidade sobre a criação, educação e manutenção das crianças não seja vivida por elas como uma tarefa única e essencialmente feminina. É fundamental desconstrução e desnaturalização do mito do instinto materno, para que, a partir daí, a criação, a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças possam ser vividos como obrigação e responsabilidade de todos: pais, mães, familiares, comunidade e Estado.

4.3.5 – Categoria 3: Laço conjugal e separação

As mulheres chefes de família, em sua maioria, começaram as suas trajetórias afetivas muito jovens, ainda na adolescência. O número de relações

conjugais – oficializadas ou não – varia bastante entre elas, sendo, de maneira geral, bastante instáveis e de curta duração. Talvez por isto grande parte dos filhos costume ser de relacionamentos diferentes.

Da adolescência pra cá, eu posso dizer, que não tive um namorado porque eu conhecia o cara hoje, botava dentro da minha casa pra morar. Eu queria um marido, eu queria uma companhia e, assim, fui trocando de muitos, passei por muitos parceiros e não conseguia o marido que eu queria, um companheiro pra construir uma família. Eu cheguei a morar: morei um ano com um, 8 meses com outro, enfim, sempre em busca de alguém que ficasse, mas não deu certo! (Entrevistada 9B)

A legalização das uniões não aparece como uma preocupação entre elas. Muitas sequer chegaram a viver junto com o pai de seus filhos. Entre elas é mais comum a existência de relações conjugais não legalizadas do que de matrimônios formais. O casamento para as entrevistadas não foi uma forma de garantir a sobrevivência e a segurança da família. Não existe neste âmbito grande coerção moral sobre homens ou mulheres. De certa forma, o término de uma relação conjugal, do casamento, neste grupo não parece ter o mesmo significado do que tem para outras classes sociais, em que ele rompe com a expectativa social de um casamento duradouro. O que observamos foi uma certa liberdade pessoal tanto em termos de união como de ruptura da relação conjugal.

Eu tive muitos homes na minha vida. Muitos. Eu era uma muler que tinha uma porção de home. Agora que eu parei. Eu tenho medo de um home mexer com a minha filha. (Entrevistada 3A)

Meus filhos são um de cada pai. Só que eu não tenho certo com nenhum deles. (Entrevistada 5A)

Assim, os vínculos afetivos entre os casais entrevistados são relatados como frágeis marcados pela incerteza, inconstância, e pela não durabilidade. A tentativa de manter a qualquer preço a ideologia tradicional do padrão de conjugalidade, “o casamento eterno”, não foi observada nas práticas das

entrevistadas. Vaitsman (1995), ao se referir às camadas médias da população afirma que também nestes grupos sociais a idéia de casamento eterno vem perdendo a força:

A fragmentação, a instabilidade e a incerteza que hoje integram o cotidiano dos indivíduos, não poderiam deixar de estar presentes também nas formas de institucionalização do casamento e família. As práticas e os sentimentos duradouros, unificados e emcompassados, pretendendo a singularidade, (...) configurando as concepções de amor e casamento moderno, perderam muito de sua sustentação social e força cultural (p.347).

As situações que envolvem a ruptura do vínculo conjugal são variadas, porém as causas mais freqüentemente relatadas pelas entrevistadas são: a violência, a utilização de drogas, o adultério e a falta de renda para o sustento da família.

Eu tinha ele, mas não todos os dias ... eu queria ele pra morar comigo, conviver comigo, dividir as despesas dentro de casa, mas é difícil ... porque ele é muito farrista ... mas a gente se dava super bem. Ele é solteiro, mas tem filhos e é separado da mulher dele desde anos. Ele vive com a mãe dele. O motivo de estar separado é por causa do pó (cocaína) porque eu descobri e me afastei mais e fiquei fria mais por causa disso. (Entrevistada 3A)

Separei do pai do meu filho porque quando a gente namorava, a gente brigava muito, num deu certo. Eu nunca morei com ele ... às vezes, eu via ele com alguém e aí, num deu certo. Eu comecei a ficar com ciúme dele porque ele tinha uma porção de mulher na rua. (Entrevistada 12B)

O mais comum é que o motivo da separação seja uma composição entre estes vários fatores que, conjugados, se entrelaçam, acabando por conduzir a um desgaste da relação e levando, conseqüentemente, ao seu rompimento. A opção pelo término da relação acontece tanto por decisão feminina quanto masculina. Embora não possamos afirmar que haja uma prevalência de gênero em relação a isto, podemos perceber nos relatos das entrevistadas que, na maioria das vezes, a mulher assume o rompimento como sua opção. Entretanto, é muito comum relações nas quais o casal nunca viveu junto no mesmo domicílio. Nestas

situações, não fica claro quem realmente rompeu a relação ou apenas assumiu que ela já tinha terminado.

A tomada de decisão da mulher pelo término da relação conjugal é mais fortemente motivada quando acontecem comportamentos masculinos violentos provocados, seja pela utilização de drogas, seja por ciúmes ou por outros fatores, oferecendo ameaça tanto para a mulher quanto para seus filhos. Em alguns casos, é necessária a saída da mulher do lar, levando seus filhos e deixando todo o resto para trás, o que certamente dificulta e retarda sua decisão. Das famílias entrevistadas, quase todas relataram ter passado por situações deste tipo, em um ou mais de seus relacionamentos:

Meu marido estuprou a minha filha ... e eu fiquei muitos anos tentando que ele mudasse, que não assediasse mais e quando é agora que eu me decidi separar dele, eu simplesmente descobro porque a minha filha se abriu com a conselheira tutelar que ele estuprou ela. Eu estou agora, há mais de 2 meses esperando resultado de exame e não consigo ... então, isso tá me perturbando. O problema foi com a minha filha. O assédio à minha filha não foi porque ele não era pai dela ... porque pra ele, bastou ser do sexo feminino, bastou poder satisfazer a ele, que ele sente desejo. (Entrevistada 6A)

Outro dia a vizinha falou para minha mãe: O Luís bateu muito, muito nela e bate todo dia e ela com esse barrigão. Ontem, por causa de muler da rua, ele pegou a tesoura pra enfiar nela. (...)
Ele saía com muler na rua e isso me desgostava... tanto é que ele tava casado comigo e já morava ca Sueli, na mesma rua... ele chegava em casa tarde, às vezes, no outro dia ... por causa disso, eu era fria com ele. Eu num gostava dele na cama; ele era muito bruto ... parece que quando ele me machucava, ele sentia prazer. Eu tinha relação por obrigação porque ele era meu marido, mas eu fingia, fingia muito. (Entrevistada 8A)

Do 1º, eu me separei por causa de briga. A gente saía nos tapa em qualquer lugar. Era tapinha pra lá, tapinha pra cá. Depois, eu descobri que ele tinha relacionamento com outra muler, aí, eu saí fora. Porque achava que ele ficava me traindo de noite, na rua. Eu ficava em casa ... principalmente, quando meu filho nasceu... Depois que ele nasceu, ele começou a se afastar mais e, nisso tá até hoje afastado. (Entrevistada 11B)

Separei do 1º por causa de droga. Ele usava muito. Era muito violento! muito! (Entrevistada 14B)

Embora a queixa da traição conjugal seja bastante presente na fala das entrevistadas, ela não parece ser, sozinha, forte o suficiente para produzir a ruptura da relação. O que parece tornar a relação crítica e insustentável é quando a infidelidade está associada à violência e acontece, simultaneamente, com o fato dos recursos que o homem deveria estar trazendo para dentro de casa estarem sendo insuficientes e/ou desviados para outros lugares fora do lar (mulheres, farras, bebidas, drogas):

Separei do meu 1º marido porque ele drogava muito. Chegava em casa violento, agressivo. A gente caía no pau, ficava pegando as coisa de dentro de casa pra trocar por drogas, deixava eu e minha filha pequena passando fome. Eu saí de casa (num dia), deixei tudo e quando voltei, ele tinha vendido tudo. A minha reação ... sei lá. Ele deu sorte porque ele sumiu, nunca mais eu vi, mas se eu visse ele ... meu Deus do céu, eu não sei o que eu ia fazer. Eu não pude nem abrir a porta porque ele vendeu a casa com tudo dentro. Já tinha outra pessoa morando ... tinha geladeira, som. Eu tive que ficar na rua com a minha filha, entreguei a menina pra mãe dele e fiquei pelas rua. Ele desapareceu. Ele não dá pensão pra menina. Eu sempre que sustentei. Ele sumiu, nunca mais eu vi. (Entrevistada 4A)

Aí, eu me separei dele (1º marido) porque ele era muito mulherento, usava muita droga. Só que ele era uma pessoa muito ruim: usava droga, queria me espancar, não comprava as coisa pra dentro de casa, gastava muito cas muler na rua. Foi quando eu me separei dele ... estava grávida da A.. Sabe de uma coisa, eu vou me separar desse home que fica cherando coisa, droga, querendo me espancar. Porque a porrada acontecia mesmo: ele me batia, eu batia nele, ele me enforcava ... eu só andava cheia de roxidão pelo pescoço ... que ele tentava me enforcar mesmo ... tava drogado. Eu chego cansada (depois do trabalho) o home ainda me chama de vagabunda, prostituta, que eu tava vindo com os home ... cansei, que é isso? Cansei! (Entrevistada 7A)

Segundo Carvalho (1998), *“não existe uma determinação mútua entre o princípio de autoridade (familiar) e a provisão econômica”* (p.29). Para ela, a questão da autoridade nas relações conjugais contemporâneas estaria mais ligada a valores morais. Assim, muito além da incapacidade atual do homem de prover o sustento da família, comportamentos como abandono do lar, violência e traição levariam o cônjuge masculino à perda de sua autoridade sobre o grupo familiar, pois ele teria abusado de sua posição de poder sem cumprir, ou se descuidando

dos deveres que correspondem a esta posição. Para Sarti (1996), nestas situações, *“a autoridade paterna perdeu sua força simbólica, incapaz de mobilizar os elementos morais necessários à obediência, abalando a base de sustentação dos padrões patriarcais em que se baseia a família pobre”* (p.37). Sua presença deixa, então, de ser desejada, passando a mulher, neste caso, a assumir este papel, tornando-se chefe do núcleo familiar.

Entretanto, como apontamos anteriormente, apesar da separação como uma opção feminina ter sido mais comumente motivada por diferentes situações e fatos interrelacionados – como violência, traição, o não provimento da família pelo homem, o fato do homem não querer morar junto e assumir a responsabilidade familiar, entre outros -, em alguns casos, pelo menos, a separação foi mais fortemente motivada pela não manutenção do lar pelo homem.

Separei porque eu num tava mais agüentando ... só ficar naquela vida, não queria nada, eu que “bancava” a casa, eu que trabalhava, eu que dava as coisa po meu filho ... então, ele e nada, pra mim era a mesma coisa.(Entrevistada 10B)

O quarto nós se separamo porque ele era muito mentiroso ... eta, homem mentiroso! Até hoje, não agüento nem olhar pra cara dele ... Ele mentiu, mentiu muito pra mim. Ele falava que a gente ia ficar junto, que ele ia me ajudar, que ele trabalhava num sei aonde, que ganho bem, eu quero morar contigo, mas não fez nada disso. (Entrevistada 5A)

A decisão masculina de terminar a relação conjugal e de sair do lar está mais freqüentemente associada ao seu envolvimento com outra mulher. Ou seja, o homem, segundo os relatos das entrevistadas, na maioria dos casos só saiu de casa porque encontrou outra mulher com quem foi morar junto. Porém, não é incomum que o homem abandone o lar sem aviso prévio ou, no caso de não estarem vivendo juntos no mesmo domicílio, simplesmente, como elas dizem “sumir”, deixando a mulher e a prole sem recursos para sobreviver.

Porque ele arranhou outra mulher. O motivo foi só esse. (...) Ele me disse que não dava mais para voltar porque a mulher estava grávida. Deixou os filhos com 3, 6 e 8 anos de idade. (Entrevistada 1A)

Eu me separei dele (2º marido) porque ele arranhou essa menina de 19 ano e tem filho com ela. Não me respeitou ! (Entrevistada 7A)

Ele foi embora porque disse que num tava mais a fim, num gostava mais. Eu engravidei, ele resolveu me assumir; nós fomos morar junto e criar uma família mas ... aí ... ele saiu de casa, o N. tava com 2 meses. Eu tava precisando de um apoio e, quando eu mais precisava dele, ele saiu de casa. (Entrevistada 13B)

O 2º (marido) tem outra família e trabalhou aqui (Favela-bairro). Ele dava e num dava, dava e num dava (dinheiro). Daí, ele sumiu! Sumiu e eu num “esquentei” mais minha cabeça. Ele tem outra família ... no início num sabia, mas antes de eu ter minha filha, eu já sabia. (Entrevistada 14B)

Ele arranhou outra e me largou. (Entrevistada 15B)

Nestes casos de “desaparecimento” do homem, ou de abandono do lar sem qualquer justificativa, isto se dá com maior frequência quando as relações são recentes, não legalizadas e envolvem uma gravidez não planejada pelo casal.

A gente ficamos 1 ano e pouco. Ele na casa dele e eu na minha. Aí, tive o 2M. Depois que ele nasceu, a gente abrimos. Porque ele disse que não dava, não podia segurar agora uma criança. Porque ele não quis bancar o filho, nem olha pra ele, nem diz que é pai dele, rejeita ele. (Entrevistada 2A)

Na maioria dos rompimentos das relações conjugais ocorre também a quebra ou a supressão do sustento econômico dos filhos pelos pais. Além disso, muitos pais deixam de procurar seus filhos. Assim, o abandono e a falta de apoio não se restringem apenas aos aspectos financeiros, mas incluem também os afetivos e emocionais, ocasionando um distanciamento e afastamento dos pais em relação aos seus filhos e um descompromisso por parte destes em relação à criação das crianças:

Não dá nada pro menino, nem olha para ele. Eu falei pro meu pessoal: não fica mostrando o L. que é o pai dele porque ele não quer registrar o garoto, ele não liga pro garoto, então, ele não é pai dele. O pai sou eu e a mãe também. (Entrevistada 2A)

O pai das crianças sumiu, não dá pensão nem vê as crianças.
(Entrevistada 4A)

Depois que a gente se separou, ele nunca deu nada pras minhas filha, eu queria até botar ele na justiça. Ele trabalha de obra com o padrinho da minha filha, ele vem aí, mas num vai lá, ver ela. Eu fico muito chateada com isso porque não é por mim, é por ela. Ela sente, porque as criança fala: V., teu pai bem veio aí e nem foi te ver. Ela fala: Pô, mãe, meu pai teve aí, nem veio me ver! Eu digo pra ela: É assim mesmo, minha filha, vai ver ele tava com pressa. Eu tento menizar o negócio pra ela num sofrer tanto, ela tem só 6 ano!
(Entrevistada 8A)

As mães relatam que os filhos percebem esta ausência como falta de amor dos pais por eles. De fato após a separação, em relação aos cuidados e sustento dos filhos, existe uma desigualdade de gênero, com uma pequena e, na maioria dos casos, inexistente participação dos pais na criação dos filhos e na manutenção familiar. A autoridade paterna nestas famílias é quase inexistente. Mais de metade das mulheres entrevistadas teve pelo menos um que não foi registrado e em que a paternidade não foi reconhecida. Além disso, a quase a totalidade delas, não recebe pensão alimentícia para os seus filhos:

Eu fiquei na luta, na luta também de pensão alimentícia. Uma luta horrível com ele, que já chegou a ser preso, mas não dá de jeito nenhum. Ele deu a pensão por uns 3 meses, depois eu parei de lutar porque, às vezes, eu não tinha nem o dinheiro da passagem pra ir ao Fórum. Às vezes, ele dá 50 reais, 20 reais, 30 reais, mas, o que é isso pra 4 crianças? O de 3 anos está na creche. É filho de um outro relacionamento que eu tive e que, também, não deu em nada. Porque ele cobrava demais dos meus filhos. (...) Aí também não deu; ele também não resistrou, também não dá nada.
(Entrevistada 1A)

Ele só dá uma mixaria pra garota; eu que seguro ela: pago uma pessoa pra trazer (na creche); final de semana eu trabalho, a pessoa fica com ela eu pago sozinha. É muito difícil pra mim. Ganho R\$241,00 e me "viro" com tudo. (Entrevistada 3A)

Aí, aconteceu, ele não assumiu ele, eu peguei e deixei pra lá. Assumi tudo sozinha, não dá nada e nem o menino, ele num vê. Num rezistrou, num dá as coisa pro menino. O pai dele num vale nada! Num vale nada! É um drogado na vida ... eu num sei onde é que eu tava com a cabeça que eu fui arrumar isso! Eu fico revoltada que eu fico com aquilo na cabeça: Pó, ele nem vem ver o garoto! E ele (filho) sente falta do pai, tanto é, que ele chama até o padrinho de pai. O pai

dele num é garoto novo, já tem 27 ano, podia vim ver o filho. (Entrevistada11B)

O pai nunca deu nada pro filho. Um tempo atrás, eu pedi a ele pra ajudar que tava meio difícil; era pra ele panhar o menino, dar uma ajuda, mas ele sempre fala que não pode. Ainda ficou uns 2 meses panhando o menino, mas depois, sumiu de uma hora pra outra. (Entrevistada 12B)

O pai não ajuda em nada! Nenhum dos 2! É muito ruim a gente vê os filho da gente passando pela situação! Eu chorava, chorava e ele nada. Quer dizer, se eu não trabalhar, meus filhos passam fome. No dia que eu estou desempregada, já fiquei 2 meses sem trabalhar, minha filha e meus filhos quase passaram necessidade! Mas um ajuda daqui, outro ajuda dali, mas não é como se você tivesse trabalhando. (Entrevistada14B)

De certa forma, esta ausência da figura paterna é reforçada pelo comportamento das mulheres que costumam arcar sozinhas com a responsabilidade pelos filhos, principalmente nos casos de gravidez não planejada, não reivindicando os seus diretos e algumas delas até mesmo recusando, após a ruptura da relação, a ajuda financeira dos homens. Vários fatores parecem estar atuando e contribuindo simultaneamente para que esta situação, bastante comum nos domicílios chefiados por mulheres pobres, ocorra. Entre eles, podemos destacar: a falta de informação das mulheres sobre seus direitos e os de seus filhos, a falta de recursos do ex-companheiro, a visão tradicional de que filho é responsabilidade da mulher (“quem pariu que os embale”) o desaparecimento do pai e a busca pela mulher de uma maior autonomia e controle sobre sua vida sem a interferência do ex-companheiro que, inclusive, quando violento, ameaça a integridade da família:

E eu acho que não custava nada ele dar alguma coisa. Eu sou assim: não gosto de ir atrás porque eu acho que ao mesmo tempo que tem de dar o dinheiro, tem que dar o carinho e atenção. O garoto ia fazer 3 ano, eu convidei ele pra festinha do garoto, que eu estava trabalhando numa casa de família, então tava dando pra mim poder agüentar. Ele jurou que ia vim, mas não veio. Eu falei pra ele que o garoto precisa muito dele, mas não veio. E acho que é eu mesmo, eu não tenho estrutura pra ficar aturando certas coisa, não tenho paciência, eu sou muito meus filho, eu não gosto que brigue, eu não gosto que bata, então, eu não dou certo. Não fui atrás de nada.

Passei a minha gravidez toda, ele me via, mas eu não falava. Eu sou muito orgulhosa. Ele também não falava, não. (Entrevistada 5A)

Foi quando eu me separei dele ... estava grávida da A. (9 anos), me separei dele e ele não deu pensão e não dá até hoje. Ele não me procura, eu também não vou lá. Ele é que tem que vim a mim, num é eu que tem que ir lá, não. Eles (Justiça) dão até como causa abandonada porque ele não aparece, eu não sei onde ele mora, num sei onde a família dele mora. (Entrevistada 7A)

Ah, eu me sinto muito mal, por exemplo, esse negócio de pensão, eu mesmo podia sair e ver, não precisava mandar ninguém ver pra mim, mas sabe porque que eu não tô vendo? Porque eu num tenho estudo. Se eu tivesse estudado, eu podia muito bem ir à cidade sozinha, resolver minhas coisa, ir aqui no Irajá que é aqui pertinho ... mas não, tem que esperar minha irmã que é pra minha irmã ir comigo. (Entrevistada 8A)

Pôxa, fulano não ajuda! Eu não tenho esse direito porque quem quis o filho foi eu. Ele nunca quis o filho ... eu que queria o menino pra mim. (Entrevistada 9B)

A decisão das entrevistadas pela ruptura da relação, embora freqüente na vida destas mulheres, não está necessariamente associada a uma maior autonomia, domínio sobre sua individualidade e realização de desejos pessoais, como nos achados reportados por Carvalho (1998) e Vaitsman (1997), mesmo nos casos de violência doméstica ou de cônjuge improdutivo. A ruptura por decisão feminina nos casos por nós estudados acontece, quase sempre, como possibilidade dessas mulheres se livrarem de uma situação de violência, de subordinação, de desvalorização e, como consequência, está baseada principalmente na vontade de terem mais recursos e menos sofrimentos e humilhação nos seus cotidianos familiares. A busca, tanto da autonomia quanto da independência, também estão presentes nos discursos das mulheres entrevistadas, porém aparecem fortemente vinculadas e centradas na figura masculina, do ex-companheiro e, como consequência, na experiência negativa do relacionamento conjugal e são percebidas como uma alternativa de solução para a situação de opressão na qual se encontram. Estas mulheres por nós estudadas

revoltam-se contra uma autoridade que abusou e transgrediu os seus deveres e privilégios, tornando-se ilegítima a obediência e a submissão.

É importante lembrar que as opções das mulheres entrevistadas pelo término da relação conjugal, como ilustrado nos relatos já citados, não foram determinadas pela sua capacidade de desempenhar o papel de provedora do lar. Este fator pode ter facilitado em alguma dimensão a decisão, porém o rompimento ocorreu em vários relacionamentos nos quais os rendimentos femininos para a sobrevivência familiar eram insuficientes ou inexistentes. Em realidade, para muitas mulheres, ainda que enfrentando dificuldades, o fato de estarem sozinhas com seus filhos foi percebido como melhor do que manter relações conjugais injustas e violentas que colocavam em risco toda a sua família.

O processo que leva ao rompimento de uma relação conjugal é vivido de maneiras diferentes e tem implicações variadas na vida das entrevistadas. Como observamos, não existe uma uniformidade nas experiências. Elas dependem e estão associadas às diferentes situações que levaram ao término da relação, às condições de vida da família e também às estratégias e às redes de apoio que a mulher possui para conseguir lidar com a nova situação que a separação trará para ela e sua família. Porém, podemos arriscar dizendo que, de maneira geral, o processo é vivenciado como sofrido, mesmo quando esta opção feminina se dá diante de uma situação de ameaça ao seu bem estar, à sua integridade e à de sua família. Entretanto, quando a ruptura acontece numa relação recente, não legalizada, instável e sem coabitação traz menores modificações no cotidiano da mulher e parece ser, talvez por isto, mais rapidamente elaborada e aceita. Quando perguntadas como se sentiram logo após o término da relação, os sentimentos que mais apareceram, no início do processo de reestruturação de suas vidas, foram

geralmente de impotência, carência, solidão e menos valia, porque se viam sozinhas, com pequenos recursos e pouco preparo pessoal para enfrentar a situação:

Levei um ano chorando. Eu não acreditava. Não conseguia fazer nada na minha vida, só chorava. Depois fui me confortando, confortando com as colegas, meus pais. (Entrevistada 1A)

Eu me sinto carente. Eu me sinto muito humilhada, me sinto como se não tivesse sido amada, mal-amada, ele não teve consideração comigo, não teve nem um pouquinho de respeito comigo. (Entrevistada 6A)

Eu me sinto carente, eu sinto falta, falta de alguma coisa que eu não sei explicar o quê. (Entrevistada 7A)

É horrível, horrível tá sozinha! Você num ter ninguém pra passear de mão dada no meio da rua, tomar um sorvete, ir a um cinema ou um shopping, fazer compra no supermercado, na feira. É horrível você fazer tudo sozinha! (Entrevistada 13B)

Estar sozinha pra mim é chegar em casa, parar e pensar: Meu Deus, será que num vai ter ninguém pra me assumir e assumir meus filho? (Entrevistada 14B)

Pó, me senti traída! Pra mim, parecia que o mundo tinha desabado em cima de mim. Até hoje, não consigo acreditar. Porque meus pranos era que eu tivesse a minha família, fosse viver pro resto da vida e, até hoje, eu não consigo entender porque tenha acontecido tudo isso. Tem 4 anos já. Eu não sabia como recomeçar a vida porque tudo era nós 2. Pra mim foi um choque porque o pequeno (filho) tava com 4 meses. Eu tenho uma mágoa muito grande dentro de mim, você ser traída. (Entrevistada 15B)

No caso das mulheres entrevistadas, a vulnerabilidade vivida por elas com a ausência da figura masculina parece estar muito mais ligada a uma questão concreta de sobrevivência, de manutenção familiar, de falta dos recursos que o homem trazia para casa, do que à questão da segurança que a presença masculina confere ao domicílio ou à do exercício da autoridade sobre a família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. A presença masculina nos seus lares, inclusive, ao contrário de segurança, freqüentemente estava associada à violência e ameaça ao bem estar familiar. A ausência masculina e a necessidade de sobreviver com seus próprios recursos, contudo, fizeram com que muitas das mulheres

entrevistadas encontrassem força e coragem para superarem a situação, elevando sua auto-estima e produzindo um desejo de autonomia e independência financeira pelo menos em relação à figura masculina. Apesar desta busca não estar diretamente voltada para a realização pessoal, acabou gerando uma maior autoconfiança e capacidade de enfrentamento de dificuldades.

Quanto a novos relacionamentos, a maioria das mulheres ainda pretende investir numa nova relação, mas rejeitam a idéia de terem um homem morando em seu domicílio e convivendo com seus filhos e filhas. Temem pela segurança de seus filhos. Há grande receio de abuso sexual, de violência doméstica e também de conflitos entre o novo parceiro e os filhos, entre outras coisas. Estes são vestígios certamente deixados pelo insucesso dos relacionamentos anteriores.

Não pretendo mudar, porque a gente arruma um home pra colocar dentro da nossa casa, é como procurar agulha no palheiro. Porque eu tenho 2 filhos home, tenho 2 filha-muler. Tem pai aí que está estrupando as filha, eu vou botar dentro da minha casa pra fazer com as minhas filha! Não pretendo. Porque eu ainda não encontrei um cara que seja assim: trabalhador, que goste dos meus filho e que queira me sustentar, mas que não queira morar na minha casa, com meus filhos. Eu me sinto bem assim do jeito que estou. (Entrevistada 2A)

Depois que eu tive a minha filha, home pra mim, eu não quero mais; nem pra morar ... pra sair eu não vou dizer que não porque a muler, ela é frágil. Agora pra morar ... nunca mais. Eu tenho medo de um home mexer com a minha filha. Do pai dela não, mas mesmo assim, eu tenho medo porque eu vejo jornais, esse negócio aí de pai tocar filha, eu tenho medo de estrupá filha. Agora, padrasto pra minha filha pode até ser que eu mude a minha mente, mas é meio difícil. (Entrevistada 3A)

Pretendo arranjar outro home. Estou nova ... com certeza ... Não pra morar comigo porque meu filho mais velho não deixa. Meus filho se mete na minha vida porque eu me meto na deles. Então, meu filho mais velho não deixa. (Entrevistada 7A)

Algumas mulheres não querem ter mais homens em suas vidas, ou seja, não pretendem se unir a outros homens e viver com eles sob o mesmo “teto” numa nova relação conjugal:

Não pretendo arrumar mais homem porque eu já tentei várias relações e não deu certo com nenhum, então, eu me fechei pra esse tipo de relacionamento. Eu quero é trabalhar e criar meu filho. (Entrevistada 9B)

É muito difícil ... a gente, mulher com 3 filho arrumar alguém que assuma uma mulher com 3 filho ... muito difícil. Os homens de hoje em dia, quer sair, mas não quer ter mais compromisso, então, pra quê? Eu cansei ... cansei desta vida. Nem tento mais! (Entrevistada 14B0)

Esta recusa pode ser vista como decorrência de um amadurecimento e/ou do fato de não quererem repetir experiências dolorosas, velhas histórias envolvendo alcoolismo, drogas, violência ou infidelidade conjugal. Elas tornam-se mais seletivas e definem um certo nível de relação do qual elas não abrem mão.

No ano passado, eu arrumei alguém, mas esses home num quer compromisso não, só quer brincadeira e eu num tô a fim de brincadeira, meu negócio é mais sério. (Entrevistada 10B)

Eu não arranjei ninguém porque eu penso neles. Eu fico pensando que vai acontecer a mesma coisa que aconteceu. Num sei daqui pa frente, se eu vou ficar sozinha o tempo todo. (Entrevistada 15B)

Outras rejeitam o envolvimento em novos relacionamentos conjugais em função da conquista da relativa autonomia da qual não querem abrir mão. Não desejam repetir ou mesmo arriscar numa relação cuja base não se assente em novos referenciais que parecem envolver respeito mútuo, companheirismo e partilha de responsabilidade.

Eu estou fugindo, fugindo mesmo. Ele não tem uma estabilidade e eu não quero mais isso. Arriscar de novo, não dá. Eu quero alguém com uma estabilidade, pelo menos com um emprego certinho, podendo contar com o pagamento certinho no final do mês. Ele é agradável, não tem vício, mas dentro de casa não dá, não. Só extra assim, para ter relação. Pra mim, é melhor ficar sozinha agora. Eu faço crochê, revendo roupa, apanho roupa de um senhor e revendo. Se puder, vou permanecer sozinha por muito tempo; não estou mais a fim de quebrar a cara. (Entrevistada 1A)

Quanto à questão da sexualidade, a visão prevalente entre as entrevistadas é de que sexo e amor são inseparáveis. Isto é, para se ter prazer, o amor é

indispensável para o sexo. Para o bom andamento da relação, o amor deve estar inevitavelmente presente. O sexo é importante nas suas vidas, mas deve vir acompanhado de respeito, carinho, troca e companheirismo. O bom parceiro é aquele que atende e compreende os desejos da mulher. Para elas é necessária a participação dos dois no relacionamento sexual.

Porque sexo pra mim, não é só sexo, é amor; você tem que se entregar, pra poder se realizar, pra poder se sentir bem depois. Não adianta você fazer sexo pra satisfazer o home e você nada. (Entrevistada 5A)

Eu costumo dizer que a parte sexual é consequência de um amor: a gente se ama, a gente namora, a gente se faz carinho, não estou falando no momento, não. Estou falando no decorrer do dia a gente prepara aquele dia gostoso, falar coisas bonitas, de sussurrar, de chegar do serviço e como é que tá?, um se preocupa com o outro e, depois, que vem o sexo. (Entrevistada 6A)

Sexo tem que ser feito com carinho, com amor, com paixão. É uma necessidade do corpo, mas pra você dar pra alguém, fazer com alguém tem que ser feito com carinho. Não tem carinho, acabou. Era ótimo quando eu me apaixonava. (Entrevistada 9B)

Sexo é uma coisa muito boa, a gente fazer com quem a gente gosta ... nem que seja aquele beijinho rapidinho, mas é com quem a gente gosta, torna uma coisa maravilhosa. Sair pra fazer sexo só por fazer, eu num quero ... fico sem fazer ... tem que ser com quem a gente gosta. (Entrevistada 10B)

Sexo eu acho que tem que ser com muito carinho, não pode ser violento ... conversar ... até chegar o sexo, tem que rolar muita coisa antes. (Entrevistada 12B)

A gente se completou muito bem na cama, não era só prazer pra ele, a gente sempre pensou que tinha que ser pros 2 porque se não, não valia a pena. Foi sempre assim: ele e eu; eu e ele. (Entrevistada 13 B)

Consideramos que dois aspectos, no que diz respeito às relações conjugais são relevantes e merecem ser comentados aqui. O primeiro diz respeito à ruptura conjugal, que, como apontamos, não se deu por uma decisão exclusivamente masculina. O outro é que os níveis de exigência da mulher em relação à convivência com o seu parceiro aumentaram ou, pelo menos, se modificaram, levando-as a não aceitar mais viver nas mesmas condições em que viveram na(s)

relação(ções). Tal fato nos leva a considerar o processo de separação conjugal não apenas em termos de abandono do parceiro e de uma desproteção feminina, como outrora, mas em um momento de transformação, ainda que pouco expressiva, de valores nas relações de gênero. A mulher pobre agora parece buscar uma relação conjugal sem ameaça de violência, mais igualitária, que a faça se sentir respeitada, digna e feliz. Segundo nossas entrevistadas, se isso não for possível é melhor ficar sozinha.

4.3.6 – Categoria 4: Estratégias de sobrevivência e redes de apoio: desafios e limitações

As situações que envolvem a ruptura do vínculo conjugal são muitas vezes retratadas como momentos de muita dificuldade, em que as mulheres se deparam, por um lado, com seus escassos recursos e, por outro, com a necessidade de articular e acionar diversas alternativas para a manutenção da subsistência de seu grupo doméstico. De fato, as entrevistadas, frente à ausência da figura masculina têm que buscar novas formas de sobrevivência para administrar o mais autonomamente possível a condição de chefe do seu grupo familiar:

Daí começou a minha luta com meus filhos. Fiquei desempregada, não deu pra segurar meus filhos todo. Corria pra lá, corria pra cá. Saí da minha casa, fui morar com a minha avó. Era uma briga danada: eu brigava mermo com ela, brigava com a minha irmã por causa dos filhos dela, brigava com as 2 duas gêmea que estavam ficando mocinha e não queria fazer nada. Era uma briga só. Minha vida depois disso, deu um nó. Eu consegui me equilibrar. Minha cunhada mandava as coisa de lá pra cá (de Caxias), meu pai me ajudou muito e me ajuda até hoje (meu pai é 10!), minha avó também, no que ela pode. E a gente vai levando a vida. (Entrevistada 2A)

Esta situação coloca estas mulheres frente a diferentes desafios que, à medida que são ultrapassados, vão fazendo com que suas identidades se

transformem e ganhem contornos mais independentes. Como assinala Vaitsman (1997), *“a necessidade de a mulher tomar decisões para poder manter a família coloca em xeque e limita concretamente as possibilidades de construção de uma auto-imagem de dependência enquanto algo próprio de uma natureza feminina”* (p.316). Entretanto, a quebra da relação de dependência feminina com o ex-companheiro dependerá fortemente da rede de apoio existente, bem como da capacidade feminina de autogestão do grupo familiar e de construção de estratégias para a captação de recursos e viabilização da manutenção do lar.

Cabe ressaltar aqui, contudo, que as mulheres entrevistadas, após a separação nem sempre se tornaram mais vulneráveis economicamente, até porque, freqüentemente, a contribuição dos seus ex-companheiros para a manutenção familiar já vinha sendo bastante prejudicada por fatores como alcoolismo, conflitos familiares, desemprego ou mesmo pela ocorrência de relacionamentos com outras mulheres. Como aponta Macêdo (2001),

A supressão da presença masculina em um grupo doméstico pode não significar, necessariamente, maior carência econômica, mesmo que o homem desenvolva atividade remunerada. Inclusive, em alguns casos, essa presença pode estar significando um pesado ônus, pois o dinheiro masculino é muitas vezes redirecionado para consumo próprio e para fora do grupo doméstico (p.71).

Porém, para algumas mulheres, o rompimento acarretou condições de sobrevivência mais difíceis, sobretudo quando a mulher estava desempregada, quando o homem antes do rompimento desempenhava um importante papel na manutenção da família, ou quando o motivo do término da relação estava justamente ligado ao aumento da família, isto é, a uma gravidez não planejada.

Cabe ressaltar aqui, no entanto, que independente da situação em que o

rompimento se deu, a sobrevivência e a qualidade de vida futuras do grupo familiar dependem fortemente do tipo e da estrutura da rede de apoio com a qual as mulheres podiam contar. Este apoio pode ser formal ou informal, individual ou comunitário, público ou privado e pode ter vindo de familiares ou extrafamiliares. Também é importante o grau e a frequência desse apoio, porque é em função dele – de sua eficiência ou não - que estas mulheres constroem ou tornam viáveis suas estratégias de vida e de sobrevivência.

Em nossas entrevistas, encontramos situações na vida das mulheres entrevistadas tanto de ausência quase total de uma rede de apoio como de presença bastante efetiva da mesma. Quanto à origem da ajuda, percebe-se que ela vem, em muitos dos casos, do próprio grupo familiar, quase sempre de um membro feminino da família da mulher. As mulheres aparecem frequentemente como as pessoas centrais na constituição das redes sociais de ajuda mútua, intercâmbio e solidariedade. Já os tipos de auxílio recebidos pelas mulheres entrevistadas pouco variaram nas famílias estudadas, restringindo-se, geralmente, àqueles ligados diretamente à sobrevivência das crianças. A ajuda acontece, na maior parte das vezes, sob a forma de auxílio financeiro ou fornecimento de alimentos, roupas e outras necessidades básicas. São ações isoladas, eventuais e de caráter mais individual que nem sempre, têm a duração necessária ou são suficientes para o sustento da família. De maneira geral, dependem muito mais da iniciativa e busca da mulher do que do oferecimento espontâneo do grupo ao qual ela pertence. Porém, independente do tipo, da origem e da forma de ajuda, cabe enfatizar que as redes de apoio são essenciais para a sobrevivência destas famílias, principalmente as mais pobres, como é o caso daquelas pertencentes ao grupo de moradoras da zona norte da cidade. Assim nossas entrevistadas se referiram à ajuda que recebem ou receberam:

Eu vivia um pouquinho melhor quando eu tinha minha mãe e meu pai, mas os 2 morreram. (...) Eles me ajudavam muito, muito mesmo; no entanto, eu moro na casa deles até hoje. Quase tudo que eu consegui na minha vida até hoje ... criar meus filhos foi porque minha mãe tinha pensão do meu pai e agora eu não tenho nada. Agora eu vendo uma coisa aqui outra ali e tenho minhas 2 irmãs que me ajudam. (Entrevistada 1A)

Tá faltando lá em casa, eu peço a ela (avó) e final de semana eu vou lá, converso com meu pai, meu pai faz uma comprinha básica pra mim: arroz, feijão, óleo, açúcar. Eu fico com vergonha de tá sempre pedindo a ele, aí, o que que a gente faz? A minha irmã recebe o cheque-cidadão. Ela tira alguma coisa e me cobre. Arroz e feijão, graças a Deus, lá em casa não falta. (Entrevistada 2A)

Minha vida é triste. Não tenho família. Sou sozinha no mundo. Minha mãe morreu eu tava com 14 ano, mas meu pai me abandonou por causa duma muler e até hoje, eu num achei. Eu num conto com o pai dos meus filho. Luto pra ter o que eu tenho. É o maior sufoco que eu passo, mas minha casa tem de tudo. Antes de eu começar a trabalhar eu tava passando sufoco. Passei fome, mas não deixei minha filha passar ... porque eu pedia à madrinha, aos vizinho. Agora, não; porque está dando pra controlar, eu estou trabalhando ... mas minha vida é dura ... não é mole. Procuro me manter ... e dar o melhor pra ela. Não deixo ela passar necessidade. (Entrevistada 3A)

Pra sustentar minha família, minha irmã me ajuda (mora em Bonsucesso), compra sal, leite, arroz, feijão; também tem uma sobrinha minha, que era sobrinha do falecido, que me dá uma cesta básica. Eu fui lá, sábado. Tem mais de um ano que eu tô assim, os pessoal da minha família me dando as coisa. (Entrevistada 8A)

Pelo meu lado, eu não tenho uma família para apoiar e nem a família do pai. Enfim, é uma criança que depende da vizinhança com quem eu convivo e ele também. (Entrevistada 9B)

Minha mãe que me dá uma ajudinha quando eu preciso ... comida quando falta ... porque eu tenho um filho na adolescência e já viu como é que come. Ele (marido) foi embora, eu grávida, passando mal, com 5 meses. (Entrevistada 10B)

Em relação às estratégias de sobrevivência e às condições de vida de nossas entrevistadas, encontramos resultados distintos para os diferentes grupos estudados. A maioria das moradoras da zona norte tem seu cotidiano marcado pela ausência quase total de recursos. Quatro delas não possuem qualquer tipo de renda, ficando a sobrevivência de suas famílias dependente da solidariedade dos vizinhos, familiares e amigos. Porém, assim como elas, suas próprias famílias e as pessoas da comunidade, em geral, também sobrevivem com pequenos recursos

econômicos, não tendo, por isso, muita condição de ajudá-las. Desta forma, para garantir a sobrevivência do núcleo familiar, três delas tiveram que dar seus filhos para outros parentes criarem, duas vivem de doações de alimentos e roupas de familiares e amigos, uma depende do salário de um dos filhos e de doações de alimentos e roupas, e apenas duas vivem de seus salários. As redes de apoio e as condições de vida das moradoras da zona sul são um pouco melhores; grande parte delas possui algum tipo de renda. Além disso, suas famílias são mais presentes, seja contribuindo financeiramente, seja dividindo suas casas ou ajudando nos cuidados das crianças. Apenas uma das moradoras da zona sul não tem recursos próprios e depende totalmente da ajuda dos pais.

Apesar das diferentes formas de conquistar e receber ajuda, para nossas informantes, de certa forma, as estratégias de sobrevivência são mantidas através de uma lógica baseada na idéia de reciprocidade, em o que conta nas relações sociais é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam sua existência. No entanto, estas relações não acontecem sem conflito, como podemos ver nos relatos a seguir:

Não vou ficar dependendo da minha irmã toda vida. Igual a minha irmã ... meu gás acabou ... fiquei 3 dias sem gás. Aí, eu falei: G. [filha], vai lá, na sua tia, fala pra ela mandar 10 reais pra mim comprar o gás. E ela [irmã]: Fala pra sua mãe que eu não tenho 10 reais porque eu estou pagando o armário dela. Quer dizer, eu não mandei ela comprar armário pra mim, eu tava com um lá, ruim ... mas depois que eu pegar o dinheiro do falecido ... eu vou comprar minhas coisinha ... eu vou aumentar minha casinha. (Entrevistada 8 A)

Eu sou uma pessoa que gosto de ser independente pra ninguém jogar na minha cara. Quando ela [mãe] joga na minha cara eu falo: Ainda vou ter a minha casa! Mas eu choro pra caramba! Tem que pedir as coisa os outro que tá faltando ... eu num gosto. Eu peço a minha mãe porque mãe é mãe, mas, de vez em quando, joga na cara. (Entrevistada 10B)

No trabalho desenvolvido por Carvalho (1998), no caso das famílias mais pobres do grupo por ela estudado, os dados encontrados apontam como assinala a

autora “*que os sistemas de relação de reciprocidade estão se tornando de clientelismo*” (p.31). Em nosso estudo, não chegamos a constatar exatamente este mesmo tipo de relação nas famílias pesquisadas, mas nota-se um certo laço de submissão pessoal a quem oferece ajuda e um desconforto em relação a esta situação. Em decorrência possivelmente deste sentimento de “mal estar”, as mulheres entrevistadas tentam, a cada momento de suas vidas, buscar, negociar e reconquistar por si próprias os recursos fundamentais para a sobrevivência familiar frente à instabilidade das redes de apoio.

Segundo Sarti (1995), os pobres urbanos, apesar de apresentarem um desejo de melhoria de vida e de mobilidade social – que se apóia numa perspectiva individualista, própria do processo de complexidade das sociedades capitalistas atuais – ainda estão muito presos à lógica da reciprocidade, baseada em valores mais tradicionais da sociedade. Esta cultura “individualista” da sociedade contemporânea na qual o pobre está inserido - que valoriza e coloca em primeiro plano os interesses do indivíduo, negligenciando ou subordinando a totalidade social -, segundo a autora, se torna problemática no caso dos pobres, devido à sua obrigação moral de reciprocidade com relação aos demais. Desta forma, a afirmação individual aparece como uma incongruência em seu universo moral, em que os elos de obrigação em relação a seus familiares devem prevalecer sobre os projetos individuais. Pois, muitas vezes, é através destas relações que os pobres obtêm os recursos necessários para sobreviver. Contudo, a incorporação pelos pobres, ao longo de suas vidas, de um conjunto de novos valores individualistas com a concomitante permanência dos antigos sistemas de relação de reciprocidade pode desencadear neles um conflito, decorrente da coexistência, em um mesmo sujeito, de dois mundos diferentes e, por vezes, antagônicos (FIGUEIRA, 1985; NICOLACI-DA-COSTA, 1985; VAITSMAN, 1997). Portanto, apesar de seus

recursos escassos, da necessidade de consumo imposta pela sociedade atual e da instabilidade econômica, social e política, eles ainda oscilam, muitas vezes, tanto em aceitar o oferecimento de auxílio como em pedir ajuda a vizinhos e familiares. Assim segundo Soares (2001),

As famílias chefiadas por mulheres acabam por terem que criar condições próprias para que sobrevivam. No processo, conseguem recursos pontuais, finitos e possivelmente, eventuais, provocando vulnerabilidade e fragilidade, dada às características destas resoluções (p.143).

A manutenção da família após a separação é dificultada pela ausência dos pais das crianças, tanto do ponto de vista financeiro como afetivo. E, segundo as nossas entrevistadas, a única maneira possível desse apoio por parte do pai acontecer nestas situações seria haver meios eficientes para forçá-lo a isso. No entanto, como abordamos anteriormente, são poucas as iniciativas femininas de pedidos judiciais por pensões alimentícias, pois nossas entrevistadas afirmaram se sentir desconfortáveis nesta posição, alegando que gostariam de receber uma ajuda espontânea de seus ex-companheiros:

Eu fico dependendo de pedir. Ele trabalha ali no ponto e todo dia tira um dinheirinho e eu fico dependendo de chegar perto dele e tá ... faltando um alho, um arroz, um leite ... tá faltando uma fralda. E isso, pra mim, é o fim do mundo. [...] O mal dele é ele não chegar e falar: toma, vai comprar o que precisa! Eu tenho que chegar lá e falar: tá faltando o leite, a fralda acabou, compra uma carne moída porque as crianças já estão enjoadas de comer frango. (Entrevistada 6A)

Eles têm pai ... o pai num dá nada ... quando bota na justiça não dá em nada! Precisa de um caderno. Ah, mãe meu caderno acabou.
– Num tem, meu filho. Aí, pede o padrinho, pede os tios ... ninguém tem. Aí, o garoto tem que empurrar um carro (no Ceasa), limpar um carro, engraxar um sapato ... moleque de 16 ano ter que engraxar sapato! (Entrevistada 7A)

Eu tenho que bancar de tudo, sozinha ... num tenho ajuda dele (marido) pra nada! (Entrevistada 13B)

Uma das estratégias escolhidas por 5 das nossas entrevistadas, para lidar com a necessidade de subsistência familiar foi enviar um ou mais de seus filhos

para a casa de outros familiares que tivessem maiores recursos para criá-los, mediante o compromisso de, quando a situação econômica delas melhorasse, poder buscá-los e tê-los novamente em seu convívio familiar. Uns foram para a casa das avós e outros para a casa das tias. Entretanto, não foi observada, no caso de nossas entrevistadas, a questão, apontada por Macêdo (2001) e Salem (1981) das “famílias de criação”, isto é, em que as mães elegiam as filhas mais velhas como a criança que seria dada para a “adoção”. Nos casos estudados pelas autoras, a escolha materna estava baseada no fato destas crianças serem as que melhor poderiam auxiliar na prestação de um “serviço doméstico disfarçado” nessas famílias. Pois, embora elas tenham sido entregues a outros como filhas e não na condição de empregadas, nestes novos lares, lhes eram atribuídos, os cuidados com a casa e com as crianças menores. No grupo por nós estudado, a escolha do filho a ser “doador” não foi realizada com base na possibilidade de aumentar a aceitação da criança pela outra família, uma vez que ela poderia ajudar nos trabalhos domésticos do novo lar. Muito pelo contrário, a escolha se baseou no que era melhor e mais viável para a família materna e melhor também para a criança. Assim, a escolha não foi definida nem pelo sexo nem idade da criança como ocorreu nos grupos estudados por Macêdo (2001) e Salem (1981), como se pode observar nos seguintes depoimentos:

Eu tava no maior sufoco. Aí minha mãe falou: Deixa eu ficar uns tempo com ela e depois você pega ela. Tá, mãe, pode levar. Quando ela fez 2 ano, minha mãe veio aqui, com ela. Só que minha mãe saiu e deixou ela comigo. Ela só ficou chamando a minha mãe. Mainha, mainha, cadê minha avó? Ela num vai vim, não? Quando minha mãe chegou, eu falei: Mãe, deixa ela aí? Só se for pra matar seu padrasto. Ela só sai da minha mão, casada! - minha mãe falou. Então, tá, mãe, leva. (Entrevistada 8A)

A minha filha de 7 anos mora com minha cunhada e a de 6 mora com a minha ex-concunhada – era mulher do meu cunhado, que a minha filha também chama de mãe. Elas foram para lá porque eu fiquei desempregada e o meu filho já era grande (9 anos) e elas menorzinha. Não tava dando para eu segurar os 4. Eu sentei com as minhas cunhada, conversei com elas e elas falaram pra mim: Não, você

deixa elas aqui e depois que você melhorar, você pode panhar elas.
(Entrevistada 2A)

As instituições, públicas ou privadas, raramente aparecem como rede de apoio. As informantes concentram as suas solicitações de ajuda principalmente em pessoas concretas com as quais mantém ou mantiveram vínculo direto. A presença do Estado, do poder público, compondo a rede de apoio a estas famílias é quase inexistente. Apenas 3 famílias recebem o cheque cidadão (R\$100,00). Entretanto, algumas entrevistadas relatam que determinados benefícios oferecidos pelo Estado, ainda que sozinhos não sejam suficientes para a sobrevivência do núcleo familiar, podem ajudar na sua manutenção, como é o caso do cheque cidadão, da bolsa escola, da cesta básica e, inclusive do acesso das crianças à creche. Isto porque, embora todas estejam procurando trabalho remunerado, metade das entrevistadas não exerce nenhuma atividade remunerada e, portanto não possui renda própria com a qual poderia garantir sozinha o sustento da família, ficando, conseqüentemente, mais dependente de algum apoio, qualquer que seja ele. Assim algumas de nossas entrevistadas se referiram a essa questão:

Mas eu ligo lá pra Bahia, falo com ela. Ela vai vim mês que vem ca minha mãe. Se já tivesse a creche, naquela época ... eu num deixava ela ir (morar com a avó na Bahia). Eu me sinto preocupada se ela vai querer ficar agora comigo ... não conhece nem os irmão direito. (Entrevistada 2A)

Agora, com esse cheque (cidadão) que tá vindo, é uma ajuda. Eu vou lá, compro o grosso (cesta básica), porque é 100 reais, e com o aluguel, do dinheiro do cabelo que eu vou recebendo eu compro outras coisas. (Entrevistada 5A)

Eu tô desempregada. Só ganho o cheque-cidadão ... só isso. É com ele que eu tenho sustentado eles, só que não dá quase pra nada porque chega 15 dia termina. Aí, eu entrei no PROJETO aqui da Creche, pra mim ganhar 2 cesta básica, pra me ajudar porque chega 15 dia, a comida lá em casa acaba. Eu venho aqui e pego, às vezes, nem tem creche, mas a diretora da creche me dá. (Entrevistada 7A)

A falta de apoio na hora de conciliar o trabalho fora de casa com os cuidados com as crianças é também um fator bastante enfatizado pelas mulheres

chefes de família. Uma das dificuldades apontadas por elas na obtenção de um trabalho fora de casa é não ter onde e nem com quem deixar as crianças, durante o horário de expediente, o que agrava ainda mais quando os filhos adoecem:

O mais difícil era procurar trabalho com o pequeno em casa. Agora é que eu consegui botar ele na creche, tem uns 20 dias. Eu não tinha como sair. (Entrevistada 1A)

As dificuldades são os horários do Colégio, da creche e do meu trabalho que nunca se batem e quando eles adoecem que eu tenho que faltar o emprego, eu fico doida e tenho que me virar aqui, fora do emprego pra não deixar faltar nada pros dois. (Entrevistada 13B)

O mais difícil é ter que sair pra trabalhar quando, às vezes, não tem escola, não tem creche e ter que arrumar alguém pra ficar com eles. Isso é muito difícil pra mim! (Entrevistada 15B)

Outro empecilho bastante freqüente na conciliação do sustento da casa e do cuidado das crianças, no caso das mulheres que têm filhos freqüentando a creche comunitária, é que o horário de entrada e saída da creche não se ajusta à jornada normal de trabalho de uma pessoa, normalmente de 8 horas por dia. Fazer a conciliação entre os dois implica quase sempre em envolver uma terceira pessoa para suprir a diferença de horário e, assim, arcar com as despesas do pagamento destas, o que nem sempre é viável:

A maioria das firma que emprega tem que pegar 7 da manhã até as 5 da tarde. Pra mim, eu teria que pegar um pouquinho mais tarde porque 7 hora é a hora que eu tenho que trazer meu filho pra creche e 5 hora da tarde eles largam. Aqui, a tolerância é até 5 e meia, se passar, eu vou pro Conselho (Tutelar). Nossa Senhora! Se eles fizer um levantamento da minha vida, eu perco meus filho todo. Aí, eu não vou agüentar! A maioria dos emprego a gente tem que sair depois das 5. O pior é isso! O que eu mais precisava nesse exato momento é de um trabalho. (Entrevistada 2A)

Quase que na totalidade dos discursos das entrevistadas o desejo por uma vida melhor e mais digna para si e seus familiares é o que mais prevalece. As dificuldades de sobrevivência, como aparecem nos discursos das entrevistadas, passam pelas necessidades mais elementares, como alimentação, saúde,

educação e moradia, bem como por outras questões como lazer e esportes:

A maior dificuldade é eu não poder dar uma vida melhor pros meus filho. Eles vive bem de saúde, tem alimento, mas eles não vive 100%, ó, que maravilha! Eles não têm uma casa legal, na idade deles, eles precisa de uma casa legal, eles num têm um alimento 100%. Quando eu vou trabalhar e meu filho começa a chorar, eu digo: Meu filho, mamãe vai trabalhar, trazer um arroz com feijão pra você ... um biscoito ... que a minha filha ... quando eu morava com o pai dela, não tinha. Às vezes, eu tinha que bater na porta dos outro pra dar um prato de comida pra minha filha. Eu me sinto uma pessoa muito sofredora. A vida que eu tô vivendo, eu não queria viver, queria ter ... sei lá ... queria ter uma vida melhor ... dar do bom e do melhor pra meus filho ... ficar mais com meus filho ... queria isso. (Entrevistada 4A)

Dificuldade é não poder dar a eles o que eles me pedem (comida). (Entrevistada 5A)

A dificuldade é num ter as coisa direito dentro de casa pra dar pra elas comer. (Entrevistada 8A)

O mais difícil é num ter alguma coisa pra ele comer, que ele pede. Ultimamente, eu tenho contado o dinheiro direitinho pra comprar um doce, uma fruta, um leite. É ter que correr pra lá e pra cá, cuidando de criança ... aí, a minha mente fica embaralhada. (Entrevistada 12B)

As dificuldades são todas porque eu quero dar uma coisa melhor pra eles, não posso. Meu filho mais velho é doido pra fazer futebol, eu não tenho condições de colocar, mas eles me pede. Ela queria fazer balé, ginástica rítmica, até o pequeno já pede pra fazer futebol e eu não tenho condições. Eu fico triste querendo dar o melhor pros meus filhos porque se eu vivesse com o pai deles, eu tenho certeza que teria condições; seria mais fácil. (Entrevistada 15B)

Elas querem trabalhar e, com os seus próprios recursos, poder garantir a sobrevivência das suas famílias, porém são muitas as barreiras que têm que transpor para conseguir atingir essas metas, a primeira delas é, inclusive, encontrar trabalho:

O mais difícil é porque eu tô desempregada ... o mais difícil! O que mata mais, me deixa mais nervosa é quando eu tenho que depender de alguém. Pra você comprar um focho (fósforo). (Entrevistada 10B)

Eu me sinto mal por esse desemprego porque às vezes, eu quero comprar uma coisa pro meu filho e, às vezes, num tem ... ele me pede as coisa cara e eu num posso dar a ele e ele fica olhando os colega dele tudo com boneco caro e a mãe dele não pode dar. Às vezes, eu me sinto mal. Isso não é muito importante – dar o boneco pra ele, mas vendo ele feliz, eu também fico feliz, vendo ele bem, com

o brinquedo que ele gosta, eu me sinto bem. (Entrevistada 11B)

Quer dizer, se eu não trabalhar, meus filhos passam fome. No dia que eu estou desempregada ... já fiquei 2 meses sem trabalhar, minha filha e meus filhos quase passaram necessidade! Mas um ajuda daqui, outro ajuda dali, mas não é como se você tivesse trabalhando. É mais quando eles me pedem alguma coisa que num tá no meu alcance ... dá vontade de chorar! Eu falo que “num dá, espera eu receber, pagar as dívidas, depois ... eu compro o que vocês quiserem. (Entrevistada 14B)

De maneira geral, a existência de uma rede de apoio do Estado sólida não aparece no discurso das entrevistadas. Ao contrário, suas vidas, neste sentido, são bastante solitárias. A sobrevivência tem que se dar, então, na ausência de um planejamento social e de políticas públicas que possam incluir a família. Ela é, assim, bastante difícil e garantida apenas pelos pequenos recursos dessas mulheres, de seus familiares e, menos freqüentemente, da vizinhança. As soluções dos problemas acabam se dando muito mais a nível individual do que social, mesmo nos casos em que a ajuda do Estado deveria acontecer.

Entretanto, o poder público se faz presente na vida de todas as mulheres entrevistadas em pelo menos em um ponto, na medida em que um ou mais de seus filhos freqüentam creches públicas conveniadas com a Prefeitura. Todas as mães entrevistadas se consideram privilegiadas por terem tido acesso a este benefício, que é, na verdade, um direito delas e se sentem, por isso, “incluídas” nas políticas públicas, embora estejam excluídas de todo o processo decisório e político que envolve o Programa. A visão que as mães possuem da creche é a mais tradicional possível: um espaço para deixar seus filhos enquanto trabalham ou procuram trabalho, um lugar que os alimente, que cuide deles e que os afaste dos perigos da rua. A creche não é pensada como um ambiente pedagógico. A opção das mulheres entrevistadas pela inclusão da criança na creche não se dá em função da aprendizagem e dos conhecimentos que ela pode obter, da possibilidade de

ampliação de suas habilidades e de um maior desenvolvimento de seus filhos, mas, antes, ela se deve à necessidade de sobrevivência, que inclui a possibilidade da mãe poder trabalhar fora de casa e/ou da criança ter acesso a uma alimentação fornecida na creche, como podemos observar nos discursos de quase todas as entrevistadas:

Porque com ele aqui, quero ver se consigo arranjar um serviço. Porque com ele em casa não tinha como. (Entrevistada 1A)

Eu falava, eu levo meu filho pra creche porque na creche tem leite, tem biscoito, ele passa o dia todo; à noite eu dou janta pra ele. E também, eu vou trabalhar ... o tempo que ele ficar na creche dá pra mim fazer uma faxina ... antes das 5 hora, eu venho e panho ele. (Entrevistada 2A)

Porque eu trabalhava, eu não tinha com quem deixar; eu deixava ela na mão dos outro e eu achava que não era igual à creche ... assim que a creche saiu e era menos porque a muler que eu pagava, ela queria 100 reais ... eu não tinha condições... por mês... aí, eu botei na creche mais também ... pra me ajudar no meu bolso e ... aqui ela tem carinho, não maltratam, não vejo ela triste. (Entrevistada 3A)

Eu coloquei porque eu tinha que trabalhar e não tinha ninguém pra ficar com ele. (Entrevistada 4A)

Porque eu tava querendo trabalhar e, na época, eu já deixava os meus 2 filho com os outro. (Entrevistada 5A)

Porque eu fui trabalhar numa firma de comidas congeladas lá, na Tijuca eu coloquei ele aqui (creche). (Entrevistada 6A)

Porque eu tava trabalhando e não tinha quem tomar conta dos gêmeos e da nenenzinha. 100 reais pra tomar conta... eu não pago mesmo. Num tem nem como! (Entrevistada 7A)

Pra mim trabalhar. Igual a minha filha que tá ca minha mãe na Bahia ... ela num veio pra creche (...) eu não tinha como sustentar ela e não tinha creche. (Entrevistada 8A)

Foi por condições financeiras que eu não tinha de pagar uma particular. Eu botei ele na creche pra trabalhar. (Entrevistada 9A)

Porque eu num tenho ninguém pa tomar conta dela. Como é que eu podia trabalhar se não fosse a creche? Eu fico desesperada quando num tem aula na creche. (Entrevistada 10B)

Por causa da necessidade de procurar um emprego e correr atrás de batalhar. (Entrevistada 11B)

Porque eu num tenho com quem deixar ele e a creche fica com ele esse tempo todo pra mim ir trabalhar. (Entrevistada 12B)

Porque eu precisava trabalhar e como eu num tinha com quem deixar, eu tinha que dar uma solução ... num dava pra levar junto, então, eu botei ele na creche. (Entrevistada 13B)

Eu trabalho ... minha irmã num pode olhar ... então, ela tá segura aqui. Com a minha filha de 11 ano, ela num pode ficar porque ela num tem responsabilidade nenhuma e aqui ela fica de 8 às 5. A hora que eu chego em casa, ela já tá em casa, de banho tomado, sai daqui jantada, então, ajuda bastante. (Entrevistada 14B)

Porque eu tinha que trabalhar. (Entrevistada 15B)

Ela ia ficar em casa, num ia aprender nada porque em casa não dá pra ensinar. Ia pra casa dos outro e eu ia ficar com muito medo porque ninguém cria seus filhos como você toma conta e a creche é uma mãe. (Entrevistada 16B)

Toda esta discussão leva-nos a questionar o papel do Estado na vida social, pois estas iniciativas isoladas demonstram uma ausência de projetos que realmente acolham, em seus vários aspectos, as necessidades reais das famílias pobres, pelo menos as daquelas que se encontram em situação mais crítica. Os direitos do cidadão, assim, acabam sendo vistos como favores prestados pelo Estado, e alcançar melhores condições de vida como algo decorrente do esforço individual, inferiorizando, desta forma, quem não tem oportunidade de acesso a uma vida mais digna. Como aponta Carvalho (1995 citado por WANDERLEY, 2001),

A cultura da tutela e do apadrinhamento, tão enraizada no cenário brasileiro, nada mais é que a ratificação da exclusão e da subalternização dos chamados beneficiários das políticas públicas. Por mais que discursemos sobre o “direito”, na prática, os serviços das diversas políticas públicas, ainda se apresentam aos excluídos e subordinados como um “favor” das elites dominantes (p.24).

Além disso, as famílias que se encontram mais pauperizadas deveriam ter acesso não somente aos bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência, mas também aos que possam concorrer para uma melhoria de sua qualidade de vida. Isto deveria envolver, inclusive, uma participação mais ativa e consciente da comunidade na escolha desses benefícios e um engajamento na sua gestão que viesse assegurar não apenas a qualidade dos serviços prestados como também

acompanhar para que eles atendam efetivamente aos interesses reais da coletividade. Com aponta uma das nossas entrevistadas,

Quem mora no morro é porque precisa e não tem uma ajuda de ninguém porque eles agora vão vir ... os deputados ... vão vir pro morro: faz isso, faz aquilo ... não ajuda ninguém ... que vai isso, que vai dar aquilo e aquilo-outro. E nós tamo aqui, esperando eles. Na nossa Comunidade não tem um Posto de Saúde, o mais próximo é em Coelho Neto e lá na Lagartixa (favela). Às vezes, precisa de um carro e não tem. Se a gente não cair na pista, lá embaixo, pedir uma carona pra levar pro hospital, não tem carro, uma ambulância. Eles (autoridades) fala assim: os traficantes infrui, mas a nossa comunidade infrui mais ainda porque os grande que pode ajudar, não ajudam. Presidente, Governador, até Prefeito podia ajudar, mas não ajuda. Eles ficam falando que, no morro quando eles sobe, eles são recebidos a tiro. Não. Não é não. Eles é que chegam já dando tiro. Sabe por quê? Porque não tem ninguém. Eu queria que botasse um deles que tem dinheiro para morar no morro durante 15 dias pra eles ver como é que é, a nossa vida. Tem muitos que tá descendo pra trabalhar e os poliça pára eles pra dar tapa na cara. Nós, os moradores, não temos o que dizer dos traficantes porque eles respeita a gente muito mais do que muitos políticos e muitos poliças que sobe o morro. Qualquer morador, o que precisar, eles estão pronto pra servir. A gente não pode contar com os outros, tem que contar com eles mermo. (Entrevistada 2A)

Segundo Vêras (2001), as classes menos favorecidas vão sentindo, gradativamente, que estão sendo excluídas, pois não têm acesso à saúde, ao trabalho, à educação, à segurança, enfim perdem conquistas que foram construídas ao longo de décadas, por força de movimentos sociais e políticos no país. Muitas conquistas dos trabalhadores, das mulheres, das minorias, dos excluídos já estão asseguradas em lei, porém ainda não foram postas em prática, seja por falta de interesse, excesso de burocracia, ou falta de um maior compromisso ou engajamento social. Assim, no lugar do Estado, outras redes vão sendo tecidas e construídas, ocupando o espaço vazio que vem sendo deixado pelo poder público, oferecendo ajuda e assistência, nem sempre, contudo, com o objetivo de oferecer solidariedade, mas sim de manter o poder e a opressão. No centro dessas novas e velhas redes sociais, envolvidas nas suas teias, ficam as famílias pobres. São presas fáceis, pois não têm muito que escolher e poucos são os lugares para onde

ir. Não andam muito pelo mundo, não viajam, vêem somente o que lhes é mostrado. Do espaço restrito que possuem, tentam do pouco fazer muito. Dividem o que falta porque, em realidade, com maior ou menor grau de dificuldade, todos lutam fundamentalmente para sobreviver. Assim, muitas vezes, a busca dos pobres por uma maior autonomia e por um projeto igualitário é profundamente limitada. Conforme assinala Sarti (1995),

No universo cultural dos pobres, não estão dados os recursos simbólicos para a formação deste projeto individual que pressupõe condições sociais específicas de educação, de valores sociais, alheios a seu universo de referências culturais (...). Sua busca em serem modernos, ou seja, de usufruírem a possibilidade, dada por nossa época de conceber e realizar projetos individuais, quando chega a ser formulada, torna-se uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social (p.47).

4.3.7 – Categoria 5: O que elas querem – os sonhos para o futuro

Os projetos de vida das mulheres entrevistadas estão voltados principalmente para a obtenção de um emprego (12 entrevistadas), para o desejo de ter melhores condições de moradia (9 entrevistadas) e para a constituição de uma família nos moldes tradicionais – composta de pai, mãe e filhos (9 entrevistadas), como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

Uma casa minha, carteira assinada, um emprego, meus filho... e eu viver minha vida. Porque isso é o meu sonho. Ser alguém, ter meus filhos, meu marido... mas como isso não dá, ... , uma carteira assinada. (Entrevistada 2A)

O que eu quero da vida é mais arrumar um emprego, um cantinho pra mim e pros meus filho, botar esse outro na creche (recém-nascido), “correr atrás” de emprego porque ... é necessidade, todo mundo tem necessidade de trabalhar, arrumar um canto, ter seu emprego. (Entrevistada 11B)

Meu sonho como mulher é estar bem, profissionalmente; meus filhos num bom Colégio, numa boa creche, tá com quem eu gosto que, no caso, é o pai deles e vivendo bem. Às vezes, eu tenho esperança de

voltar pra ele, mas nada de concreto ... mas eu penso que há uma possibilidade... num sei. (Entrevistada 13B)

Os planos para o futuro são, de modo geral, marcados pela despreensão – trabalho, habitação e família -, isto é, elas querem apenas os direitos mínimos de todo cidadão. Talvez a dureza do cotidiano enfrentada pelas mulheres chefes de família conduza a desejos bastante modestos de um futuro melhor. Assim, na elaboração de projetos de ascensão social, as mulheres entrevistadas tentam construir estratégias viáveis, considerando, para tanto, as barreiras que terão de enfrentar. A realidade vivida impõe-se a todas elas. A crença no progresso e os planos de melhoria de vida encontram seus limites na mesma realidade em que se apóiam para serem formulados. As entrevistadas parecem estar conscientes de uma série de obstáculos que atingem os pobres, em geral, e as mulheres, mães de família, mais especificamente. Provavelmente, o reconhecimento desses obstáculos as torna um pouco menos esperançosas em conseguir aquilo que de fato gostariam de possuir. Em alguns casos, as dificuldades parecem ser maiores que sua vontade, como podemos ver, nos relatos a seguir :

Eu penso que a minha vida vai ser assim, o resto da vida ... enquanto que eu viver, eu vou viver nela ... porque nunca muda. Eu sempre dou de cara na parede ... arranjar um serviço de Carteira assinada. Eu me sinto uma pessoa sofredora. Sei lá ... não tem sorte com nada ... não tem sorte com o marido, nem com nada ... sofredora. Tudo pra mim dá errado, como por exemplo, eu queria, pelo menos trabalhar de Carteira assinada, mas nunca consigo. Hoje em dia, a gente vai numa firma tem que ter o 1º grau. (...) Eu não termino o 1º grau porque não tem quem fique com meus filho. Meu ex-marido só fica de dia, de noite, não. Ele falou que não fica, só durante o dia. Eu me sinto humilhada, arrasada porque todo mundo consegue mudar e eu não! (Entrevistada 4A)

Meu sonho é ter uma família. Eu pensava que eu ia ser mãe do lar ... assim, completo ... com um companheiro, mas eu não tenho muita esperança disso acontecer de novo.(Entrevistada 9B)

Gostaria de trabalhar ni loja ... essas coisa assim ... como vendedora, estoquista ... alguma coisa. Só que eu quase num tive estudo, fui só até a 4ª série e pa trabalhar de balconista, eles pede muito estudo. Às vezes, eu me sinto mal porque quase num tive estudo. (Entrevistada 11B)

Eu queria trabalhar em escritório, mas eu num tive oportunidade, nem tenho tempo porque pra tudo agora é computação. Tem vários cursos, mas eu num posso fazer, pra mim entrar, eu teria que entrar no colégio de novo, estudar mais um pouquinho porque esse curso é da 5ª série, em diante ... então, eu não posso fazer. Eu me sinto triste por não ter estudado. (Entrevistada 14B)

Eu me sinto triste por não ter uma coisa que eu queria muito que era ter estudado porque eu num fui criada pela minha mãe nem pelo meu pai. Fui criada pela minha avó ... com 12 anos, tive que trabalhar ..., trabalhar tomando conta de filho dos outro, na casa dos outro pra mim ir vivendo ... fiquei maor, aí que eu fui estudar um pouco, tive que trabalhar e parei os estudos. Ah, se eu tivesse ainda a oportunidade pra estudar e ser alguma coisa, me formar em qualquer coisa e arrumar um emprego melhor, pra ganhar bem e poder sustentar meus filhos. (Entrevistada 15B)

Os projetos femininos são muitas vezes feitos mais para os outros do que para elas mesmas. São sonhos voltados para os filhos, numa tentativa de evitar que eles passem pelas mesmas dificuldades por que vêm passando. Assim, as expectativas de melhoria de vida não se encontram nas mãos de uma figura masculina, mas sim em si mesmas, em poder dar um futuro melhor para seus filhos, que estão sempre incluídos em seus planos:

Ter um emprego, uma estabilidade pra mais tarde deixar só saudade pros meus filhos, não deixar pobrema, dívida, coisa pra eles pagar. Queria ter a minha estabilidade, mais tarde me aposentar; ter minha aposentadoria pra todo mês ter meu dinheiro certo, meu mesmo, pra não precisar de ninguém, mais tarde. (Entrevistada 1A)

O meu sonho sempre vai ser esse: trabalhar pra cuidar da minha filha, pagar sempre alguém pra olhar ela ... porque eu nunca vou ter condição de ficar em casa, pra olhar ela ... Eu não vou arrumar mais um homem pra me assumir... hoje em dia, vai ser difícil. (Entrevistada 3A)

No discurso delas o projeto individual também está presente; ele aparece quando elas revelam que querem estudar ou melhorar a aparência. Entretanto, na maior parte das vezes, ele está atrelado e submetido às necessidades da família. É comum reconhecerem, com pesar, que não tiveram condição de estudar e que agora já não poderiam fazê-lo. Cabe ressaltar, contudo, que, enquanto

praticamente todas as mulheres moradoras da zona sul (6 entrevistadas) falam que gostariam de estudar, de se aperfeiçoar e obter uma qualificação profissional, nenhuma das moradoras da zona norte manifestou esta vontade:

O que eu queria da vida é ter condições de criar essa criança e estudar, também. Se Deus quiser, para o ano eu volto a estudar. pretendo continuar meus estudos, quem sabe até fazer uma faculdade, mas tenho que pensar no J.P. primeiro, ele tem que ficar com alguém que tome conta dele direitinho pra mim poder voltar a estudar. Eu quero ensinar a ele e eu já não sei mais. (Entrevistada 9B)

Eu tenho vontade de voltar a estudar, mas num dá por causa dos filho. É esperar os filho ficar maiorzinho um pouquinho pa poder voltar a estudar. Eu vejo o tempo passar e nem percebo ele passar. Eu vejo ele passar de uma hora pa outra. Sei lá... ele tá passando e eu ficando. (Entrevistada 11B)

Agora, eu vou acabar de estudar pra ser professora, que eu ainda num desisti. (Entrevistada 12B)

O desejo de estar trabalhando ou de ter uma melhor colocação no mercado de trabalho no futuro aparece no discurso de todas as mulheres moradoras da zona norte e apenas no discurso de 4 mulheres moradoras da zona sul. De fato, o trabalho é visto como a principal, senão a única, possibilidade de ter algum tipo de ascensão social. Nenhuma delas quer ser doméstica e todas buscam a segurança num emprego com carteira assinada ou a independência em um negócio próprio:

Eu desejo ter um negócio pra mim ... ou na área de cabelo, de beleza ou na área gastronômica, que eu andei um tempo fazendo salgadinho pra fora, também ... eu aprendi ca minha tia, fazendo bolo de aniversário, andei fazendo. Depois, é muito ruim que as pessoa nunca queria dar o dinheiro: a metade e depois dar a outra metade... então, eu parei, mas ... se pedir, eu faço. (Entrevistada 5A)

Dona de salão ... de fazer cabelo porque ... na época, eu abri até um negócio lá, pra mim onde que eu moro, mas muito negócio de fiado, fiado, fiado ... então, eu não consegui sair dali de onde eu tava pra ir mais adiante. Eu tinha que ficar ali dentro da favela e eu não queria salão assim. Eu queria salão que, hoje em dia, eu fosse conhecida ... que nego me procurasse ... que tivesse me procurando até hoje. (Entrevistada 7A)

Fiz curso de manicure e tô acabando agora o de depilação pra ver se eu consigo entrar num salão porque ni loja, depois que passa dos 25

(anos), você não arruma. Vou ver se arrumo no salão porque salão pode entrar com qualquer idade.

Meu sonho é entrar num salão bem chic, trabalhar num salão bem chic, ganhar um dinheiro que eu possa juntar pra ter a minha casa ... que eu possa pagar minhas dívida todas no mês que eu fizer e sempre guardar um dinheiro na conta dos meus filho. Eu só quero entrar num salão pra mim ter aquele dinheiro certo porque eu já tô com 32 ano ... ter uma carteira assinada. (Entrevistada 10B)

Eu gostaria de trabalhar em fábrica, de carteira assinada, mas não em casa de família porque é muito cansativo, é muito cansativo. Eu não me sinto bem sem ter carteira assinada; se tivesse, era uma segurança ... a gente num tem segurança nenhuma.

Ah... eu queria ter uma profissão, ganhar um pouquinho mais, pro meus filho ter um pouquinho mais. Só isso!

A vontade que eu tenho é ter um pouquinho mais (de dinheiro), num é nem ser rica ... só ter um pouquinho mais pra poder ter uma vida melhor e dar uma vida melhor pros meus filho. (Entrevistada 14B)

A preocupação com aspectos ligados apenas a elas próprias é quase inexistente nos discursos das entrevistadas. A preocupação com a aparência só aparece no relato de 3 entrevistadas, que desejam ter mais recursos colocar dentes, arrumar o cabelo, ou se vestir melhor, como podemos verificar em suas falas:

Eu me vestir, poder me arrumar melhor, me cuidar eu de mim melhor. Só. Andar bonita, me arrumar bonita. (Entrevistada 3A)

Colocar meus dente, fazer o meu cabelo porque meu cabelo não é assim... ter um produto de salão no meu cabelo ... porque eu não tã em condição de fazer e curtir meus pagode que eu gosto. (Entrevistada 7A)

Meu sonho ... eu quero cuidar de mim, do meu corpo ... queria cuidar dos meus dentes. (Entrevistada 8A)

Um novo casamento, apesar de não ser o principal sonho das mulheres entrevistadas, é bastante presente em seus relatos, sendo que 8 entrevistadas afirmaram que gostariam de encontrar um companheiro "legal" que as tratasse com respeito e as fizesse felizes:

Encontrar uma pessoa boa, legal, que me entendesse e me ajudasse. Porque a gente vem de tantas mágoas que, às vezes, pensa até que não vai encontrar mais ninguém. Me ajudar, olhar meus filhos, conversar com eles. Meu sonho é esse: ter uma família, arrumar uma

família, ter alguém que complete comigo uma família. (Entrevistada 1A)

Ter um parceiro ao meu lado todos os dias pra me manter, pra mim cuidar dele ... ser feliz na vida porque eu não sou feliz. Eu finjo que sou feliz. (Entrevistada 3A)

Eu queria estar com uma pessoa por gostar mesmo, tá ca aquela pessoa, vivendo ca aquela pessoa. Esse é meu sonho: conhecer uma pessoa legal. (Entrevistada 5A)

Meu sonho é que Deus me mostre uma pessoa que realmente me ame porque eu nunca me senti amada de verdade; mas que tenha caráter, que venha me considerar e me fazer um pouco feliz, porque eu nunca fui feliz na minha vida. Minha felicidade está nos filhos, mais nada. (Entrevistada 6A)

É casar, ter um companheiro e ter a minha casa porque o filho, eu já tenho ... quero ter um companheiro que me trata muito bem, pra mim tratar ele e meu filho muito bem. Aí, vai ser 10. (Entrevistada 12B)

A análise dos discursos das mulheres entrevistadas permite perceber que o projeto de vida e a busca de ascensão social são construídos considerando-se a realidade de vida e o contexto social no qual estão inseridas. As mulheres, a partir de uma visão clara do “lugar” que ocupam na sociedade, constroem seus desejos, o que almejam alcançar no futuro e qual o significado de uma vida melhor. Segundo Caldeira (1984),

Pode-se dizer que seus projetos expressam uma avaliação dos mecanismos sociais disponíveis (aqueles a seu dispor), que eles arranjam de maneira a permitir alcançar uma meta, sempre compatível com seu “lugar”. São modelos “para” e “da” realidade. (...) No entanto, há uma grande distancia entre, de um lado, a percepção do funcionamento dos mecanismos sociais e o projeto que se traça com relação a ela e, de outro, a maneira de concretizar esse projeto. Essa distância é a mesma que existe entre um modelo da realidade e a própria realidade. Esta ultima é muito mais complexa e contraditória que o modelo (pp.184-185).

Assim é que, na prática, as entrevistadas são obrigadas a reconhecer que não conseguem fazer o seu projeto de vida funcionar exatamente da forma como gostariam e que seus planos, apesar de “realistas” e modestos, vêm-se constantemente frustrados. Isto, porém, não significa que a situação de pobreza

exclua a existência de aspirações individuais, mas sim que, muitas vezes, a distância entre os planos para o futuro e a realidade as obriga a contínuos rearranjos, à medida que a realidade vai se impondo. Segundo Sarti (1996) *“nesta ambigüidade, neste querer-e-não-poder, os pobres estruturam sua identidade social e constroem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá”* (p.15).

O acesso das mulheres pobres aos valores modernos constrói necessidades, muitas das quais não poderão ser atendidas por falta de recursos. O que elas aspiram é, assim, ao mesmo tempo, vivido enquanto falta. Porém, elas gostariam que, pelo menos, seus filhos tivessem acesso aos espaços de onde foram excluídas. Segundo Caldeira (1984),

Para que o projeto individual possa se realizar é preciso que a sociedade esteja funcionando normalmente, que existam algumas condições sociais, ou seja, que seja possível estudar, que o trabalho honesto seja valorizado, que seja possível poupar e assim por diante. Ao que parece, são essas condições que estão falhando; é difícil conseguir um bom emprego, é difícil economizar (p.184).

Assim, segundo a autora, as mulheres pobres, quando submetem seu plano para o futuro ao “teste da realidade”, este passa a ser oscilante, construído a partir de idas e vindas, uma vez que os dois lados da questão são reais: a percepção do que se quer para o futuro, que não deixa de ser, de fato, o caminho disponível socialmente para a ascensão e a percepção da realidade que, a todo instante, nega a possibilidade de ascensão.

Este processo pode ser identificado quando as entrevistadas falam da importância da educação e das dificuldades que atualmente encontram para conseguir estudar e obter uma qualificação profissional. E, também, quando

expressam o desejo de ter melhores salários ao mesmo tempo em que reconhecem que as pessoas com um maior grau de escolaridade têm mais possibilidades que elas de conseguir salário mais elevado.

Ao que parece, as entrevistadas têm uma percepção bastante realista de sua situação, evidenciando a consciência das barreiras quase intransponíveis que devem ser enfrentadas por elas na busca de melhores condições de vida em uma sociedade rigidamente estratificada. É bem verdade, no entanto, que, embora sabendo que algo entrava os resultados de seus esforços, essas mulheres não desistem, continuam lutando por condições mais dignas de vida para elas e para as suas famílias.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas femininas, nas últimas décadas, foram muitas e relativamente rápidas. As mulheres têm hoje, sem dúvida, maior participação no mundo político e econômico e já escolhem mais livremente com quem e como querem estabelecer suas relações conjugais. Elas foram do confinamento doméstico à ocupação de diferentes postos no mercado de trabalho. Entretanto, tais avanços e possibilidades têm sido alcançados e/ou assimilados de maneira diferenciada pelas mulheres, de acordo com a classe social em que estão inseridas, o grau de instrução que conseguiram obter e a possibilidade concreta de superação das enormes desigualdades de oportunidades ainda existentes em nossa sociedade. Além disso, não podemos esquecer que as desigualdades entre homens e mulheres persistem, tanto na família como nas mais diferentes esferas sociais. Estas desigualdades estão, em grande parte, ligadas as relações de dominação estabelecidas e construídas, ao longo da história, entre os gêneros, que posicionam as mulheres em uma situação desigual nas suas relações familiares e que as limitam nas suas atuações na esfera pública. Seus salários são, geralmente, mais baixos do que os dos homens que desempenham as mesmas atividades, elas ainda ocupam menos cargos de poder e prestígio e continuam a ser vistas como as principais responsáveis pela casa e pela família, o que acarreta, com freqüência, para ela ter que lidar com uma dupla jornada de trabalho.

O processo de industrialização e a conseqüente divisão social do trabalho, que separou a unidade de produção da unidade doméstica, acabou por fortalecer e

naturalizar a divisão sexual do trabalho associada às diferenças biológicas, atribuindo à mulher o espaço privado do lar e ao homem a esfera pública. Como assinala Bruschini (1990), *“a mistificação do papel de esposa e de mãe concretizou-se mais facilmente na medida em que casa e família passaram a significar a mesma coisa (...) enquanto a casa é uma unidade material de produção e consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos”* (p.46). É em função dessa mistura entre casa e família que o trabalho doméstico vai ser considerado com um “não trabalho”, isto é, uma expressão dos atributos femininos. Ele passa a ser visto como se fosse um trabalho realizado para a família, como um não trabalho e, portanto, é considerado sem valor. Na realidade, devemos lembrar que, mesmo após todas as transformações ocorridas em nossa sociedade, nestas últimas décadas, o modelo de família que ainda prevalece é o tradicional. Ao que parece, a maioria das mulheres, pobres ou não, continuam a acreditar que o lar é o seu domínio e que ela é a principal responsável pela sua manutenção. Desta forma, cabe a ela organizá-lo de modo a compatibilizá-lo com sua atividade profissional. Nas palavras de Vaitsman (1994),

Nos lugares e entre os grupos sociais onde a família conjugal moderna institucionalizou-se, isto se deu junto à construção de toda uma cultura familiar que enfatiza a privacidade, o amor materno e a criança, fazendo da mulher a própria encarnação de tudo aquilo que a vida privada e familiar passou a significar no plano do imaginário social (p.31).

Apesar desta análise referir-se à época moderna, os relatos das entrevistadas mostram o quanto estes valores e papéis tradicionais de gênero estão ainda hoje presentes na sociedade. As mulheres pobres chefes de família entrevistadas, em sua grande maioria, buscam encontrar o companheiro ideal, aquele que vai garantir o sustento da família, enquanto elas se dedicam aos cuidados com a casa e com as

crianças. Para elas, a identidade feminina é construída a partir do papel de esposa e, principalmente, de mãe, enquanto tal procura adequar sua vida à sobrevivência da família.

De fato, a situação encontrada e descrita por nós, com respeito às condições de vida das famílias pobres estudadas, não é surpreendente, já que acompanha as tendências observadas no país. Talvez a novidade aqui resida na constatação de que, mesmo na pobreza, ou seja, em situações precárias de vida aparentemente similares, as relações entre homens e mulheres se mantêm desiguais e, por vezes, de forma ainda mais acentuada, levando à constatação de que a maternidade e a educação dos filhos se mantêm sob a responsabilidade feminina, numa sociedade que parece oferecer poucas alternativas para a conciliação destes papéis.

Como vimos, no caso das mulheres pobres e chefes de família a sua condição parece encerrar uma enorme contradição. A vinculação ao mercado de trabalho para essas mulheres não traz grandes benefícios pessoais e nem garante uma mobilidade social, mas, ao contrário, seu engajamento no espaço público aumenta sua carga de trabalho, juntando aos afazeres domésticos o trabalho fora do lar, o que as situa numa situação permanente de dupla jornada de trabalho. Além disso, os salários recebidos por elas são, freqüentemente, muito baixos e, assim, servem, apenas, para a sua sobrevivência e de sua família, não trazendo uma melhoria real na qualidade de vida da família.

Os dados encontrados em nosso estudo sugerem que as famílias chefiadas por

mulheres são mais pobres do que aquelas chefiadas por homens. Isto provavelmente acontece em função de que, nestes lares, a sobrevivência das pessoas depende em grande parte, quando não unicamente, da mulher que, ainda hoje, vive uma situação de discriminação ocupacional e social. Fruto das discriminações de gênero as taxas de atividade e os salários das mulheres chefes de família são bem inferiores aos dos homens chefes.

De fato, as famílias chefiadas por mulheres por nós estudadas apresentaram, na maior parte das vezes, condições de vida mais precárias do que as daquelas chefiadas por homens porque, inclusive, raramente contam com a figura do parceiro para dividir as tarefas domésticas e/ou o sustento do lar como acontece com os homens. A falta de apoio ou ajuda do companheiro/marido, seja para dividir as despesas da casa ou os afazeres domésticos, e a dificuldade em poder pagar para ter estes serviços conduz em, conseqüentemente, a condições de vida bem mais restritas para a mulher do que para o homem chefe de família. Assim, nos lares pobres, a mulher chefe de família tem, então, que se dividir em “mil pedaços” para conseguir conciliar, muitas vezes, o não conciliável – trabalho, família, pobreza, sobrevivência – e, ainda, a realização pessoal. As angústias que esta situação desperta nas mulheres parecem estar ligadas a um modelo de maternidade e de mulher interiorizado, que ainda tem como ideal o papel tradicional da mãe na sociedade.

As mulheres chefes de família estudadas são geralmente mais velhas e menos educadas que os homens que ocupam igual posição em seus lares. Não é raro que muitas delas tenham tido que parar de estudar muito cedo para cuidar dos filhos que tiveram ainda muito jovens e lutar pelo seu sustento e o de sua família. Nas famílias

pesquisadas, os homens, de modo geral, raramente se encontram sozinhos, podendo, assim, sempre contar com as mulheres para cuidar da casa e das crianças e, por vezes, ajudá-los no sustento da família. Já as mulheres encontram-se, na maioria das vezes, sem cônjuge, ou seja, sozinhas para lutar tanto pela sua sobrevivência e a de seus filhos, quanto para dedicar-se aos cuidados da casa e das crianças.

Soma-se a isto o fato de que, embora na média as famílias chefiadas por homens e por mulheres sejam do mesmo tamanho, as mulheres chefes de família têm, sob sua responsabilidade, um maior número de pessoas – crianças e idosos - dependentes delas do que nos demais domicílios visitados. Em decorrência, a mulher chefe de família tem que dar conta de um maior volume de tarefas e de despesas necessárias à manutenção da família (alimentação, educação, serviços de saúde, vestuário entre outras coisas) posto que, de maneira geral, a total responsabilidade pelo sustento e o cuidado das crianças recai unicamente sobre ela. As tarefas domésticas e os encargos com as despesas familiares, nos lares chefiados por mulher, raramente são divididos entre os membros da família – parentes e filhos. Esta condição dificulta a conciliação entre trabalho remunerado e a criação dos filhos. Já nos domicílios pobres chefiados por homens, embora as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças possam não ser repartidos igualmente entre o casal e fiquem geralmente sob a responsabilidade da mulher, pelo menos existe, a possibilidade, ainda que pequena, de ocorrer a divisão de alguns encargos, mesmo que apenas financeiros. No caso da mulher que é cônjuge, assim, há uma menor sobrecarga de trabalho e responsabilidades.

É interessante lembrar, ainda, que, no grupo estudado, as mulheres chefes de família são mais freqüentemente negras e, em suas famílias, existe um número maior de pessoas negras e mulatas, grupo, em nosso país, no qual a pobreza é mais freqüente. Seus filhos encontram-se fora da escola mais freqüentemente do que os filhos em que o chefe de família é um homem. Isto ocorre, muito provavelmente, porque as crianças dos lares em que a mulher é a chefe da família têm que desempenhar alguma atividade – remunerada ou não - para ajudar na manutenção da casa.

Desta forma, embora ambos os lares pertençam às camadas pobres da população, quando comparamos as condições de vida das famílias chefiadas por homens com as daquelas chefiadas por mulheres, parece que as mulheres chefes de família têm sob sua responsabilidade encargos maiores e oportunidades de mobilidade social bem menores do que as dos homens chefes de família. Acreditamos que estas condições desfavoráveis de vida, encontradas nas famílias pobres chefiadas por mulheres por nós estudadas, devem estar presentes também em outros grupos de mulheres, com um grau maior ou menor de semelhança. Entretanto, o que nos chama a atenção, é o grau de vulnerabilidade e o nível de adversidade que estas mulheres têm que enfrentar todos os dias de suas vidas para manter a sobrevivência de seus lares, sem perder a dignidade. Esta é uma tarefa árdua, freqüentemente solitária, e que raramente melhora o nível socioeconômico familiar, uma vez que as suas ocupações são desgastantes e mal remuneradas, o que, somado às atividades do lar, não deixa para a mulher provedora muito tempo para o lazer. A prioridade para elas passa a ser, então, a sobrevivência familiar.

Embora comentem o quanto é difícil e doloroso ter que cuidar sozinhas da família e encarar todos os desafios para vencer as condições restritivas de vida no seu cotidiano - econômicas e sociais -, de maneira geral, os relatos das entrevistadas refletem um processo de crescimento pessoal. Em realidade, nos vários depoimentos, as mulheres expressam ambigüidades relativas a suas experiências de vida, pois ao mesmo tempo que este processo de reconstrução por que tiveram que passar, após a separação e a saída do companheiro do lar, implicou na oportunidade de melhorar o seu bem estar e aumentar a sua auto-estima e até num certo sentido, a sua autonomia, ele implicou um aumento excessivo do peso que elas devem carregar para dar conta dos deveres relativos à multiplicidade das responsabilidades que a chefia solitária traz. Assim, elas pagam um preço excessivo em todos os sentidos por estar à frente de sua família na condição de chefe.

Se, por um lado, para estas mulheres pobres as uniões conjugais podem ser mais facilmente dissolvidas, até porque sua satisfação individual e o desejo de autonomia – pelo menos o abandono da tutela do marido - já passam a ser considerados, por outro, os filhos não deixaram de ocupar o papel central em suas vidas, o que torna suas escolhas e interesses, por vezes, conflitantes. Isto porque, muitas vezes, para atender a demanda de um filho ela acaba tendo que deixar de lado um interesse seu. Podemos perceber, então, no seu cotidiano familiar a coexistência de valores tradicionais e modernos. Mudanças que alteram a ordem hierárquica das relações da família tradicional parecem estar presentes, porém, muito mais em relação à autoridade patriarcal, isto é, modificando os papéis e as relações entre homem e mulher, do que àquelas entre mãe e filho no interior da família. Contudo, a visão da mulher como um ser obrigado e dedicado incondicionalmente ao bem estar de seus

filhos, continua a prevalecer.

Para as mulheres entrevistadas, a separação e a saída do cônjuge do lar não conferiu naturalmente a elas a possibilidade de exercer um controle efetivo sobre sua esfera pessoal e domiciliar. A maioria das entrevistadas continuou subordinada ainda às precárias condições socioeconômicas e às necessidades do grupo familiar, pois, além de se encontrarem numa situação de vulnerabilidade econômica acentuada, tiveram que assumir sozinhas os filhos, com uma ineficiente e precária rede de apoio. Entretanto, a experiência de ter que ir à luta e de contar quase que exclusivamente com seus próprios recursos trouxe, para estas mulheres chefes de família, um fortalecimento da auto imagem, a ampliação de suas capacidades e um sentimento de maior valorização pessoal a cada tarefa cumprida na busca pela sobrevivência e manutenção familiar. Assim, aos poucos, as mulheres chefes de família entrevistadas vão deixando de se ver apenas como vítimas das circunstâncias, assumindo cada vez mais o papel de protagonista das suas próprias vidas.

Para Macêdo (2001), quando a mulher pobre rompe o eixo de sua vida em torno de uma situação violenta ou opressiva, essa reestruturação de suas referências de mundo favorece o surgimento de um novo sujeito. Livrar-se da violência e do desprezo é aumentar sua auto-estima e, portanto, ser chefe de família pode implicar em um maior controle sobre sua vida e uma melhoria de vida para a família. Porém, a resistência feminina à dominação e o aumento de sua autoridade e autonomia, segundo a autora, dependem enormemente da habilidade da mulher de assegurar sua sobrevivência. No caso das mulheres pobres por nós entrevistadas, esta condição é bastante restrita.

Acreditamos que a visão tradicional prevalente do que é ser homem e mulher na sociedade, as discriminações no mercado de trabalho, uma carente rede de apoio, juntamente com a falta de provisão governamental, são, provavelmente, as principais dificuldades que as famílias chefiadas por mulheres têm que enfrentar para conseguir sobreviver com dignidade. As políticas públicas voltadas para mudar a situação de exclusão social em que estas famílias vivem, senão enfrentarem conjuntamente estes problemas não conseguirão efetivar uma alteração real desta situação. Segundo Singer (2002),

Está se tornando consensual que a responsabilidade pela pobreza não é de suas vítimas (a não ser em grau secundário), mas da estrutura das sociedades capitalistas, cujo peculiar sistema de incentivos torna cumulativos os efeitos tanto dos êxitos como dos fracassos individuais. Os perdedores, pelo desemprego, pelo avanço técnico, por infortúnio pessoal ou familiar e inúmeras outras causas tem chances cada vez maiores de se tornarem perdedores de novo, por que contam com menos recursos materiais e psicológicos, porque seus fracassos fazem com que percam a confiança dos outros e principalmente a própria. E os ganhadores têm chances crescentes de voltar a vencer nos mercados porque acumularam recursos, têm a confiança dos outros etc., etc. (p.189)

Neste contexto, considerando-se um Estado como o nosso, que declina de seu papel de guardião social e abandona a população menos favorecida à sua própria sorte, é necessário que se chame a atenção para a situação de pauperização, abandono e falta de oportunidades nas quais estas famílias se encontram. Urge, como aponta Carvalho (1995), que “*No lugar de uma política social movida pela compaixão, buscar consolidar uma política movida pela lógica do reconhecimento dos direitos sociais e, portanto, da justiça e da equidade* (p.21)”. É preciso que seja dado um espaço importante nas políticas sociais do país para estas famílias. Temas como a dupla jornada feminina de trabalho devem ser repensados enquanto um problema

social mais amplo e não apenas como uma problemática exclusiva da mulher. As mulheres – em especial as pobres e chefes de família - não podem mais ficar largadas à própria sorte e continuar a serem tratadas como se suas necessidades e expectativas fossem iguais às dos demais pobres. É necessário que no desenho e no planejamento de políticas sociais sejam consideradas as especificidades de vida destas mulheres e as situações de discriminação e subordinação em que elas vivem. Conforme afirma Singer (2002),

A reinserção social das vítimas da pobreza sob diversas formas de produção associada exige um sistema de incentivos diferente do que prevalece no capitalismo e que produz a exclusão. [...] Em vez de favorecer a competição como incentivo ao esforço e a celebração do êxito individual como recompensa aos “melhores” os princípios do cooperativismo encorajam a sociedade e a ajuda mútua como atitudes que potencializam o esforço comum e preservam a igualdade básica entre todos os participantes. [...] Mas, o passo seguinte tem que ser capacitar os pobres a realizarem seus sonhos e isso implica em dar atenção individual a cada um deles, ajudá-los a se reinserir em alguma comunidade para, organizadamente como outros, encetar a caminhada de sua emancipação (pp.191-192).

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, L. (2000). A Situação da mulher latino-americana. In D. G. Delgado, P. Cappellin, & V. Soares (Orgs.), *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa* (pp. 111-134). São Paulo: Boitempo Editorial.
- American Psychological Association. (2001). Manual de publicação (4ª ed.). Porto Alegre: ARTMED
- Alves, B. M. (1981). *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*. São Paulo: Brasiliense.
- Ardailon, D. (1989). *O cotidiano de mulheres profissionais: o engodo do individualismo*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Banco Mundial (2001). *Relatório sobre o desenvolvimento humano 2000*. Washington, D.C.
- Baptista, L. A. dos S. (1997). As Cidades da Falta. In A. E. Silva, C. A. B. Neves & C. Rauter (Orgs.), *Subjetividade – questões contemporâneas* (pp.170-182). (SaúdeLoucura), (6), São Paulo: Editora Hucitec.
- Barros, R. P. de, Fox, L., & Mendonça, R. S. P. de (1993). *Poverty among female-headed households in Brazil*. (Texto para discussão n.310). Rio de Janeiro: IPEA.
- Barros, R. P. de, Fox, L., & Mendonça, R.S.P.de (1994). *Pobreza e domicílios chefiados por Mulheres* [mimeo]. Rio de Janeiro: IPEA.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bleger, J. (1980). *Temas de psicologia: entrevistas e grupos*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

- Boyd, E. R. (2002). "Being there": mothers who stay at home, gender and time. *Women's Studies International Forum*, 25 (4), 463-470.
- Bruschini, C. (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora Revista dos Tribunais.
- Bruschini, C. (1994). O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In H. I. B. Saffioti & M. Muñoz-Vargas (Orgs.), *Mulher brasileira é assim* (pp. 63-93). Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Bruschini, C. (1997). *Trabalho doméstico, um trabalho invisível*. São Paulo: Fundação SEADE.
- Bruschini, C. (2000). Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp.13-58). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34.
- Burns, A., & Scott, C. (1994). *Mother-headed families and why they have increased*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Buss, P. M. (2002). Pobreza e saúde no Brasil. In A. Spitz & G. Peiter (Orgs.). *A questão social e as saídas para a pobreza* (pp. 195-222). Rio de Janeiro: Oficina Social.
- Buvinic, M., & Yudelman, S. W. (1989). *Women, poverty, and progress in the Third World*. New York: Foreign Policy Association.
- Caldeira, T. P. do R. (1984). *A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, L. M. S. S. (1998). A Mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Estudos Femininos*, 6, (1), 7-33.
- Carvalho, M. do C. B. (1995). O lugar da família na política social. In M. do C. B. CARVALHO (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp.15-27). São Paulo: EDUC/Cortez Editora.
- Castro, L. R. de. (2001). Todos são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros. *Psicologia Clínica*, 12, (2), 13-29. .

- Cervera, S. C., & Cervantes, C. P. (1997). Gender and heads of households in Cuba today: Demographic and sociological considerations. In M. E. Cosio-Zavala (Org.), *Women and families: Evolution of the status of women as a factor and consequence of changes in family dynamics* (pp.161-170). Paris: UNESCO/ CICRED.
- Da Matta, R. (1987). *A casa e a rua: espaço, cidadania ,mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Demo, P. (2003). *Pobreza da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Figueira, S. A. (1985). Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In S. A. Figueira (Org.), *Cultura de Psicanálise* (pp. 147-168). São Paulo: Brasiliense.
- Figueira, S. A. (1987). O “Moderno” e o arcaico na nova família brasileira: Notas sobre a dimensão invisível da modernidade social. In S. A. Figueira (Org.), *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira* (pp.11-30). Rio de Janeiro: Zahar.
- Fonseca, C. (2000). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priore (Org.), *História das Mulheres no Brasil* (pp. 510-553) (3rd. ed.). São Paulo: Contexto
- Fundação SEADE (1994). *Famílias chefiadas por mulheres*. (Análises Especiais nº 2). São Paulo: SEADE/Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica.
- Fundação SEADE (1998). *Feminização da força de trabalho*. (Mulheres em dados nº 11). São Paulo: SEADE/Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica.
- Fundação SEADE (2000). *Mulher & trabalho*. (Mercado de Trabalho em 1999 na Região Metropolitana de São Paulo). São Paulo: SEADE.
- Fundação SEADE (2001). *A Busca pela Equidade Social*. (Mulher e trabalho nº 3). São Paulo: SEADE/Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica.
- Fundação SEADE (2002). *O mercado de trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo em 2001*. (Mulher e trabalho nº 7). São Paulo: SEADE/Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica.

- Fundação SEADE (2002a). *Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP na década de 90*. (Mulher e trabalho n° 10). São Paulo: SEADE/Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica.
- Goldani, A. M. (1994). Retratos de família em tempos de crise. *Estudos Femininos*, (n° especial, 2° sem.), 303-335.
- Goldenberg, M. (2000). De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In M. Goldenberg (Org.), *Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros* (pp. 106-123). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Grosh, M. E. (2000). *Administering Targeted Social Programs in Latin America – From Platitudes to Practice*. World Bank Regional and Sectoral Studies. Washington: World Bank.
- Guimarães, I. B. (1998). Sociabilidade e Sobrevivência em Populações Pobres. In E. Passos, I. Alves & M. Macedo (Orgs.), *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*, (pp. 73-85). (Coleção Bahianas vol.3), Salvador: UFBA, Núcleo de estudos Interdisciplinares sobre a mulher
- IBGE (2002). *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica n° 8). Rio de Janeiro. IBGE/Departamento de População e Indicadores Sociais
- IBGE (2002a). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2001*. Rio de Janeiro. IBGE/Departamento de Empregos e Rendimento
- IBGE (2002b). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001*. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de Empregos e Rendimento.
- IPEA (2000). *Desenvolvimento de instrumentos para a focalização de Políticas Sociais* (mimeo). Rio de Janeiro:IPEA.
- Jelin, E. (1987). *Los Pobres: Família y Vida Cotidiana*. Buenos Aires: Cedes.
- Jodelet, D (2001). Os Processos Psicossociais da Exclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.53-66). Petrópolis: Editora Vozes.
- Kuznesof, E. A. (1980). The role of the female-headed household in Brazilian modernization: São Paulo 1765 to 1836. *Journal of Social History*, 13, 589-613.

- Lasch, C. (1999). *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lavinas, L. (1996). As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Femininos UFRJ/IFCS*, 4, (2), 464-479.
- Lavinas, L., & Melo, H. P. de (1996). *Mulheres sem medo do poder: Chegou a nossa vez*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES.
- Lloyd, C. B., & Gage-Brandon, A. J. (1993). Women's role in maintaining households: family welfare and sexual inequality in Ghana. *Population Studies*, 47, 115-131.
- Macêdo, M. dos S. (1998). Mulheres da Periferia: articulando espaços de construção de identidade. In E. Passos, I. Alves & M. Macedo (Orgs.), *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares* (pp. 87-96). (Coleção Bahianas vol. 3). Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.
- Macêdo, M. dos S. (2001). Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In C. Bruschini & C. R. Pinto (Orgs.), *Tempos e lugares de gênero* (pp. 53-83). São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34.
- Marulanda, N. R. de. (1982). *Las Mujeres Jefes de Hogar*. (Documento CEDE n.068). Bogota: Universidade de Los Andes.
- Massi, M. (1992). *Vida de Mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Minayo, M. C. de S. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco.
- Neupert, R. F., Calheiros, S. M. G., & Turchi, L. M. (1989). *Os Arranjos Domiciliares das Famílias Matrifocais*. (Texto para discussão nº 10). Rio de Janeiro: IPLAN - Instituto de Planejamento.
- Neves, M. de A. (2000). Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In M. I. B. da Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp.171-185). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34.

- Nicolaci da Costa, A. M. (1994). A análise do discurso em questão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, (2), 317-331.
- Nicolaci da Costa, A. M. (1985). Mal-estar na família; descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In S. A. Figueira (Org.), *Cultura de Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, E. M. de. (2000). Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho. In M. I. B. da Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 237-256). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34.
- Pacheco, A. L. P. de B. (1994). *O trabalho feminino e sua influência no cotidiano da mulher moderna*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pacheco, A. L. P. de B. (2000, 25 de novembro). Iguais, mas diferentes. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 22.
- Pacheco, A. L. P. de B. (2001). Família e trabalho sob o olhar feminino. *PSICO-USF*, Universidade São Francisco, 6, (2), 11-19.
- Pedro, J. M. (1999). Mulheres de Desterro: Estratégias de Sobrevivência Urbana. In H. B. de Holanda & M. H. R. Capelato (Org.), *Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas* (pp. 327-342). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP.
- Perpétuo, I. H. O., & Fonseca, M. do C. (1997). Women and family: Headship status in metropolitan areas of Brazil. In M. E. Cosio-Zavala, *Women and Families: Evolution of the Status of Women as a Factor and Consequence of Changes in Family Dynamics* (pp. 143-160). Paris: UNESCO, CICRED.
- Petersen, A. T. (1997). Homens e mulheres: enfim, as desigualdades estão acabando? In M. N. Strey (Org.), *Mulher, estudos de gênero* (pp. 19-28). São Leopoldo: Editora da UNISINOS.
- Petrucelli, J. L. (1998). Nupcialidade. In S. M. Kaloustian, *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 159-171). São Paulo: Cortez Editora.
- Poster, M. (1979). *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do indivisível ao divisível. In O. M. V. Simson, *Experimentos com histórias de vida* (pp. 14-43). São Paulo: Vértice.
- Quintas, F. (1986). *Sexo e Marginalidade: um Estudo sobre a Sexualidade Feminina em Camadas de Baixa Renda*. Petrópolis: Vozes.
- Ribeiro, R. M., Sabóia, A. L., Castello Branco, H. & Bregman, S. (1998). Estrutura familiar, trabalho e renda. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 135-158). São Paulo: Cortez Editora.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1992). *Tecendo por trás dos panos: Algumas estratégias de controle da mulher sobre a família*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1998). A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In L. de Souza, M. de F. Q. de Freitas & M. M. P. R. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes* (pp. 317-345). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rocha-Coutinho, M.L. (1998a). De Cinderela a Mulher maravilha: a Maternidade em Tempos de Mudança. *Série Documenta*, Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, 6, (9), 91-116.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2000). Dos contos de fada aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Psicologia, 12, (2), 65-82.
- Rosemberg, F. (1994). A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In H. I. B. Saffioti & M. Muñoz-Vargas (Orgs.), *Mulher brasileira é assim* (pp.27-62). Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Rosemberg, F., Campos, M.M. & Pinto, R. P. (1985). *Creches e pré-escolas*. São Paulo: Livraria Nobel.
- Salem, T. (1981). Mulheres Faveladas: "Com a venda nos olhos". In *Perspectivas antropológicas da mulher 1* (pp. 49-97). Rio de Janeiro, Zahar.
- Sarti, C.A. (1995). Família e individualidade: um problema moderno. In M. do C. B. Carvalho, *A família contemporânea em debate* (Série Eventos) (pp. 39-49). São Paulo: EDUC/Cortez Editora.

- Sarti, C. A. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Sawaia, B. B. (1995). Dimensão Ético-Afetiva do Adoecer da Classe Trabalhadora. In S. T. L. Lane & B. B. Sawaia (Org.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 157-168). São Paulo: Brasiliense.
- Sawaia, B. B. (2003). Fome de Felicidade e Liberdade. In Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Org.), *Muitos lugares para aprender* (pp. 53-64). São Paulo: Fundação Itaú Social, UNICEF.
- Silva, K. F. (1999). Repensando o Trabalho Feminino no Meio Rural. In M. Ferreira (Org.), *Mulher, Gênero e Políticas Públicas* (pp. 103-110). São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero/ UFBA.
- Singer, P. (2002). O Combate à pobreza e suas vítimas no Brasil. In A. Spitz & G. Peiter (Orgs.), *A questão social e as saídas para a pobreza* (Cadernos da Oficina Social n.11) (pp. 189-191). Rio de Janeiro: Oficina Social
- Sistema de Bibliotecas e Informação. (2001). *Manual para Elaboração e Normalização de Dissertações e Teses* (2.ed.rev. e atual.). Rio de Janeiro: SIBI/Comitê Técnico de Editoração/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Soares, S., & Izaki, R. S. (2002). *A Participação Feminina no Mercado de Trabalho* (Texto para discussão n.923).Rio de Janeiro: IPEA.
- Soares, A. C. N. (2001). *Mulheres Chefes de Família: Narrativa e Percurso Ideológico*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Soihet, R. (2000). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In M. Del Priore (Org.). *História das Mulheres no Brasil* (pp. 362-400). São Paulo: Contexto.
- Souza, N. M. e (1995). A megacidade e a transformação dos laços sociais. In M. I. D'ávila (Org.), *Desenvolvimento Social: Desafios e Estratégias* (pp. 327-360). Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável, UFRJ/EICOS.
- Strey, M. N. (1997). A mulher, seu trabalho, sua família e seus conflitos. In M.N. Strey (Org.), *Mulher, estudos de gênero* (pp. 59-77). São Leopoldo: Editora da UNISINOS.

- Strey, M. N., Brzezinski, C. da S., Bücken, I. & Escobar, R. C. (1997). Mulher, gênero e representações. In M. N. Strey (Org.), *Mulher, estudos de gênero* (pp. 79-95). São Leopoldo: Editora da UNISINOS.
- Teixeira, M. S. (2002). A condição feminina no Brasil. In A. Spitz & G. Peiter (Orgs.), *A questão social e as saídas para a pobreza* (Cadernos da Oficina Social nº 11) (pp. 151-185). Rio de Janeiro: Oficina Social.
- Thiollent, M. J. M. (1987). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Vaitsman, J. (1995). Individuo, Casamento e Família em Circunstancias Pós-modernas. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 38, (2), 329-353.
- Vaitsman, J. (1997). Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Estudos Femininos*, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 5, (2), 303-319.
- Vaitsman, J. (2001). Gênero, identidade, casamento, e família na sociedade contemporânea. In R. M. Muraro, & A. B. Puppim (Orgs.), *Mulher, gênero e sociedade* (pp. 13-20). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Verás, M. (2001). Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos. In B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 27-50). Petrópolis: Editora Vozes.
- Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. In B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16-26). Petrópolis: Editora Vozes.

ANEXO 1

Questionário

BLOCO 1 - Identificação e Controle

1. Nome da criança: _____
2. Endereço: Rua _____ Número: _____ Complemento _____ CEP _____
3. Creche: _____
4. Situação Final da entrevista: 1. realizada 2. fechada 3. recusa 4. vazia 5. outra

BLOCO 2 - Características do Domicílio

5. Tipo do domicílio: 1. casa 2. apartamento 3. cômodo 4. outros
6. Quantos cômodos existem neste domicílio? 1.1 2.2 3.3 4.4 5.5 6. mais de 5
7. Quantos cômodos servem de dormitório para os moradores deste domicílio? 1.1 2.2 3.3 4.4 5. mais de 4
8. Este domicílio é: 1. próprio com título 2. próprio sem título 3. próprio em aquisição 4. alugado 5. cedido 6. invasão 7. outra condição
9. Material predominante na construção das paredes externas? 1. alvenaria 2. madeira 3. tijolo sem revestimento 4. outros
10. Material predominante na cobertura? 1. telha 2. laje 3. madeira 4. zinco 5. outros
11. Material predominante no piso? 1. carpete 2. cerâmica, ardósia, lajota 3. cimento 4. terra 5. madeira 6. outros
12. Quando chove, entra água no seu domicílio pelo teto? 1. Sim 2. Não
13. Quando chove, entra água no seu domicílio pelas paredes? 1. Sim 2. Não
14. Qual o principal tipo de iluminação: 1. rede geral com relógio próprio 2. rede geral com relógio comunitário 3. rede geral sem relógio 4. lâmpião 5. vela 6. outra forma
15. A forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio é: 1. rede geral 2. poço 3. carro pipa 4. outra forma
16. A água utilizada neste domicílio chega através de canalização interna: 1. Sim 2. Não
17. A água utilizada para beber é: 1. filtrada 2. fervida 3. mineral 4. natural 5. outra
18. Neste domicílio existe cozinha de uso: 1. só do domicílio 2. comum a mais de um domicílio 3. nenhuma
19. Quantos banheiros existem dentro deste domicílio (considere somente os que têm chuveiro ou banheira e aparelho de sanitário)?
 0.0 1.1 2.2 3. mais de 2

20. Este banheiro é de uso: 1.só do domicílio 2.comum a mais de um domicílio
21. O escoadouro deste banheiro ou sanitário é ligado a: 1.rede coletora de esgoto 2.fossa séptica 3.fossa rudimentar 4.vala 5.outro
22. Existe coleta de lixo na porta da sua casa? 1.Sim (siga 24) 2.Não (siga 23)
23. Existe local de coleta de lixo na comunidade? 1.Sim 2.Não
24. A comlurb limpa a frente do seu domicílio? 1.Sim 2.Não
25. O carteiro chega a sua casa? 1.Sim 2.Não

BLOCO 3 - Características Gerais dos Moradores

26. Quantas Pessoas moram neste domicílio?

Questões	Opções	A ²	B	C	D	E	F	G	H
27. Parentesco (relativo ao chefe de família)	1.Chefe de família 5.Genro ou nora 9.Agregado	2.Cônjuge 6.Netos 7.Irmão ou cunhado	3.Filho ou enteado 8.Outro parente	4.Pais ou sogros					
28. Sexo	1.Feminino 2.Masculino								
29. Idade	Colocar o número de anos que a pessoa possui								
30. Naturalidade	Colocar o código correspondente à Unidade Federativa								
31. Raça	1.Branca 2.Negra 3.Amarela 4.Parda 5.Indígena								

² Pessoa A deverá ser o entrevistado.

BLOCO 5 – Trabalho e Renda dos Moradores

Questões	Opções	A	B	C	D	E	F	G	H
40. Já trabalhou alguma vez?	1.Sim (siga 41) 2.Não (siga 45)								
41. Tem trabalho atualmente?	1.Sim (siga 42) 2.Não (siga 45)								
42. Quanto você recebe na sua ocupação principal?	Colocar o valor líquido sem incluir os centavos								
43. Você tem outra ocupação?	1.Sim (siga 44) 2.Não (siga 49)								
44. Quanto você recebe nas outras ocupações?	Colocar o valor líquido sem incluir os centavos (siga 47)								
45. No último mês procurou trabalho?	1.Sim (siga 46) 2.Não (siga 47)								
46. Há quanto tempo está procurando trabalho?	Colocar o número de meses								
47. Recebe pensão alimentícia ou do INSS?	1.Sim (siga 48) 2.Não (siga 49)								
48. Valor (R\$)	Colocar o valor sem incluir os centavos								
49. Recebe aposentadoria?	1.Sim (siga 50) 2.Não (siga 51)								
50. Valor (R\$)	Colocar o valor sem incluir os centavos								
51. Recebe alguma ajuda financeira?	1.Sim (siga 52) 2.Não (siga 53)								
52. Valor (R\$)	Colocar o valor sem incluir os centavos								
53. Recebe algum aluguel?	1.Sim (siga 54) 2.Não (siga 55)								
54. Valor (R\$)	Colocar valor líquido sem os centavos								

BLOCO 6 - Ocupação e Renda do Chefe de Família (somente se o chefe estiver ocupado)

Questões	Opções	Chefe de família
55. Qual é a sua ocupação principal?	Colocar código da ocupação	
56. Qual é o ramo de atividade?	1.Agrícola 2.Indústria 3.Construção civil 4.Comércio 5.Serviços 6.Outros	
57. Qual é a sua posição na ocupação exercida?	1.Empregado (siga 118) 2.Conta própria (siga 126) 3.Não remunerado (siga 120) 4.Empregador (siga 121) 5.Trabalhador Doméstico (siga 119)	
58. Este trabalho é no setor:	1.Privado 2.Público	
59. Neste emprego você tem carteira assinada?	1.Sim 2.Não	
60. Quantas horas trabalha por semana?	Colocar o número de horas, excluindo os minutos	

BLOCO 7 - Condições de serviços da creche

61. Quantas crianças deste domicílio estão na creche? 1.1 2.2 3.3 4. mais de 3
62. Qual o motivo principal para a família ter matriculado a criança na creche? 1. para a mãe poder trabalhar 2. para a mãe ter mais tempo livre para ela 3. porque é bom para a criança 4. porque é menos uma despesa (a creche oferece alimentação) 5. outros
63. De quem partiu a decisão pelo ingresso da criança na creche? 1. mãe 2. pai 3. irmãos 4. parentes 5. avós 6. outros
64. Quem leva e busca a criança na creche? 1. mãe 2. pai 3. irmãos 4. parentes 5. avós 6. outros
65. Está satisfeita com os serviços oferecidos pela creche? 1. Sim 2. Não
66. A criança gosta de ir a creche? 1. Sim 2. Não
67. Quantas horas a criança permanece na creche? horas
68. A carga horária da creche atende suas necessidades? 1. Sim 2. Não
69. O turno é adequado para suas necessidades? 1. Sim 2. Não
70. Os equipamentos utilizados na creche são? 1. satisfatório 2. insatisfatório 3. Não sabe
71. O espaço físico da creche e suas dependências é: 1. satisfatório 2. insatisfatório 3. Não sabe
72. A alimentação oferecida pela creche é: 1. satisfatório 2. insatisfatório 3. Não sabe
73. As condições de limpeza da creche são: 1. satisfatório 2. insatisfatório 3. Não sabe
74. Existe algum tipo de comunicação freqüente entre a creche e a família? 1. Sim 2. Não
75. Você conhece as atividades realizadas com seu filho na creche? 1. Sim (siga 76) 2. Não (siga 77)
76. Você considera estas atividades realizadas com seu filho: 1. adequadas 2. inadequadas
77. Você participa das atividades oferecidas pela creche para as famílias? 1. Sim 2. Não
78. Como você avalia o relacionamento dos profissionais da creche com seu filho? 1. satisfatório 2. insatisfatório
79. Que tipo de tratamento é dado ao seu filho: A) 1. afetuoso 2. distante 3. grosseiro
B) 4. indiferente 5. atencioso

ANEXO 2

Tabela A.2.1 - Distribuição dos núcleos doméstico-familiares segundo o tipo de família (%)

Núcleo doméstico-familiar	Famílias monoparentais com filhos	Famílias de casal com filhos
Chefiado por homem	5,2	94,8
Chefiado por mulher	79,9	20,1

Tabela A.2.2 - Taxa de atividade* por faixa etária segundo sexo e condição na família (%)

Faixa etária	Total		Chefe		Cônjuge		Filhos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
De 15 a 19 anos	58,0	56,7	80,0	100	100	82,4	84,2	80,4
De 20 a 24 anos	94,2	76,5	100	85,0	71,4	75,0	100	97,3
De 25 a 29 anos	97,8	82,5	100	96,0	87,5	79,5	86,7	95,6
De 30 a 34 anos	89,9	81,6	94,4	97,4	83,3	85,1	83,3	78,6
De 35 a 45 anos	89,6	81,8	93,4	88,1	75,0	75,7	80,0	100
De 46 a 55 anos	82,1	69,8	82,1	79,4	88,9	57,9	-	-
De 56 e mais	46,4	26,6	43,8	29,0	-	42,9	-	-
Total	85,0	73,5	93,5	83,2	82,5	77,1	89,2	91,1

*Nota: Taxa de atividade corresponde ao número de pessoas ocupadas mais o número de pessoas que estão procurando emprego (economicamente ativos), sobre o total de pessoas no grupo.

Tabela A.2.3 - Taxa de ocupação por faixa etária segundo sexo e posição na família (%)

Faixa etária	Total		Chefe		Cônjuge		Filhos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
De 15 a 19 anos	55,1	63,9	100	75,0	50,0	42,9	60,4	64,4
De 20 a 24 anos	80,0	65,8	84,1	67,6	20,0	65,4	73,0	63,9
De 25 a 29 anos	83,1	71,8	88,8	72,9	57,2	70,8	69,2	77,3
De 30 a 34 anos	85,0	80,0	90,1	81,6	53,3	81,0	80,0	72,7
De 35 a 45 anos	89,1	75,8	91,2	74,3	66,7	83,9	100	53,8
De 46 a 55 anos	82,6	86,4	90,6	92,6	62,5	81,8	-	-
De 56 e mais	84,6	82,4	85,7	66,7	-	100	-	-
Total	81,1	72,6	89,6	76,1	55,3	73,2	68,2	65,6

*Nota: Taxa de ocupação corresponde ao número de pessoas que estão trabalhando – ocupadas – sobre total de economicamente ativos do grupo

Tabela A.2.4 - Taxa de atividade dos filhos segundo faixa etária e tipo de núcleo doméstico- familiar (%)

Faixa etária	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher
De 15 a 19 anos*	97,4	81,2
De 20 a 24 anos	97,7	98,5
De 25 a 29 anos	94,1	90,5
De 30 a 34 anos	83,3	78,6
De 35 a 45 anos	100	91,7
Total	96,4	89,1

Nota: Nesta faixa etária muitas respostas foram deixadas incompletas. Portanto estes dados podem não refletir a realidade do grupo estudado.

Tabela A.2.5 - Taxa de ocupação dos filhos segundo faixa etária e tipo de núcleo doméstico-familiar

Faixa etária	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem	Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher
De 15 a 19 anos*	62,2	62,5
De 20 a 24 anos	69,8	65,2
De 25 a 29 anos	81,3	68,4
De 30 a 34 anos	60,0	81,8
De 35 a 45 anos	50,0	72,7
Total	67,3	66,3

Nota: Nesta faixa etária muitas respostas foram deixadas incompletas. Portanto estes dados podem não refletir a realidade do grupo estudado.

Tabela A.2.6 - Distribuição dos filhos que trabalham por faixa etária e tipo de núcleo doméstico-familiar

Faixa etária	Núcleo doméstico-familiar chefiado por homem			Núcleo doméstico-familiar chefiado por mulher		
	Total	Freq.	%	Total	Freq.	%
De 10 a 14 anos	108	6	5,4	112	3	2,7
De 15 a 19 anos	80	23	28,7	107	35	32,7
De 20 a 24 anos	53	30	56,6	75	43	57,3
De 25 a 29 anos	19	13	68,4	21	13	62,0
De 30 a 34 anos	8	3	37,5	14	9	64,3
De 35 a 45 anos	6	3	50,0	14	8	57,1
Total	274	78	28,5	343	111	33,3

Tabela A.2.7 - Renda média por sexo e faixa etária (R\$)

Faixa etária	Masculino	Feminino
De 15 a 19	211,7	188,3
De 20 a 24	338,3	213,8
De 25 a 29	327,7	215,0
De 30 a 34	356,5	235,5
De 35 a 45	412,6	241,3
De 46 a 55	423,3	298,9
56 anos e mais	415,3	240,3
Média total	351,4	227,2

Nota: Para o cálculo da renda média considerou-se somente os rendimentos na ocupação principal no mês da pesquisa - agosto de 2000. Salário mínimo na época R\$ 151,00